UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NEGROS E A MODERNIDADE URBANA EM PORTO ALEGRE: A COLÔNIA AFRICANA (1890-1920)

Eduardo Henrique de Oliveira Kersting



Dissertação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História

Drª Sandra Jatahy Pesavento
Orientadora

Porto Alegre
Abril - 1998

AGRADECIMENTOS

Aos professores, funcionários e coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Aos funcionários e ex-funcionários dos arquivos e bibliotecas onde pesquisei, e um obrigado especial aos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

À Cláudia Mauch, esperando estar à altura dos seus estudos.

Ao colega Paulo Roberto Staudt Moreira, pelo material mais que gentilmente cedido.

À Lila Deep, pela torcida, me desculpando pelas gravações que não foram feitas.

Ao *bárbaro* Fernando Luis Blanco, ao Nelson Sotilli, ao Ricardo Pacheco e aos demais colegas de turma e de mestrado, pelo interesse e pelas sugestões.

Aos meus amigos, meus pais, minha tia Eunice e meus irmãos Fozzy (pela mão e pelo motor), Leti e Ana (que me ofereceram seus conhecimentos).

E, principalmente, à Grazielle Badke de Mello, por ter suportado meus humores e continuar me amando.

Ainda, ao CNPq, ressaltando a importância vital que o auxílio financeiro de uma bolsa representa para o desenvolvimento saudável de qualquer pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer particularmente:

À amiga e orientadora Sandra Jatahy Pesavento, pela paciência e pela atenta orientação: espero que reconheça suas aulas neste trabalho.

Ao meu primo, *padrinho* e amigo Miguel Antônio de Oliveira Duarte, por tudo que fez por mim.

A estes dois amigos, que eu muito admiro (e que, com certeza, lerão essa dissertação de modo diferente, como deve ser...), eu dedico este trabalho.

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

SUMÁRIO

RESUMO ..... p. 4
LISTA DE ABREVIATURAS ..... p. 5
LISTA DE FIGURAS E TABELAS ..... p. 6
LISTA DE ANEXOS ..... p. 7

INTRODUÇÃO ..... p. 8

PARTE I - O CENTRO

1. SONHO DE MODERNIDADE ..... p. 32
2. ESBOÇO DE MODERNIDADE URBANA EM PORTO ALEGRE ..... p. 51
2.1. As desigualdades anteriores ..... p. 53
2.2. O desenvolvimento material da cidade ..... p. 61
3. MODERNIDADE EXCLUDENTE: AS CLASSES PERIGOSAS ..... p. 70
3.1. A modernidade problematizadora ..... p. 71
3.2. As classes perigosas ..... p. 80
3.3. O ventre de Porto Alegre ..... p. 88

PARTE II - A PERIFERIA

4. A COLÔNIA DOS AFRICANOS ..... p. 97
5. A CORTE DO CRIME ..... p. 140
6. ONDE FICOU A COLÔNIA AFRICANA? ..... p. 178

CONCLUSÃO ..... p. 202

ANEXOS ..... p. 204
FONTES PRIMÁRIAS ..... p. 213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... p. 215

RESUMO

Essa dissertação de mestrado tem como objeto central a Colônia Africana, área da cidade de Porto Alegre que era habitada essencialmente por negros, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, e que corresponde a uma parte do atual bairro Rio Branco.

O objetivo principal será estudar a Colônia Africana a partir das representações criadas pela modernidade urbana, que então se esboçava em Porto Alegre, e que construíram uma imagem negativa do local no imaginário social da época, contribuindo para a exclusão social daquela população negra.

Então, o estudo vai se propor a fazer não apenas um levantamento do desenvolvimento histórico daquela área, mas principalmente analisá-la a partir do enfoque da modernidade urbana. Considerando que o desejo de ver e de estabelecer essa modernidade criou imagens e discursos reguladores do imaginário coletivo, este processo alimentou práticas sociais que implicaram na marginalização e na estigmatização, bem como na posterior expulsão da população negra da Colônia Africana.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS - Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

CEDOP/SCMPA - Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCSHJC - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

FIGURA 1 - O *homem ilustre*: Germano Hasslocher p. 46

FIGURA 2 - Porto Alegre, no início do século XIX, indicada a área de maior valorização p. 56

FIGURA 3 - Colônia Africana em 1913: vista da rua Vasco da Gama a partir da rua Ramiro Barcelos p. 98

FIGURA 4 - Representação das ruas da Colônia Africana, destacando a sua área aproximada p. 102

FIGURA 5 - Arraiais de Porto Alegre e seus acessos (c. 1880), com a indicação da localização da Colônia Africana p. 104

FIGURA 6 - Caricatura representando a Independência p. 151

FIGURA 7 - Caricatura representando a Colônia Africana p. 153

FIGURA 8 - "O populoso bairro *Rio Branco*, antiga *Colônia Africana*, situado entre o Caminho do Meio e os Moinhos de Vento" - 1922 p. 196

TABELAS

TABELA 1 - Ruas da Colônia Africana na estatística predial de 1892 p. 117

TABELA 2a - Número de prédios da Colônia Africana recenseados em 1910, 1912 e 1917 p. 128

TABELA 2b - Número de moradores da Colônia Africana recenseados em 1910, 1912 e 1917 p. 128

TABELA 3 - Relação de profissões da população negra da Colônia Africana registrada na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1899-1900) p. 135

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - A modernidade urbana na Rua da Praia, antes e depois da República p. 204

ANEXO 2 - Mapa de Porto Alegre anterior a 1888 p. 205

ANEXO 3 - Mapa de Porto Alegre de João Candido Jacques, de 1888 p. 206

ANEXO 4 - Dados sobre os cortiços registrados nos três distritos urbanos de Porto Alegre (1906-1914) p. 207

ANEXO 5 - Recenseamentos das ruas da Colônia Africana em 1910, 1912 e 1917 p. 208-210

ANEXO 6 - Moradores negros da Colônia Africana registrados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1899-1900) p. 211

ANEXO 7 - A presença judaica na Colônia Africana p. 212

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende fazer um estudo que tenha como objeto central a Colônia Africana, área da cidade de Porto Alegre que foi habitada essencialmente por negros a partir das últimas décadas do século XIX, que corresponde a parte do atual bairro Rio Branco.

Entretanto, se aquele território negro é o centro da atenção deste trabalho, o objetivo principal aqui será estudar a Colônia Africana a partir das representações criadas pela modernidade urbana, que se esboçava na Porto Alegre da virada do século, e que construíram a exclusão social da população negra que habitava aquela área.

O estudo vai se propor a fazer não apenas um levantamento do desenvolvimento histórico daquele território negro, mas principalmente analisá-lo a partir desse enfoque da modernidade urbana. Considerando que o desejo de ver e de estabelecer essa modernidade criou imagens e discursos reguladores do imaginário coletivo, esse processo alimentou práticas sociais que implicaram na marginalização e na estigmatização, bem como na posterior expulsão da população negra da Colônia Africana.

Sobre uma antiga prática de discriminação do negro, proveniente dos séculos anteriores de escravismo, foram sobrepostas, nos primeiros anos da República, novas representações, que justificaram a exclusão de boa parte da população negra da ordem burguesa que se instalava, do mercado de trabalho que se redefinia, dos sonhos e promessas da modernidade, impedindo-a de ter, na prática, acesso aos processos políticos decisórios, à cidadania, às melhorias materiais, e mesmo ao simples e caro respeito à vida.[1]

[1] Sobre a reestruturação do mercado de trabalho, no caso do Rio Grande do Sul, e os seus reflexos sobre a população negra gaúcha, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/FAPERGS, 1989.

O projeto de modernidade das elites dominantes algumas vezes parecia se basear justamente na impossibilidade de inclusão dessa população negra, através de uma visão que considerava que a cultura e a herança genética africana inviabilizavam a construção de uma *nação civilizada*, justificando assim políticas de branqueamento na sociedade.[2]

Baseada no racionalismo e no cientificismo, que formulavam um sonho ideal de civilização através do progresso, a modernidade que aqui se estabeleceu mostrou mais do que nunca uma faceta excludente. Necessitou não só de instrumentos legais e práticas coercitivas para isolar e controlar as chamadas *classes perigosas* - sendo a população negra um grupo particularmente visado nessa noção[3] - como também de um conjunto de discursos e imagens que justificassem as práticas de exclusão, sendo possível vislumbrá-lo ainda hoje em alguns pontos das atuais formas do imaginário racista na sociedade brasileira, principalmente nos aspectos que ligam o negro à criminalidade e à ociosidade.

Essas imagens e discursos, que algumas vezes parecem tomar a forma de verdadeiras campanhas contra a população negra, procuravam colocar essas pessoas no lugar que lhes era atribuído: a periferia - entendida como exclusão no espaço, na sociedade e na história.

A introdução deste trabalho pretende estabelecer um panorama geral sobre o objeto escolhido a partir dessas considerações iniciais. Aqui, vou traçar algumas explicações acerca da delimitação temporal e espacial feita nesta dissertação, da fundamentação teórico-metodológica utilizada, bem como mapear o assunto na bibliografia. Por fim, explico como vou estruturar e desenvolver a dissertação.

[2] Sobre projetos de branqueamento da sociedade e a idéia da possível inviabilidade do país por causa da miscigenação e da presença do negro na população, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[3] Sobre classes perigosas e negros como membros potencialmente permanentes dessa noção, em um resumo brilhante da questão, ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20-29.

Delimitação espacial e temporal

A Colônia Africana aparece *disforme* nas fontes: a sua denominação abrange, em certos momentos, algumas áreas vizinhas a ela, como o Bonfim e o Mont Serrat. Mas, se é fato que o local não se apresenta como uma região murada, com fronteiras bem definidas, mas antes inserido - tanto espacialmente como na vivência das pessoas - em uma realidade urbana maior, para fins práticos centrarei a atenção na conformação dada pela maioria das fontes levantadas, que parecem delimitar a Colônia Africana a uma pequena área entre as atuais ruas Cabral e Castro Alves, no bairro Rio Branco, costuradas pela avenida Mariante no seu centro, constituindo uma região baixa com ramificações morro acima, na direção leste, e não ultrapassando a atual rua Ramiro Barcelos, na direção oeste. Entretanto, interessado em representações sobre o imaginário social, este estudo considerará a Colônia Africana espacialmente onde os construtores das representações sobre ela assim o desejaram. Isso mostra, ou visa explicitar, uma Colônia Africana mais como construção mental do que como existindo concretamente, mesmo porque estamos aqui percebendo-a como eco das fontes, estando a sua materialidade, de certa forma, perdida no passado. Do mesmo modo, procuro também explicitar, sinceramente, o fato de que este presente trabalho é uma construção intelectual, uma representação sobre representações.

Centrado o estudo na Colônia Africana, é preciso delimitar o levantamento do material de pesquisa a partir do próprio desenvolvimento histórico da região. As fontes não nos apresentam rupturas importantes da história do lugar, mas antes acontecimentos mais e menos cotidianos: a inauguração de uma igreja, o calçamento de uma rua, uma briga de botequim. Um dos reflexos problemáticos dessa história, caracterizada por transformações

lentas (e este trabalho se interessa principalmente pelas mudanças), é a sua grande abrangência no tempo.

Um levantamento prévio das fontes apontou para a possibilidade de se dividir o desenvolvimento histórico da Colônia Africana em dois períodos:

1 - desde o seu estabelecimento, por volta dos anos da abolição, até aproximadamente o início da década de 1920, quando ocorreram algumas modificações na área. Esse período abrange desde o aparecimento da Colônia Africana, passando pela época em que foram criadas as representações sobre o local, identificando a área com a criminalidade, até as primeiras ações no sentido de urbanizar o local, juntamente com a penetração da igreja católica na região e o surgimento da denominação *Rio Branco*, visando apagar a antiga imagem negativa do bairro, já bem mais heterogêneo etnicamente;

2 - da década de 1920 até um período incerto, entre as décadas de 1940 e 1960: é quando se completa a descaracterização da área como território essencialmente negro, com a valorização imobiliária, a urbanização acelerada e a progressiva e acentuada expulsão da maioria dos antigos moradores negros.

Pelo que se propõe este trabalho, para que ele seja exeqüível em tempo hábil e, por fim, pela maior disponibilidade de fontes, considero viável um estudo que abarque somente o primeiro período acima delimitado, que, a *grosso modo*, compreende as décadas de 1890 a 1920. Este corte parece resumir o que interessa ao estudo que pretendo realizar, pois é quando se dá o surgimento daquela comunidade negra, paralelamente ao esboço de implantação da modernidade urbana e da ordem burguesa em Porto Alegre. É também quando surgem representações que moldam negativamente a área e seus habitantes no imaginário social, e é quando, no final desse período, se dá o início do processo que apontaria para a posterior

transformação da região. O segundo período, de certa forma, é o desenvolvimento das forças de exclusão que foram sendo construídas no primeiro.

Problemática e justificativas

Para que fique perfeitamente estabelecido os objetivos deste trabalho, resolvi inscrevê-los aqui à parte, mostrando a problemática que pretendo dar conta e as justificativas que encontrei para esta dissertação.

A problemática principal que pretendo responder pode ser resumida na seguinte pergunta: como as representações - discursos e imagens - criadas sobre o negro, durante a instalação da modernidade urbana em Porto Alegre, auxiliaram no processo de exclusão social e espacial da população da Colônia Africana?

As justificativas principais para este trabalho podem ser encontradas na atualidade. Uma delas seria cobrir a carência de um estudo centrado na Colônia Africana, sendo que a pequena bibliografia sobre o assunto, como veremos, reclama justamente disso. Também procura auxiliar no estudo da população negra na cidade de Porto Alegre, geralmente relegada a um segundo plano pela historiografia. Essas, por si só, poderiam ser consideradas justificativas importantes.

Mas este trabalho pretende ir um pouco além, não nos objetivos, mas nas implicações do seu próprio estudo, pois permite visualizar, nas representações construídas sobre o negro na virada do século, algumas imagens e discursos que se refletem nas atuais formas de racismo da sociedade brasileira. Além disso, pode ser vislumbrada, na história da Colônia Africana, a permanência de alguns mecanismos de exclusão presentes ainda hoje na sociedade urbana. Se essa relação com o presente não vai ser desenvolvida aqui

explicitamente, a situação do negro na sociedade moderna e o estado atual das relações raciais no Brasil é o que estimulou essa busca ao passado.

Fundamentação teórico-metodológica

Feita a escolha do objeto e o enfoque pelo qual ele seria tratado, fez-se necessário estabelecer uma fundamentação teórico-metodológica que guiasse a argumentação deste trabalho e dialogasse com o que nos dizem as fontes.

Pretendo estruturar este trabalho sobre três conceitos teóricos principais: modernidade, exclusão e representação. Eles estão estreitamente relacionados aqui, articulados com o objeto empírico, com a idéia de se verificar as representações coletivas, criadas pelo desejo de implantação de uma modernidade excludente, calcadas no imaginário social existente sobre os negros da Colônia Africana. Desde esse início, coloco que esses conceitos não serão analisados ou utilizados de forma pura no decorrer do texto, como tipos ideais pairando sobre a realidade, mas sim aplicados em constante diálogo com o empírico.[4]

Uso o termo *modernidade* para conciliar outros dois termos que dizem respeito ao mesmo processo: *modernização*, que está ligada às mudanças das estruturas, do espaço e do material, e *modernismo*, que é a compreensão, a sensibilidade e também o espírito alimentador dessas mudanças. Descolá-los é impossibilitar a visão do processo da modernidade como um todo. Contudo, no caso histórico que estamos tratando, esse processo torna-se ainda mais complexo do que se colocado como a relação dialética - esta própria

[4] Tomo como exemplo o que coloca THOMPSON, Edward P. *Miséria de la teoria*. Barcelona: Crítica, 1981, p. 67: "o discurso da demonstração da disciplina histórica consiste em um diálogo entre conceito e dado empírico, diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, por um lado, e investigação empírica por outro."

complexa - entre mudanças concretas e percepções mentais da vida moderna.[5] Se de um lado, na sociedade urbana brasileira do final do século XIX, temos apenas uma incipiente modernização, por outro lado temos uma série de modelos e exemplos, externos a essa modernização, que constituem o que chamo de *sonho de modernidade*: o desejo de implantação da modernidade no país, através das visões de civilização e de progresso, nos moldes dos países onde a modernidade capitalista já havia se estabelecido.[6]

Esse desejo se enquadra em um fenômeno que não é novo nas regiões periféricas aos centros da *civilização*: a eterna busca de um patamar desejado de desenvolvimento econômico, social e mesmo cultural, a partir de parâmetros exteriores tidos como universais - podemos rastear essa busca desde a noção colonial de *metrópole* até o atual desejo de desenvolvimento rumo a um *primeiro mundo*. E, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, esse sonho parecia mais do que nunca presente na cabeça de alguns setores da sociedade, principalmente naquelas elites urbanas envolvidas no processo de reestruturação política, econômica e social, que caracteriza a implantação da República e da ordem burguesa no Brasil.

É nessa espécie de *modernismo do subdesenvolvimento*[7] que está o que interessa a esse trabalho, principalmente as representações que este engendrou. Porto Alegre, juntamente com outras cidades em um período semelhante, experimentou um sonho de modernidade que

[5] Para uma visão dialética da modernidade, bem como para as linhas gerais do que considero aqui como modernidade, ver a introdução do livro de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 15-35.

[6] Basicamente, alguns poucos países europeus que haviam se transformado em economias industriais no período entre 1848 e o início da década de 1870: ver HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 49.

[7] BERMAN, *op. cit*, p. 186; mais adiante, na p. 224, coloca de forma melhor esse *modernismo do subdesenvolvimento*, no sentido que utilizo aqui, e em direção ao que chamo de *sonho de modernidade*: "em países relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslanchou, o modernismo, onde se desenvolve, assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos."

implicou, entre outras facetas, em imagens, discursos e práticas de exclusão dos pobres em geral, e da população negra de modo específico. Analisada como experiência histórica ligada à instalação da ordem burguesa na sociedade brasileira a partir do final do século XIX, a modernidade urbana vai ser vista aqui principalmente pelo seu aspecto excludente. Mais do que uma faceta, a exclusão é aqui considerada como sendo uma das bases dessa modernidade, pois ela se estruturava sobre a condenação de diferentes modos de vida em nome da civilização e do progresso.[8]

Essa *exclusão* se constitui como uma forma perversa de alteridade, como uma certa incapacidade dos grupos dominantes em lidar com os diferentes modos de vida que encontra na sociedade, baseando sua identidade justamente nessa relação antagônica com o outro.[9] E, a meu ver, é no sonho de modernidade que se engendra em grande parte a identidade da elite dominante de Porto Alegre na virada do século.

A exclusão não será vista aqui como uma força em si, mas associada àquela identidade de elite, como um ponto central e como uma conseqüência da aplicação do ideário

[8] Essa modernidade excludente, no caso em que vamos estudar, pode ser sintetizada pelos seguintes preceitos: "A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense." SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 30.

[9] Esses termos são os utilizados por PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, p. 80-89. A definição de identidade aparece ligada profundamente à noção de alteridade, como coloca a autora na nota 1 da página 80, citando Pierre Bourdieu: "existir socialmente é ser percebido como distinto"; ver também BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 117. Há ainda outros aspectos que podem ser vislumbrados nessa ligação entre identidade e alteridade, em direção à exclusão, em conceitos próximos a ela, como estigma e etnicidade, possíveis de serem analisados, respectivamente, em GOFFMAN, Irving. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu Ed., 1989, e HIDALGO, Cecília e TAMAGNO, Liliana (Comp.) *Etnicidad e identidad*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992. Ainda, para algumas linhas gerais sobre a exclusão, no passado e no presente, ver LAMARQUE, Gilles. *L'exclusion*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

Colônia Africana como expressão espacial da modernidade excludente.

das classes dominantes da época sobre a realidade social, um conjunto que estou considerando como o desejo de implantação de uma *modernidade que é excludente*.

Essas visões e práticas de exclusão são estruturadas em representações coletivas, que, por sua vez, realimentam outras visões e práticas excludentes. *Representação coletiva*[10] é vista aqui como uma construção mental sobre o real, a partir da visão que um determinado grupo tem ou quer ter da sociedade. Interessará, neste trabalho, basicamente a visão de mundo social das classes dominantes. Essa visão se reflete, embora não mecanicamente, sobre o imaginário social, que é justamente "o sistema de idéias e imagens de representação coletiva que todas as sociedades criam para si."[11]

Melhor dizendo, essas representações visam antes a conquista do imaginário social, o lugar "onde as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro."[12] Nisso, as representações procuram se tornar eficaz em uma mesma *comunidade de imaginação*[13], onde podem formar um determinado consenso para justificar posteriormente possíveis ações sobre a realidade.

[10] A utilização do conceito de *representação coletiva* é um retorno às idéias de Marcel Mauss e Emile Durkheim, como coloca CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. USP, São Paulo, 5 (11) jan/abr 1991, p. 183. O conceito parece ser central na chamada Nova História Cultural, que procura ver como essas representações são traduções de práticas sociais: ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290; ver também HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, principalmente a introdução. Para este trabalho, centrei-me mais na leitura que faz Bourdieu da noção de representação coletiva, e que parece aprofundar melhor o conceito no sentido que pretendo trabalhar aqui, embora ele o utilize para o estudo de caso da identidade regional: BOURDIEU, *op. cit.*, p. 107-132.

[11] PESAVENTO, Sandra Jatahy. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. In: *Cultura Vozes*, nº 5, v. 89, set/out 1995, p. 35.

[12] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 10, a partir do que diz Bronislaw Baczko sobre o imaginário social (ver nota seguinte). José Murilo utiliza aquele autor de um modo semelhante ao que pretendo aqui; entretanto, trabalha com o estabelecimento dos símbolos da República no Brasil, onde a intenção de conquista do imaginário social é bem mais evidente e direta do que a que estou tratando.

[13] *Comunidade de imaginação* ou *de sentido* é o termo utilizado por BACZKO, Bronislau. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991, como um terreno comum onde vingam determinadas idéias sobre o social; nesse sentido, o sonho de modernidade urbana inscreve-se como uma utopia que quer tornar-se eficaz junto ao imaginário social.

Assim, as representações inscritas no imaginário social são construções mentais dotadas de *um* sentido, que se pretendem gerais, a partir do consenso desse seu sentido, para toda a sociedade.[14] O poder social das representações depende "do grau em que o discurso (...) está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige"[15] e também se aquele que constrói essas representações tem autoridade para isso na sociedade.[16] O mais importante é que esse conjunto de representações, "quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, *exerce poder por si*",[17] se estruturando, no imaginário social, como *a realidade*, embora não passe de "uma ilusão bem fundamentada", onde os critérios de valor de verdade ou falsidade não parecem interessar, vendendo-se, entretanto, como *a Verdade*.[18]

Coerente com o que coloquei acima, é necessário pensar tudo isso no corte histórico deste trabalho. Assim, a Colônia Africana será vista pela ótica dos discursos e imagens que os grupos dominantes, mais do que nunca autorizados pelo projeto republicano que se instalava, fizeram sobre os seus habitantes negros. Tais imagens e discursos fundamentam-se a partir de um sonho de modernidade, com ideais de civilização e de progresso instrumentalizados, por exemplo, na ideologia de higienização, nos códigos de construções e em determinismos

[14] BOURDIEU, *op. cit.*, p. 113: "o poder de impor uma visão do mundo social (...) que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido".

[15] *Idem*, p. 117, aquilo que ele chama de "um princípio determinado de pertinência".

[16] *Ibidem*, p. 116: "o ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social (...). A eficácia do discurso performativo (...) é proporcional à autoridade daquele que o enuncia".

[17] *Ibidem*, p. 116; o grifo é meu.

[18] *Ibidem*, p. 121: a idéia da representação como "ilusão bem fundamentada" o autor tira de Durkheim; coloca ainda que "a força social das representações não está necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade (medido pelo grau em que elas exprimem o estado da relação de forças materiais no momento considerado)". Essas representações podem fazer o imaginário tornar-se aparentemente "*mais real* do que as condições concretas da existência, mobilizando as ações dos indivíduos, motivando práticas sociais e legitimando situações". PESAVENTO, *op. cit.*, p. 36. Isso visa demonstrar o poder dessas representações sobre a sociedade.

raciais. Veremos que essas representações se estruturaram, em um primeiro momento, em torno da ligação dos habitantes da Colônia Africana com imagens sociais negativas, principalmente com a criminalidade, e, em um segundo momento, com o desejo de transformação material e imagética do local - do saneamento à mudança do nome do lugar, excluídos os negros.

Assim, aqui vai interessar muito mais a análise daquilo que é imaginado, pensado ou sonhado, instrumentalizando ou não as práticas de ação, do que as reais condições de existência - o que não quer dizer que estas não serão analisadas. Ou seja, este trabalho pretende se deter mais na noção que se estabeleceu no imaginário social sobre a Colônia Africana do que saber se realmente ela foi um *antro de bandidos*, pois é este imaginário que vai apontar a exclusão social dos negros do lugar.

Estabelecida a noção de representação como uma poderosa construção imagética sobre o real, é necessário um modo de perceber o processo excludente que existe por trás da cortina de aparências levantada em frente ao passado. As principais fontes que nos restaram sobre a Colônia Africana são representações - assim como todas as fontes que nos chegam do passado[19] - que estão profundamente implicadas no processo de exclusão da população negra da área. Faz-se necessário um posicionamento em relação a essas fontes, já que elas não nos mostram diretamente o que queremos ver.

[19] Ver PESAVENTO, *op. cit.*, p. 34: "aquilo que chamamos de fontes históricas ou registros do passado - imagens e discursos - já nos chegam como representação" e CHARTIER, *op. cit.*, p. 177, que diz "não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles"; esse último trecho, entretanto, parece apontar para um problema notado por HUNT, *op. cit.*, p. 13, que diz que historiadores como Chartier "endossaram a avaliação de Foucault de que os próprios temas das ciências humanas (...) são produtos de formações discursivas historicamente contingentes. Essa crítica radical, porém, encerra um problema básico: o seu tom niilista. Onde estaremos quando todas as práticas, sejam elas econômicas, intelectuais, políticas ou sociais, revelarem ser culturalmente condicionadas?" Um total condicionamento da cultura sobre os outros aspectos da vida, dissociando-a do mundo social, é cair naquilo que é justamente criticado nas outras posturas de conhecimento, devendo ser evitado portanto.

Para isso, como postura metodológica frente às fontes, utilizarei o chamado *método indiciário*[20], acreditando ser possível verificar todo um processo de exclusão social do negro a partir de determinadas pistas presentes nas próprias fontes, mas que estão escondidas sob as idéias que nos querem passar. Em auxílio a isso, como ferramenta metodológica, pretendo utilizar as técnicas de montagem propostas por Walter Benjamin[21], visando a apreensão de um conjunto disperso de fontes por uma linha interpretativa a partir do presente.

Acredito que isso não só possibilitará uma contraleitura dos discursos e imagens que as fontes diretamente nos propõem, em direção à visualização de um processo de exclusão, mas também permitirá que se dê conta dos mais diferentes tipos de indícios que temos sobre a Colônia Africana, comparando-os e fazendo-os dialogarem com os conceitos, para espremer seus significados implícitos, já que as representações nos chegam bastante fragmentadas, descontextualizadas de sua época, dos preconceitos e das lógicas excludentes do passado, sendo por isso tomadas, cada uma delas, como pequenas verdades em si, permitindo que os mais desavisados, até hoje, digam: "que *tenebroso inferno* era aquele lugar..."

[20] GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179, que em várias vezes no texto nos mostra o que seria esse *método indiciário*, mas que pode ser resumido pelo que coloca na página 177, onde diz que o paradigma indiciário "pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia (...) Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la". Na verdade, a intenção de Ginzburg é buscar as raízes de um paradigma indiciário mais antigo e mais profundo que o método aqui resumido, que se estrutura a partir do *método morelliano*, no século XIX, tentando superar os incômodos da contraposição racionalismo-irracionalismo; esse texto de Ginzburg "certamente teve a ambição de fundar um paradigma histórico novo", segundo REVEL, Jacques. Micro-analyse et construccion du social. In: *Jeux d'echelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Seuil/Gallimard, 1996, p. 16 (essa afirmação está na nota 3 do texto).

[21] A obra de Benjamin é reconhecidamente fragmentada e de interpretação diversa: ver, nesse sentido GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Embora o seu universo teórico seja riquíssimo, e a sua idéia de *montagem* nos leve a outros horizontes, que ficarão ao longe aqui, vou utilizar apenas as suas técnicas de montagem, a partir da leitura que faz delas BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, principalmente nas páginas 88-103.

Revisão bibliográfica

Foi preciso, antes de entrar na análise do objeto em si, um levantamento da sua situação na bibliografia histórica.

Como coloquei antes, a importância de um estudo centrado na Colônia Africana já se justificaria pela sua ausência na historiografia: os poucos trabalhos dedicados diretamente a ela queixam-se da quase total mudez da bibliografia.[22]

Deve-se dizer que essa ausência não se restringe ao caso da Colônia Africana, mas ao estudo do papel das comunidades negras na história e na formação de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. O estudo do negro no sul do Brasil, durante bastante tempo, foi relegado à periferia historiográfica, o que revela o histórico processo de segregação social e de invisibilidade cultural sofrida pela população negra na sociedade sulina.[23]

Por outro lado, a própria fragmentação dos recentes estudos regionais e locais, as recentes pesquisas sobre etnias e movimentos negros no Brasil, bem como a preocupação por uma história vista de baixo, centrada em setores subalternos e marginalizados da sociedade, e, principalmente, os rumos que tomaram a história social e a sua recente vertente cultural podem e estão possibilitando o preenchimento desta lacuna bibliográfica.

[22] Neste sentido ver MORAES, Paulo Ricardo. Colônia Africana: a história esquecida. *Zero Hora*, Caderno D, Porto Alegre, 25 jun. 1989, p. 1, onde reclama que "as referências em livros sobre o local praticamente inexistem. Quando aparecem, são pouco esclarecedoras e até preconceituosas", e MAUCH, Cláudia. *Colônia Africana: criminalidade e controle social*. Porto Alegre: Texto inédito, CPG em História/UFRGS, agosto 1988, p. 4, onde, frente às recorrentes notícias encontradas sobre o local nos jornais do século passado, coloca que "menos recompensador (...) é o trabalho de procurar informações sobre a Colônia Africana nos livros de memórias e de história de Porto Alegre. Mesmo quando se referem especificamente à formação dos bairros e arrabaldes ou falam dos locais mal-afamados da cidade, com raríssimas exceções, a Colônia Africana não é sequer mencionada".

[23] Mais recentemente, entretanto, alguns trabalhos vêm chamando a atenção para as lacunas e as peculiaridades do estudo das comunidades negras na sociedade meridional; resumidamente, a questão pode ser colocada da seguinte forma: "Esquecidos pelas políticas públicas e pelas pesquisas científicas, os negros deixaram de fazer parte, ou talvez nunca fizeram, do perfil étnico da região Sul, de sua identidade. Ou porque foram invisibilizados pelas várias formas de representação literária e política ou porque foram segregados social e espacialmente, de modo a serem tratados como não existentes". LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 9.

E é justamente neste ponto que se insere um estudo sobre a Colônia Africana, que procure historiar esses setores marginalizados da população e que procure tornar visível a participação do negro na formação étnica e na identidade sulina, bem mais complexa que a figura do gaúcho cruzando o pampa ou do colono arando a terra.[24]

Constatada a lacuna, vamos às migalhas.

As poucas obras que tratam, de alguma forma, da Colônia Africana podem ser divididas em dois grupos:

1 - relatos, memórias, crônicas e reportagens que, aquém do estudo historiográfico, interessariam mais se qualificados como *fonte*; resolvi testá-los nessa análise historiográfica por vários motivos: seja porque, diferente das fontes documentais, eles foram publicados em forma de livro, seja porque não são contemporâneos ao tema que tratam, configurando-se assim como uma forma de construção histórica, seja porque forneceram os dados e deram as primeiras interpretações sobre a Colônia Africana, que marcariam, posteriormente, a historiografia sobre o assunto;

2 - a produção historiográfica propriamente dita, ou seja, trabalhos que em geral partem de uma problemática inicial, baseando-se em uma fundamentação e em pressupostos teórico-metodológicos, seguindo um método de aplicação de conceitos à realidade analisada; esta produção é geralmente acadêmica.

No primeiro grupo encontra-se um dos principais relatos feito sobre a Colônia Africana, que é o pequeno livro que o cônego Matias Wagner fez sobre a paróquia de Nossa Senhora da Piedade, por ocasião do 42º aniversário de sua fundação.[25] Como primeiro pároco

[24] Sobre a ausência do negro na identidade gaúcha, ver OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, *op. cit.*, p. 13-32.

[25] WAGNER, Matias. *Paróquia de N.S. da Piedade*. Porto Alegre: s/ed., s/d. (o livro é provavelmente de 1958).

do curato criado em 1916, cuja jurisdição estava centrada justamente naquela área negra da cidade, o padre Wagner faz um relato da evolução da paróquia e do bairro, intercalando dados, descrições e crônicas que ajudam a formar um quadro valioso do dia-a-dia da Colônia Africana. Interessa-nos três pontos da sua narração: primeiramente, uma série de nomes e datas que nos informam quem eram as pessoas e em que época ocorreram alguns acontecimentos na área (desde quem era dono das terras do lugar até uma listagem dos primeiros moradores católicos do bairro); depois, em um capítulo intitulado *Que era o bairro*, uma descrição sumária das condições do lugar no início da paróquia, informando sobre os moradores, as ruas, o abastecimento de água, as condições sanitárias, a iluminação pública, as moradias e o transporte coletivo, bem como dos esforços que o próprio pároco fez no sentido de pressionar a Intendência a implementar uma série de melhorias na área; por fim, uma série de pequenas crônicas, chamadas no livro de *Ilustrações*, nas quais o padre relata episódios que ocorreram durante a sua dura tarefa de catequizar os habitantes da Colônia Africana, geralmente envolvendo o choque entre a religiosidade popular (*crendices* e *superstições*, para o pároco) e a penetração da igreja católica na região.

Outra obra que pode ser colocada dentro desse primeiro grupo é a que traz as crônicas de Ary Veiga Sanhudo, que gasta algumas páginas rememorando a *escabrosa região*.[26] A memória de Sanhudo é bastante rigorosa com a população do local, aproximando-se da visão daqueles jornais do final do século XIX, que propunham um verdadeiro saneamento moral da Colônia Africana. Apesar disso, os dados que Sanhudo apresenta nos dão pistas importantes, como as ligações que faz dos negros do lugar com os da bacia do Mont Serrat e entre o

[26] SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Volume 2. Porto Alegre: Editora Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 113-116.

posterior saneamento e a entrada da comunidade israelita na área; além disso, ele é responsável pela interpretação de que o próprio nome do lugar, cuja denominação popular não correspondeu a da paróquia, aponta para a força dos cultos africanos e para a resistência de seus habitantes à religião católica.[27]

Ainda dentro do primeiro grupo da bibliografia sobre a Colônia Africana podemos inserir a reportagem de Paulo Ricardo Moraes[28] que tem sua importância na utilização de depoimentos de moradores e descendentes destes sobre o dia-a-dia da Colônia Africana, contendo informações utilíssimas sobre blocos carnavalescos, salões de bailes e outros espaços de sociabilidade daquela comunidade negra.

Já em direção ao segundo grupo, o da produção historiográfica, temos como importante referência os verbetes da obra de Sérgio da Costa Franco sobre a Colônia Africana e sobre as ruas que formam o atual bairro Rio Branco.[29] Como um dos primeiros livros a sintetizar, ainda que sumariamente, a história da região, ele nos traz dados essenciais sobre a área e as ruas que a compõe; entretanto, pelo próprio caráter do livro, a ser consultado como obra de referência, não merece aqui maiores comentários.

Temos ainda, dentro da produção historiográfica, principalmente de origem acadêmica, um certo número de trabalhos que trazem informações pequenas e esparsas sobre a Colônia Africana. Estas inserem-se, na maior parte, como ilustração de algum ponto desses

[27] Esta última observação sobre Sanhudo é feita por FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 117-118.
[28] MORAES, Paulo Ricardo, *op. cit.*, p. 1-2.
[29] FRANCO, *op. cit.*, referências à Colônia Africana e às ruas do bairro Rio Branco nas páginas 88, 105-106, 117-118, 246, 350 e 415.

trabalhos, interessados geralmente nas classes subalternas e/ou no processo de modernização da cidade.[30]

Para um exame mais detalhado dos trabalhos que trataram da Colônia Africana, é preciso inseri-los nas características da historiografia recente.[31] É importante observar o verdadeiro giro que esta historiografia deu, a partir da década de 1970, da história política tradicional para a história econômica e social estrutural e, mais recentemente, para a história cultural.[32]

E é nos estudos de Sandra Jatahy Pesavento que melhor pode ser observado esse trânsito da história econômica e social para a cultural, que caracteriza parte da historiografia atual.[33] O que interessa aqui é a produção dessa historiadora referente à história urbana: é na sua preocupação com a cidade e com os subalternos que encontramos as citações sobre a Colônia Africana. Em *A emergência dos subalternos*, buscando a especificidade da formação do mercado de trabalho livre no Rio Grande do Sul, a autora analisa a crise de braços que se seguiu à abolição da escravatura, verificando que, apesar dessa carência de mão-de-obra, os ex-escravos não foram utilizados na incipiente industrialização do Estado, devido à discriminação advinda da cor e da antiga situação de escravidão, restando ao negro as tarefas menos especializadas e menor remuneradas. Nesse processo de subalternização, a Colônia Africana aparece na observação de que em certos jornais da virada do século, que a autora utiliza como fonte, são abundantes "as notícias sobre o contingente de ex-escravos presentes

[30] Só para citar um exemplo, entre outros, temos o trabalho de CRUZ, Cláudio. *Literatura e cidade moderna: Porto Alegre, 1935*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994, p. 65. Em geral, por não ser o seu interesse central, estes trabalhos apenas repetem o que é colocado por Sérgio da Costa Franco em seus verbetes.

[31] Para a análise da recente historiografia regional, ver o estudo de PICCOLO, Helga I.L. Historiografia Gaúcha. *Anos 90*, Porto Alegre, n.3, junho 1995, p. 43-59.

[32] PICCOLO, *op. cit.*, p. 48.

[33] Esta observação é feita por PICCOLO, *op. cit.*, na nota 9 da p. 48.

em contravenções e perturbação da ordem social."[34] Cita então uma notícia do jornal *Gazetinha*, que descreve a Colônia Africana como a *corte do crime* da cidade.[35] Nas obras em que a historiadora analisa mais detalhadamente a cidade de Porto Alegre, onde ressalta o período de transformações urbanas e de consolidação da ordem burguesa e da implantação da modernidade na cidade, pode ser destacada a observação que faz da origem dos arrabaldes, ligadas às questões étnicas, onde se insere a Colônia Africana, que não teve nem o *status* de arraial e nem o interesse da administração pública em oferecer as melhorias que se implementavam em outros lugares da cidade, geralmente zonas que tiveram origem açorita ou alemã.[36] É, no entanto, em um pequeno artigo que a autora vai fazer uma apreciação mais demorada sobre o local.[37] Utilizando conceitos como exclusão, identidade e alteridade para mapear os territórios negros da cidade, mostra as imagens negativas presentes nas notícias de jornais e crônicas, observando que nelas "evidencia-se de maneira inconteste que a opinião pública era preparada para processar, no seu imaginário, a associação daquele território negro com a marginalidade."[38] Estabelece-se assim o processo que exclui socialmente e espacialmente os negros da Colônia Africana e lhes coloca o estigma da criminalidade:

[34] PESAVENTO, *A emergência dos subalternos...*, *op. cit.*, p. 78.

[35] PESAVENTO, *op. cit.*, p. 79-80: conclui que, nos jornais, "os protagonistas dos crimes praticados eram basicamente indivíduos de cor: pretos, pardos e mulatos, e os periódicos reclamavam providências enérgicas contra o sem número de roubos, assassinatos, estupros e agressões diversas que lá ocorriam diariamente". A mesma citação aparece em PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: as elites e o povo na virada do século*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990, p. 60-61, onde procura mapear as diversas vivências e visões dos diferentes setores da sociedade com relação à República. Em PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 125-126, onde mostra um panorama da vivência e do cotidiano da população de baixa renda da cidade, a Colônia Africana aparece também sob a ótica da criminalidade e do vício.

[36] Sobre a questão dos arraiais e a diferença de *status* de acordo com a origem étnica, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.). *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal, 1991, p. 42; sobre o abandono do poder público, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.) *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal, 1992, p. 40.

[37] PESAVENTO, Os excluídos da cidade, *op. cit.*, p. 80-89.

[38] *Idem*, p. 85.

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

> A Colônia Africana é talvez um dos melhores exemplos da exclusão dos negros no espaço e da associação deste território com a marginalidade. Trata-se da projeção, na imagem de um espaço, de uma representação consensual na sociedade da época. Tal *território negro* é objeto de todo um imaginário coletivo, que se difunde em jornais e encontra respaldo nos arquivos policiais e processos criminais. Há, pois, uma representação de espaço associado à etnia e a uma marginalidade, o que revela uma atribuição de sentido muito claro e preciso: os negros são malandros, avessos ao trabalho e sobretudo perigosos, e suas *zonas* são locais que um branco honrado e trabalhador faz questão de evitar.[39]

Criminalidade, exclusão e controle social estão presentes também na produção de Cláudia Mauch, principalmente no seu trabalho *Colônia Africana: criminalidade e controle social*, que é o único texto acadêmico a se deter exclusivamente sobre a história da região. Estudando a questão da criminalidade na Colônia Africana, a pesquisadora deixa desde o início claro que este é apenas um dos aspectos sob o qual pode ser tratado o local, interessando-se justamente em estabelecer explicações para a imagem que o bairro tomou.[40] Utiliza como fonte os jornais *Gazeta da Tarde* e *Gazetinha*, engajados na campanha de *saneamento moral* da cidade, além de alguns registros policiais de prisões e crimes ocorridos na área, e outras fontes que forneceram indicações diversas sobre os moradores da Colônia Africana. Centra-se nas questões da criminalidade e do policiamento urbano, onde estabelece que o discurso construído pelos jornais apresentava uma visão carregada de valores burgueses, que tornava equivalentes conceitos como pobreza, ociosidade e criminalidade, justificando assim a utilização de mecanismos de controle e disciplina sobre a população do local. Analisando as relações entre visão de mundo burguês, necessidade de controle social sobre os grupos marginalizados, construção de uma imagem negativa da comunidade negra a partir da campanha da imprensa e prática policial, conclui da seguinte maneira:

> poderia dizer que a Colônia Africana, durante o período estudado, foi efeito da segregação urbana e se constituiu como espaço segregado dentro de Porto Alegre; o *mal* foi ali localizado, circunscrito,

[39] *Ibidem*, p. 86.
[40] MAUCH, Cláudia. *Colônia Africana: criminalidade e controle social*. Porto Alegre: Texto inédito, CPG em História/UFRGS, agosto 1988, p. 5.

> e as pessoas respeitáveis da cidade se horrorizavam com a sua existência e pediam ação energética da polícia para acabar com ela.[41]

Apesar de ser brilhante em suas considerações e no tratamento das fontes, o estudo de Cláudia Mauch foi infelizmente apenas esboçado, não tendo sido levado adiante, ainda que a mesma autora tenha desenvolvido uma dissertação de mestrado que trate de aspectos que podem ser ligados à Colônia Africana, embora faça poucas referências diretas a ela.[42]

Para finalizar esta rápida análise do que encontramos sobre a Colônia Africana na historiografia, é preciso estabelecer o que se observa como uma linha comum a todos esses escritos.

O que parece regular o conjunto de obras que tratou daquele tema é a visão da Colônia Africana em torno da criminalidade. Como vimos, a posição destas obras variou em reiterar a pecha de criminosos dada aos habitantes daquele local (caso de Sanhudo e dos jornais da época), em negar essa sua ligação com o crime (caso de Wagner), em denunciar essa ligação como representação construída pelas elites para o controle das classes populares no período de implantação da ordem burguesa (caso da produção acadêmica, exemplificadas aqui nos trabalhos de Pesavento e Mauch). A ótica da criminalidade, que em um trabalho exclusivo sobre a Colônia Africana não deve ser desprezada, mas antes aprofundada, não é só um dos aspectos sobre o qual é possível examinar a história do local, mas é também a visão hegemônica que foi estabelecida pelas fontes e por parte da historiografia. A percepção de Cláudia Mauch, neste sentido, é exemplar: "mesmo que a Colônia Africana não fosse

[41] MAUCH, *op. cit.*, p. 39.
[42] MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/ UFRGS, 1992: referências explícitas sobre a Colônia Africana nas páginas 105-106 e 145. Ainda existe um artigo da mesma autora, sobre a campanha de saneamento moral da cidade, onde cita a Colônia Africana apenas como exemplificação de zonas perigosas aos olhos burgueses: MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia... [et. al.]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS /Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 9-24.

realmente o tenebroso inferno descrito pelos jornais, foi essa a imagem construída sobre ela, e foi essa a versão que nos restou."[43]

Tentar estabelecer o porquê da Colônia Africana ter sobrevivido, quase que exclusivamente, pela ótica da criminalidade é o papel deste trabalho.

Estrutura da dissertação

A dissertação está dividida em duas grandes partes, intituladas, respectivamente, *O Centro* e *A Periferia*. Essa divisão visa dar conta dos dois pontos principais que a dissertação pretende trabalhar: a modernidade urbana - suas lógicas, seu esboço em Porto Alegre e suas idéias e práticas de exclusão - e a Colônia Africana.

Em primeiro lugar, a modernidade urbana que se deseja e se instala provém do *centro*, entendido tanto como *centro da cidade*, de onde partem as idéias e as práticas decisórias, como *centro do mundo*, de onde partem os modelos de modernidade que se desejava importar para essas terras tropicais e subtropicais, e como *centro da história*, na medida em que foi a área que recebeu maior atenção da historiografia. Ao mesmo tempo, é preciso pensar nesse *centro* também como periferia, mundial e nacional, com os reflexos que isso pode ter, e, em contrapartida, relativizar uma determinada concepção mecânica dessa divisão *centro-periferia*, como veremos.

Em segundo lugar, pelos mesmos motivos anteriores, só que de modo inverso, surge a *periferia* neste trabalho: entendida também como *periferia da cidade*, *do mundo* (e de seus avanços) e *da história*. Assim construo a segunda parte da dissertação, onde escrevo uma história da Colônia Africana.

[43] MAUCH, *Colônia Africana...*, *op. cit.*, p. 39.

Então, essa área negra não será analisada aqui como se bastando em si, mas em contraponto ao centro, de onde partem as imagens e os discursos nada abonadores sobre aquele arrabalde. Assim, confesso ao leitor, que espera que eu me detenha apenas sobre o objeto aqui escolhido, que eu fale *de cabo à rabo*, neste trabalho, sobre a Colônia Africana, que poderá ficar um pouco *impaciente* - mas, prometo, não *entediado* - com a primeira parte desta dissertação, onde aquela área é pouco mencionada. Entretanto, o próprio modo como está dividido o trabalho (possibilitando que seja ignorada a primeira parte - não sem comprometer o entendimento do objetivo total da dissertação) parece facilitar bastante uma escolha pessoal dos futuros leitores. Mas a leitura dessa dissertação é uma jurisdição sobre a qual já não tenho mais competência...

A primeira parte - *O Centro* - se inicia com um capítulo que intitulei *Sonho de modernidade*, onde procurei discutir o conceito de modernidade a partir da sua percepção na relação centro-periferia. No segundo capítulo, *Esboço de modernidade urbana em Porto Alegre*, analiso de perto o desenvolvimento material da cidade até o período aqui trabalhado, verificando as condições para o estabelecimento de uma modernidade urbana. *As classes perigosas*, o capítulo que fecha esta parte inicial, analisa as ideologias e os mecanismos específicos de exclusão, engendrados por aquele esboço ou sonho de modernidade na cidade.

A primeira parte, onde a explicação teve de ser um pouco mais *pontualizada*, está dividida ainda em alguns subcapítulos. Isso já não ocorre na segunda parte, onde o texto corre propositadamente mais livre, visando a análise do desenrolar das considerações da parte inicial sobre o objeto de estudo, a Colônia Africana.

A segunda parte do trabalho inicia com um panorama geral da Colônia Africana, localizando a área, seus habitantes e as condições materiais que encontramos no local, no

capítulo que chamei de *A colônia dos africanos*. No capítulo seguinte, *A corte do crime*, serão analisadas mais de perto as representações criadas sobre aquele território negro. Por fim, no último ponto desta parte, intitulado *Onde ficou a Colônia Africana?*, verifico as transformações que ocorreram na área e que levaram ao desaparecimento daquela comunidade negra.

O espírito da pergunta que intitula esse último capítulo é o que guia a *Conclusão*, que visa costurar o trabalho e estabelecer algumas observações sobre o que foi escrito, encerrando esta dissertação.

Assim, entremos naquele mundo de um século atrás, visto aqui a partir dos *cacos* que os arquivos guardaram dele para nós.

PARTE I - O CENTRO

1. SONHO DE MODERNIDADE

Extravagante o sonho que tive esta noite.
Ouvi uma gritaria enorme, atroadora, reclamações entusiásticas, foguetada estourando no espaço, músicas vibrando hinos triunfais. Enfiei-me num par de calças, enrolei-me num capote e cheguei à janela para ver o que era aquilo. Mal a minha cabeça com os cabelos emaranhados assomou à janela redobraram as aclamações, a foguetada estrugiu numa tempestade e os metais da música abriram-se com a força dos hinos.
Era comigo aquilo.
(...) Vinham trazer-me felicitações por ter sido eu eleito - *intendente municipal*.
Ah! é isto?
Falei. Meu discurso foi breve.
- Andam trocados os papéis, meus concidadãos, disse eu. Felicitais-me a mim, quando os felicitados devíeis ser vós que ides ter agora uma tirania municipal.
(Sussurros!).
Sim uma tirania, coisa de que necessitais para a vossa felicidade. Eu não cortejo povo, falo-lhe a dura verdade que há muito ele devera ter ouvido. Sim, meus concidadãos, a cidadania que pretendes tem sido a vossa desgraça. Firmados nela criais porcos nos vossos quintais, construís casas que são o peristilo do cemitério, amontoais o cisco no fundo dos vossos porões, despejais a imundice na sarjeta das ruas, fazeis enfim o que quereis. Tudo isto vai acabar. A soberania passa a residir exclusivamente em mim. Os meus códigos aí estão: tratados de higiene, compêndios de construções etc, etc, etc.
O meu olhar há de penetrar na consciência de vossas habitações para fulminar os pecados que lá encontrar.
As paredes das casas úmidas, levantadas contra as prescrições técnicas, hão de ruir e toda a vez que uma idéia proveitosa cair-me debaixo da retina, aquilo será num tempo só: decreto para a frente.
(*Grande Sussurro*!).
Ah! eu sou assim. Povo não tem juízo, não tem critério; povo não foi feito para governar e sim para ser governado e governo é o domínio de uma só cabeça.
(Protestos surdos).
É do que precisamos, meus concidadãos.
Não vos impressionaram minhas palavras.
Os frutos de meu sistema não tardarão em beneficiar-vos.
(...) (O povo retira-se lentamente; a música emudece: não se ouve um foguete).[1]

Porto Alegre acorda nos primeiros anos da República sonhando-se moderna.

Essa é a impressão que se tem se olharmos a cidade através dos *reclames*, que surgem como cogumelos nas publicações da época, adjetivando o *novo* e o *moderno* aos mais diversos produtos. Também é o que se nota a partir de uma determinada tomada da Rua da Praia, onde o velho sobrado secular - assim como o tradicional lampião a gás - convive com os postes da rede telefônica e com as primeiras instalações da rede elétrica, estando os trilhos dos bondes ainda colocados sobre o calçamento irregular da rua.[2] É o que está presente nos

[1] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 8/6/1895. MCSHJC.
[2] Ver fotografias no ANEXO 1, p. 204.

artigos dos jornais, na opinião de seus articulistas, que saúdam e temem, na mesma intensidade, as novidades que vão surgindo.

Flashes como esses nos fazem pensar a cidade ingressando nos domínios da modernidade: a ciência aliando-se à técnica para domar o mundo e torná-lo melhor e mais cômodo para as pessoas, a razão iluminando as ruas e as trevas que habitavam corações e mentes, o ordenamento da linha reta e o saneamento físico e moral dos corpos e dos espíritos.

Entretanto, se colocarmos na dimensão histórica, podemos perceber que essa transformação desenvolveu-se através de uma equação que levou em conta os diversos projetos de cidade, produzidos pelos setores da sociedade interessados nas transformações urbanas, e as condições concretas, materiais e mentais, que possibilitaram ou travaram essas mudanças.

As mudanças que ocorrem em Porto Alegre nesse período[3] estão atreladas a uma série de transformações econômicas, políticas e sociais mais amplas: a crescente industrialização e o aumento súbito da população como fenômenos essencialmente urbanos, a abolição da escravidão e a reestruturação do mercado de trabalho que a ela se seguiu, a própria proclamação da República e o mundo de projetos - e vontades de colocá-los em prática - potencializados por aquele acontecimento político. Poderíamos arrolar ainda um conjunto maior de alterações que se realizaram em tal contexto, mas prefiro indicar, nesse primeiro momento, um maestro que dá a esse turbilhão um sentido: a implantação da ordem burguesa nas cidades em decorrência do processo de transição capitalista que caracteriza esse período da história do país.

[3] Nesse início de trabalho vou apenas dar algumas pinceladas sobre indícios de modernidade na Porto Alegre do período de 1890-1920, aprofundando-me mais sobre a transformação urbana causada pelo processo de modernização no capítulo seguinte.

Essa implantação produziu ainda uma série de representações sobre as classes pobres, representações essas que se estabelecem, por oposição, na base da identidade burguesa: é o belo contra o feio, o progresso contra o atraso, a civilização contra a barbárie, o futuro contra o passado.

Essas representações se estruturam a partir de um ideal de modernidade urbana, que, no entanto, não se baseia primeiramente em uma modernização no interior dessa sociedade, onde ela é apenas incipiente, mas sim em uma série de imagens e discursos que são exteriores a ela, provindas dos centros urbanos onde a modernidade já havia se instalado no século XIX.

A modernidade é então percebida como sonho na sua periferia, como desejo de que ela se realize, embora ela se restrinja àquela equação entre projetos de transformação do ambiente urbano e condições concretas para a sua instalação, sendo as classes populares, em especial a população negra da cidade, reconhecidas muitas vezes como elementos que travavam essas mudanças. Constroem-se assim os discursos e as imagens que direcionam o imaginário social a eleger determinados grupos e espaços na cidade como *maléficos* ao seu progresso, ao mesmo tempo em que se estabelece, aos poucos, principalmente no centro da cidade, *capas* ou *ilhas de civilização*, que tendem a representar a imagem da cidade como um todo, bem como restringem os benefícios da modernidade a apenas alguns setores da sociedade, estruturando a exclusão social dos grupos populares.

O objetivo deste capítulo é estabelecer uma primeira aproximação à questão do surgimento da modernidade em Porto Alegre, verificada pela problemática da modernidade na periferia ao centro de onde se expande, a partir da discussão do conceito e da percepção, como fenômeno histórico, pelos sujeitos que a viveram.

De início, faço uma observação: o conceito de modernidade tem dado *pano para manga* nos últimos tempos, principalmente em torno da questão da *pós-modernidade*. Devo dizer que eu não discutirei essa questão aqui.[4]

Vou antes privilegiar a definição dada por Marshall Berman, que no seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar* estabelece o conceito de modernidade a partir do conjunto de experiências das pessoas que vivem e sentem o mundo de constante transformações provocadas pela contínua modernização capitalista.[5]

Se esse desenvolvimento capitalista se dá por um acúmulo de forças e transformações que vêm se sobrepondo continuamente desde o século XVI até hoje, ou se ele se desenvolve por etapas, que brotam, crescem e murcham como flores, não vai interessar aqui nesse momento.[6]

O que interessa é verificar duas considerações que Berman faz do seu conceito de modernidade. A primeira é que essa experiência de modernidade é essencialmente contraditória, expressando-se tanto no desejo de mudança, como no temor a essa desintegração, no fascínio e no horror ao moderno, que podem conviver na mesma sociedade,

---

[4] Sobre o debate entre modernidade e pós-modernidade há uma imensa bibliografia; cito apenas duas obras: SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1986, uma introdução à questão, e CASULLO, Nicolas (Org.). *El debate modernidad-posmodernidad*. Buenos Aires: Puntosur, 1989, que reúne uma série de textos expressivos, com as mais diversas posições sobre o assunto, de Habermas a Lyotard. Apesar de não aprofundar aqui, é inegável - e observo isso antes que alguém o faça - que um trabalho como o meu, que pretende verificar o papel da modernidade na exclusão do negro na sociedade urbana, não tenha ao menos respirado os *miasmas* desse debate.

[5] Ver principalmente introdução de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15-35.

[6] Embora seja sobre essa temporalidade da modernização que se baseiam as críticas que Perry Anderson faz a Berman, considerando sua visão do desenvolvimento capitalista essencialmente plana e retilínea, ao contrário da imagem curvilínea da trajetória burguesa, que vai buscar em Marx (a imagem da *floração* do desenvolvimento capitalista é também de Marx): ver ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, 14 (1986): 2-15. Não vou me aprofundar na análise do já famoso debate travado entre os dois, mas apenas apontá-lo: além do livro de Berman e das críticas de Anderson, ver a tréplica de BERMAN, Marshall. Sinais pela rua. *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1987, p. 26-27. Como dica, o livro de CASULLO, *op. cit.*, p. 67-130, traz a vantagem de compilar os três textos, coisa que nenhuma edição em português faz.

no mesmo projeto, na mesma pessoa. A segunda é que *modernização* e *modernismo* são termos que dizem respeito a um mesmo fenômeno da *modernidade*, onde as mudanças materiais, espaciais e estruturais provocadas pelo motor capitalista - modernização - estão amalgamadas com as percepções e expressões mentais, que dão sentido e que alimentam as mudanças - modernismo.

O que Berman argumenta é que a percepção desses pontos centrais da modernidade, tanto a base contraditória da vida moderna como a dialética entre modernização e modernismo, foram perdidas no século XX, que tendeu a ver a modernidade de forma dicotômica, estabelecendo-a como um reflexo mecânico do processo de modernização, perdendo-se a ligação deste com o modernismo.

A esta perda de raízes da modernidade no pensamento do século XX, Berman contrapõe as visões dos modernistas do século XIX, que "sentiram a modernidade como um todo."[7] A partir daí, analisa as obras de Goethe, Marx e Baudelaire, nos primeiros capítulos que, por si só, transformaram seu livro, se não em um clássico, em um candidato com qualidades para isso.[8]

Entretanto, vou privilegiar aqui o capítulo em que ele trata da cidade de São Petersburgo, que tem sido considerado quase que em segundo plano, perto daqueles anteriores, que analisam os primeiros modernistas que conhecerem diretamente - na *própria pele* - a experiência de se viver em uma cidade moderna.

É nesse capítulo sobre o modernismo oitocentista russo que está uma importante contribuição para a questão da modernidade na sua periferia, a começar pela pergunta que ele

[7] BERMAN, *Tudo que é sólido...*, *op. cit.*, p. 35.
[8] Curiosamente, quem faz essa observação é justamente seu maior crítico, ANDERSON, *op. cit.*, p. 2.

se propõe a responder logo de início: "o que aconteceu nas áreas fora do Ocidente, onde, apesar das pressões crescentes do mercado mundial em expansão e do desenvolvimento simultâneo de uma cultura mundial moderna (...), a modernização *não* estava ocorrendo?"[9]

Antes, deve-se indicar que o que ele entende por *Ocidente* é basicamente o conjunto de grandes cidades - Londres, Paris, Berlim, Viena, Nova Iorque - onde ocorreram *levantes de modernização* durante todo o século XIX. Qual a reação ocorrida fora desses lugares, onde a modernidade era conhecida basicamente pelas notícias, esta é a questão.

Berman nos apresenta, já de início, mais que uma hipótese, uma resposta prévia para isso: "é óbvio que nelas os significados da modernidade teriam de ser mais complexos, paradoxais e indefinidos."[10]

Bem mais adiante, parece responder definitivamente a questão: "em países relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslanchou, o modernismo, onde se desenvolve, assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos."[11]

Segundo Berman, a modernidade na periferia se alimentaria de uma modernização exterior a ela, ou seja, as pessoas que nela se encontram se limitam a sonhar com as maravilhas de que ouvem falar. Isso é uma primeira aproximação ao que chamo aqui de *sonho de modernidade*.

[9] BERMAN, *op. cit.*, p. 169.
[10] *Idem*, p. 169, onde coloca também que os russos (e por extensão, as pessoas que viviam na periferia da modernidade) "experimentaram a modernização principalmente como algo que *não* estava ocorrendo, ou como algo que estava ocorrendo à distância, em regiões que embora visitassem, experimentavam mais como fantásticos antimundos que realidades sociais; ou ainda, quando ocorresse no país, como algo que acontecia das formas mais irregulares, vacilantes, flagrantemente destinadas ao fracasso ou estranhamente distorcidas."
[11] *Ibidem*, p. 223-224.

Porque os projetos e desejos de implantação da modernidade na periferia, no nosso caso, a Porto Alegre da virada do século, vão basear-se em imagens e modelos vindos de fora: é o desejo de reproduzir os costumes civilizados e as paisagens urbanas da Europa.

E esse sonho de modernidade parece ter variado quanto a atitude dos sujeitos das camadas urbanas aburguesadas: se o desejo de civilização lhes é comum, a possibilidade de realização deste desejo é variável.

Por um lado, esse desejo intenso transforma-se em desencanto ante a impossibilidade de reproduzir Paris aqui: para estes, uma vida na *angústia do atraso* só tinha solução nos vapores para a Europa, o equivalente ao aeroporto para alguns, cem anos depois.

Por outro lado, há aqueles que querem e exigem do poder público a remodelação do espaço urbano a partir do exemplo externo. Para este grupo, que é o que vai nos interessar aqui, porque vão ser os interventores do espaço urbano, as transformações rumo à cidade ideal significavam, antes de mais nada, questões a serem superadas: o surgimento da modernidade é sentido sobretudo como *problema* na experiência urbana burguesa. São respostas a serem dadas às questões sociais e raciais, são antigas ordens - ou *desordens* - a serem rearranjadas ou dissolvidas, são diferentes paixões e visões de mundo que entram em conflito, são projetos a serem colocados em prática, são avenidas a serem abertas sobre becos, são os levantamentos dos fundos necessários para tais obras, são regulamentos, baseados em tratados de higiene e em regras de construções, que visam materializar a cidade desejada. Acima de tudo, elegem-se grupos e comportamentos que não condizem com o ideal de civilização desejado e tenta-se controlá-los, reprimi-los, exterminá-los.

É na cabeça e na ação desses cidadãos que se tenta instrumentalizar e tornar efetiva uma *ânsia de civilização*, que pode ser sintetizada da seguinte maneira:

> A expressão *ânsia de civilização* designa a preocupação daqueles intelectuais de civilizarem a cidade através da ação do Estado, eliminando as áreas pobres ou miseráveis, eliminando também os próprios miseráveis (...), criando uma cidade com estrutura urbana, arquitetura e habitantes condizentes com o progresso pretendido. Esta preocupação foi manifestada freqüentemente e, muitas vezes, de forma exaltada.[12]

Aqui estamos diante de um novo ponto, a meu ver, para a delimitação do que eu chamo de *sonho de modernidade*. Se esse sonho, como se argumentou, baseia-se em uma modernização externa à sociedade periférica, ele também é moldado pela necessidade de se achar respostas aos problemas internos e específicos da sociedade urbana em questão. Ou seja, entre o modelo ideal exterior, que existe, para as pessoas da periferia, somente no mundo das idéias, e a sua efetivação concreta, há uma série de enredos nativos, de costumes arraigados e de especificidades históricas que travam ou desafiam aquele plano de transformação urbana, sendo que a própria influência externa geralmente não é tomada de forma mecânica, mas selecionada e pautada por alguma forma de raciocínio e de função local.

A questão se desenvolve pela relação entre centro e periferia na expansão mundial da modernização capitalista. Deve-se estabelecer que ela é bem mais complexa do que o modelo concêntrico, estabelecido em geral pelos economistas, onde a dominação do centro corresponde a uma resposta *mimética* da periferia.[13]

A resposta à questão da relação centro-periferia pode estar naquilo que José Luis Romero chama de jogo dialético do desenvolvimento *heterônomo* e do desenvolvimento *autônomo* das cidades periféricas ao centro original do capitalismo, onde os modelos

---

[12] VARGAS, Anderson Zalewski. A cidade como artifício corruptor. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 83-84.

[13] Esta crítica é feita por MORSE, Richard. As cidades "periféricas" como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 206. Herdo dele a idéia de que, apesar da força da exportação do modelo *haussmanizado* de Paris, o paradigma do século XIX da nova urbe, "nenhuma cidade poderia ser a sede de todos os ingredientes que forjaram a têmpera moderna" (p. 207).

importados têm de se adequar à lógica interna da sociedade urbana local, vingando ou fenecendo nesse solo específico. O autor nos dá uma pequena aula sobre a história do desenvolvimento, do século XIX até as primeiras décadas do seguinte, das cidades latino-americanas, que:

> por uma parte procuravam adequar-se ao modelo europeu seguindo suas linhas de mudança e por outra sofriam as transformações derivadas de sua estrutura interna, que alteravam as funções da cidade e, além disso, as relações entre os distintos grupos sociais e entre a cidade e a região. Esse duplo processo - de desenvolvimento heterônomo e de desenvolvimento autônomo - continuou ao longo do período independente, acentuando-se cada vez mais (...); entretanto um novo impacto externo - o da sociedade industrial - se fez sentir sobre as cidades ativas nas últimas décadas do século XIX e forçou seu desenvolvimento heterônomo até incluí-las plenamente no sistema econômico do mundo capitalista (...). As burguesias, definitivamente constituídas e largamente experimentadas, aceitaram a ideologia do progresso e procuraram acentuar o desenvolvimento heterônomo contendo o desenvolvimento autônomo mediante o exercício de um poder forte. Sem dúvida tiveram êxito, (...) mas era inevitável que fracassassem ao fim de alguns decênios.[14]

Essa relação centro-periferia, bem definida aqui como *jogo*, onde as soluções encontradas se originaram de um caldeamento dos elementos internos e externos dessas sociedades periféricas, parece registrar não uma lei, para fugirmos das normas do determinismo e da inevitabilidade, mas uma tendência de mescla, miscigenação e hibridização que marca as sociedades desse lado do planeta, visível não só na emergente modernidade do período aqui estudado, mas também - dando um exemplo - naquilo que vai caracterizar posteriormente o chamado Terceiro Mundo: não a generalização da miséria em uma sociedade subdesenvolvida, mas a convivência mesclada - não pacífica, mas banalizada - de vários *mundos* (da favela à mansão), avizinhados em um só.

[14] ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades e las ideas*. 3ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986, p. 18-19. A visão do autor é de que há, na realidade latino-americana, uma autonomia que parece derrubar qualquer intenção de se estabelecer modelos externos; em um exemplo que foge ao nosso assunto específico, mas que pode, ao mesmo tempo, enriquecê-lo, diz que o modelo colonial espanhol, que baseava-se em uma ideologia que procurava modelar a realidade, resultou frustrado, porque "a realidade social e cultural da América Latina já era caótica", o que mostra que, desde um primeiro momento, os experimentos externos perdem sua rigidez frente à realidade local (p. 14).

Com essa deixa voltamos a Marshall Berman, um pouco esquecido acima, mas sempre presente aqui, que considera a Rússia do século XIX e a brilhante literatura que lá foi produzida como um prenúncio dos problemas do estabelecimento da modernização e da sensibilidade moderna nos outros cantos do mundo: "a Rússia lutou contra todas as questões a serem enfrentadas posteriormente pelos povos africanos, asiáticos e latino-americanos. Podemos, pois, interpretar a Rússia do século XIX como um arquétipo do emergente Terceiro Mundo do século XX."[15]

Entretanto, depois do que foi colocado, não podemos aceitar uma interpretação mecânica dessa comparação (não estou dizendo que Berman faça isso), pois estabelecer que aquela Rússia foi o modelo do Terceiro Mundo, assim como colocar que a periferia procura espelhar-se no centro, "não quer dizer que os países em desenvolvimento repetem os estágios uns dos outros: eles não o fazem, assim como não imitam os dos países desenvolvidos. (...) A resposta latino-americana à modernização foi ao mesmo tempo mais dócil e mais recalcitrante do que a da Rússia."[16]

Essa resposta latino-americana é vista por Richard Morse, entre outras, na obra de Machado de Assis, que é expressa, segundo ele, em "um idioma tão *caseiro*", que faz com que os historiadores, desesperados também com a multiplicidade e com a resistência seletiva dos axiomas da modernização na América Latina, acatem "a interpretação que faz da região o rabo do cachorro do capitalismo internacional."[17]

[15] BERMAN, *op. cit.*, p. 170.
[16] MORSE, *op. cit.*, p. 220.
[17] *Idem*, p. 209 e 221; Morse tende a considerar o modernismo surgido na América Latina como mais *rico* (expressão minha) do que o do centro, embora as parábolas de Machado de Assis fossem "esquisitas ou obscuras às sensibilidades mesmerizadas (para usar um neologismo da época) pela Europa capitalista" (p. 209).

Nesse sentido, há ainda uma instigante - e importante, para este trabalho - crítica que Morse faz a Berman, quando diz que a rua do Ouvidor, a *perspectiva Nevski* de Machado de Assis, "era mais um ambiente que mais confirmava o *status quo* do que, como a perspectiva Nevski, o suspendia."[18] Ou seja: nela se ressaltava mais a hierarquia da sociedade escravista do que se *democratizava* ou se embaralhava a situação social dos seus transeuntes. É preciso dizer que Berman vê a Nevski, a grande avenida moderna que corta Petersburgo no século XIX, como uma "vitrina das maravilhas da nova economia de consumo que a moderna produção de massa começava por tornar acessíveis" e "onde todas as classes existentes se reuniram."[19]

O que se pode argumentar em favor de Berman é que ele mostra, no seu capítulo sobre São Petersburgo, justamente como é ilusória essa abolição do *status quo* que a Nevski proporciona, e se há uma quebra da hierarquia social, ela é proporcionada por uma série de experimentos (muito mais imaginários do que concretos) de modernização vindos de baixo, que dificilmente vingam no século XIX, pisoteados pelo temor e pela repressão czarista. O que importa é ver como se vende a imagem da Rússia para fora e para os próprios russos a partir da Nevski, não importando que o resto do país fosse atrasado e servil (a própria cidade de São Petersburgo é um monumento à vontade de civilização): interessa mostrar a vitrina *metonímica* que é a Nevski, que abriu, segundo a leitura de Berman, "no coração de um país subdesenvolvido, uma vista de todas as promessas deslumbrantes do mundo moderno."[20]

Para mim, ambas as visões, de Morse e de Berman, são válidas, se colocadas sobre a realidade que se observa na Porto Alegre da virada do século: a inscrição da modernidade na

[18] *Ibidem*, p. 220.
[19] BERMAN, *op. cit.*, p. 187.
[20] *Idem*, p. 187.

periferia se estrutura pela manutenção do *status quo* e pelo surgimento e promessas utópicas do novo, pois as antigas formas convivem e se mesclam com a aparição - ou, principalmente, com as *aparências* - das novas. Tanto na visão da Rua da Praia da década de 1890, que coloquei no início, onde elementos novos e antigos convivem na mesma paisagem urbana, como nas publicações da época, que alardeavam uma *nova era* para a cidade a cada novidade que surgia - embora, pela mesma época, os negros da Colônia Africana ainda vivessem dos mesmos subempregos urbanos do tempo da escravidão - vale aqui a máxima de Michelet, que Walter Benjamin reproduz na sua análise da cidade-luz: "cada época sonha a seguinte."[21]

E na Porto Alegre da virada do século, inscrita no conjunto das cidades periféricas ao centro de expansão da modernização capitalista, esse sonho quer dizer, para uma delimitação final do que eu considero como sendo o sonho de modernidade, o desejo de transformação urbana a partir de um modelo de modernização externo a essa sociedade, mas que se rearticula pelas suas necessidades e lógicas internas.

A partir daí, é preciso verificar como isso é sentido e expressado dentro da sociedade urbana que nos interessa aqui, a Porto Alegre do final do século XIX. Nesse caso, dentre os diferentes modos de se abordar a cidade a partir do fenômeno da modernidade, e dada a sua complexidade, resolvi escolher um discurso específico como porta de entrada - que se abre por dentro, a partir da visão de alguém que estava vivendo aquele processo - para perceber e

[21] BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Walter Benjamin. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 32, que faz o seguinte comentário, que ajuda a sedimentar a imagem que faço aqui da modernidade: "à forma de um meio de construção que, ainda é dominada pela do modo antigo (Marx), correspondem imagens na consciência coletiva em que *o novo se interpenetra com o antigo*. Essas imagens são *imagens do desejo* e, nelas, a coletividade procura tanto superar quanto transfigurar as carências do produto social, bem como as deficiências da ordem social da produção." (grifos meu)

selecionar algumas características centrais, para esse trabalho, do processo de instalação da modernidade na cidade.[22]

Escolhi, para verificar a questão do sonho de modernidade, um artigo jornalístico, escrito na Porto Alegre da década de 1890, que se assemelha a uma crônica, a meio caminho entre a literatura e a notícia[23], como prova e como maneira de penetrar e perceber a lógica daquele passado, como uma opinião privilegiada para se perceber a sensação da modernidade urbana na época da sua implantação. É certo que a cidade, particularmente, nunca produziu o seu Dostoievski - o que torna a minha tarefa não mais difícil, mas, infelizmente, mais árida. Entretanto, lá está, na Porto Alegre da década de 1890, a modernidade sendo sonhada.

É o que eu vejo naquele texto que eu coloquei como nariz-de-cera - para usar um jargão jornalístico - deste capítulo, um artigo que foi *provavelmente* escrito pelo jornalista Germano Hasslocher, publicado no ano de 1895, na *Gazeta da Tarde* de Porto Alegre.[24]

[22] Nessas afirmações deve-se perceber os ecos de um trabalho de Maria Stella Bresciani sobre as diferentes formas de percepção da cidade, onde ela estabelece de cinco a sete portas de entrada conceituais para se orientar e estudar o fenômeno urbano, elegendo e salientando a modernidade como o momento em que as cidades "são problematizadas em *questões urbanas*, concebidas como espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta *o conhecimento* e *a vivência* nas cidades contemporâneas." BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (Org.). *Cidade e História*. Salvador: UFBA/ANPUR, 1992, p. 12.

[23] Aqui deve-se notar uma determinada postura frente às formas narrativas como a crônica, a literatura, e mesmo o jornalismo opinativo, que é considerá-las como fontes privilegiadas para se perceber as sensibilidades do passado, entendendo-as como "sintomas de uma época": PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: os caminhos cruzados da representação urbana. In: *Representações literárias da cidade: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS (no prelo), p. 6; considera que "a literatura tem, ao longo do tempo, produzido representações sobre o urbano que traduziriam não só as transformações do espaço como as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes."

[24] Coloco *provavelmente* só porque o artigo não está assinado; entretanto, alguns indícios, para mim confiáveis, possibilitam creditá-lo a Germano Hasslocher: o estilo presente no texto, a partir da comparação com seus outros escritos (um estilo pessoal, indignado e inigualável), o detalhe de ser o articulista principal daquele jornal (sendo que vai dirigi-lo por algum tempo) e o fato do texto estar publicado justamente na coluna *Pescando*, sempre escrita pelo próprio, embora este comumente não a assinasse (não há nenhum outro jornalista que assine a mesma coluna). Pode-se verificar tudo isso na coleção da *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 1895-1899. MCSHJC.

Germano Hasslocher (1862-1911), o provável autor daquele artigo, é, mais do que um mero espectador, um ator privilegiado para se perceber esse processo de estabelecimento da modernidade em Porto Alegre. Ele toma para si aquela *ânsia de civilização* que parece caracterizar a intelectualidade local da época, de reconhecíveis hábitos burgueses, com uma pitada de *angústia do atraso*, embora ele seja um cidadão prático, que sabe as respostas para os problemas da sua cidade. Sua biografia[25] se amalgama com algumas das principais tendências perceptíveis no pensamento intelectual da época, sobretudo se considerarmos que ele recebeu seu diploma, em 1883, pela Faculdade de Direito de Recife, tendo sido ligado a Tobias Barreto, mestre de um grupo de intelectuais marcado pelo cientificismo e pela crença absoluta no progresso, profundamente contrários ao catolicismo, à monarquia e ao romantismo.[26] Como político, militou inicialmente no Partido Liberal[27], debandando-se, com a Revolução Federalista, para o Partido Republicano, de quem tornou-se defensor intransigente (publicou *A verdade sobre a Revolução*, em 1894, contra os seus antigos correligionários), sendo eleito representante, por esse partido, de 1897 até a sua morte. Como jornalista, foi reconhecidamente polêmico, principalmente nos seus artigos da *Gazeta da Tarde*, em que é extremamente anti-religioso e onde mostra-se indignado com a situação material e moral da cidade.

[25] Ver biografias de Germano Hasslocher em PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1981, p. 212, e FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 205.

[26] Sobre a importância da Faculdade de Direito de Recife no pensamento da intelectualidade brasileira deste período ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 143-172. Na coluna *Dia a dia* da *Gazeta da Tarde* (Porto Alegre, 9/5/1895. MCSHJC) Germano Hasslocher conta um fato, ocorrido nos tempos em que estava em Recife, onde demonstra ter tido uma forte ligação pessoal com o mestre Tobias Barreto.

[27] Seu nome aparece na relação da chapa de oposição, encabeçada por Silveira Martins, contra o grupo de Júlio de Castilhos, para as eleições estaduais de 5/5/1891. FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5ª edição. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 150.

O fantasma desse *homem ilustre* irá rondar todo este trabalho, não só porque observa-se nele - o que eu faço nesse primeiro capítulo - a experiência de um sujeito envolvido no processo de transformação da sociedade e do espaço urbano na virada para o século XX, como também porque ele fez questão, reiteradas vezes, de tornar pública a sua opinião sobre a Colônia Africana, ajudando a configurá-la como um território do crime e do vício na cidade.

FIGURA 1



O *homem ilustre*: Germano Hasslocher

Fonte: COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo do Estado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1922, p. 137.

É certamente uma sensibilidade desairosa e autoritária a deste cidadão, se comparada com aqueles exemplos analisados por Marshall Berman, e profundamente comprometida com o projeto burguês de remodelação da cidade da sua época; entretanto - e justamente por isso - tem o mérito de sintetizar a pluralidade de problemas e a vontade de soluções advindas da implantação da modernidade urbana naquele determinado contexto.

Ele nos servirá, nesse momento, como um guia por aquele mundo de cem anos atrás, o primeiro a conhecer a série de transformações e impasses cotidianos que vivemos ainda hoje

na mesma cidade. Utilizo-o como um fio condutor para percorrer o complicado labirinto que é o processo de implantação da modernidade urbana na virada do século XIX para o século XX, para que não nos percamos no redemoinho de mudanças e fragmentações que ocorreram em tal contexto.

Pois bem...

Naquela noite fria de 7 de junho de 1895, Hasslocher sonha que é eleito intendente municipal. Na impossibilidade de transformar essa fantasia pessoal em realidade, na manhã seguinte, ele se contenta em torná-la pública aos seus leitores. O que ele faria se fosse investido dos plenos poderes que desejava nos seus devaneios, ele nos mostra no sonho. E que sonho! Lá está todo um plano de transformação urbana, desde o de um saneamento básico até o de um projeto político mais amplo, com uma articulação exata e recíproca daquela desejada modernização - a higienização e a urbanização da cidade - com a sua pretensa motivação política - o pulso forte de uma *tirania*.

A começar pela questão do sonho, percebe-se ali tudo o que foi colocado acima: a modernidade urbana aparece, nesse momento, como quimera, realizando-se somente através da imaginação. Não interessa se seu sonho realmente ocorreu ou se foi uma forma que encontrou para comunicar-nos suas idéias, pois no fim dá no mesmo, se considerarmos os dois casos como fruto de uma mesma imaginação fundada na realidade da época.

Mesmo porque o seu sonho nos interessa aqui mais como desejo do que como fenômeno psíquico, pois ele aspira a transformação urbana a partir de regras que já existiam. Como ele próprio diz, "os meus códigos estão aí: tratados de higiene, compêndios de construções, etc, etc, etc." Ou seja, ele sonha com a implantação da modernidade a partir de modelos de racionalização do espaço urbano que haviam na época, que *estão aí*, cujas raízes

podem ser encontradas nos processos de modernização urbana das cidades do centro do capitalismo, sobretudo no exemplo da Paris de Haussmann.

Para Hasslocher, a cidade e os seus habitantes viviam na anarquia e na sujeira em função de uma pretendida *cidadania* popular: "Sim, meus concidadãos, a cidadania que pretendes tem sido a vossa desgraça. Firmados nela criais porcos nos vossos quintais, construís casas que são o peristilo do cemitério, amontoais o cisco no fundo dos vossos porões, despejais a imundice na sarjeta das ruas, fazeis enfim o que quereis."

Estabelece-se aqui uma causa política para o caos urbano, e Hasslocher, que *não cortejava povo*, pensava saber as respostas para os problemas da cidade, e procurava falar *a dura verdade* que há muito o povo já deveria ter ouvido, estabelecendo seu projeto urbano como aquilo que os seus concidadãos necessitavam para serem felizes, em um sistema que beneficiaria a todos. Entretanto, isso não se daria por um projeto vindo de baixo, democrático, pois, para ele, "povo não tem juízo, não tem critério; povo não foi feito para governar e sim para ser governado e governo é o domínio de uma só cabeça."

Então, o saneamento e a reformulação do espaço urbano só se daria através de uma *tirania municipal*, uma idéia completamente integrada àquilo que previa o projeto positivista, então em voga, celebrado pela Constituição Estadual de 1891, como um dos papéis da ditadura republicana: empreender a modernização a partir do alto.

Assim, ele sonha com uma cidade racionalizada, controlada e organizada, onde as regras de civilidade estabeleceriam o que se pode ou não se pode fazer, acabando com o pretenso *fazeis o que quereis* do povo. Nisso, antecipa a constituição de um *olhar vigilante*, que seria uma das exigências feita ao corpo policial modernizado da cidade, em 1896: "o meu olhar há de penetrar na consciência de vossas habitações para fulminar os pecados que lá

encontrar."[28] Também prevê as demolições das habitações populares, os *bota-abaixos*, em nome da racionalização e da higienização urbana: "as paredes das casas úmidas, levantadas contra as prescrições técnicas, hão de ruir."

Mas é o final dessa história que parece apontar para aquilo que caracteriza também a implantação da modernidade, ou seja, não só os projetos, mas as possibilidades de aplicá-los: frente ao verdadeiro furacão de mudanças proposto por Hasslocher, "o povo retira-se lentamente, a música emudece: não se ouve um foguete."

E, analisando o sonho de Hasslocher, podemos considerar que seria assim que se estabeleceria a modernidade nessa cidade: bancada pelo Estado, em oposição às camadas populares, aos trancos, de forma lenta e resistida, seja porque não dispunha de recursos, ou de poder, ou de unidade de projeto, seja porque a realidade se mostrou sempre mais complexa do que a cidade idealizada.

Portanto, fecha-se aqui esse primeiro panorama da questão da implantação da modernidade em Porto Alegre e das forças de exclusão social que começariam a se engendrar, e que vão pegar em cheio, como veremos mais adiante, os negros da Colônia Africana.

Procurou-se verificar, neste capítulo, a questão da modernidade na periferia, que se estabelece como *sonho* em um primeiro momento, pois não se baseia em uma modernização interna, mas antes em modelos imaginários externos, apesar desses só germinarem em virtude da capacidade deles darem respostas aos problemas históricos da sociedade urbana em questão. Procurou-se ver, assim, que esse *sonho de modernidade* é percebido pelo historiador

[28] Ver MAUCH, Cláudia. O policial e a cidade: um olhar vigilante (Porto Alegre, final do século XIX). In: SOUZA, PESAVENTO, *op. cit.*, p. 69-78.

a partir das sensibilidades da época, pois ele é muito mais um fenômeno imaginário do que concreto, não se refletindo de início, com todas as suas implicações, sobre a realidade.

Optou-se aqui em apresentar um exemplo disso, a partir de um sujeito comprometido com o projeto burguês de cidade, que mostra as visões da sua classe na época, em boa parte premonitórias do que ocorreria logo depois, embora, naquele determinado momento, viam-se impossibilitadas de tornarem-se realidade, restando somente sonhar com a desejada modernidade.

Mas, se aquela visão pessoal de Hasslocher nos serve de indicação de uma época passada, é porque ela surge em uma estrutura específica, e, mais que isso, a percebe e a expressa, embora não deixe de estar inscrita em uma dimensão pessoal.

A questão da experiência tem de ser analisada a partir de uma rede de relações e de estruturas onde, embora muitas vezes sem consciência, as ações e os pensamentos das pessoas brotam. É essa rede que pretendo verificar no capítulo seguinte, onde vai ser analisado o esboço de modernidade urbana na cidade de Porto Alegre a partir do que se chamou aqui de seu desenvolvimento autônomo, ou seja, a partir da lógica histórica interna da cidade.

A dimensão sensível e individual só se faz completamente perceptível quando se estabelece as suas ligações com uma realidade social mais ampla. É um processo semelhante a um determinado poema de Jorge Luis Borges, em que, ao tentar definir a sua cidade pelas suas experiências individuais, acaba concluindo que ela é, talvez muito mais, o que nela existe mas que ele não conheceu, o que ele ignorou ou esqueceu, o que ele não possuiu, mas desejou.[29]

[29] BORGES, Jorge Luis. Buenos Aires. In: *Elogio da sombra: poemas*. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 48-50.

2. ESBOÇO DE MODERNIDADE URBANA EM PORTO ALEGRE

Se o primeiro capítulo abordou o desejo de estabelecimento da modernidade em Porto Alegre, aspecto importante para verificarmos a postura que construirá a figura do negro no imaginário social na virada para o século XX, este próximo capítulo tem como objetivo analisar as transformações urbanas que ocorreram na história de Porto Alegre. Se o capítulo anterior percorreu mais o terreno do imaginário, aqui a preocupação será um pouco mais concreta, inscrita na história social e material da cidade.

Todavia, este atual capítulo deve ser lido em articulação com o anterior, pois vai tentar verificar o que talvez seja a principal base daquele sonho de modernidade: as condições internas da sociedade - aquilo que antes se chamou de *desenvolvimento autônomo* - que possibilitaram o surgimento da experiência de modernidade em Porto Alegre.

Entretanto, não vou me limitar a arrolar as mudanças materiais que ocorreram na cidade, e sim examiná-las por uma ótica específica, nova neste trabalho, que aponta para a criação de zonas desiguais dentro da cidade a partir da sua ocupação social. Ou seja: vou analisar o estabelecimento da modernidade urbana em Porto Alegre privilegiando a dimensão das desigualdades sociais, verificando como o espaço urbano foi se diferenciando socialmente no decorrer da sua ocupação.

Essa dimensão se explica neste trabalho porque ela vai nos ajudar a compreender as desigualdades, anteriores e posteriores ao surgimento daquela vontade modernizante na cidade, que está na base do surgimento de espaços estigmatizados socialmente como a Colônia Africana.

U F R G S
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

De início, vou procurar alguns indícios da desigualdade de ocupação espacial e social nos diferentes lugares ocupados por ricos e pobres na cidade. Todavia, não vou estabelecer zonas de segregação total entre eles, mas antes analisar uma *tendência* disso no espaço urbano: essas áreas são imediatamente vizinhas, e muitas vezes aparecem mescladas, em uma cidade onde o beco *infecto* vai desembocar direto na rua principal do comércio. Assim, o que vou fazer é verificar as áreas de maior e de menor valorização da propriedade territorial e, como reflexo disso, os locais onde tendencialmente se concentraram as habitações de ricos e de pobres.

Mas verificar a existência dessa desigualdade espacial também não quer dizer que esses espaços de pobreza serão tomados inicialmente, pelos pensadores da cidade, como uma problemática urbana: só o serão com o surgimento daquele desejo de modernidade. E serão necessárias condições concretas para que frutifique esse desejo: para isso, deve-se verificar aqui o processo de desenvolvimento da cidade de Porto Alegre até o início da sua industrialização e do esboço de uma modernização urbana.

É só nesse último momento que o sonho de modernidade (visto no primeiro capítulo) vai se lançar sobre as antigas desigualdades sociais do espaço urbano, a partir de necessidades decorrentes do desenvolvimento das práticas capitalistas na cidade (questões que analiso aqui, neste segundo capítulo).

2.1. As desigualdades anteriores

Uma primeira distinção que deve ser feita, para se entender a ocupação urbana do espaço porto-alegrense, é entre o núcleo original da cidade, que se instalou em um promontório avançado sobre o rio Guaíba, e as regiões circunvizinhas a ele, em uma divisão que acompanha aproximadamente os limites do antigo sistema de defesa da cidade. As áreas periféricas ao centro só começaram a ter importância *relativa* - do ponto de vista da sua urbanização - a partir da metade do século XIX, quando, sobre um antigo conjunto de chácaras, surgiram os primeiros arraiais afastados daquele núcleo central. Importância *real* essa periferia ganharia somente no atual século, quando os arraiais se transformaram em bairros, dentro do processo de metropolização da cidade.

Assim, o centro de Porto Alegre vai chamar para si grande parte da história da cidade. É relevante, por exemplo, que essas áreas periféricas ao centro praticamente só irão aparecer em uma representação cartográfica após 1888.[1] Antes disso, os mapas raramente retratavam a cidade para além da Várzea, na direção leste, e da antiga foz do Riacho, na direção sul. Isso demonstra como a centralização das atenções - políticas, econômicas, sociais e culturais - recaiu por um bom tempo somente sobre aquele núcleo inicial.

Então, é por esse centro que deve começar uma história da periferia de Porto Alegre. Por ser onde se iniciou a cidade, é ali que vai se perceber primeiramente uma diferenciação do espaço urbano, quanto a sua ocupação social e a sua valorização territorial.

Logo nos primórdios da cidade, ainda no século XVIII, quando a povoação estava restrita a pouco mais que a rua da Praia, existe a possibilidade de se verificar uma ocupação distinta socialmente. A zona de maior importância inicial é o espaço onde se localizou desde

[1] Ver plantas de Porto Alegre anteriores a 1888 no ANEXO 2, p. 205, e o mapa de 1888 em ANEXO 3, p. 206.

cedo o porto, mais ou menos no meio da face norte do promontório central. Esse espaço, que, diga-se de passagem, sempre determinaria a denominação portuária que recebeu o restante do município (Porto de Viamão, Porto dos Dorneles, Porto dos Casais e, finalmente, Porto Alegre - só para lembrar as principais denominações), foi onde se concentrou a vida econômica da cidade, a partir de meados do século XVIII.

A grosso modo, podemos estabelecer os limites deste espaço: as atuais praças da Alfândega e Rui Barbosa, correndo pela atual rua dos Andradas, mais conhecida como rua da Praia. Na primeira, a praça da Alfândega, chamada de largo da Quitanda no século XVIII, aglutinaram-se desde cedo os comerciantes da povoação, próximo à ponte de desembarque que ali então existia. Embora não se possa ainda imaginar, na pequena povoação do século XVIII, nem a existência de um bairro comercial, nem a especialização dos comerciantes, muito menos uma fervilhante atividade mercantil, como coloca Sérgio da Costa Franco, o comércio, desenvolvido principalmente pelo Guaíba, acabaria por valorizar aquele trecho ribeirinho.[2]

Outro ponto do litoral que se destacou inicialmente foi a área em torno da atual praça Rui Barbosa, chamada de *Ribeira* nos setecentos, onde se estabeleceram carreiras de construção de barcos, que, em 1771, já haviam fabricado pelo menos um barco de grande porte.[3]

[2] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 13, 19-20.

[3] A fragata *São José e Belona*. Na verdade, a fabricação de barcos foi uma das primeiras atividades que se estabeleceu (de início, provisoriamente) no porto de Viamão, como atesta um documento de 1753, que diz que ali ficaram oitenta paulistas, por ocasião da campanha de demarcação das Missões, para fazer canoas para o transporte até aquela região: citado por CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul - período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 135.

Deste modo, fazendo um percurso inverso, seguindo a linha da jovem rua da Praia do século XVIII, sempre próximo ao rio, da Ribeira até o largo dos Ferreiros, hoje praça XV de Novembro, se estabeleceram os mestres e os oficiais dos estaleiros; deste último ponto até o largo da Quitanda, se concentraram os comerciantes e os militares, estes últimos tendendo, juntamente com o pessoal da administração, a ocupar as posições mais elevadas no chamado *Alto da Praia*, para onde o centro da cidade iria se desenvolver, com o aumento da sua importância política e econômica.

Fora desse segmento central de maior importância, para além da Ribeira, em direção ao Caminho Novo, e para além do largo da Quitanda, para a extremidade do promontório, teria se fixado uma população mais pobre:

> Nos arredores mais distantes, por época de ocupação do espaço, ficavam as choupanas da praia, tanto para o lado dos ermos da Harmonia [Arsenal], quanto da Ribeira, no extremo oposto. Nessas pontas habitavam jornaleiros e refugiados, em princípio todos peões do rei.[4]

Portanto, teríamos, nas extremidades que se seguem à zona portuária central, áreas que se distinguem daquela por uma ocupação diferenciada socialmente.

Assim, em um período bastante recuado da história de Porto Alegre, já havia uma tendência de diferenciação social do espaço: um trecho de maior valorização, em torno da rua da Praia, entre a Alfândega e o Alto da Praia. As partes fora desse trecho, mas ainda no núcleo central da cidade, aparentemente foram ocupadas por uma população mais pobre: à leste da Ribeira, na ponta da península - que daremos a denominação geral de *Arsenal* - à oeste, e contornando a elevação que dominava a península, a Cidade Baixa, na parte sul.

[4] MARTINI, Maria Luiza. *Corredor cultural - Rua da Praia*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997, p. 51. As informações sobre as diferentes ocupações sociais, ao longo da rua da Praia, também foram tiradas deste livro.

FIGURA 2



Porto Alegre, no início do século XIX, indicada a área de maior valorização.

Fonte: Interpretação feita a partir da Planta de Porto Alegre de 1839 de L. P. DIAS em SOUZA, Célia Ferraz de; MULLER, Dóris. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, figura 2.

Apesar das dificuldades de comprovação dessa diferenciação, dada a escassez de registros - dificuldade esta, aliás, comum à historiografia que trata da Porto Alegre do período colonial - este arranjo espacial pode nos servir como modelo analítico, desde que consideremos, reforçando novamente, que essa diferenciação representa muito mais uma tendência, que marcaria o posterior desenvolvimento do centro da cidade, do que uma realidade de divisão social rígida e absoluta do espaço, improvável na pequena cidade que foi Porto Alegre até meados do século XIX. É preciso também dialogar este arranjo com as informações que nos trazem as diferentes e parcas fontes.

No caso da última área mencionada acima, aquela vizinha à Ribeira, nas cercanias onde se estabeleceria o Caminho Novo, hoje a rua Voluntários da Pátria, teriam se localizado

algumas das primeiras habitações populares, segundo o que diz o historiador Walter Spalding, que as chama anacronicamente de *malocas*.[5]

Se este foi inicialmente um trecho de baixa valorização, ou se existiu uma concentração de pobres ali, como indicou acima a historiadora Maria Luiza Martini, essa situação parece ter sido efêmera, pois os relatos mais antigos sobre a cidade, feitos por pessoas que nela moraram ou a visitaram, nos falam com insistência da aprazibilidade de tal lugar.[6] Entretanto, o primeiro cronista porto-alegrense, Antônio Álvares Pereira Coruja, nascido em 1806, parece ter registrado, nas suas reminiscências, o exato momento em que se transformou tal trecho, indicando tanto a antiga *má qualidade* do local como a sua posterior valorização:

> A *Costa do Rio* não passava de uma azinhaga de má passagem, quando em 1812 Dom Diogo ai mandou abrir o *Caminho Novo* pelos presos da cadeia escoltados pelos ordenanças (...) Nesse tempo, grandes porções de terrenos aí se vendiam por poucas doblas; hoje, vendem-se os palmos a peso de ouro, com grande ciúme da municipalidade.[7]

Bem mais clara é a diferenciação que se deu no outro lado do núcleo central, onde teria se fixado uma população igualmente pobre. Da praça da Alfândega para a Ponta das Pedras, seguindo em direção ao oeste, pela face norte do promontório central, e estendendo-se

---

[5] SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 301-302, que rasteia as primeiras *malocas* na documentação da Câmara Municipal. Os seus resultados são importantes para o que coloco aqui: a primeira *maloca* registrada se localizava no beco do Cordeiro, "quase na entrada do Caminho Novo"; a segunda, na Praia do Arsenal. Ambas, respectivamente, situadas nas duas áreas aqui consideradas como de baixa valorização no início da cidade. A afirmação de Spalding de que, depois de 1877, "nunca mais, até a proclamação da República, se teve notícias de malocas em Porto Alegre", vem juntar-se ao que vou me referir mais adiante: embora as habitações populares nunca deixassem de existir no centro da cidade, elas tornariam-se visíveis como *problema* somente com o ensaio de modernidade proposto pelo regime republicano.

[6] São bem conhecidas as descrições do Caminho Novo nos relatos antigos, principalmente nos deixados por viajantes estrangeiros. Só para se ter uma idéia do tom geral, reproduzo uma das mais antigas impressões feita sobre o local, aproximadamente de 1817: "uma bela alameda plantada da banda do rio de árvores frondosas: chama-se o Caminho Novo (...) está bordado de ricas chácaras, de jardins aparatosos, abundantes de flores, e de frutos (...) é a idade do ouro reproduzida em novo Éden, num canto do mundo." DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990, p. 68-69.

[7] CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. 2ª edição. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996, p. 23.

para a parte sul, em direção à antiga Praia do Riacho e à Cidade Baixa, temos uma área que historicamente foi menos privilegiada no desenvolvimento urbano, se compararmos com aquele trecho central. Esse quadro é perceptível ainda hoje no centro da cidade, onde os prédios da ponta e da parte sul do promontório foram sempre de menor vulto (com a exceção de alguns prédios públicos) que os da sua face norte, no trecho portuário e na parte alta.

Adiciona-se a esta percepção algumas evidências trazidas pelas fontes.

Na ponta da península, embora tenha-se instalado ali desde cedo vários prédios públicos, entre eles os Arsenais da Marinha e de Guerra, bem como a Cadeia Civil, os registros apontam para uma área de habitantes pobres. Recorrendo novamente ao cronista Coruja, ele nos fala dos tipos peculiares que viviam ali, no que chamava *bairro do Arsenal*, alguns envolvidos com a prostituição, como a famosa Bronze, que emprestaria o seu nome à parte alta deste lado da cidade, ou mesmo as sete casinhas que, "tanto pelo lado físico dos prédios, como pelo lado moral das moradoras", fazia com que os gaiatos denominassem aquela parte da atual rua Bento Martins de rua dos *Sete Pecados* ou dos *Pecados Mortais*; Coruja lembra ainda da praia do Arsenal quando "do lado do rio só havia umas duas ou três casinhas de capim que serviam de moradia à gente pobre."[8]

Essa situação parecia contornar a colina que domina o centro da cidade, indo em direção à Cidade Baixa. Por *Cidade Baixa* não deve ser considerado o atual bairro que tem esse nome, e sim uma zona mais ampla, imediatamente ao sul da colina por onde corre a atual rua Duque de Caxias, compreendendo inicialmente as ruas do Arvoredo (atual Fernando Machado), da Varginha (Demétrio Ribeiro) e a Praia do Riacho (Washington Luis), e posteriormente abarcando as áreas conhecidas por Areal da Baronesa e Emboscadas, na foz

[8] CORUJA, *op. cit.*, p. 13-14 e 132.

do Riacho, e as imediações da atual rua Lima e Silva. Inicialmente ocupada por chácaras e olarias, essa área possuía uma vegetação espessa que dificultava muito o acesso a ela, tanto que nas cercanias do Areal da Baronesa, importante local de concentração da população negra a partir da segunda metade do século XIX, havia, segundo Aquiles Porto Alegre, "um matagal cerradíssimo onde os *negros fugidos* iam esconder-se de seus implacáveis e desumanos senhores."[9] Em 1820, o viajante Auguste de Saint-Hilaire registrou da seguinte forma aquela Cidade Baixa em seu diário:

> Embora construída somente no lado noroeste da colina a cidade possui várias casas no lado oposto, esparsas e desalinhadas, entremeadas de terrenos baldios, pequenas e mal construídas, quase todas habitadas pela população pobre.[10]

Se a separação entre zonas ricas e pobres não era absoluta, como tenho insistido aqui, essa população da ponta do Arsenal e da Cidade Baixa tinha no mínimo uma condição de vida que destoava da dos moradores mais abastados de algumas partes da área central.

Algumas indicações parecem confirmar tal disposição espacial: um exemplo brilhante disso é um conto de Apolinário Porto Alegre, um dos primeiros a ter como cenário a cidade de Porto Alegre, que retrata a oposição entre dois grupos antagônicos de meninos, os *Tinteiros* e os *Bagadus*, que dividem-se pelas suas origens sociais, assemelhando-se ao quadro aqui apresentado, em uma descrição tão rica e coincidente com que o que eu digo aqui, que peço licença para reproduzir um trecho:

> Desde a ponta das Pedras até a rua Clara [atual rua João Manuel], estavam os últimos; desde a rua Clara em diante existiam os primeiros.
> As duas denominações exprimiam caracteristicamente os indivíduos de bairros tão diferentes pelos costumes e civilização de seus habitantes. *Tinteiros* significava o que sabia ler e escrever, a miuçalha que, favoneada pela fortuna podia ter a tintura literária, segundo seus gostos; *bagadu* o desvalido da sorte, cujo destino se assemelhava ao peixe, donde lhe proviera o nome, e que não é menos favorecido da natureza.
> Um era o rico, o letrado, o que tinha as comodidades da vida e as condições que de per si o elevavam; o outro era o pobre, o ignorante, tomando um lugar no banquete da vida por seus

[9] PORTO ALEGRE, Aquiles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, p. 42.
[10] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1974, p. 42.

esforços próprios na luta contra a natureza bravia e indômita e contra o parasitismo dos grandes e poderosos que tendem a absorver os modestos, obscuros, e no entanto incansáveis obreiros, imenso corpo de colaboradores anônimos, em cujos braços repousa a humanidade.
Apesar da metamorfose pela qual tem passado a cidade, desde a época a que nos reportamos, ainda subsistem traços entre as crianças dos dois bairros, em sua generalidade. Porém o *tinteiro* tem sempre conquistado terreno a seu adversário, o tem lentamente repelido, reduzindo-o quase ao domínio das costas de sul e oeste.[11]

O último parágrafo é interessante porque parece exprimir a gradual dominação do centro da cidade pela burguesia, mostrando, ao mesmo tempo, a permanência das antigas desigualdades espaciais e sociais.

Mas, para finalizar este subcapítulo, que já se faz longo, gostaria de recuperar os objetivos de sua presença aqui. O que eu quero com essa rápida verificação da ocupação do espaço urbano é, em primeiro lugar, mostrar uma tendência de diferenciação espacial anterior à industrialização, de lugares separados de habitação de ricos e de pobres, desde um tempo muito remoto na história da cidade; de sobra, procuro com isso romper com o mito que vê uma igualdade comunitária entre os colonos açorianos na Porto Alegre do século XVIII. Em segundo lugar, tentei mostrar a existência dessas áreas diferenciadas dentro do núcleo urbano original, verdadeiras *periferias* dentro do centro da cidade, antes do estabelecimento de periferias como a Colônia Africana, para além da área central. Por fim, preparei o terreno para verificar como essas áreas irão ser problematizadas e receber uma valorização negativa com o advento de um desejo de modernidade para a cidade, que procurará isolar a sua área central exclusivamente para o modo de vida burguês.

Para verificar este último ponto, faz-se necessário ver antes como cresceu a cidade.

[11] PORTO ALEGRE, Apolinário. Pilungo. In: *Paisagens*. Porto Alegre: IEL, 1987, p. 45. Apolinário Porto Alegre (1844-1904), como se pode notar, traça um perfil romântico, próximo à natureza, dos personagens pobres. Obviamente, seu texto é tratado aqui como evidência das desigualdades sociais na cidade somente na medida em que é uma obra literária que sentiu e traduziu isso. O conto é de 1874 e retrata, neste trecho citado, a cidade durante o cerco efetuado pelas tropas farroupilhas, entre 1836 e 1840.

2.2. O desenvolvimento material da cidade

Se o crescimento urbano de Porto Alegre é dividido em diferentes fases por algumas obras da historiografia[12], a este trabalho vai interessar uma cronologia mais simplificada, verificando o crescimento de Porto Alegre, em um processo contínuo, desde a sua fundação até a Guerra dos Farrapos (1835-1845), seguida por uma rápida análise do período de transformações urbanas que vai do final daquela guerra até o início da última década do século XIX, para depois observar o processo de industrialização da cidade, a partir de 1890.

Na formação do território sulino, o caráter de fronteira avançada do reino português teve enorme peso na ocupação do Rio Grande do Sul e na forma como esta se deu, através da distribuição de sesmarias e da formação de núcleos militarizados. Embora ocupada desde os meados do século XVIII por colonos açorianos, Porto Alegre só começou a se desenhar após 1772, quando se deu a primeira demarcação do espaço urbano e a distribuição de datas de terras para esses açorianos. Só então a condição de ponto estratégico daquele sítio vai transfigurar-se em funções comerciais e político-militares.[13]

[12] Uma cronologia do crescimento urbano de Porto Alegre, que parece ter influenciado uma parte da historiografia, é a proposta por SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1968, p. 147-186, que tenta ligar o crescimento material da cidade ao desenvolvimento econômico da região, estabelecendo a seguinte divisão: a cidade dos açorianos (do surgimento da cidade até a década de 1820), a cidade dos alemães (de 1820 a 1890) e a cidade industrial (de 1890 em diante). Ver, por exemplo, reflexos desta divisão em SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 19.

[13] Para o regime de propriedade do solo no Rio Grande do Sul do século XVIII, incluindo a distribuição de terrenos no núcleo urbano de Porto Alegre, ver RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (século XVIII)*. Porto Alegre: IEL, 1965; e OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/UFRGS, 1990. Sobre a fundação de Porto Alegre e o início do seu desenvolvimento urbano, ver a compilação de documentos feita por OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *A fundação de Porto Alegre: dados oficiais*. Porto Alegre: Norma, 1987.

A função comercial vai ser alavancada inicialmente não só em razão da exportação do trigo produzido pelos colonos açorianos, mas também porque Porto Alegre torna-se o ponto de distribuição das mercadorias importadas para toda a parte central e norte da Capitania.[14]

A função militar vai se articular com as funções político-administrativas na cidade, em dois momentos políticos importantes, no século XVIII: inicialmente, o local onde se estabeleceria Porto Alegre surge como ponto de apoio para se chegar à região das Missões, através do rio Jacuí, aspecto importante principalmente na ocasião da demarcação do Tratado de Madri (1750) e das Guerras Guaraníticas (1754-1756), o que determinou a vinda e o estabelecimento dos colonos açorianos em Porto Alegre e nas imediações da lagoa dos Patos e da bacia do rio Jacuí; depois, no que se constituiu um momento mais importante para o início do crescimento urbano de Porto Alegre, a invasão espanhola da vila de Rio Grande, em 1763, com a decorrente transferência do centro do poder da Capitania daquela cidade para Viamão e, uma década depois, para Porto Alegre (1773), o que determinou a instalação de um aparato militar e administrativo na cidade, já então bem mais procurada, em razão da situação bélica, principalmente por soldados e refugiados.[15]

[14] Segundo Sérgio da Costa Franco, a atividade mercantil mais importante no período inicial da cidade talvez tenha sido a arrematação de serviços de fornecimento ao público, principalmente o fornecimento de carne à população. Logo a exportação de trigo tornaria-se o principal gênero de comércio. O peso da exportação do trigo no desenvolvimento urbano da Porto Alegre colonial é uma questão discutida pela historiografia: o estudo clássico de Paul Singer considera de extrema importância esta produção tritícola, inclusive observando os seus reflexos no crescimento populacional da cidade; já Luiz Felipe Escosteguy relativiza esse peso, ressaltando a importância da distribuição de produtos importados para o interior, considerando inclusive uma zona de influência de Porto Alegre muito maior do que a considerada por Singer, ligando-a a Rio Pardo e a todo a região norte e oeste da Capitania. Ver FRANCO, *op. cit.*, p. 13-15; SINGER, *op. cit.*, p. 145-154; e ESCOSTEGUY, Luiz Felipe Alencastre. *Produção e uso dos espaços centrais à beira-rio em Porto Alegre (1809-1860)*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/PUCRS, 1993, p. 58-59 e 98-99.

[15] Sobre a tomada espanhola de Rio Grande, bem como a transferência da sua população para a parte norte da Capitania, ver um estudo de história demográfica: QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

Essas diferentes funções têm seus reflexos no espaço urbano na primeira Porto Alegre. Duas áreas de desenvolvimento, diferenciadas pelo motor que as move, se estabelecem então: uma comercial, representada pela área em torno do porto, e outra que podemos chamar do *poder público* (político, judiciário, militar, incluindo também o religioso), representada pela área em torno da praça da Matriz.

A área comercial, como já foi pincelado antes, se localiza inicialmente junto à praça da Alfândega. A razão de se ter estabelecido e vingado ali aquela concentração de comerciantes não foi apenas de localização, no ponto estratégico do porto, mas econômica e institucional: no início do século XIX, estabeleceu-se naquele ponto, com o seu trapiche, a Alfândega de Porto Alegre, fixando ali os comerciantes as suas moradias e seus negócios por ser "mais próximo e ser menos sensível o trabalho dos despachos, conduções e mais tratos do comércio."[16]

O fato de se ter criado a Alfândega em 1803 é indicativo da crescente importância comercial de Porto Alegre já naquela época, com a sua população subindo dos prováveis 1.500 habitantes de 1780 para as 12.000 almas de 1820.[17]

O rápido crescimento das trocas mercantis proporcionou a prosperidade de muitos desses comerciantes, dos quais o representante mais conhecido talvez seja Manoel Antônio de Magalhães, que escreveu um relato sobre a cidade em 1808, indicando o número de comerciantes da vila, e que possuía - só para atestar-se aqui a sua prosperidade - uma grande casa na rua da Ponte, a primeira em Porto Alegre a receber vidro nos caixilhos das janelas.[18]

[16] MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 73.

[17] Para os censos populacionais de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

[18] MAGALHÃES, Manoel Antônio de. *Almanak da vila de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908. A casa de Magalhães é lembrada por CORUJA, *op. cit.*, p. 24.

A grande concentração de casas de comércio em torno da praça da Alfândega valorizou as propriedades naquele ponto, e ainda estimulou as construções e o investimento na infra-estrutura urbana, o que acabava por valorizar ainda mais a área. As implicações do sucesso comercial no espaço urbano tinham, entretanto, o seu contraponto na necessidade de criação de espaços públicos e no crescente apetite da Câmara Municipal em aforar os terrenos devolutos que restavam no recinto urbano, em um mecanismo circular:

> Em todo o litoral norte da cidade, várias das concessões de terrenos de beira rio feitas desde o século XVIII e, provavelmente, desde a instalação oficial da povoação em 1772, vieram a ser causa de disputas e negociações entre a Câmara e particulares durante o século XIX. O crescimento dos negócios valorizava aquelas propriedades, induzia novos usos e estimulava sua edificação. Mas o mesmo processo, dinamizando e diversificando a vida urbana, fazia aumentar as necessidades de logradouros para os diversos usos públicos.[19]

Esse mecanismo explica a existência de zonas de valorização imobiliária desiguais na primeira Porto Alegre. Todavia, para efeitos práticos nesse trabalho, o primeiro fôlego de crescimento urbano de Porto Alegre teve pouca influência no desenvolvimento conhecido posteriormente, pois baseava-se sobretudo na cultura do trigo, que conheceu sua decadência após 1820.[20]

Também analisar somente a função econômica de Porto Alegre não dá conta desse crescimento inicial, pois as motivações políticas foram de extrema importância para o seu desenvolvimento.

Depois da instalação da capital em 1773, a praça da Matriz começa a concentrar os principais prédios públicos: o Palácio do Governo, a Câmara Municipal e a Assembléia Provincial, a Igreja da Matriz, mais tarde o Teatro São Pedro e a Junta Criminal. Desde cedo, essa praça foi lugar de moradias mais nobres, segundo Sérgio da Costa Franco, que encontrou

[19] ESCOSTEGUY, *op. cit.*, p. 64-65.
[20] Sobre a decadência da produção tritícola açoriana, bem como para os reflexos disso no crescimento na população porto-alegrense, ver SINGER, *op. cit.*, p. 150-152.

registros de compra e venda de casas cobertas com telhas ali já em 1786, quando a maioria das casas eram ainda cobertas com palha.[21] Era o local onde habitavam os detentores de cargos políticos e, principalmente, de funções militares, em uma cidade onde, segundo Saint-Hilaire, "só se consideram os homens pelas suas categorias militares."[22] Talvez o maior símbolo do prestígio da praça da Matriz seja o Solar dos Câmara, cujo estilo colonial português se mantém firme ainda hoje, quase em frente ao Palácio Piratini, e que foi construído, em 1818, pelo desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, e posteriormente serviu de moradia para seu genro, o general José Antônio Correa da Câmara: ambos viscondes, ambos governantes.

O fato do poder público ter-se concentrado na área em torno da praça da Matriz (atual praça Marechal Deodoro) é ainda melhor explicável por razões de localização: este era o *Alto da Praia*, o topo da colina localizada no centro da península, aonde era possível acudir, para se proteger e para melhor se defender, em caso de ataque à cidade - coisa não improvável no quadro sulino da época.

E foi o que ocorreu na *leal* e *valerosa* cidade de Porto Alegre, entre junho de 1836 e dezembro de 1840, quando esta se viu cercada, com intervalos, pelas tropas farroupilhas. Nem tanto pela situação do cerco, embora este seja relevante, os rumos do desenvolvimento urbano de Porto Alegre mudaram depois da Guerra dos Farrapos.

Para começar - e nisso o cerco foi importante - as autoridades se deram conta da necessidade de melhorias urbanas: as condições percebidas na cidade acarretaram uma série de alterações, na década posterior à guerra dos Farrapos, como a criação da Comissão de

[21] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 135.
[22] SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 38.

Higiene, a primeira experiência de captação de água por encanamento e com reservatório de distribuição, o início do avanço sobre o rio Guaíba com os primeiros cais na zona central, a construção do primeiro mercado público e do Teatro São Pedro, a arborização de algumas praças e, importante para este trabalho, a expansão da cidade para fora dos limites urbanos, com o surgimento do primeiro arraial, o do Menino Deus. Talvez o exemplo mais clássico da situação em que se encontrava o recinto urbano de Porto Alegre após a guerra seja o caso do cemitério da Matriz, que foi transferido para fora dos limites da cidade pelo Conde de Caxias, então presidente da Província, não sem que este antes descrevesse os horrores que viu.[23]

Também a atividade comercial da capital foi prejudicada pela instabilidade política, tanto pela guerra em si, como pela reassumida importância comercial da cidade de Rio Grande.[24] Mas este último fato, a perda da primazia comercial de Porto Alegre para a região sul, onde cresciam Rio Grande e Pelotas, se deve também à decadência que a cultura tritícola conheceu após 1820, como se colocou antes.

Acima de tudo, o aspecto mais importante - menos causado do que acelerado pela guerra - foi o estreitamento das relações comerciais entre Porto Alegre e a colônia dos imigrantes alemães, estabelecida desde 1824 em São Leopoldo. Com isso, mais do que a zona de intercâmbio e consumo que se estruturou nas imediações de Porto Alegre, a produção agrícola colonial dos imigrantes alemães - e depois dos italianos - seria essencial para o

[23] As condições do antigo cemitério da Matriz estão no relatório que o Conde de Caxias apresentou à Assembléia Provincial em 1846, reproduzido em ROCHE, Jean. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul/Faculdade de Filosofia, 1961, p. 166-167.
[24] FRANCO, *Porto Alegre e seu comércio*, *op. cit.*, p. 27-31.

desenvolvimento urbano de Porto Alegre, pois aquela produção seria transformada em capital comercial que depois seria revertido na indústria.[25]

Já no final da década de 1850 a atividade desses comerciantes alemães começa a marcar o desenvolvimento da cidade, a julgar pelo número de firmas comerciais que se estabelecem em Porto Alegre com sobrenomes germânicos, e pela criação da Praça do Comércio de Porto Alegre e do Banco da Província do Rio Grande do Sul, indicativos dos avanços mercantis, ambos em 1858.[26]

O reflexo desse crescimento sobre o espaço urbano, baseado em uma "atividade comercial fortemente pulverizada em pequenos estabelecimentos", pode ser verificado em "uma extraordinária concentração espacial: quase todo o comércio se estendia ao longo da rua da Praia, hoje Andradas, e, em grau menor, na rua da Bragança, hoje Marechal Floriano."[27]

Percebe-se logo o potencial dessa nova ascensão mercantil de Porto Alegre: já em 1860 é construído o edifício Malakoff, o maior da cidade na época, com quatro andares, e, o que é mais importante, exclusivamente voltado para o comércio, que logo se tornará mais aquecido ainda com a guerra contra o Paraguai, que tornou a cidade um ponto de abastecimento estratégico, para a alegria e a prosperidade dos comerciantes daquela praça.

Esse ressurgimento da importância comercial de Porto Alegre é acompanhado de uma série de melhoramentos urbanos, no que é considerada a primeira grande expansão dos serviços públicos na cidade: o surgimento dos primeiros bondes puxados a burro (Companhia Carris de Ferro Porto-Alegrense, 1872), a primeira estrada de ferro (Porto Alegre - São

[25] O principal estudo do desenvolvimento comercial alemão e da sua transformação posterior em investimento industrial é o de ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, principalmente o volume 2; ver também SINGER, *op. cit.*, p. 154-167.
[26] Sobre o número de estabelecimentos comerciais na cidade, bem como a presença teuta nesta atividade, ver o *Almanak de Porto Alegre de 1857*, de Carlos Jansen, reproduzido em FRANCO, *op. cit.*, p. 39.
[27] FRANCO, *op. cit.*, p. 39-40.

Leopoldo, 1874), a instalação de iluminação pública a gás (hidrogênio carbonado, 1874), só para lembrar algumas melhorias. Tudo isso vem acompanhado de um florescimento da cultura até então nunca visto na cidade, com a fundação da Sociedade Partenon Literário (1868), e uma série de novidades para quem - cada vez mais - tinha dinheiro e buscava alegrar a vida com diversão, esporte ou lazer: hipódromos, cafés e sociedades carnavalescas pipocavam na cidade desde a década de 1870, bem ao gosto da incipiente burguesia urbana.

Porto Alegre vai crescer com o aprofundamento da sua função comercial, mas vai ser alavancada principalmente com o surgimento das primeiras indústrias na cidade. Mas só se pode falar em industrialização em Porto Alegre após a década de 1890, dentro das condições que propiciaram um surto industrial por todo o país, e que transformaram a fisionomia das principais cidades brasileiras, resultado da abolição da escravatura, da imigração européia, do protecionismo econômico, das facilidades de crédito e da substituição das importações.[28]

O acelerado processo de industrialização de Porto Alegre vai exigir uma intervenção sobre o espaço da cidade através de uma série de projetos de melhorias e de transformações urbanas, fruto da união dos interesses da burguesia urbana ascendente e do Estado republicano positivista.[29]

Esse desejo de reformulação urbana não partia só da ação de particulares capitalizados, mas sobretudo da vontade do Estado republicano, principalmente após o término da instabilidade política provocada pela guerra civil de 1893. Só então o governo estadual castilhista teve a segurança e os recursos para esboçar um plano de modernização do

[28] SINGER, *op. cit.*, p. 173.

[29] Sobre a industrialização do Rio Grande do Sul e a ligação entre burguesia industrial e estado positivista, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os industriais da república*. Porto Alegre: IEL, 1991.

Rio Grande do Sul, dentro do qual Porto Alegre tinha um papel estratégico, considerado como a *sala de visitas* do Estado.[30]

Apoiado pela ascendente burguesia que se instalava na cidade, o poder político tomou para si a tarefa de remodelação do espaço urbano, desde a preocupação em estabelecer serviços públicos de abastecimento e de saneamento, até o cuidado com a estética urbana, sintetizada no estilo neoclássico dos prédios que iam surgindo, e que desde o século XIX vinham substituindo os sobrados coloniais que dominavam a cidade antiga.

Preparou-se assim as condições para a industrialização de Porto Alegre e para o surgimento de um desejo de modernidade para a cidade, de uma *ânsia de civilização* e de transformações urbanas que não se fariam em prol de toda a população, mas se baseariam na própria exclusão das camadas populares.

[30] Ver BAKOS, Margaret Marchiori. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia [et alli]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 144-154.

3. MODERNIDADE EXCLUDENTE: AS CLASSES PERIGOSAS

Este capítulo procurará observar como aqueles espaços habitados pelos pobres, cuja presença em Porto Alegre pode ser verificada desde praticamente a fundação da cidade, como foi visto no capítulo anterior, transformam-se em problemática urbana com o advento da modernidade.

Os antros pobres da cidade só se tornam questão a ser discutida (ou, mais propriamente, solucionada) com o aparecimento daquelas condições que eu intitulei antes de *esboço de modernidade urbana*: o surgimento de um olhar burguês, a partir de imagens ideais externas, articulado com um primordial (mas potencial) desenvolvimento das práticas capitalistas na cidade.

Enfim, esse esboço de modernidade urbana vai problematizar os espaços ocupados pelos pobres na cidade, visando o isolamento do seu centro para o desfrute das camadas aburguesadas, potencializando aquela desigualdade social anterior. Este é o exato momento em que os becos e as áreas habitadas por pobres no centro de Porto Alegre, de locais *pitorescos*, passam a ser olhados como *problema* para a cidade.

E no centro dessa problematização do espaço urbano, proposta pela modernidade, está um ponto relevante para este trabalho: a questão das *classes perigosas*, que vai estabelecer a ligação entre pobres, criminalidade e insalubridade. A identificação das classes perigosas é um aspecto importantíssimo para a elaboração das representações coletivas que se fará sobre a Colônia Africana junto ao imaginário social, já que o negro será um elemento particularmente visado por essa definição.

3.1. A modernidade problematizadora

Dentro do processo que esboça a modernidade urbana em Porto Alegre, é preciso salientar como aquele sentimento inicial de modernidade problematiza o espaço urbano, em função dos ascendentes valores burgueses e contra a população pobre da cidade.

É preciso colocar que não se trata de uma especificidade porto-alegrense, é claro, mas sim de um fenômeno mundial, que acompanha a expansão do capitalismo no século XIX. Nessa expansão, revelou-se a questão social no meio urbano, saturado pela concentração demográfica e pela potencialização das tensões sociais próprias do capitalismo, que fez com que as antigas desigualdades transformassem-se em problema nas cidades:

> A rigor, o século 19 *descobriu* o fato social, reconhecendo-o como um problema, e fez dele um campo de saber científico.
> Entenda-se que, naturalmente, os fatos sociais ou os problemas decorrentes das desigualdades sempre existiram, mas o que é inovador é a possibilidade "de ligar o conhecimento teórico dos *fatos sociais* a uma ação eficaz sobre o mundo social." (...)
> A rigor, a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se coloque como problema e indagação: o que fazer com os desafortunados e, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenere em conflito e este em ameaça efetiva?[1]

A questão social está então no cerne da questão urbana, que apresenta assim um problema que necessita de resposta: o que fazer com os pobres na cidade?

E essa questão é perfeitamente perceptível na Porto Alegre do período 1890-1920. De um lado, um desenvolvimento ímpar na história da cidade, e uma acelerada concentração de capitais nas mãos de uma incipiente burguesia, que quer fazer valer sobre a cidade os poderes e valores acarretados por essa riqueza, valores esses calcados também em modelos externos. De outro lado, uma crescente classe de trabalhadores urbanos e um igual conjunto de subalternos vivendo à margem de um mercado de trabalho reestruturado após a abolição.

[1] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1888-1920*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 8. Cita SALAIS, Robert. A la decouverte du fait social, 1890-1900. *Gêneses*. Paris: Calman Levy, n. 2, dec. 1990.

Frente à ameaça desse *populacho*, o pensamento burguês descobre o seu poder de intervenção sobre o mundo urbano. As respostas que achará para os problemas que vê estão inscritas no discurso científico: a *ciência* é a sua arma. Assim, vai juntar o olhar do médico com as lucubrações do criminalista e com as perspectivas do engenheiro, visando o *Progresso*, que aliás acha muito natural, dentro da evolução do mundo, embora seja sua ótica imposta aos demais.

Os rumos do discurso médico-criminalista serão analisados de perto mais adiante; cabe aqui verificar as modificações do espaço urbano.

Nesse sentido, tem de se levar em consideração duas dimensões diferentes, ambas importantes: a primeira é a cidade pensada e projetada pelos planos de melhoramentos; a segunda é a efetiva transformação do espaço urbano.

No primeiro caso, verifica-se, após o início da industrialização da cidade, que os planos de intervenção sobre o urbano não são mais restritos a uma determinada área, como anteriormente, mas tendem agora a planejar a cidade como um todo.

Também, se anteriormente os mapas contentavam-se em transcrever apenas o traçado e a geografia urbana, nas projeções do espaço urbano feitas pelos planos de modernização a topografia e os acidentes geográficos surgem como obstáculos a serem transpostos, o que faz com que eles localizem esses *maus lugares* - tanto no sentido geográfico, como no social - para posteriormente exterminá-los: é o sonho ideal da linha reta! [2]

[2] É mais ou menos o que diz WIDHOLZER, Janeska. *Da projeção do espaço urbano à racionalização da vida: o novo retrato da cidade*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), Curso de Pós-Graduação em História/PUCRS, 1997, p. 82-85, que analisa os projetos de reforma urbana de Porto Alegre, comparando-os com a paradigmática reforma da Paris de Haussmann e com a remodelação urbana do Rio de Janeiro de Pereira Passos. Sobre as intervenções localizadas sobre o espaço urbano de Porto Alegre anteriores a 1860, ver ESCOSTEGUY, Luiz Felipe Alencastre. *Produção e uso dos espaços centrais à beira-rio em Porto Alegre (1809-1860)*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/PUCRS, 1993, principalmente p. 92-145.

Isso também está diretamente ligado com a questão da problematização proposta pela modernidade, porque a cidade passa a ser vista como um todo vivo, um organismo composto de partes interligadas, geralmente diagnosticadas como *doentes*, que precisam ser *curadas*. É a noção de salubridade que se conjuga com a do planejamento urbano: "a cidade precisamente esquadrinhada é idêntica à cidade salubre."[3]

Os planos de intervenção sobre o espaço urbano surgem inicialmente pela vontade privada, seja através de abaixo-assinados, solicitando melhorias em determinada rua, beco ou área da cidade, seja por planos gerais de transformação da cidade, em troca da concessão de privilégios para os particulares que comandarem a remodelação urbana.[4]

Mas é o poder público, dentro da idéia de transformar Porto Alegre na *sala de visitas* do Rio Grande, que se encarregará de dirigir as reformas urbanas. E é somente em 1914 que surge um plano de ação para a reformulação total do espaço urbano de Porto Alegre: o *Plano Geral dos Melhoramentos* de João Moreira Maciel.[5]

Se o Plano Maciel, além de ter sido proposto quase no final do período aqui analisado, somente é efetivado mais adiante, e mesmo assim em partes, ele representa, por outro lado, a série de anseios que as elites urbanas vinham reclamando, pois projeta avenidas, propõe amplos alargamentos, a canalização do Riacho e a conquista de novas quadras sobre o rio, espalhando jardins pelo centro e prevendo um embelezamento geral, tudo em uma

[3] WIDHOLZER, *op. cit.*, p. 58.

[4] Como exemplo de projeto privado, ver o pedido de concessão de privilégios feito por José Bernardino dos Santos e Manoel Sérvulo d'Almeida ao governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 24/3/1891, *Requerimentos*, AHPAMV, visando uma série de melhoramentos urbanos e a construção de uma nova cidade sobre a Cidade Baixa; tal plano não foi levado adiante, mas demonstra o interesse de particulares endinheirados em tomar para si as rédeas da remodelação do espaço urbano.

[5] Uma versão resumida do plano está publicada em MACIEL, João Moreira. Melhoramentos de Porto Alegre. *Egatea*, vol. 1, Porto Alegre, jul./ago. 1914.

neutralidade técnica que faz com que a cidade projetada seja vazia, não levando em conta as pessoas e suas relações.[6]

Se o Plano Maciel não vinga de imediato, é porque não existiam as condições materiais e financeiras para a sua realização naquele momento. Entretanto, mais do que visionário, o plano servirá de base para o futuro rasgamento de avenidas na cidade.

Mas, se um plano de melhoramentos e embelezamento não se impõe no período que estamos analisando, o de 1890-1920, como se efetiva nele a modernização da cidade? Porque os problemas urbanos já eram uma realidade para as elites urbanas nesse período, que exigiam medidas rápidas e eficazes contra os costumes daquele *populacho* que feria diretamente sua visão de mundo. Também o centro, nessa época, já estava se aparelhando de edifícios neoclássicos e expulsando os menos favorecidos para os arraiais da periferia. Que mecanismos efetivaram esse processo?

A política principal foi elevar os impostos sobre as habitações nas áreas que recebiam maior infra-estrutura urbana, levando-se geralmente em consideração as ruas servidas por bondes ou pela rede de esgoto, bem como estabelecer multas sobre as moradias que não se enquadravam dentro dos regulamentos de higiene, que eram procuradas pela população de baixa renda, principalmente sobre os cortiços.

Isso tinha como justificativa pública a melhoria da qualidade das habitações do proletariado, mas acarretaria um esperado abandono do centro da cidade pela população pobre, empurrada para bairros industriais que iam surgindo, como o Navegantes, ou para zonas insalubres e longe das benfeitorias da municipalidade, como a Colônia Africana, em um processo de *elitização do solo* da área central:

[6] WIDHOLZER, *op. cit.*, p. 107.

> Se a legislação, de uma parte, estimula a melhoria das habitações, de outra afasta o proletário do centro da cidade, onde a tributação torna-se mais alta. (...)
> Assim, se o Governo Municipal obriga o capitalista a remodelar ou construir prédios novos no centro, dificulta, sob o pretexto da higiene, a permanência de cortiços, estalagens e porões na área que será servida pela rede de esgotos. Trata-se de um momento importante do processo de privatização da ocupação do solo, sob os auspícios do Poder Público.[7]

Então, no caso da expulsão dos pobres das áreas nobres do centro da cidade, a tributação imposta pelo governo municipal republicano foi eficiente.

Por outro lado, a transformação do espaço urbano no período entre 1890 e 1920, embora tenha iniciado essa expulsão dos pobres do centro da cidade, deu-se de forma restrita e lenta, sem grandes rupturas, com escassos recursos e, principalmente, sem a participação das camadas populares, pelo menos no que diz respeito às esferas decisórias, porque os custos da modernização foram geralmente revertidos sobre a população mais pobre:

> Teoricamente, modernizar Porto Alegre implicava beneficiar indiscriminadamente toda a população. Isso não aconteceu. Ainda, no plano ideal, os custos deveriam ser saldados com os recursos ordinários do governo municipal. Isso também não aconteceu.
> De uma parte, os melhoramentos foram sendo implementados em áreas muito restritas da cidade. O imediato aumento dos tributos ali verificado provocou o afastamento, por parte das pessoas sem recursos, dessas zonas privilegiadas. Essas pessoas, além de ficarem distantes de seus locais de trabalho, gastando quase o seu salário com o transporte, ainda arcavam, através de tributações indiretas, com os custos de uma modernização que não usufruíam diretamente.[8]

A idéia de isolar o centro da cidade para os ricos era transparente e dita sem pudor: "os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem se sujeitar às regras e preceitos da burguesia."[9]

Assim, condenavam-se as populações que habitavam becos e ruas menos privilegiadas do centro da cidade, primeiro através de uma identificação desses lugares como focos de

[7] BAKOS, Margaret Marchiori. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, CPG em História/UFRGS, nº 1, nov. 1988, p. 11.
[8] BAKOS, Margaret Marchiori. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia [et alli]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 149-150.
[9] Artigo da *Gazetinha*, Porto Alegre, 3/3/1896, citado por MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade - a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 34.

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

doenças e de vícios, com a denúncia do perigo da sua existência para a saúde da cidade; depois, com a sua efetiva destruição.

Talvez o exemplo mais conhecido desse roteiro de exclusão na história de Porto Alegre seja o do Beco do Poço. Se para os cronistas saudosistas do passado ele era mais um dos becos pitorescos da antiga Porto Alegre, com as transformações que ocorrem na cidade na década de 1890, o Beco do Poço, já então denominado rua General Paranhos, torna-se o inferno na terra para os interventores do espaço e o alvo preferido das gazetas moralistas da cidade.[10]

Posteriormente, o antigo Beco do Poço vai ser varrido do mapa, durante a realização de uma das mais ambiciosas obras de engenharia da história de Porto Alegre: a construção da avenida Borges de Medeiros, iniciada na administração municipal de Otávio Rocha (1924-1928). Uma amostra do rigor com que era tratado o antigo Beco do Poço pode ser visto em um artigo publicado em *A Federação*, em 1927: em tom de celebração, pelo início da extirpação do beco do centro da cidade, o artigo lembra os projetos anteriores de abertura da avenida, desde um requerimento de 1891, que, *já naquela época*, considerava a rua General Paranhos como "um verdadeiro foco de miasmas a envenenar a saúde pública e de imoralidade pela classe baixa de seus moradores."[11]

Mas se as demolições vão ser a marca das reformulações urbanas em Porto Alegre depois da década de 1920, os *bota-abaixos* não foram a regra geral do processo de

[10] Uma bela descrição dos becos que existiam na antiga Porto Alegre, incluindo o do Poço, está em FERREIRA, Athos Damasceno. *Imagens sentimentais da cidade*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940, p. 16-18, que tem a vantagem de ser uma descrição literária que expressa as duas posturas que coloquei acima, tanto um saudosismo como um sentimento de repulsa sobre tais lugares.

[11] O artigo "A avenida Borges de Medeiros. Os melhoramentos de nossa capital", de *A Federação*, Porto Alegre, 10/3/1927, citado por MONTEIRO, *op. cit.*, p. 101; ver também esta obra para as transformações urbanas durante a administração de Otávio Rocha.

modernização no período entre 1890-1920. Valeram mais as maledicências moralizantes e o aumento dos tributos sobre as habitações populares, para a expulsão de parte dos pobres para fora do centro.

Nesse sentido, deve-se concordar com o historiador Adair Barcelos, que considera a longa administração do intendente José Montaury de Aguiar Leitão (1897-1924) como o momento em que se inaugura a modernidade em Porto Alegre, não tanto pelas reformas urbanas efetivadas, mas sim pelas reformas administrativas e tributárias realizadas no seu período, que deram a base para as futuras remodelações na cidade.[12]

Eis uma questão que está no cerne do que foi dito até aqui: o que determina a instalação da modernidade na cidade? Quando Porto Alegre tornou-se uma cidade moderna? A historiografia tem discutido essas questões, e ela geralmente tem considerado só falar em modernidade em Porto Alegre a partir ou depois das administrações municipais de Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937).[13]

Se rasgar e alargar avenidas na cidade é o que define o processo, então, sem dúvida, só podemos falar de modernidade em Porto Alegre após 1924. Mas, e nesse sentido vão os argumentos de Adair Barcelos, o esforço de modernização da cidade, no período Montaury, embora não tenha aberto avenidas, "foi mais amplo, significando processos que foram desde a administração pública, passando por saneamento e reordenamento urbanístico."[14]

[12] BARCELOS, Adair. *O governo José Montaury e a modernização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 1995.

[13] Esta idéia é defendida, dando alguns exemplos entre outros, por MONTEIRO, *op. cit.*, p. 38, e por CRUZ, Cláudio. *Literatura e cidade moderna: Porto Alegre 1935*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

[14] BARCELOS, *op. cit.*, p. 80, que coloca, na mesma página, as peculiaridades e a dialética do processo de modernização do período Montaury: "Primeiramente, seja pela qualificação intelectual modesta de Montaury, seja pelas dificuldades financeiras, (...) a sua gestão não esteve voltada para causar impactos reformistas. Neste sentido, foi um exemplo claro da lógica positivista de *conservar, melhorando*. Suas iniciativas eram paulatinas e controladas. E teve, sempre, uma atitude de subordinação aos chefes positivistas maiores."

Pode-se considerar ainda que, nesse período de 1890-1920, estabeleceu-se em Porto Alegre uma modernidade *de fachada*, onde a *aparência* do novo importa muito mais do que a realidade social, com a Rua da Praia fazendo o seu papel metonímico, representando Porto Alegre para os nativos e para o mundo todo. Assim, interessava mais aparelhar parte da cidade com prédios neoclássicos, reformar o centro da cidade para o *footing* da nata da sociedade, e manter os negros da Colônia Africana escondidos e nos seus devidos lugares, do que promover uma revolução urbana geral - e cara! - que beneficiasse a todos.

Mas por ser justamente *de fachada* é que essa modernidade se encontra perfeitamente harmonizada com o processo que lhe seguiu: o esmalte burguês sobre a cidade interessará muito mais, para a sensação de modernidade, do que uma ampla melhoria das condições de vida da população como um todo. Nesse sentido, a instalação da modernidade em países com características como as do Brasil (subdesenvolvido, periférico ou de terceiro mundo, como queiram) é sempre *de fachada*.

Entretanto, mais do que uma modernidade *de fachada*, o que deve ser ressaltado é que as transformações ocorridas em Porto Alegre no período 1890-1920, além de se basearem em um desenvolvimento interno das forças produtivas, são precursoras e genitoras do processo que se seguiria - por isso escolhi a palavra *esboço* para designar a modernidade desse período: apesar de ser apenas um delineamento primário, ela ali se inicia, e se projeta também.

Eu gostaria ainda de ir um pouco mais além, colocando também que se a modernidade só se estabelece na cidade após a década de 1920, entretanto, um sentimento de modernidade é perfeitamente perceptível nas fontes anteriores àquela data. E, retomando um ponto discutido no primeiro capítulo deste trabalho, modernidade é vista aqui como o conjunto de experiências (ou seja, que *experimenta*) e de sensações de um mundo em transformação.

Se essa onda de remodelação, ocorrida entre 1890 e 1920, não se compara com a fase posterior de modernização da cidade, bem mais radical nos propósitos e nos resultados, ela, entretanto, possibilitou uma sensação de cidade grande e moderna, ou seja, um esboço de modernidade, como pode ser vislumbrado, entre tantos outros exemplos, nesse da década de 1910, que parece exemplificar tudo o que foi dito aqui:

> Digam lá o que quiserem: Porto Alegre é já uma cidade feita. Quem como o autor destas linhas a conheceu outrora, quase sem calçamento, povoada de casebres mui primitivos, com poucas lâmpadas a gás, fornecendo à população escassa água, sem arrabaldes, a não ser o do tradicional Menino Deus, e por sobre tudo isso os arcaicos bondes a tração animal, é, digo, que pode estabelecer paralelo com a urbes atual! E, agora, "*quantum ab illo mutata*"!... As praças, sempre escancaradas ao público, desdobram-se aos nossos olhos repletas de atrativos, pelos seus bem cuidados vergéis, pelas suas frondosas árvores, oferecendo ao andante suarento, e congestionado pelos estos solares, confortativo repouso dos sofrimentos do dia em bancos banhados de sombra benéfica. A cada passo rui por terra uma ou outra casinhola das muitas que afeavam a *City*, ressurgindo de seu benéfico aniquilamento, no mesmo local, verdadeiros palácios de arte nova, como a casa Chaves, Café Colombo, a casa A. M. de Araújo e muitos outros que parecem querer transportar-nos às mais pomeosas [sic] cidades mundiais. E, assim, aformoseiam-se as vias públicas e se enriquece a cidade. E os bondes elétricos? oh! o seu estabelecimento aqui veio trazer a Porto Alegre a nota *chic* e *smart*, que muito concorreu, não só para enobrecer a cidade, como ainda para aumentá-la, animando o povoamento dos nossos esplêndidos arrabaldes, para facilidade e celeridade de comunicação. Bem haja, pois, quem, arriscando capitais a fim de instalá-los, mais atentou para os sentimentos de um nobre bairrismo, do que para interesses que, embora mui justos e lícitos, eram, entretanto, de todos hipotéticos, conforme vão os fatos se encarregando de provar. Mas, não é só pela ação privada que Porto Alegre avança a passos largos na trilha do progresso. Não, a administração oficial não tem perdido tempo no aproveitar a favor da nossa futurosa capital a parcos recursos orçamentários que, para esse fim, lhe são outorgados. As ruas vão sendo todas calçadas, outras abertas ao público trânsito; as estradas aplainadas; as praças ajardinadas; os esgotos quase a instalar-se; a estrada do Riacho melhorada, ao ponto de poder transportar em tempo estivo milhares de pessoas para Tristeza, que, por isso, cresce cada vez mais. O palácio intendencial levanta-se alteroso, onde outrora feios lanchões só despejavam laranjas e lenha, estando em via de execução o levantamento de suntuoso teatro no local da doca que lhe fica paralela; o mercado público alteia-se e embeleza-se e a Hidráulica Guahybense aí está bem no cimo de uma montanha a espelhar em suas águas a dedicação, a honradez e o esforço de uma administração municipal.[15]

Como se vê, esses esforços de modernização do período de 1890-1920 foram responsáveis por um primeiro fôlego do projeto burguês de modernidade urbana em Porto Alegre, na transformação da *city* em *chic* e *smart*...

[15] Coluna "O Nosso Meio Social", assinada por Boecio de Moraes, do jornal *Actualidade*. Porto Alegre, 19/3/1911. IHGRGS.

Entretanto, a análise dessa modernidade não estaria completa se deixássemos de lado uma dimensão importante, tanto sensível como ideológica, que é a questão das classes perigosas.

3.2. As classes perigosas

A questão da identificação das classes perigosas merece ser tratada à parte neste trabalho, porque constitui um aspecto importante para a elaboração das representações coletivas que se fará sobre a Colônia Africana junto ao imaginário social.

O conceito de *classes perigosas* é, na verdade, de difícil delimitação, devido à abrangência de seu alvo: os pobres. Se o termo surge, na Europa da primeira metade do século XIX, exclusivamente ligado aos indivíduos que cometeram algum tipo de delito, que teriam ou não passado por instituições penais, ele logo abrange o conjunto dos pobres como um todo.[16]

A ligação se dá pela identificação dessa população pobre com a ociosidade e o vício, e como decorrência disso, com o crime, em um raciocínio que pode ser resumido assim:

> a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios,(...) os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos.[17]

[16] Para um histórico do termo e da questão, ver o clássico de CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Hachette, 1984; ver também, bem mais acessível, só que em uma abordagem diferente da tratada aqui, GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

[17] CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 22, que nesse trecho comenta especificamente os debates dos parlamentares brasileiros em torno de um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade (ver mais adiante).

Por ser esse conceito de *classes perigosas* de difícil definição, pois abarca um conjunto tão amplo e vago como os pobres, e por estarmos preocupados aqui com representações feitas sobre os negros no imaginário social, vai interessar então, especificamente a este trabalho, como os negros são vistos dentro dessa concepção. É de se supor uma relação mais estreita entre eles e o conceito: se ser pobre é um requisito para ser perigoso, ser negro é um requisito potencialmente maior.

O contexto em que se dá a recepção do conceito de classes perigosas no Brasil tem enorme influência sobre essa relação, pois é o período contemporâneo ao processo abolicionista, quando se dá o que a historiografia comumente chama de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.[18]

No tempo da escravidão, atesta-se o medo permanente das elites em relação a massa de escravos.[19] Entretanto, isso era atenuado porque a competência do controle sobre estes era exercida diretamente pelos senhores, embora houvesse um temor especial sobre os livres de cor, que eram da responsabilidade incerta do Estado.[20]

[18] A historiografia sobre a transição do mercado de trabalho escravo para o livre, ou ainda sobre a *transição para o capitalismo*, é enorme; ver, entre outros, GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986; COSTA, Emília Viotti da. *A crise do escravismo e a grande migração*. São Paulo: Brasiliense, 1981; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Ela tem considerado uma série de questões dentro dessa *transição*: o problema da substituição e da escassez da mão-de-obra, a problema da imigração, o problema dos libertos, etc. Confira também LARA, Silvia Hunold. "Blowin' in the wind": E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, (12), out. 1995, p. 54--55, que faz um interessante crítica a essa historiografia (não particularmente as obras citadas acima), que tende, segundo ela, a estabelecer uma ruptura entre a história da escravidão e história dos trabalhadores, identificando a história social do trabalho somente à história do trabalho livre.

[19] Ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[20] CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, p. 135: "Competia à *responsabilidade paternal* do senhor o controle dos escravos como o dos filhos. Ao Estado, teoricamente, competia o dos libertos e dos livres. Ora, a categoria considerada, entre todas, perigosa nesse início do século XIX era sem dúvida a da gente de cor que não era escrava."

Com a abolição e a república, ou melhor, com todas as questões que as precedem e as seguem, observa-se um alargamento do campo de ação do Estado, que tenta ordenar comportamentos e espaços, além de procurar novas formas de submissão e controle sobre os trabalhadores.[21]

No meio urbano, houve a tentativa, por parte do Estado, de controlar as massas subalternas, não domesticadas ainda pela e para a nova ordem burguesa que se instalava, e o principal instrumento utilizado foi a coerção, ou seja, a polícia.

Se esta era solicitada a agir de acordo com o pressuposto da *suspeição generalizada*, onde qualquer cidadão era suspeito até prova em contrário[22], por outro lado a certeza da eficácia da ação policial deve ser relativizada, já que havia um hiato entre a idealização estatal e a prática policial.[23]

Entretanto, seja na tentativa do Estado de desenvolver um *olhar vigilante* no policial, baseado nas noções da antropologia criminal (onde entravam as teorias raciais), seja nas estratégias criadas pelos policiais, que se baseavam sobretudo em avaliações calcadas no

[21] "Tratava-se de forjar um trabalhador dócil, adequado à preservação da ordem e garantidor do progresso material. Para tanto, a elite dirigente legislou, interveio, normatizou, vigiou e pautou as condutas, os papéis e os espaços a serem desempenhados e ocupados por este novo trabalhador que surgia. Evidentemente, este foi um processo que se impôs, mas não sem encontrar resistência, e gerar atos de sabotagem e outras formas de reação por parte dos subalternos": PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/FAPERGS, 1989, p. 7.

[22] "E, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros": CHALHOUB, *op. cit.*, p. 23.

[23] Refiro-me a discrepância entre o desejo do Estado, com regulamentos que idealizavam um *bom policial*, e as práticas cotidianas da polícia, como pode ser observado no estudo de MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/ UFRGS, 1992, p. 39, onde cita BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 255: "a polícia não será o resultado da aplicação de um projeto burguês mas a construção resultante de respostas dadas a necessidades reais, transformadas em saber institucional. A polícia dos sonhos liberais ou positivistas teria de esperar."

senso comum[24], em ambas as posições se observa a consideração de que os negros eram mais do que potencialmente suspeitos, coisa que não é novidade para nós.

Assim, a imagem que ligava a população negra à ociosidade e, por conseqüência, ao crime, foram reproduzidas na justiça[25], nos jornais[26], assim como no discurso e na atuação policial, embora nesta última, devido ao contato direto que a polícia tinha com aquela população, nem sempre tenha ocorrido o que o Estado idealizava, como foi colocado.

É então nesse cenário que vinga a concepção de classes perigosas: "o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de *classes perigosas* no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais."[27]

O conceito caía como uma luva nas preocupações das elites, frente à questão do que fazer com a massa liberada pela abolição, que tendia a convergir para os centros urbanos, pela fraca possibilidade de receberem terras e de se estabelecerem na área rural, se dirigindo assim para as cidades, onde eram propensas a assumir os mesmos e antigos trabalhos subalternos dos escravos urbanos, e a habitar as áreas e os buracos urbanos menos valorizados.

No entanto, mais importante, para este trabalho, do que verificar como essa realidade acabava em práticas delituosas, é observar como foi construída uma determinada representação do negro no imaginário social, ao longo do período pós-abolicionista, que vinha se somar ao antigo medo de revolta escrava, presente ainda no imaginário das elites, e

[24] Ver outro texto de MAUCH, Cláudia. O policial e a cidade: um olhar vigilante (Porto Alegre, final do século XIX). In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 71-73.

[25] Ver, por exemplo, RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

[26] Confira SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[27] CHALHOUB, *op. cit.*, p. 23.

também com a noção de que o negro era naturalmente avesso ao trabalho, lembrando a lógica que considerava que a ociosidade levava ao crime.

Talvez por isso mesmo o conceito de classes perigosas tenha sido central nos debates em torno de um *projeto de lei sobre a repressão à ociosidade*, discutido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil logo após à Lei Áurea, em junho de 1888.[28]

No caso da população negra, a sua suposta tendência ao não-trabalho era, por um lado, considerada como uma herança do cativeiro, como um despreparo para a vida em liberdade, postura que valeu a essa população uma situação subalterna, na reformulação do mercado de trabalho que se seguiu à abolição.

Entretanto, o pretenso caráter ocioso dos ex-escravos não era considerado somente um fruto da escravidão, mas também, o que era mais grave, da própria natureza dos negros. E se pensarmos que a ociosidade é um primeiro passo para o vício e para o crime, segundo a lógica daquela concepção de classes perigosas, vê-se os negros considerados como *naturalmente* propensos ao delito: "os *defeitos* dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas."[29]

Nesse aspecto, pesaram as teorias raciais, que tanto sucesso fizeram junto à elite intelectual brasileira, a partir, pelo menos, da década de 1870. É claro que não tentarei aqui reproduzir todas as posições do debate para o qual convergiram as teorias raciais e a

[28] Sobre esse debate, ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 39-49.
[29] CHALHOUB, *Cidade febril, op. cit.*, p. 25.

antropologia criminal[30], muito menos fazer uma análise pormenorizada da sua complicadíssima recepção por parte da intelectualidade brasileira da época.[31]

Vou apenas fazer um pequeno resumo desse debate, direcionado para os interesses do trabalho, e dar um exemplo.

As concepções acerca das diferenças raciais e de seus reflexos sobre o comportamento das pessoas remontam ao século XVIII, e fazem parte de um debate maior em torno do livre arbítrio e do determinismo. Para essa questão parecem ter convergido as principais teorias sociais vigentes no século XIX, entre elas o liberalismo, o evolucionismo e o darwinismo social, assim como as preocupações em relação aos criminosos na cidade, inchadas pelo processo de industrialização, e até antigas percepções do senso comum, como as técnicas de conhecimento indiciário e a *fisiognomia* - que, em uma definição simples, igualava a pretensa aparência física exterior das pessoas com um igualmente pretenso conteúdo moral interior. Todo esse *bando de idéias novas* vai desembocar em uma série de conseqüências concretas no século XIX e XX, desde o sistema de identificação por impressões digitais até o nazismo. No cientificismo, principalmente na sua fase das décadas finais do século XIX, entre o mundo de intelectuais que compunham tal debate, e entre os mais influentes, figurava Cesare Lombroso, que, influenciado por técnicas de frenologia e antropometria, formulou sua teoria sobre o criminoso nato, segundo a qual a criminalidade de uma pessoa poderia ser prevista pelo seu tipo físico e também determinada pela hereditariedade (*atavismo*), contribuindo para

[30] Para isso, ver DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16.
[31] Isso pode ser visto em SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e em SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

aquilo que Darmon chama de *medicalização do crime*.[32] É fácil perceber as conseqüências dessa teoria sobre a população negra e mestiça: ela era vista como racialmente inferior e naturalmente criminosa. Se as teorias de Lombroso perderam a hegemonia para as teorias da determinação do meio social de, entre outros, Lacassagne, por volta da década de 1890, isso não quer dizer que a força de sua teoria não tenha vicejado por mais tempo.[33]

Um exemplo brilhante deste debate todo é o *Relatório do Dr. Sebastião Leão, Médico da Polícia*, de 1897, onde pode-se observar, *em tempo real*, a passagem da hegemonia do atavismo lombrosiano para as teorias de determinação do meio, e que tem ainda a vantagem de nos mostrar como, na Porto Alegre da década de 1890, existiam pessoas (ou pelo menos uma!) completamente informadas e afinadas com o debate intelectual *de ponta*, que então se desenvolvia na Europa.[34]

O dr. Sebastião Leão[35], por ocasião do relatório, médico da polícia na Cadeia Civil de Porto Alegre, tinha como objetivo testar, na prática, principalmente os estudos feitos por

[32] DARMON, *op. cit.*, p. 16, resume assim a questão: "a jurisprudência, bem como o sistema penal clássicos eram atacados em seus fundamentos através da negação da responsabilidade criminal. O juiz perdia em parte sua razão de existir e até corria o risco de ver-se despojado de suas prerrogativas em favor do médico. Assim, a criminalidade transformou-se, por volta do final do século XIX, num trampolim para a medicina na sua conquista de poderes e o criminoso nato de Lombroso foi uma peça mestra do arsenal que permitiu ao médico travar a batalha do tribunal. (...) graças ao criminoso nato, o médico tornar-se-ia, com certeza, senhor do tribunal."

[33] Contribuíram para esse breve resumo, além das obras indicadas nas duas notas anteriores, BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, somente a Introdução; GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179; e VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, principalmente a parte 1.

[34] *Relatório do dr. Sebastião Leão, médico da polícia*. Porto Alegre, 1897, AHRS. A análise desse relatório não é inédita: foi feita, em uma abordagem semelhante, por PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da violência: o discurso criminalista na Porto Alegre do fim do século. *Humanas*: revista do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1993.

[35] Ver pequenas biografias do dr. Leão em PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Porto Alegre*. Volume II. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945, p. 639; REIS, Carlos. *Album do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s/ed., 1905, p. 250; FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 246. Ver ainda o livro do próprio Leão, assinado com o pseudônimo de CORUJA FILHO. *Datas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Divisão de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura/Livraria do Globo, 1962, principalmente a introdução de Walter Spalding.

Lombroso. Para isso, após solicitar permissão ao então chefe de polícia e futuro governador do Estado, o *ilustre* desembargador Borges de Medeiros, criou uma "oficina de antropologia criminal na cadeia civil", que considerava ser a primeira deste tipo no país.

Depois de analisar a população carcerária, onde discrimina desde as características físicas (sexo, idade, raça, etc.) até as motivações circunstanciais para o crime (local, estação do ano, etc.) dos presos, e depois de uma série de deduções sem grande rigor metodológico (chama a atenção a descrição feita do preto Manoel Ignácio, que, por sua altura e envergadura, oferece "um tipo muito aproximado de um *quadrúmano*"), Sebastião Leão ataca as teorias de Cesare Lombroso, considerando, como a *nova escola francesa*, que "não é o atavismo, e sim o meio social que faz o criminoso."[36]

Entretanto, essas posições não devem ser consideradas rígidas, e mesmo a perda da hegemonia das teorias lombrosianas não deve ser vista como a perda da sua força, como se atesta, novamente, no raciocínio do dr. Leão. Apesar de colocar-se a favor das teorias do meio, seu relatório está recheado de alusões à inferioridade racial dos negros: é o caso do *quadrúmano*, na recorrente equiparação dos africanos aos símios, além de outros exemplos.

Como se vê, o citado relatório está inscrito naquele debate sobre as determinações do criminoso, e na espécie de raciocínio que dele surgiu, e que tantas implicações teria sobre o espaço urbano: se é o meio que faz o criminoso, então é preciso atacar esse meio; se o problema da criminalidade é obra do espaço, então esse problema é resolvido com o saneamento desse espaço.

[36] *Relatório, op. cit.*, p. 246: a frase também é usada como epígrafe do relatório. Os dados da população carcerária vão da página 191 a 241; a descrição do *quadrúmano* está na página 219.

Portanto, os pobres (e os negros) não eram só perigosos pelo seu potencial para o vício e o para crime, mas também por habitarem locais insalubres, considerados como focos de doenças para o restante da cidade e, mais além, como fábricas da criminalidade.

E, assim como houve uma *medicalização do crime*, houve também *higienização da política*: através da ideologia da higiene, justificou-se políticas urbanas de saneamento, repressão e expulsão das classes pobres para a periferia, estabelecendo-se que "somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no *caminho da civilização*."[37]

Se pensarmos também que as considerações acerca do debate em torno das teorias raciais sempre preocuparam-se com o peso da presença dos negros e dos mestiços na sociedade brasileira, e que muitas vezes foram aí considerados entraves para a *civilização* da nação, temos delimitados os adversários do *progresso*.

Fez-se assim a eleição dos inimigos da *civilização*, dos *feios*, *sujos* e *malvados*[38], em uma época onde se ser pobre era virar suspeito, ser negro era nascer suspeito.

3.3. O ventre de Porto Alegre

Para finalizar, gostaria de tentar sintetizar tudo o que foi dito neste capítulo com um exemplo, que fechará esta primeira parte, antes de partimos finalmente para a análise da Colônia Africana.

A historiografia, tanto no caso nacional, como no caso relativo à Porto Alegre, felizmente já se debruçou bastante sobre a questão das classes perigosas e da ideologia da higienização, vista como forma de controle e repressão dos pobres e, especialmente, como procurou-se observar aqui, dos negros na cidade. A bibliografia, salvo uma que outra obra

[37] CHALHOUB, *op. cit.*, p. 35.
[38] Esta imagem é proposta por PESAVENTO, Sandra. *Os pobres da cidade*, *op. cit.*, p. 9.

indicada neste subcapítulo, é a mesma que utilizei no ponto anterior, e por ela ter divulgado um conjunto considerável de exemplos, penso que eu posso me desobrigar a registrar um maior número de provas para o que eu coloquei acima.

Portanto, para encerrar, escolhi uma única fonte, que deve ser vista aqui como um exemplo que procura sintetizar tudo o que foi analisado antes, e que só agora é visto por dentro, desde a época a que nos reportamos, e por isso mesmo tem a autoridade - ou a ingenuidade - de um raciocínio afinado com o seu tempo.

É novamente um artigo do nosso já conhecido Germano Hasslocher, sim, aquele mesmo, do primeiro capítulo. Lá, lembro-me ter dito que este cidadão iria rondar este trabalho como uma praga - opa!... como um fantasma, pois ele fará questão, reiteradas vezes, de dar a sua opinião sobre a Colônia Africana. Mas, antes que ele nos fale sobre os habitantes negros daquela área, vejamos o que ele fazia por volta do mês de abril de 1895, que tipo de *promenade* ele realizava pelas ruas de Porto Alegre.[39]

De início, o seu relato nos chama a atenção para a estreita relação pessoal que o jornalista tinha com o tenente-coronel Leite, subintendente do 1° distrito policial da capital, chegando este, inclusive, a lhe confiar segredos; também percebe-se que Hasslocher aproveita a situação para mostrar a sua imagem ideal de polícia e de policial, e, ao mesmo tempo, bajular de leve (ou nem tanto) o garboso oficial:

> Há dias, acompanhando o digno subintendente do 1° distrito, homem que parece ter nascido para autoridade policial, enérgico, sério, honesto, calmo, sensato e que por todas estas qualidades vai bem depressa deixar o seu cargo, revelação indiscreta do que me confiou o seu segredo, fomos a uma habitação de um casal de pretos minas, onde eu ia mostrar-lhe uma abjeta exploração de que era vítima uma criatura disforme que esmola nas ruas de Porto Alegre.
> A diligência impunha ao tenente-coronel Leite indagações minuciosas e por isto não recuou diante do que ia afrontar. (...)
> Entramos na rua do Arvoredo e paramos diante de um portão.

[39] Todos os trechos reproduzidos abaixo, salvo outras referências, fazem parte do artigo assinado por Germano Hasslocher e publicado na *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 27/4/1895. MCSHJC.

Até aí, uma atividade aparentemente corriqueira para este jornalista: acompanhar de perto a autoridade policial, para ver como esta age, a partir da sua própria denúncia da exploração de um aleijado para a mendigagem, denúncia, aliás, muito comum de surgir nos jornais da época.

Então, acompanhado do oficial, Hasslocher chega em frente a um cortiço, e, abandonando todas as suas esperanças, nos dá a descrição de um inferno dantesco:

> Tivemos que descer umas escadas imundas e penetramos num antro miserável, sujo, fedorento, onde um casal de pretos velhos preparava quitandas, em meio de ossos, pedaços de charque, cobertores, cestas cheias e vazias, gaiolas de ratos da Índia, etc.
> Toda a casinha era dividida em uma infinidade de aposentos escuros, minúsculos, dos quais saíam cabeças mal dormidas, com olhos ramelentos que nos fitavam curiosos.
> Feito o que era necessário íamos sair, quando o subintendente suspeitou que os porões daquele porão eram habitados.
> Convidou-me com um olhar, duvidando do meu ânimo.
> - Vamos, disse-lhe eu.
> Então fazendo prodígios de equilíbrio, descemos uma escada que conduzia a imundo pátio e dali penetramos nos porões.
> Oh! coisa cruel. Era uma colmeia aquilo.
> Tudo dividido com latas velhas, tábuas de caixões, em aposentos.
> Cada qual tinha o seu locatário.
> Aqui dormia um soldado, além cosia uma china.
> Uma miséria enfim.

Nesse trecho, os detalhes chamam a atenção.

Em primeiro lugar, no que parece ser a intenção principal do artigo, descreve a maneira tenebrosa como vivem os pobres em pleno centro da cidade, ou muito próximo a ele, se considerarmos a rua do Arvoredo no início da Cidade Baixa.

Além do mais, no caso das quitandas, tenta mostrar como a situação insalubre de tais lugares transcende ao mal que aqueles pobres coitados faziam a si próprios ao habitarem tais *espeluncas*, já que representam uma ameaça à saúde do leitor e à dos porto-alegrenses em geral. Nesta parte, o jornalista funciona como um inspetor sanitário, mostrando à população as condições em que são preparados os quitutes que ela consome nas ruas da cidade.

Também não deve surpreender - e não surpreende o autor - a presença de um soldado habitando aquele cortiço, se pensarmos como era feito o alistamento na época e se verificarmos a origem social dos praças.[40]

Deve-se observar a equiparação que se faz do cortiço a uma *colméia*, ou, ainda, a descida cada vez mais profunda, que o texto nos convida a fazer (duvidando também do nosso *ânimo*), aos diferentes círculos ou esferas desse inferno - *os porões daquele porão* - uma imagem, aliás, bastante recorrente nas representações do urbano.[41]

Então Hasslocher, após descrever os horrores daquela heróica descida, brinda-nos com a sua interessante interpretação pessoal daquele porão:

> - É o ventre de Porto Alegre, disse-lhe eu ao subintendente.
> - Ou alguma coisa mais, observou-me ele.
> Por fim saímos.

A alusão ao *Le ventre de Paris*, de Emile Zola, é evidente aqui, embora o termo, nesse caso, surja com um significado um pouco alterado daquele utilizado pelo escritor francês, que retrata o mercado de Paris. Entretanto, o que interessa muito mais é a consideração de que os subterrâneos da cidade estão podres, que Porto Alegre esconde horrores no seu ventre, que precisa ser estripado pela pena do jornalista e pela ação policial, para que a população veja o mal que necessita ser extirpado em seu benefício.

E o artigo continua nesse tom; retornemos então ao relato, onde o autor parece estar preocupado em ter sido contaminado pelos miasmas do porão:

---

[40] Sobre isso, ver MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais de criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888)*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/UFRGS, 1993, principalmente p. 35-54.

[41] A imagem clássica da cidade-inferno, dividida em vários círculos ou esferas, é a de Balzac, no prólogo de *La fille aux yeux d'or*; ver interpretação dessa imagem, com vistas sobre a questão urbana, em RACAULT, Jean-Michel. De la ville-organisme à la ville-machine: les modèles scientifiques de la dynamique urbaine dans le prologue de *La Fille aux yeux d'or*. In: VEYSSIÈRE, Gérard (Org.). *Kaleidoscopolis ou miroirs fragmentés de la ville*. Paris: L'Harmattan, 1996, p. 15-30. Ver também o texto integral: BALZAC, Honoré de. *A menina dos olhos de ouro*. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1996.

Eu ia cheirando a minha roupa, desconfiado.

E assim subia, suspeitando, até o oficial fazer-lhe a seguinte observação:

- É necessário acabar com isso, disse-me o tenente-coronel Leite.
Veja só quanto crime pode encontrar esconderijos nesses antros que infestam Porto Alegre.
E eu fiquei pensando no mal que nos causam estas imundas espeluncas e focos de todas as epidemias, existindo contra todas as disposições legais.

Aqui o raciocínio se faz claro, se pensarmos naquela lógica do conceito de classes perigosas: antros como aquele servem de abrigo para o crime, observa o zeloso militar, sendo o crime visto aqui como violação da lei penal. Hasslocher, por sua vez, atacando novamente de inspetor sanitário - talvez ainda intrigado com um leve odor em sua roupa - pensa em *focos* e *epidemias*, encerrando também com uma observação que remete ao crime e à violação da lei: a presença ilegítima do cortiço, *existindo contra todas as disposições legais*.

Como no caso das quitandas, não é somente o mal que os pobres fazem a si próprios, quando habitam esses cortiços, que está em jogo, mas um problema maior de saúde pública, de toda a cidade, já que existem verdadeiros *viveiros* de crimes e doenças nos porões de Porto Alegre.

O texto segue um caminho mais profundo ainda. Vejamos as seguintes observações que faz sobre tais *espeluncas*:

Em primeiro lugar, são elas que estragam a criadagem.
Qualquer crioula acha que dormir *em casa* é ter alugado o espaço de uma cama.
E como com cinco mil réis por mês *tem casa*, nenhuma aceita dormir em casa dos patrões.
A higiene pública a bem do interesse geral da população devia fiscalizar severamente tais espeluncas e ordenar a sua demolição quando necessário e limitar o número de seus habitantes, proibindo terminantemente que vivam sem ar, sem luz, pessoas que estupidamente suicidam-se e que criam reais prejuízos para a população em geral.
Não é a necessidade que obriga a miseráveis a um viver assim.
É a vadiação, que não há entre nós, ainda desenvolvimento suficiente de fábricas e protecionismo, para gerar proletariado e indigências atrozes com na Europa.
No dia em que a criada não tiver mais por cinco mil réis, o lugar onde pôr uma cama, ela dormirá em casa de patrões, que é o que todos querem.
A nossa municipalidade tem ali um meio muito simples de remediar as dificuldades com que luta a nossa sociedade, no tocante ao serviço doméstico.

Aqui está novamente presente a idéia de mal para eles, mal para todos: ao mesmo tempo, os pobres *suicidam-se* e *criam prejuízos para a população*. O que é novo aqui é a ligação que é feita da existência desses cortiços com o problema da criadagem, ou, indo mais além, com o problema do controle sobre a possível mão-de-obra que esses pobres representam.

Lugar de empregado é junto ao patrão, nessa tentativa de estabelecer um novo paternalismo (ainda com uma pitada do antigo paternalismo escravocrata) e, ao mesmo tempo, livrar a cidade, ou pelo menos o seu centro, de habitações populares daquele tipo: propõe, assim, o controle ou a demolição, visando, em um mesmo processo (*de uma cajadada*, como dirá abaixo), regular o comportamento dos trabalhadores subalternos, sanear o espaço urbano, controlar a *potencial* criminalidade da população pobre e expulsar essa população do centro.

Outro ponto que vem se somar ao que foi dito neste capítulo é a leitura feita sobre o motivo da existência de tais habitações populares: não é a *necessidade* que faz com que os pobres morem em cortiços, e sim a *vadiagem*. Novamente, a idéia de que a ociosidade é a fonte de todos os males.

No bojo de tudo isso está, como foi dito, o desejo de controle e de conformação das classes pobres ao mercado de trabalho reestruturado e ao comportamento burguês, justificado na idéia de que o saneamento e a destruição dos locais pestilentos, ou seja, aquilo que se chamou de *ideologia da higiene*, está acima - e contra - o direito à liberdade dos pobres.

Mas voltemos ao artigo do *homem ilustre*, pois seu texto (agora) fala por si só:

Inspirado pelas necessidades da saúde pública, o ilustre senhor intendente, de acordo com a Junta de Higiene, prescreverá o número de habitantes para essas *bibocas*, punindo severamente os que transgredirem as prescrições impostas.
Com uma fiscalização constante, impertinente, os resultados serão inúmeros.

> Na casa em que fomos, o sr. subintendente e eu, não exagero, dizendo que, pelo menos a habitam trinta pessoas, quando em rigor, não admite mais de quatro ou cinco moradores.
> Dirão que a lei não pode proibir que um indivíduo vá viver num porão úmido, fedorento, onde a gente sente ânsias de lançar.
> De acordo. Mas se a lei não proíbe isto, a lei proíbe que se ponha em risco a saúde pública e como tais porões, sendo habitados, tornam-se focos de miasmas pestíferos, suprima-os a bem do interesse geral. (...)
> Façamos um circunlóquio assim e de uma cajadada dois coelhos - higiene e vagabundos.

Assim termina o artigo de Germano Hasslocher, que não morreu de nenhuma epidemia na cidade, e nem ao menos nela: veio a falecer durante uma viagem de recreio a Milão, na Itália, em 1911.

***

O leitor que acompanhou a dissertação até esse momento, pode estar perguntando: mas afinal, onde está a tal Colônia Africana?

Mesmo lembrando ao leitor que a análise daquela área negra é apenas um dos *leões* que esse trabalho tem de *matar*, concordo que seja necessário aqui fazer uma espécie de pré-conclusão, para refletirmos rapidamente sobre o que se escreveu até agora.

Procurou-se observar como a modernidade urbana, a partir de uma determinada lógica excludente, vai problematizar os lugares habitados pela maioria da população pobre e negra, estabelecendo sua existência como uma questão a ser solucionada por toda sociedade. É através desse mecanismo que vão ser construídas as representações sobre locais como a Colônia Africana e sobre moradores como aqueles, visando o seu isolamento e a sua extinção, para o progresso da cidade.

A própria complexidade do fenômeno da modernidade - que aqui tentou ser vista como externa e interna à sociedade urbana porto-alegrense, como algo imaginário, sonhado

por determinadas pessoas, mas também como algo concreto, relacionado com o próprio desenvolvimento da cidade, além de se observar a sua tendência à exclusão social da população pobre e negra - talvez tenha confundido a visão geral da dissertação.

Assim, a pouca menção direta que se fez à Colônia Africana nesta primeira parte talvez cause a impressão errônea de que os moradores negros daquela área iam tocando suas vidas pacatas enquanto ia se armando o temporal da modernidade, que terminaria por desabar sobre suas cabeças, obrigando-os a se mudarem, com a expansão da cidade.

Mas a própria história da Colônia Africana - desde o seu surgimento até o seu desaparecimento - tem a ver com o que foi colocado até aqui: ela é tributária das forças excludentes anteriores àquela modernidade, que, quando se esboça, termina por reforçar aquela antiga exclusão.

Ver como se desenvolve a Colônia Africana dentro daquele fenômeno da modernidade urbana é o objetivo da segunda parte desta dissertação.

PARTE II - A PERIFERIA

4. A COLÔNIA DOS AFRICANOS

É preciso imaginar o lugar e as pessoas.

Os casebres de madeira, irregularmente distribuídos na paisagem, aparecem emoldurados por um morro baixo, de onde despontam matagais. Macegas e arbustos também invadem os terrenos das casas e as beiradas das ruas, estas meia dúzia de vielas de chão batido, rasgadas por entre as árvores negras da fotografia, esticadas no baixio alagadício, onde dominava o coaxar dos sapos, rival, noite adentro, do som de um que outro atabaque.

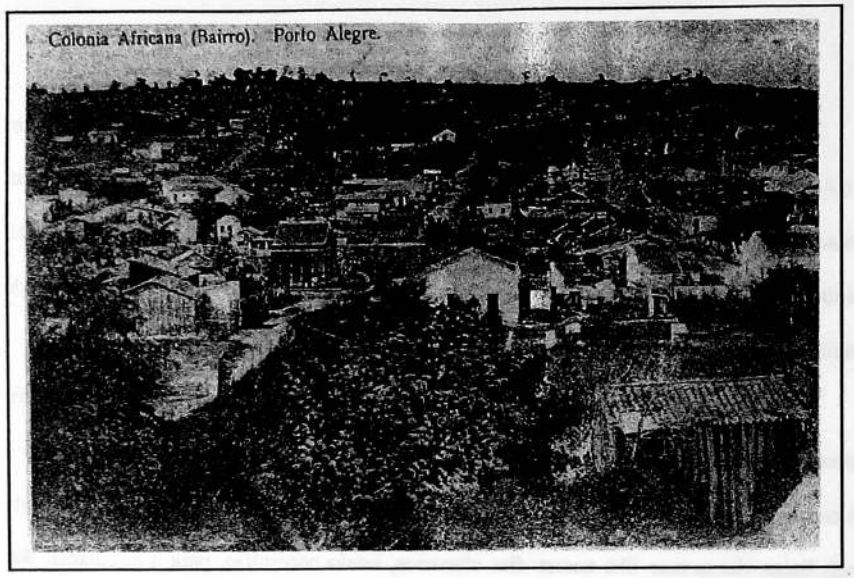
As chuvas tornavam as ruas pouco transitáveis, escorregadias nas partes acidentadas, lamacentas lá embaixo, atolando toda espécie de veículo que por ali se arriscasse, sugando o calçado de qualquer pedestre que se aventurasse por aquele lodaçal. Cada casebre da parte mais baixa virava uma ilha nesses dias chuvosos, sendo necessário, para a circulação dos moradores, colocar tábuas por cima dos valos que a água da chuva ia formando.

E por ali iam pulando os biscateiros e os carroceiros atarefados, as criadas que resistiam em morar na casa do patrão, as lavadeiras, as engomadeiras e as cozinheiras de quinta geração, os cangueiros curvados pelo tempo, os João Congo da vida, preto africano de quase cem anos, de filiação ignorada e profissão idem, ou mesmo os valentões da zona, como o negro Fumaça, pedreiro de profissão, que peitava os companheiros de *boteco* ou quantos *ratos brancos* lhe aparecessem pela frente.

O certo é que, vez por outra, o pau rolava nos botequins, uma festa terminava em briga, uma discussão acabava em morte, e um incauto se via livre, não raro de modo violento, do peso dos poucos mil-réis e do relógio de níquel que trazia nas algibeiras.

E isto era regra para quem via de fora tais pessoas e lugar...

FIGURA 3



Colônia Africana em 1913:
vista da rua Vasco da Gama a partir da rua Ramiro Barcelos.

Fonte: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.) *O espetáculo da rua.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal, 1992, p. 55. Ver também WAGNER, Matias. *Paróquia de N.S. da Piedade de Porto Alegre: 1916-1958*. Porto Alegre: s/ editora, s/ data, p. 19.

Passadas várias décadas desde a sua transformação em bairro moderno, é ainda a imagem negativa que salta dos registros memorialísticos, para o curioso que tentar descobrir o que foi a Colônia Africana. Se este se aventurar por determinadas fontes do passado, terá uma visão ainda mais *tenebrosa* do local. É raríssimo encontrar nelas menção da Colônia Africana sem que esta esteja adjetivada por expressões como *famigerada*, *corte do crime*, *antro de vagabundos e viciosos*, *tenebroso inferno*, etc.

Acrescente-se a isso uma outra adjetivação recorrente que se fazia dela: a sua caracterização como *celebérrima*. Assim, a Colônia Africana surge nas fontes não só como

um local *reconhecido* no mapa dos lugares estigmatizados da cidade, que o *cidadão de bem* deveria evitar, mas também como um local *famoso* pela sua criminalidade. A assiduidade com que surgem as referências nesse sentido - a "*nunca assaz decantada Colônia Africana*", como afirmou um determinado jornalista - renderam à Colônia Africana a fama negativa que por anos lhe adjetivou, que lhe ficou grudada ao nome.

Frente a essa imagem proposta pelas representações que vêm do passado, é preciso uma postura cautelosa e crítica sobre as fontes, que procure a origem e o papel de cada afirmação no processo que se verifica no final da história da Colônia Africana: a sua extinção.

Se, obviamente, não se deve confundir aquilo que as fontes nos dizem com as coisas que ocorreram no passado, a quase impossibilidade de dar voz aos concretos atores que foram o alvo daquelas representações tornam aquelas imagens e discursos negativos os materiais com que temos que trabalhar.

O que proponho aqui é a possibilidade de construção de uma outra história da Colônia Africana, diferente daquela que sobreviveu, a partir das próprias fontes que a pintam como um *inferno*, através de indícios presentes nelas, que tornem possível uma contraleitura daquilo que elas estão propondo.

Faz-se necessário aqui traçar um panorama da Colônia Africana do período de 1890-1920 que a apresente não exatamente *como ela foi*, mas que tente reconstruí-la a partir de uma determinada postura, que selecione nas fontes o que é passível de ser considerado *dado*, que alimente o quadro que aqui se pretende pintar, separando nelas o que há de representações que corroboram aquelas imagens negativas. Ou seja, vai ser considerado, por exemplo, que mesmo no mais inflamado discurso contra a existência da Colônia Africana, pode ser verificada a localização de uma determinada casa, o nome e a profissão de uma

determinada pessoa, dados que sirvam para reconstruir uma imagem mais honesta daquele lugar. São esses pequenos indícios - e um raciocínio não ingênuo - que irão formar um quadro da Colônia Africana.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo será esboçar um quadro da origem e do desenvolvimento da Colônia Africana, para preparar a análise posterior das representações negativas, bem como do mundo que as construiu, e as conseqüências dessas imagens e discursos sobre a vida das pessoas daquele lugar.

Antes de mais nada, é preciso explicitar novamente o que estou entendendo por Colônia Africana, no sentido de localizá-la no espaço e no tempo.

A área que estou considerando aqui como sendo a antiga Colônia Africana corresponde a uma parte do atual bairro Rio Branco, que está situado naquilo que os urbanistas ou as autoridades interventoras do espaço chamam de *cidade radial*, onde se encontra atualmente parte da 2ª Perimetral, um conjunto de avenidas que circundam a área imediatamente próxima ao centro da cidade, e que liga as zonas norte e sul de Porto Alegre.

Tal área apresenta uma parte baixa e outra alta, mais ou menos dividida pela rua Mariante. A consideração de que a Colônia Africana correspondia apenas à parte alta desta área[1] não é plenamente confirmada pela documentação: vários registros - que serão vistos adiante, como a descrição do padre Matias Wagner, as fotografias que temos da área, a

[1] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 118, considera que a Colônia Africana correspondia aos "altos do atual bairro Rio Branco."

localização das moradias dos negros e dos cenários dos crimes dados pelas fontes - autorizam a inclusão também daquela parte baixa dentro da Colônia Africana.[2]

Na verdade, a denominação *Colônia Africana*, vista a partir da documentação, parece acompanhar a gradual expulsão dos negros para a periferia: se de início ela se confunde com o Bom Fim, o bairro plano que a separa do centro da cidade, com o tempo ela se mescla com o Mont Serrat, a zona alta que lhe segue, mais afastada do centro. E vai interessar a este trabalho buscar a Colônia Africana onde ela foi assim denominada pelos construtores das suas representações.

Mas, se aqui se optou por uma delimitação mais *imaginária* do que propriamente espacial da Colônia Africana, isso não quer dizer que não se possa localizá-la em um mapa. Os registros possibilitam traçar, mais concretamente, um conjunto de vias que são reconhecidas como fazendo parte de tal área: são as ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama, Liberdade e Cabral, correndo na direção oeste-leste, e as ruas Mariante e Esperança (atual Miguel Tostes), aproximadamente correndo na direção norte-sul. A maioria delas já aparece no mapa de 1888, e o restante surge antes de 1896, como veremos adiante.

Além dessas vias, que podemos considerar como sendo as *principais* da Colônia Africana, temos ainda um grupo de pequenas ruas e travessas, que podem ser divididas em duas partes: na parte alta, as ruas Paulino Teixeira (antiga Travessa Caminho do Meio), Álvaro Alvim (antiga Travessa Mariante), Paraguai (ex-Travessa Gênova) e Dona Leonor; na

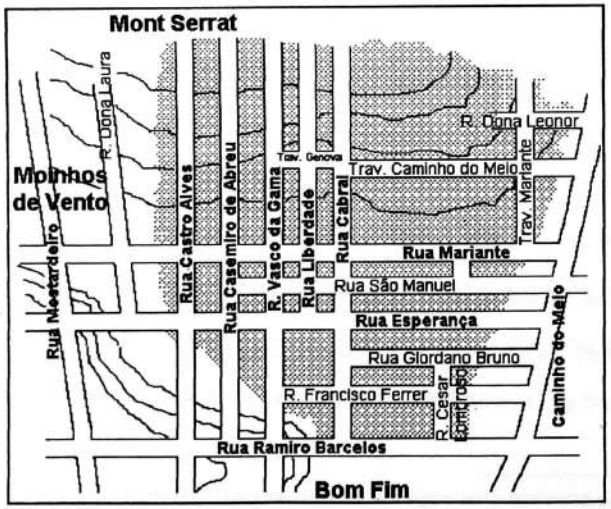
[2] Um exemplo que prova isso é um artigo da *Gazetinha* de 1/3/1896 (Porto Alegre. IHGRGS), que fala do assassinato de um português, "morador da dita Colônia [Africana] no prédio n. 3 da rua Venâncio Aires". Essa rua não deve ser confundida com a que tem o mesmo nome atualmente: era, na verdade, a rua Vasco da Gama, que seria rebatizada naquele mesmo ano. Acontece que, pelo mapa de 1896, a Vasco não apresenta ainda o seu prolongamento para a parte alta, o que indica que a parte baixa era considerada como dentro da Colônia Africana, ou era passível de assim o ser. Ver o Ato n. 6 de 9/4/1896. *Legislação Municipal*. Porto Alegre, 1896. IHGRGS, sobre a substituição do nome da rua; e AHRONS, Alexandre. *Planta da cidade de Porto Alegre*. 1896. AHPAMV (Mapoteca 07 horizontal, Gaveta 02, Amarela nº 16).

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

parte baixa, as ruas Giordano Bruno, Francisco Ferrer e Cesar Lombroso. É preciso incluir ainda, nesta última parte, a extensão da rua São Manoel que aparece dentro da nossa área, pelo menos em mapa, a partir de 1916; entretanto, toda esta parte baixa, compreendida entre esta última rua e a Ramiro Barcelos, será a primeira a se descaracterizar como área essencialmente negra.

Então, como limites mais ou menos definidos da Colônia Africana, podemos estabelecer as ruas Ramiro Barcelos, a avenida Protásio Alves (antigo Caminho do Meio) até a altura da rua Dona Leonor, seguindo pela parte alta até aproximadamente o atual Instituto Porto Alegre (IPA), e deste até a rua Castro Alves, descendo por essa até a Ramiro Barcelos, de onde partimos.

FIGURA 4



Representação das ruas da Colônia Africana, destacando a sua área aproximada.

É preciso dizer que toda essa área se localizava, dentro do desenvolvimento urbano que apresentava Porto Alegre na segunda metade do século XIX, em uma espécie de hiato entre as zonas consideradas habitáveis na periferia da cidade, conhecidas naquela época como *arraiais*.

É importante ser ressaltada essa localização porque, na posterior expansão da cidade, são justamente esses vazios entre a área central e os arraiais que vão ser ocupados, seguindo as estradas que ligavam o centro a essas áreas afastadas. Tal fenômeno, acima de tudo, vai ser o ponto preponderante na futura transformação da Colônia Africana, pois ela se encontrava no caminho do avanço da cidade.

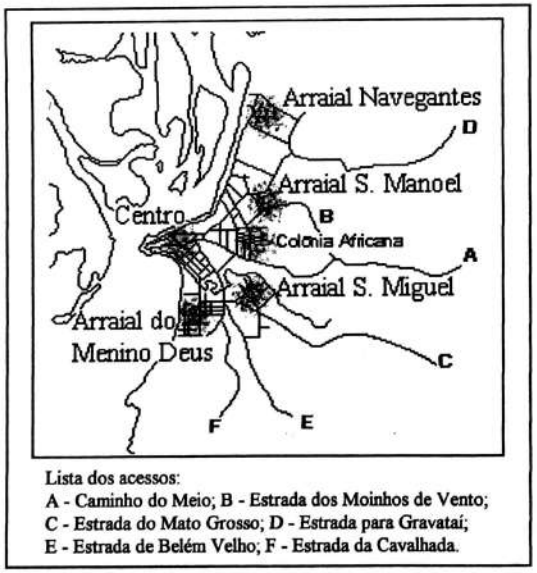
Não havia, que eu saiba, um estatuto que definisse as diferentes categorias de ocupação da periferia, mas pode-se notar que os *arraiais* possuíam um *status* mais considerável, porque eles aparecem grafados nos mapas da época e na memória dos cronistas, constituindo-se algo parecido - guardadas, obviamente, as devidas proporções, e não se evitando aqui um certo anacronismo - ao que consideramos hoje como *bairro* (esta palavra, assim como a *coisa* que ela designa, parece ter surgido bem mais tarde).

Esses arraiais começaram a se formar na periferia de Porto Alegre a partir da segunda metade do século XIX, e surgiram como alternativa a um centro que se viu, de uma hora para outra, cheio de problemas, sejam decorrentes de situações digamos *concretas*, como o aumento populacional e algumas questões sanitárias e habitacionais, seja pelo surgimento de uma nova mentalidade ou postura sobre o espaço urbano, como vimos na primeira parte deste trabalho. Além disso, toda a região que circundava a cidade só se tornou viável para uma ocupação mais constante após o término de todo um período de guerras no contexto sulino,

caracterizado por contínuos cercos às cidades, o que tornava instável o assentamento nessas periferias - no caso de Porto Alegre, os arraiais vão surgir após a Guerra dos Farrapos.

Alguns arrabaldes se originaram a partir de ocupações mais antigas, como a Azenha e o Moinhos de Vento; outros, em torno de capelas, de cujas invocações recebiam o nome, ou de loteamentos; e outros, ainda, tiveram sua imagem ligada a uma determinada etnia, como os arraiais de Navegantes e de São Manoel, pela sua considerável população de origem germânica. Alguns apresentavam-se como verdadeiras *cidadezinhas interioranas*, sendo o Menino Deus talvez o arquétipo dos arraiais, se levarmos em conta o imaginário que se verifica nos álbuns e postais da época, que nos apresentam um arrabalde pacato e pitoresco, com todo um modo de vida que pode daí derivar.

FIGURA 5



Lista dos acessos:
A - Caminho do Meio; B - Estrada dos Moinhos de Vento;
C - Estrada do Mato Grosso; D - Estrada para Gravataí;
E - Estrada de Belém Velho; F - Estrada da Cavalhada.

Arraiais de Porto Alegre e seus acessos (c. 1880), com a indicação da localização da Colônia Africana.

A Colônia Africana surge entre os arraiais de São Miguel e de São Manoel. Todavia, esse arranjo geográfico não deve ter sua importância aumentada, na medida em que os arraiais estavam muito mais ligados, pelos interesses e pelas estradas principais, ao centro da cidade do que ao arrabalde vizinho. O que interessa, nesse arranjo, é a consideração de que a Colônia Africana estava fora das representações cartográficas e do imaginário *pitoresco* que cercava aqueles arraiais, estando, assim, longe de ser identificada com eles.

Por estar fora da qualificação de arraial tradicional, a Colônia Africana tem, por isso, a sua origem invisibilizada nos registros da época, que não a consideraram como uma zona digna de importância e menção, não apresentando-a nos mapas ou na memorialística.[3]

Mas, fazendo um raciocínio inverso, a Colônia Africana talvez tenha sua origem justamente nesse desinteresse, na medida em que se formou sobre uma área esquecida, que, pelo que tudo indica, era insalubre, se apresentando como uma sina razoavelmente árdua para quem necessitasse ali se estabelecer, e por isso mesmo tenha sido relegada a um segundo plano nas preocupações mais imediatas dos donos daquelas terras e nos planos gerais dos interesses da cidade.

Nota-se aqui que busco as origens da Colônia Africana. Nota-se também, dada a certa invisibilidade da área nas fontes, que estabelecer o seu surgimento é uma das primeiras dificuldades que se apresenta. Entretanto, a complexidade dessa busca não deve esmorecer a

[3] Encontrei menção à *Colônia Africana* (com este nome grafado) em apenas um mapa oficial, datado de 1919, justamente quando a área já havia sido rebatizada como *Rio Branco*: neste mapa, ela aparece junto ao nome do Mont Serrat. Aparentemente, é um mapa bastante comum, que encontrei em diversos arquivos, sendo que utilizei o que está no IHGRGS, Mapoteca 2, nº 191. Quanto à memorialística, dos cronistas tradicionais da cidade, já sabemos que apenas Sanhudo se refere diretamente à Colônia Africana: ver SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Volume 2. Porto Alegre: Editora Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

tarefa de se verificar, pelo menos, algumas questões primordiais para este trabalho: como e porquê surgiu a Colônia Africana, e de onde veio a população negra que ali se instalou?

As respostas para essas perguntas certamente estão em razões estruturais e profundas, como as características do crescimento urbano da época, o processo de expulsão das classes pobres do centro da cidade ou o modo como se deu a emancipação dos escravos neste país. Mas, antes de tudo, me parece necessário buscar razões mais específicas e locais para aquela origem, ou, pelo menos, enxergar aquelas razões estruturais mais de perto, na particularidade dos acontecimentos que ocorreram naquela área.

Um bom ponto de partida parecia ser procurar pelos antigos proprietários das terras onde se formou a Colônia Africana. Talvez os registros deixados por eles nos falassem das origens daquelas pessoas e da formação do lugar. Mas logo verifiquei que seria bastante difícil compor uma relação no mínimo razoável dos proprietários daquela área a partir das fontes que restaram.[4]

Entretanto, alguns indícios esparsos possibilitaram traçar considerações de pelo menos duas famílias importantes para esse objetivo: os Mariante e os Mostardeiro. Ambas figuram como antigas proprietárias de terras naquele local, e também de escravos, coisa que era absolutamente comum à elite da qual faziam parte.[5] Ambas legaram seus nomes às ruas da

[4] Um mapa do século XIX, guardado no IHGRGS, que mostra a ocupação territorial e o nome dos proprietários das chácaras localizadas ao longo da Estrada do Mato Grosso (atual avenida Bento Gonçalves) me trouxe a esperança de encontrar algo parecido sobre o Caminho do Meio, o que abrangeria a área da Colônia Africana, possibilitando assim verificar os antigos proprietários daquele local; tal fato me encheu de entusiasmo, que se transformou, na última hora da redação, em frustração. Limito-me a redigir esta nota melancólica.

[5] Membros das famílias Mostardeiro e Mariante aparecem no Índice Geral dos Nomes dos Senhores de Escravos, na relação feita, a partir dos livros do 1° tabelionato de Porto Alegre (registros diversos), por MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativeiro: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858-1888)*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado/ EDIPUCRS, 1996, p. 93-136.

área aqui estudada e, embora os Mostardeiro estejam mais ligados à memória do atual bairro Moinhos de Vento, ambas estão relacionadas com a história da Colônia Africana.

A rua Mariante, que corre com esse nome desde pelo menos 1888, homenageia o coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante. Um trecho do *Guia histórico* de Sérgio da Costa Franco, além de dizer algo sobre tal cidadão, indica o modo como tais sobrenomes se perpetuavam nas ruas da cidade:

> O nome de Rua Mariante não decorre de nenhuma resolução específica da Câmara Municipal. Como tantas outras ruas da cidade antiga, talvez apenas refira o proprietário das terras que atravessava. Em meados do século XIX, foi figura importante como líder comunitário e proprietário de terras na Independência, Antônio Joaquim da Silva Mariante, vereador à Câmara Municipal entre 1849 e 1852; reeleito para o período de 1857 a 1860, não aceitou a investidura.[6]

Antônio Joaquim e seus familiares (sua mulher Martiniana Lopes Mariante e seu filho Mariante Júnior) aparecem distribuindo cartas de alforria aos seus escravos entre os anos de 1861 e de 1886.[7] Outros membros da família Mariante despertam das fontes fazendo o mesmo: Leonor Lopes Mariante (a Dona Leonor que nomeará uma rua da parte alta do bairro Rio Branco), Henrique de Souza Mariante e José Henrique da Silva Mariante também aparecem na lista de ex-proprietários de escravos.

As propriedades da família Mariante estavam localizadas, ao que parece, no trecho compreendido, de um lado, pelas atuais avenidas Independência e 24 de Outubro, no bairro Moinhos de Vento, e, de outro, pelo Campo da Redenção (atuais Parque Farroupilha e avenida Osvaldo Aranha) e pelo Caminho do Meio (atual avenida Protásio Alves), sendo que a rua Mariante nascera justamente da necessidade de se ligar o antigo Caminho do Meio com a Estrada dos Moinhos de Vento.[8]

[6] FRANCO, *op. cit.*, p. 262.
[7] MOREIRA, *op. cit.*, p. 116.
[8] FRANCO, *op. cit.*, p. 262.

Essas propriedades estavam dispersas em vários terrenos nessa grande área. O senhor Polidório José de Souza Mariante e sua excelentíssima esposa dona Alexandrina da Silva Mariante aparecem como doadores, em 1888, de um terreno sito à rua Cabral, em plena Colônia Africana, para o bispado de Porto Alegre construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade. Já Henrique de Souza Mariante, o mesmo que está presente na lista dos senhores de escravos, aparece, em 1900, solicitando ao Conselho Municipal a relevação do imposto de calçamento sobre suas propriedades, estas localizadas já no Campo da Redenção.[9]

A rua Mariante, ainda que deva seu nome ao patriarca Antônio Joaquim, acabou recebendo apenas o sobrenome de tal estirpe. O fato dessa família ter nomeado uma das ruas centrais da antiga Colônia Africana, e que, na atualidade, é a principal via do bairro Rio Branco (embora hoje ela se confunda com as avenidas Goethe e Silva Só, formando uma grande perimetral), evidencia a presença e a importância de tal família para aquela área.

Deve-se perceber que o que interessa aqui é o fato dos Mariante terem sido proprietários de terras e de escravos no exato local que seria conhecido posteriormente como Colônia Africana, no mesmo lugar em que logo se estabeleceria tal comunidade negra. Isso nos faz imaginar uma relação direta entre essa família escravocrata e a presença de negros nas suas antigas propriedades após a abolição. Embora se deva evitar fazer uma ligação desse tipo sem um maior respaldo documental, deve-se admitir que é uma hipótese bastante

[9] A doação do terreno é referida por WAGNER, Matias. *Paróquia de N.S. da Piedade de Porto Alegre: 1916-1958*. Porto Alegre: s/ ed., s/ d., p. 10-11, e por LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*. Cachoeira, 11/11/1891, p. 161, IHGRGS. A solicitação de Henrique de Souza Mariante está nos *Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre*. Ano de 1900. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Americana, 1900, p. 50-52.

considerável a de colocar a origem dos habitantes negros da Colônia Africana nas antigas propriedades de escravocratas que compunham tal área.

Essa hipótese é mesmo considerada por outros historiadores. Por exemplo, a afirmação de Moacyr Flores de que a Colônia Africana teve início "nos fundos da Chácara dos Mostardeiros", dizendo que os moradores negros daquela área eram os ex-escravos daquela família, é um argumento muito mais possível do que propriamente demonstrável pela documentação.[10]

Não encontrei qualquer documento ou evidência que diga ou insinue que os habitantes negros da Colônia Africana eram os mesmos escravos que foram libertos pelos proprietários das terras daquela área ou adjacências, e que *foram ficando* nas partes menos cobiçadas daquelas antigas chácaras. Essa ausência de prova possivelmente representa uma lacuna deste trabalho, mas prefiro estabelecer a questão em outra esfera.

Comecemos pela consideração de que a origem esteja ligada à tal *Chácara dos Mostardeiro*. Esta era uma grande propriedade que possuía Antônio José Gonçalves Mostardeiro, conhecido comerciante da cidade, que parece ter abarcado uma considerável área dos atuais bairros Moinhos de Vento e Rio Branco. A rua que leva, desde o final do século XIX, o nome da família, tratava-se da via de acesso à sede daquela chácara.[11]

A rua Mostardeiro devia formar, na época, um contraponto interessante com a Colônia Africana, pois nela foram construídos, nas primeiras décadas deste século, uma série de

[10] Essa afirmação está na reportagem feita por MORAES, Paulo Ricardo. Colônia Africana: a história esquecida. *Zero Hora*, Caderno D, Porto Alegre, 25 jun. 1989, p. 1: "Na verdade, aquele bairro negro teve origem nas chácaras das famílias ricas que residiam na Avenida Independência e Rua 24 de Outubro, que na época era a parte mais alta da cidade. O historiador Moacyr Flores é quem conta que a Colônia Africana teve o seu início nos fundos da Chácara dos Mostardeiros. *Os negros foram libertados e jogados nas ruas pelos patrões, indo se alojar nos chamados barrancos.*"

[11] É o que diz, novamente, FRANCO, *op. cit.*, p. 286.

palacetes burgueses, colocando a rua como uma extensão da aristocrática rua Independência. Ambas as ruas (a Independência e a Mostardeiro) correm sobre uma elevação geográfica que começa na península central da cidade e que desce justamente quando se aproxima do bairro Rio Branco - a rua Mostardeiro é famosa pela ladeira íngreme que possui neste trecho. Tida como uma das mais belas do início do século XX, tal rua tinha como vista de fundo, na depressão ou baixada que se segue, a miséria da Colônia Africana.[12]

Mas voltando à Chácara dos Mostardeiro, esta era mais uma das tantas que circundavam a cidade desde tempos idos, e que, com a expansão desta, a partir da segunda metade do século XIX, foram sendo riscadas por ruas e loteadas em terrenos para edificações. A função que tal chácara possuía devia ser a mesma que todas as outras tinham - pelo menos, desde que foram observadas pelos antigos viajantes que chegavam à cidade: a de abastecer Porto Alegre de alguns víveres e de alguns produtos para a necessidade material, além do recreio de seus proprietários. Deve-se observar, para complementar, que como regra geral dos proprietários de terras a família Mostardeiro também tinha lá os seus escravos.[13]

O padre Matias Wagner, que fala dessa chácara em suas memórias, parece tê-la conhecido posteriormente, bem menor - mas nem por isso pequena - e já nas mãos dos descendentes de Antônio José:

> A mais confortável vivenda, que havia no Bairro Rio Branco, era, sem dúvida, a valiosa propriedade da família Hemetério Mostardeiro, conhecida por: *Chácara Mostardeiro*.
> Este importante imóvel era compreendido entre as ruas Dona Laura e Castro Alves e se estendia desde a atual rua Dr. Florêncio Ygartua até a rua Almirante Abreu e estava coberto, na sua maior parte, de espessa mata.[14]

[12] Um exemplo da imagem da rua Mostardeiro, apresentada como "uma das mais belas da capital", está no livro de COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo do Estado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1922, p. 230, 233 e 240, que traz fartas fotografias dos seus *palacetes*.
[13] Antônio José Gonçalves Mostardeiro liberta seus escravos entre 1880 e 1886. MOREIRA, *op. cit.*, p. 119.
[14] WAGNER, *op. cit.*, p. 22. A delimitação da chácara feita no livro mostra que a sua extensão correspondia a um conjunto de, mais ou menos, seis quarteirões, seguindo o seu traçado no atual mapa da cidade.

Interessa notar e repetir, na descrição que faz o padre, que a propriedade dos Mostardeiro estava, na sua maior parte, coberta por uma *espessa mata*, o que se junta com o panorama que o próprio Matias Wagner vai descrever, no texto que será reproduzido mais adiante, da Colônia Africana tomada por um imenso matagal. Isso, além de ajudar a formar um quadro de como era aquela área, mostra a existência de trechos de propriedades que estavam sem uso, seja pela falta de interesse de ocupação pelos seus donos naquele momento, seja pela qualidade de tais terrenos. Essas duas possibilidades parecem concorrer para mostrar como surgiu a Colônia Africana e porque ali se estabeleceram aquelas famílias negras: uma zona insalubre, localizada nas bordas de chácaras e propriedades que ali existiam, de baixa valorização e de pouco interesse imediato para seus donos, que foi sendo ocupada por escravos recém-emancipados.

Mas é este último ponto que deve ser discutido: uma coisa é verificar que os antigos proprietários daquela área foram também donos de escravos; outra é deduzir que esses mesmos escravos, com a abolição, foram despejados nas bordas menos valorizadas das propriedades de seus antigos donos. Embora esta seja uma explicação bastante provável, ela deve competir ou se agregar a outras igualmente consideráveis.

Uma possibilidade seria a de que a Colônia Africana foi abastecida por parte daquela população pobre que foi sendo expulsa do centro da cidade a partir da década de 1890, como foi reiterado na primeira parte deste trabalho. As características da área, com as suas precárias condições de moradia e, decorrendo disso, sua baixa valorização na época, pode ter atraído as pessoas de pouca renda.

Outra possibilidade é que, dada as características do local, com a sua *espessa mata*, ele tenha servido de abrigo para pessoas que, por variadas razões, encontravam-se colocadas à

parte do modelo de sociedade urbana que se formava, marginalizadas pelas práticas pouco *civilizadas* que tinham de ganhar a vida. Faz lembrar - e a partir disso, traçar um paralelo - as zonas da cidade baixa de Porto Alegre, como o *Areal da Baronesa* e o local que era conhecido sugestivamente como *Emboscadas*, famosas pela presença de uma população negra e igualmente estigmatizadas como locais perigosos.[15] A idéia de "*valhacouto de bandidos*", adjetivação dada à Colônia Africana por Germano Hasslocher na década de 1890, ganha peso nesse raciocínio.[16]

Mas o que está se traçando aqui até então são apenas conjecturas e possibilidades que visam sanar a invisibilidade da origem de tal área nas fontes.

De qualquer forma, o surgimento da Colônia Africana é consensualmente aceito pela historiografia como tendo ocorrido "*em torno da época a abolição*", e não existem muitas razões para se duvidar disso.[17]

Porque é a própria circunstância em que se deu a abolição dos escravos no Rio Grande do Sul - e, mais especificamente, em Porto Alegre - que vai explicar o surgimento daquela área negra.[18]

[15] É interessante repetir aqui a bastante conhecida a descrição que faz Aquiles Porto Alegre do Areal da Baronesa: "um matagal cerradíssimo onde os *negros fugidos* iam esconder-se de seus implacáveis e desumanos senhores". Mais adiante, reforçando os vínculos estabelecidos entre zona de população negra e lugar perigoso, como no caso da Colônia Africana, coloca: "O *espírito popular*, sempre cheio de argúcia e maldade, também chamava este lugarejo de *Banda Oriental*, pelas freqüentes desordens que ali se davam, principalmente no beco da Preta, que era um dos seus tantos corredores escuros." PORTO ALEGRE, Aquiles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, p. 42.

[16] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 10/7/1895. MCSHJC.

[17] A afirmação parece ter surgido na crônica de SANHUDO, *op. cit.*, p. 114, onde coloca que "os negros libertos, logo depois do 13 de Maio, procuraram viver a sua vida e daí terem provavelmente procurado esse sítio bastante abandonado dos arredores da capital. E assim nasceu o lugar e o nome Colônia Africana." Também derivou do pequeno histórico inaugural feito por FRANCO, *op. cit.*, p. 118, que define a Colônia Africana como uma "área da cidade em que se estabeleceram, em torno da época da Abolição, numerosas famílias negras."

[18] Sobre o processo de abolição no Rio Grande do Sul, ver BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Em 1884, a grande maioria dos escravos de Porto Alegre é libertada, sendo que as cartas de alforrias registradas nesse ano mostram o número recorde de 224, só comparável ao do ano de 1866, no auge da Guerra do Paraguai, quando registrou-se 216 alforrias na cidade.[19]

Mas não é o número, e sim o caráter dessa libertação que nos interessa aqui. Geralmente, essas alforrias eram concedidas mediante um contrato de prestação de serviço, que obrigava o liberto a trabalhar para o seu antigo senhor por alguns anos após a alforria.[20]

A consideração antecipada de que os negros libertos se tornariam vadios fez crescer um medo generalizado na sociedade e uma suspeita sobre a população negra como um todo, alimentando assim a preocupação da população branca e dos escravocratas, em particular, que viam ruir todo o mundo que estavam acostumados a viver.

A constatação de que, na década de 1880, pelo menos a maior parte da economia do Rio Grande do Sul não necessitava mais de escravos - dada a decadência da produção de charque e da estruturação das pequenas propriedades coloniais dos imigrantes estrangeiros -, se fez aumentar o número de alforrias, dentro de uma aura de brusca *humanização* dos antigos escravocratas pela campanha abolicionista, fez também aumentar a constante preocupação com o que fazer com o liberto.[21]

A fórmula da prestação de serviços vinha como uma solução efêmera para o alegado problema da ociosidade do ex-escravo, já que prometia prender o negro quase-liberto por

[19] As cartas de alforrias de 1858-1887 foram levantadas, no Arquivo Público do Estado, por MOREIRA, *op. cit.*, p. 13.

[20] *Idem*, capítulo 1. No levantamento feito por Moreira, ele observa que, no total de registros de libertação levantados em Porto Alegre no período de 1858-1887, 43,3% das alforrias foram obtidas através de remuneração, mas esse percentual esconde vários casos de contratos de serviços.

[21] As transformações econômicas do Rio Grande do Sul, tendo a sua população negra como centro, podem ser vistas em CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

apenas mais alguns anos ao seu antigo senhor. Mas foi uma etapa importante para o processo abolicionista porque, além de prolongar a escravidão, manteve uma dependência *paternalista* do ex-escravo ao senhor, que foi importante para a manutenção do *status quo* e para uma das formas posteriores de controle sobre aquela população negra - a sua continuação dentro de uma estrutura de dependência e exploração:

> A situação dos contratados no período pós-1884 não parece ter alterado muito em comparação ao seus status anterior de escravos. Muitos mantiveram-se morando na casa de seus senhores, trabalhando compulsoriamente e sendo *preparados* para a liberdade.[22]

Mas a política de emancipação com cláusula de prestação de serviços foi uma faca de dois gumes. Acontece que esse política era também um paliativo bastante fraco para as preocupações que as elites tinham sobre o que fazer com o negro, cada vez mais convencidas das necessidades de se precaverem aumentando os aparatos de controle sobre aqueles negros, uma série de medidas em *substituição ao chicote*.[23] Do outro lado, ela não conseguiu segurar a totalidade dos ex-escravos junto aos seus senhores, pois alguns negros burlavam tais contratos, mesmo porque as cláusulas da Lei do Ventre Livre de 1871, que criara tal modalidade de alforria, não previa um retorno à escravidão do quase-liberto que não cumprisse o contrato feito com o seu senhor, e sim obrigação de fazê-lo cumprir o contrato em um estabelecimento público ou a um particular mediante novo contrato.

Essa situação de instabilidade ocasionou um aumento progressivo das notícias sobre casos de vagabundagem, embriaguez, prostituição e crimes, o que, por sua vez, causou uma desconfiança permanente sobre os *contratados*, vindo a se somar a uma suspeição geral sobre

[22] MOREIRA, *op. cit.*, p. 51.

[23] Que consistia não só na restruturação dos aparelhos coercitivos do Estado, como também na criação de uma legislação específica e em várias outras estratégias de manutenção da ordem e do *status quo*, sendo que o próprio processo abolicionista deve ser visto nessa categorização. Para o caso do Rio Grande do Sul, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/FAPERGS, 1989; para o caso nacional, ver, entre outros, GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

o negro, elemento sempre potencialmente qualificável - e mais que nunca, nessa conjuntura pós-abolicionista - no conceito de classes perigosas.

Mas talvez nada tenha sido tão importante para o futuro do negro livre na sociedade do que a solução encontrada para aquilo que a historiografia chama de *substituição da mão-de-obra*: uma maior valorização do trabalhador livre, de preferência branco e estrangeiro, sem a *mácula* da escravidão. Esse fator teve conseqüências profundas na vida da maioria da população negra, estabelecendo, por longos anos, a sua imagem de trabalhador desqualificado, que acabou por consolidar aquela população nas ocupações socialmente menos consideradas e, igualmente, menor remuneradas: os trabalhos braçais de pouca procura (carroceiros, cangueiros, pedreiros), os biscates em geral e a maioria dos serviços domésticos (cozinheiras, lavadeiras, criadas, etc.).

Nas cidades, toda essa situação ocasionou a exclusão espacial da maioria da população negra, que foi sendo forçada, até pela própria lógica da modernidade urbana que se estabelecia, a viver nas áreas menos procuradas e, não raro, mais insalubres.

É nesse ponto que surgem áreas como a Colônia Africana.

Podemos estipular que esse território negro aparece no decorrer da década de 1880, ou mais especificamente, entre os anos de 1884 - quando ocorre a libertação da maior parte dos escravos de Porto Alegre - e de 1888, quando se extingue a escravidão no Brasil.

É um dado importante, nesse sentido, que o *Cousas Municipais*, a série de crônicas sobre a situação dos logradouros de Porto Alegre, escrito por Felicíssimo de Azevedo em 1884, não traga nenhuma referência àquela área, o que talvez indique a sua não existência, ou demonstre a sua desimportância aos olhos da população do centro da cidade naquela época.[24]

[24] AZEVEDO, Felicíssimo de. *Cousas municipais*. Porto Alegre: s/ ed., 1884. IHGRGS.

É igualmente importante observar que essa obra foi escrita e publicada no mesmo ano em que foram libertados a grande maioria dos escravos de Porto Alegre. Ela também torna possível considerar que as ruas que formam a Colônia Africana não sejam anteriores aos meados da década de 1880, e que elas, provavelmente, tenham surgido como caminhos que ligavam as propriedades da área, tal como a origem de outras tantas ruas da periferia.

Não se deve confundir, é claro, o surgimento real daquela área com a sua primeira aparição em um mapa da cidade, que data justamente de 1888, o ano da Lei Áurea. A planta desenhada por João Cândido Jacques é, como foi dito antes, onde pela primeira vez aparece retratada a periferia da cidade de Porto Alegre. Se não se tem notícia de nada sobre a área aqui estudada anteriormente, ali, naquele mapa, já aparecem registradas cinco ruas (Mariante, Esperança, Boa Vista [Cabral], Casemiro de Abreu e Castro Alves) naquele local, surgindo no limite entre a cidade e o campo, e que, apresentando uma retidão e uma semelhança com os seus traçados posteriores, *aparentam* - e apenas isso - estar ali desde muito tempo.[25]

Também, nesse mapa, já existem indícios de moradias na área: nele estão indicadas, de modo impreciso, cerca de duas dezenas de habitações, com uma curiosa concentração na esquina das ruas Castro Alves e Mariante.

Mas, se as indicações presentes no mapa do número de casas são pouco confiáveis (uma exatidão rigorosa é difícil de ser cobrada de um mapa de tal época), a estatística predial de 1892 demonstra que, naquelas cinco ruas que aparecem no mapa de 1888, já existiam um número considerável de moradias, com um total de 68 casas registradas, mostrando a seguinte distribuição por ruas:

[25] JACQUES, João Cândido. *Planta de Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul, compreendendo os seus arraiais*. AHPAMV (Mapoteca 07, gav. 02, amarela 16). Reproduzido no ANEXO 3.

TABELA 1

Ruas da Colônia Africana na estatística predial de 1892:

RUAS	CASAS
Esperança	11
Mariante	23
Casemiro de Abreu	7
Castro Alves	22
Boa Vista (Cabral)	5
TOTAL	**68**

Fonte: *Estatística predial de 1892*, citada por FRANCO, *op. cit.*, p. 88, 106, 107, 262 e 278.

Tanto o mapa de Jacques quanto a estatística de 1892 são importantes porque mostram, na área estudada, um princípio de ocupação da área, com as suas ruas principais já demarcadas e com um número considerável de moradias. Entretanto, se esses dados permitem fixar o surgimento do local entre a segunda parte da década de 1880 e os primeiros anos de 1890, nada consta ainda sobre a população negra ou sobre a criminalidade, ou sobre a denominação da área.

As primeiras referências que temos da Colônia Africana com este nome, e com tudo aquilo que ela representava, só surgem a partir da metade da década de 1890. Uma das fontes mais remotas, uma notícia do *Jornal do Comércio* de 24/4/1895, já a apresenta na forma conhecida: "narra o caso de um incêndio intencional *na já célebre Colônia Africana, lá para os lados dos Moinhos de Vento*."[26]

É interessante notar, primeiro, a ligação que essa fonte faz da Colônia Africana com o Moinhos de Vento, o que talvez indique uma confusão ou uma incerteza da localização da área por parte do jornalista, que provavelmente escreveu do centro da cidade, mas que

[26] *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 24/4/1895, citado por FRANCO, *op. cit.*, p. 118.

também talvez sugira uma maior proximidade da área com a propriedade dos Mostardeiro, no Moinhos de Vento, como anteriormente se falou.

Em segundo lugar, como se vê, essa fonte já se refere à Colônia Africana como uma área *célebre*, obviamente em função da sua criminalidade. Se essa consideração também indica a existência de referências ao local anteriores a este artigo - que, infelizmente, não foram localizadas pela pesquisa -, mostra que a Colônia Africana, desde o momento em que surge com esse nome, é reconhecida como uma zona perigosa da cidade. Assim, nas fontes pesquisadas, a Colônia Africana parece já ter nascido *célebre*.

E é a partir de 1895 que vamos ter uma série de notícias que nomeiam a Colônia Africana, principalmente na imprensa, sempre relacionando-a com a criminalidade. A semelhança entre os diversos argumentos dessas notícias e a insistência com que vai ser ressaltada essa *celebridade criminosa* do lugar é o que permite afirmar que criaram-se uma série de representações que terminaram por estabelecer, no imaginário da época, uma imagem *tenebrosa* da Colônia Africana, perceptível na negatividade que sobreviveu pela memória. Mas as questões sobre as representações e o imaginário social serão analisadas de perto mais adiante. É preciso seguir a descrição ou o panorama que foi proposto como objetivo deste capítulo.

Por enquanto, do que foi colocado acima, guardemos que é na metade da década de 1890 que o local aparece com um nome e com um sentido dentro da compreensão urbana de determinados porto-alegrenses. Isso, entretanto, parece ter pouco interesse para os cartógrafos da época, que não inscrevem a Colônia Africana nos mapas oficiais da cidade.

Embora não a nomeie, o mapa que temos da cidade em 1896 apresenta uma maior evolução urbana da área, se comparada com aquela observada no mapa de 1888. Nessa planta

de Porto Alegre, desenhada por Alexandre Ahrons, podem ser contabilizados pouco mais de sessenta prédios naquele local, o que é mais que o triplo do que podemos ver no mapa de Jacques de uma década antes, mas que representa um número igual, senão inferior, ao da estatística feita quatro anos antes, que mostrava um total de 68 casas espalhadas por aquelas ruas.[27]

O mapa de Ahrons apresenta ainda a vantagem de registrar alguns prédios e lugares importantes da cidade, trazendo indicada, por exemplo, a localização do quartel do 3º Batalhão da Brigada, nas imediações da rua Boa Vista com a Esperança (atualmente, Cabral com a Miguel Tostes).

Observa-se, em tal mapa, novamente uma maior concentração de casas nas proximidades da rua Castro Alves com a rua Mariante, como já indicava o mapa de 1888, mas também na Mariante com as ruas Boa Vista e Liberdade, sendo que esta última surge então pela primeira vez em uma representação cartográfica, agregando-se àquelas cinco anteriores.[28]

Pode-se perceber no mapa uma certa diferenciação entre a parte alta e baixa da nossa área, e ela não está somente na representação dos matos e campos desocupados, onde as ruas perpendiculares à Mariante terminam e somem, mas também na maneira como estão

[27] AHRONS, Alexandre. *Planta da cidade de Porto Alegre*. 1896. AHPAMV (Mapoteca 07 horizontal, Gaveta 02, Amarela nº 16).

[28] As ruas Liberdade e Vasco da Gama aparecem de maneira confusa nas fontes: ambas não existem no mapa de 1888, e aparecem com o mesmo nome de *Liberdade* no mapa de 1896; acontece que o ato n. 6 de 9/4/1896 (ver nota 2 deste capítulo) muda o nome da rua da Colônia Africana, então conhecida como *Venâncio Aires*, para *Vasco da Gama*, ou seja, no mesmo ano do último mapa citado. A confusão aumenta se levarmos em conta o que diz FRANCO, *op. cit.*, p. 248 e 442, que nos fala de mapas publicitários e anúncios de venda de terrenos dos primeiros anos do século XX que consideram a Vasco da Gama, no trecho entre as ruas João Teles e Ramiro Barcelos, com o nome de *Liberdade*. Na estatística predial de 1892, aparece uma rua intitulada *Liberdade*, tendo 9 prédios, que Sérgio da Costa Franco (no mesmo livro) preferiu considerar como sendo a Vasco da Gama; dada a confusão, optei aqui por suspender essa consideração e não contabilizar tal rua, embora, no mapa de 1896, a rua Liberdade apareça com um considerável número de prédios. Somente a partir do mapa de 1916 é que essas ruas vão aparecer separadas e com as conformações que apresentam atualmente.

dispostas as casas, de modo mais assimétrico na parte alta, contrastando com as linhas retas de demarcação dos terrenos do trecho entre a Mariante e a Ramiro Barcelos, que correspondem à parte baixa da área.

Essa diferenciação reflete um processo real, já que a parte baixa vai ser a primeira a ser urbanizada, por estar mais próxima ao centro (estabelecendo-se como uma espécie de continuação da área do vizinho Bonfim) e por ter sido considerada, mais cedo que a parte alta, dentro do perímetro urbano da cidade.

Durante um bom tempo, Porto Alegre teve como limite urbano a linha da rua Ramiro Barcelos, a antiga rua Afonso do tempo do Império, sendo que também por esse motivo os mapas não costumavam ultrapassá-la. Entretanto, o Ato nº 12 de 31/12/1892 estabeleceu a rua Mariante, um pouco mais adiante, bem no meio da área estudada aqui, como uma das ruas demarcadoras dos limites urbanos, cortando pela metade a Colônia Africana, abrangendo, assim, a sua parte baixa dentro dos limites urbanos e colocando a sua parte alta na zona suburbana.[29]

Esse aspecto da reorganização do espaço urbano, promovido pelos primeiros intendentes republicanos, teve pelo menos um reflexo prático na vida da nossa área: uma diferenciação na taxação do imposto predial entre as duas partes da Colônia Africana.

Em um caso raro, em que é citada nominalmente pelo poder público, a Colônia Africana aparece, para efeitos de tributação, registrada na zona suburbana da cidade no texto que, por anos a fio, de 1898 a 1924, é reproduzido nos relatórios do intendente e nos projetos e leis de orçamento:

> Receita Suburbana - Parágrafo 18º - Prédios:
> As casas das povoações de Pedras Brancas, Mariana Pimentel, Belém Velho, Belém Novo, Barra, núcleos coloniais e *arraiais de* São José, São João, Glória, *Colônia Africana*, Gravataí, morro do Cristal e suas adjacências, compreendendo a Praia de Belas, rua Doutor Silveiro e as transversais a esta, pagarão cinco por cento (5%) sobre o valor locativo, ou, quando tratar-se de casas ocupadas pelos respectivos proprietários, cinco por cento (5%) sobre o juro de seis por cento (6%) do capital empregado na construção.
> Quando o valor do prédio for inferior a um conto de réis, cobrar-se-a a taxa fixa de 3$000.[30]

Esse texto, talvez extremamente técnico e burocrático, nos revela alguns elementos para pensar a Colônia Africana. Para começar, algo que bate de frente com o que falei anteriormente, e que grifei no texto: a consideração da Colônia Africana dentro do conjunto de *arraiais*. Ao meu ver, não há nenhuma incongruência com o que eu disse anteriormente, quando verifiquei que a Colônia Africana estava fora de ser considerada um arraial tradicional. Acontece que, na época desse texto, aqueles antigos arraiais tradicionais agora se encontram dentro dos limites urbanos, com a reorganização do espaço feita pelo regime republicano. Portanto, já não estavam mais localizados fora da cidade. Isso quer dizer que há uma diferença entre aquelas considerações que eu tracei, sobre a conjuntura em que surge a Colônia Africana, e este período agora tratado, uma década depois do mapa de 1888.

Também o rigor e a precisão de termos como *arraiais*, *arrabaldes*, ou mesmo *bairros*, na ausência de um estatuto na época que definisse precisamente essas categorias e limites (inexistia algo como a lei municipal nº 2022 de 1959, que definiu grande parte dos bairros modernos da cidade), devem ser frouxamente exigidos aqui, pois esses termos só nos interessam na medida em que se refletem sobre o imaginário social, como no caso dos estereótipos criados em cima da vida levada nos antigos arraiais.

Outro ponto a ser ressaltado no texto é a permanência da denominação *Colônia Africana* em um documento oficial, anos depois de ela ter sido rebatizada como *Rio Branco*,

[29] Ato n. 12, de 31/12/1892. *Legislação Municipal*. Porto Alegre, p. 26-28. IHGRGS.

[30] Grifos meu. Como indiquei, o trecho está reproduzido em todos os relatórios do intendente e projetos e leis de orçamento de 1898 a 1924, não por acaso, todos assinados por José Montaury de Aguiar Leitão; peguei a referência de onde ele aparece pela primeira vez: Lei n. 23, de 29/5/1898. *Legislação municipal*. Porto Alegre, p. 40. IHGRGS.

demonstrando um certo esquecimento dos funcionários municipais em renovar esse trecho do quadro da receita municipal, o que apenas comprova a suspeita inicial da natureza de tal discurso: um texto extremamente técnico e burocrático, sem muita inventividade, e com a inflexibilidade excessiva que geralmente o caracteriza.

Mas o texto aparece aqui por outro motivo: ele mostra a diferença na cobrança de impostos entre as zonas urbanas e suburbanas da cidade. Ali se estabelece uma taxação geral, salvo casos particulares, de 5% sobre o valor locativo dos prédios localizados na área suburbana. Ocorre que, em contrapartida, os prédios dentro do perímetro ou zona urbana deveriam pagar o dobro disso, ou seja, 10% sobre o seu valor locativo, a chamada *décima urbana*. Aparentando, de início, um privilégio para a população suburbana, esse tipo de tributação foi, na verdade, um dos principais instrumentos de expulsão da população pobre das áreas centrais da cidade, pois dificultava financeiramente o seu estabelecimento no centro, empurrando-a para a periferia.

Tal diferença tributária talvez tenha causado, na área da Colônia Africana, uma certa concentração dos mais pobres na zona suburbana, ou seja, na sua parte alta, mas é muito mais provável que tenha contribuído para uma maior organização dos terrenos mais valorizados da parte baixa - pode-se ver uma fraca imagem disso no mapa de 1896.

Entretanto, isso não significa que houvesse, na prática, uma grande diferença entre aquelas duas partes, pois ambas se encontravam homogeneizadas, como um local pobre e perigoso, por outras razões: pelas práticas policiais, por uma mesma imagem social e, inclusive, por outros trâmites da burocracia tributária. Se as diferentes partes da Colônia Africana eram tratadas de modo desigual por aquela lei que regularizava a décima urbana, por outro lado elas estavam colocados na mesma situação em outro item da mesma lei, no

parágrafo em que se estabelecia o perímetro da cidade onde se daria uma maior taxação sobre os cortiços, que não coincidia com aquele da reordenação espacial de 1892, mantendo os limites anteriores à República, tendo como critério a chamada *zona de esgotos*.[31]

A implantação desse imposto de cortiços, que visava a extinção desse tipo de moradia, pelo menos na área central da cidade, tem sua história. De início, a política municipal hesitou em estabelecê-lo, justamente porque ele parecia representar um peso não sobre os proprietários de tais locais, mas sobre seus inquilinos pobres. O intentende Alfredo Augusto de Azevedo, que ocupou tal cargo entre 1892 e 1896, tinha sérias dúvidas sobre a eficácia de tal imposto, preferindo valer-se do discurso higienista.[32]

Mas o estabelecimento de uma tributação diferenciada sobre tais moradias populares foi só uma questão de tempo, e a longa administração de José Montaury de Aguiar Leitão (1898-1924) parece ter se encarregado da tarefa, criando uma taxação sobre o valor locativo de cortiços e *estalagens* - e, depois, *porões* - que, em 1898, equivalia ao dobro (20%) da décima urbana, e que foi progressivamente aumentado no decorrer dos anos: 25% (1912), 30% (1917) e, finalmente, 50% (1922).[33]

---

[31] Essa *zona de esgoto* era uma divisão espacial feita para estabelecer as áreas prioritárias que receberam ou receberiam os melhoramentos urbanos, e correspondia basicamente ao centro da cidade: em 1898 estava delimitada pelas ruas Conceição, Campo da Redenção, Três de Novembro, Coronel Genuino e litoral; já em 1910, pela Ramiro Barcelos, Campo da Redenção, Venâncio Aires e litoral, e assim permanece, pelo menos até 1920. Ver Lei n. 25, de 14/12/1898 e Lei n. 55, 14/12/1910. *Legislação municipal*. Porto Alegre. IHGRGS.

[32] O intendente exclui o imposto sobre os cortiços do orçamento da lei do município fazendo o seguinte raciocínio: "sobre o imposto de cortiços, devo patentear aos senhores Conselheiros que ele não preenche os fins para que foi decretado, isto é, promover a extinção dessas moradas; agrava somente o estado da pobreza com o aumento do aluguel imposto pelos respectivos proprietários. Prefiro, pois, dispensar o imposto e decretar brevemente a proibição de habitar-se em casas que não preencham as condições de higiene. Desse modo ficará mais acautelada a saúde do pobre e do rico e resultará a exterminação dos cortiços." *Mensagem dirigida ao conselho municipal da capital do Estado do Rio Grande do Sul, na sessão ordinária de 15 de outubro de 1892 e Relatório e projeto de orçamento apresentados ao mesmo conselho em sessão ordinária de 26 de dezembro de 1892 pelo intendente Alfredo Augusto de Azevedo*. Porto Alegre: s/ ed., 1892, p. 10.

[33] Ver, respectivamente, Lei n. 25, de 14/12/1898 (20%), Lei n. 64, 14/12/1912 (25%), Lei n. 81, 15/12/1917 (30%) e Lei n. 6, 29/12/1922 (50 %). *Legislação municipal*. IHGRGS.

Esse imposto, associado a uma política sanitária, e à própria maior concentração imobiliária da área central, representou uma diminuição do número de cortiços no centro da cidade, bem como o seu aumento nos distritos urbanos periféricos. É possível visualizar concretamente esse fenômeno nos números apresentados pelos relatórios do intendente entre os anos de 1906-1914.[34]

No ano de 1906, o número de cortiços registrados pela Intendência aparece mais ou menos distribuído igualmente pelos três distritos urbanos da cidade, com a maior concentração ainda no 1° distrito, o da área central da cidade, com 36,86% do número total desse tipo de moradia. Esse mesmo distrito vai ver o seu número de cortiços cair pela metade em menos de dez anos: se em 1906 foram registrados 463 cortiços nessa área, em 1915 esse número baixa para 230. Em contrapartida, os outros dois distritos urbanos, localizados fora daquele perímetro de sobretaxação dos cortiços, vão ver esses números duplicarem e até triplicarem entre 1906 e 1914.

O 3° distrito, onde estava localizada uma parte da Colônia Africana, assume a primeira posição em 1909, sendo que, em 1911, vai acolher 50,91% do total de cortiços registrados na cidade, até chegar, no ano seguinte, ao dobro de 1906 (quando possuía 437), com 846 cortiços.

Já a evolução do 2° distrito, que compreendia a cidade baixa e parte da atual zona sul de Porto Alegre, é ainda mais impressionante: se até 1911 essa zona mantém uma média de 400 cortiços registrados, no ano seguinte - não esquecendo que é em 1912 que o imposto de

[34] Foi feito esse corte porque até 1905 os dados não estão discriminados pelos distritos urbanos, e em 1915 há uma reformulação que divide o 3° distrito em dois, o que dificultou o acompanhamento da distribuição de cortiços pelas zonas da cidade. De qualquer forma, esse período selecionado possibilita observar o fenômeno de *migração* dos cortiços do centro para outras áreas da cidade. Ver *Relatórios e projetos de orçamento do intendente*, para os anos de 1902-1921, e Ato n.118 de 2/1/1915. *Legislação municipal*. Porto Alegre. IHGRGS.

cortiços é elevado para 25% sobre o valor venal do imóvel - esse número passa para 706 e, em 1913, atinge um total de 1.015 cortiços ali registrados (49,58% dos cortiços da cidade), praticamente o triplo do número apresentado pela área em 1906 (356 cortiços).[35]

Entretanto, não se deve confundir esses números apresentados com o número real de cortiços existentes na cidade, dado o grande número de contestações, por parte dos proprietários dos imóveis assim classificados, e porque ocorriam fraudes na ocasião da cobrança do imposto.[36]

Mas esses números estão aí colocados não só para comprovar o número exato de cortiços, mas para mostrar como o regime republicano acarretou uma *migração* da população pobre do centro da cidade para a periferia. Já em 1896 esse fenômeno é percebido: o intendente resolveu aumentar os impostos, cuja arrecadação estava sendo insuficiente porque a maioria das construções feitas por aquela época eram "de pequenas casas situadas nos arrabaldes e destinadas à moradia de operários, artistas e trabalhadores."[37]

Isso certamente acarretou um aumento da população da Colônia Africana. E isso é perfeitamente observável nos números apresentados pelas estatísticas feitas por Olimpio de Azevedo Lima para a intendência na década de 1910. De quebra, também vai ser percebido

[35] Ver tabelas e gráfico com dados sobre os cortiços no ANEXO 4, p. 207.

[36] É comum aparecer nos Anais do Conselho Municipal as contestações de proprietários que tiveram seus imóveis classificados como cortiços, ou as denúncias de fraudes na cobrança de impostos. Em 1912, o decreto do Conselho Municipal que proíbe a abertura de novos becos e travessas e que estabelece uma sobretaxa de 50% sobre os tributos cobrados sobre as moradias que ali existiam, na sua maioria cortiços, coloca também a seguinte multa: "Art. 3°: E, verificando qualquer fraude do proprietário, ou deste com os inquilinos de tais moradias, no sentido de lesar o fisco municipal, será cobrado àquele com o acréscimo de 100%, a diferença que ele tiver deixado de pagar, e a cada cúmplice na fraude, será imposta a multa de 50% sobre a referida diferença." *Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre*. Ano de 1912. Porto Alegre: Livraria Americana, 1913, p. 32.

[37] *Relatório e projeto de orçamento apresentado ao Conselho Municipal da Capital pelo intendente interino Major Cherubim Febeliano da Costa*, em sessão ordinária do mesmo Conselho de 19 de novembro de 1896. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Correio do Povo, 1896, p. 3-4.

ali a discriminação feita pela administração municipal, para fins de tributação, entre uma zona urbana e uma zona suburbana dentro da área da Colônia Africana.

Os levantamentos de Azevedo Lima tinham como objetivo justamente verificar a arrecadação dos impostos, através do arrolamento do número de casas e de habitantes de cada rua de Porto Alegre. Os recenseamentos feitos por esse competente funcionário representam um dos principais dados, de importância quantitativa, que temos sobre a Colônia Africana. Em pelo menos três anos diferentes - 1910, 1912 e 1917 - podemos acompanhar o número de prédios e de moradores (discriminados em mulheres e homens) de cada uma das ruas da antiga Colônia Africana.

Obviamente, a fragmentação desses dados não possibilita um acompanhamento contínuo do desenvolvimento urbano daquela área, tornando possível apenas uma amostragem da sua situação na década de 1910, a partir de registros relativos a alguns anos esparsos. Também não existem outras fontes que permitam estabelecer uma observação contínua do desenvolvimento urbano do local em outros períodos: se vimos algumas indicações, ainda que pouco confiáveis, do número de moradias das ruas da Colônia Africana na estatística de 1892, isso não foi encontrado em outros anos, sendo o período de 1900 a 1910 significativamente falho nesse aspecto. O mapa oficial de Porto Alegre de 1906, organizado e desenhado por A. A. Trebbi, não traz nenhuma contribuição ou mudança significativa em relação a nossa área que não esteja naquele mapa de 1896.[38]

[38] TREBBI, A. A. *Planta da capital do Estado do Rio Grande do Sul*. 1906. AHPAMV (Mapoteca 07 horizontal - Gaveta 02 Cor amarela 16). O mapa de Trebbi tem grande importância iconográfica na divulgação de Porto Alegre como cidade moderna, pois apresenta seus principais prédios e monumentos desenhados em suas beiradas. Uma versão menor, talvez mais acessível, está reproduzida em LIMA, Olimpio de Azevedo. *Dados estatisticos do municipio de Porto Alegre organizados em 1912*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912, p. 6.

Portanto, as contribuições que faz Olimpio de Azevedo Lima para este trabalho devem ser vistas mais como uma amostragem do estado da área na década de 1910 do como um dado para um levantamento da *evolução* urbana da Colônia Africana em todo o período tratado pela pesquisa (ver ANEXO 5, p. 208-210).

A primeira consideração que deve ser feita sobre esses recenseamentos é quanto a classificação que estabelece daquelas ruas quanto aos limites da cidade. Ali aparecem 4 ruas localizadas, ao mesmo tempo, na zona urbana e na zona suburbana (Casemiro de Abreu, Castro Alves, Cabral e Vasco da Gama), 4 ruas somente na urbana (Liberdade, Mariante, Esperança e Giordano Bruno) e outras 4 na suburbana (Travessa Mariante, Francisco Ferrer, Dona Leonor e Cesar Lombroso).

Chama a atenção as considerações sobre a classificação de determinadas ruas, que divergem ligeiramente dos limites urbanos estabelecidos em 1892 pela Intendência. Por exemplo, a rua Liberdade, que é colocada pelos dados de Olimpio de Azevedo Lima na área urbana, dificilmente pode assim ser considerada no mapas e no Ato da Intendência que reordenou o espaço urbano, que a colocam na zona suburbana. Outro exemplo é o estabelecimento das ruas Francisco Ferrer e Cesar Lombroso nos subúrbios da cidade é um dado interessante, porque essas ruas se localizam na parte baixa da Colônia Africana. Ou seja, são classificadas como suburbanas apesar de estarem em uma área, entre as ruas Esperança e Ramiro Barcelos, que era considerada zona urbana pelos limite de 1892. O fato de elas serem ainda recentes naqueles anos poderia ser uma resposta para isso, mas isso é desmentido pela inclusão da rua Giordano Bruno - tão recente quanto e na mesma área que aquelas - dentro da área urbana. Talvez as condições apresentadas pelas moradias e pelos habitantes dessas ruas tenham pesado na hora de determinar qual rua era urbana e qual era suburbana.

Mas, como foi dito, os recenseamentos de Lima nos mostram um importante quadro da situação populacional e da ocupação espacial da Colônia Africana naqueles anos da década de 1910:

TABELA 2a

Número de prédios da Colônia Africana recenseados em 1910, 1912 e 1917:

RUAS	1910	1912	1917
Cabral	33	43	59
Casemiro de Abreu	91	92	105
Castro Alves	123	130	140
Cesar Lombroso	-	-	16
Dona Leonor	10	11	15
Esperança	70	75	95
Francisco Ferrer	36	40	45
Giordano Bruno	-	-	45
Liberdade	49	50	58
Mariante	78	80	70
Travessa Mariante	10	15	-
Vasco da Gama *	37	40	46
TOTAL	**537**	**576**	**694**

TABELA 2b

Número de moradores da Colônia Africana recenseados em 1910, 1912 e 1917:

RUAS	1910	1912	1917
Cabral	254	367	716
Casemiro de Abreu	730	878	1109
Castro Alves	774	871	956
Cesar Lombroso	-	-	263
Dona Leonor	63	53	93
Esperança	406	515	511
Francisco Ferrer	156	225	329
Giordano Bruno	-	-	343
Liberdade	356	392	511
Mariante	391	593	418
Travessa Mariante	79	99	-
Vasco da Gama *	251	306	387
TOTAL	**3.460**	**4.299**	**5.636**

Fontes (Tabelas 2a e 2b): LIMA, Olimpio de Azevedo. *Recenseamentos de 1910, 1912 e* 1917.

* Da rua Vasco da Gama foi considerada apenas a parte que ficava na zona suburbana, porque somente esta pode ser vista como dentro da Colônia Africana. Por um motivo semelhante, não foram incluídas as ruas Ramiro Barcelos, São Manuel e o Caminho do Meio, porque estas tinham apenas um trecho dentro daquela área. Esta mesma nota vale para todos os dados retirados destas mesmas fontes.

Os números ali apresentados formam um quadro da Colônia Africana dentro da Porto Alegre da década de 1910. Antes, é preciso dizer que essa é uma década importante para a história da Colônia Africana, pois é quando se engendram algumas forças que apontam para a descaracterização daquele lugar como uma área essencialmente negra: as primeiras melhorias urbanas, a construção da paróquia católica, a chegada de moradores de outras etnias, como os judeus, e a mudança da sua denominação para *Rio Branco*.

Em primeiro lugar, os dados permitem visualizar o percentual da população recenseada naquelas ruas da Colônia Africana dentro da população total de Porto Alegre. Verifica-se ali um aumento constante do peso de seus moradores na totalidade de habitantes da cidade, o que demonstra um crescimento populacional da área: 2,66% em 1910, 2,92% em 1912 e 3,15% em 1917.[39]

Entre as ruas mais populosas, e com maior número de prédios registrados, estão a Castro Alves e a Casemiro de Abreu (não por acaso, as primeiras que vão receber melhorias urbanas), seguidas pelas ruas Esperança, Mariante, Liberdade e Cabral, todas elas classificadas pelas estatísticas como dentro da área urbana da cidade. E mesmo aquelas vias mais extensas, que se estendem também pela parte suburbana, possuem uma maior concentração no seu trecho urbano. Há, no entanto, uma exceção: a rua Casemiro de Abreu

[39] Comparando a população da Colônia Africana, colocada na tabela 2b, com os números apresentados como o total da população do município de Porto Alegre por LIMA, Olimpio de Azevedo. *Recenseamento da população do município de Porto Alegre mandado executar em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo Município*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1922, p. 156, temos o seguinte percentual:

Ano	População de Porto Alegre	População da Colônia Africana	Percentual no total da população
1910	130.227	3.460	2,66%
1912	147.149	4.299	2,92%
1917	179.053	5.636	3,15%

sempre aparece com mais casas registradas na sua parte suburbana, embora, em contrapartida, a população dessa parte nunca tenha ultrapassado a do trecho urbano da mesma rua.

Mas, no geral, podemos afirmar que o número de casas e de moradores da parte suburbana foi sempre minoria, correspondendo, no geral, a 1/3 ao encontrado na parte urbana.

Já os altos números apresentados pelas ruas que só aparecem na estatística a partir de 1917, como a Cesar Lombroso, com 16 prédios e 263 moradores recenseados, e a Giordano Bruno, com 45 casas e 343 pessoas registradas, permitem afirmar que, se elas surgem entre os cinco anos que separam 1912 de 1917, as suas casas e os seus habitantes eram anteriormente contabilizadas nas ruas próximas existentes.

Talvez o fraco desempenho registrado pelas outras ruas da parte baixa da Colônia Africana possa explicar esse fenômeno. A rua Mariante, por exemplo, possuía arrolados 80 prédios, ocupados por 593 moradores, em 1912; já em 1917, esses números baixam para 70 prédios para 418 pessoas. Com a rua Esperança ocorre algo semelhante: embora aumente de 75 para 95 o número de casas registradas entre 1912 e 1917, no mesmo período, viu sua população decair de 512 para 511 pessoas.

Isso tudo indica um processo de reorganização territorial da parte baixa da Colônia Africana, com a criação de novas ruas, em função do desenvolvimento urbano da área. Essas novas ruas já aparecem no mapa de 1916, que apresenta todas as ruas consideradas aqui como constituintes da Colônia Africana. Entretanto, infelizmente, nele não aparece mais as indicações da localização de prédios, como nas plantas anteriores, o que permitiria fazer uma espécie de contraprova dos dados apresentados pelas estatísticas.[40]

[40] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. *Planta da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1916. AHPAMV (Mapoteca, estante 03, nº 02.1).

Mas tais estatísticas e plantas nos apresentam apenas os dados *frios* da administração municipal, que, se por um lado, possibilitam visualizar um desenvolvimento urbano local, por outro invisibilizam as questões sociais e étnicas em que estavam envolvidos os habitantes daquela área. É preciso, então, preencher esses mapas e registros municipais com as pessoas, os nomes e os afazeres do lugar, fazer habitar aquelas casas com seus legítimos moradores. E, nesse sentido, outras fontes permitem fazer funcionar aquelas estruturas apresentadas.

Por exemplo, o chamado *Livro de Portas*, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, traz uma série de informações sobre os moradores da Colônia Africana, que, por algum motivo, tiveram que acudir àquele hospital. Infelizmente, os registros obtidos dizem respeito à somente dois anos, 1899 e 1900, mas, mesmo assim, parecem dar uma boa amostragem do pessoal que habitava a Colônia Africana.[41]

Os dados trazem as seguintes informações: nome, idade, cor, naturalidade, filiação, profissão, estado civil e endereço, além da classificação por *classe* e outros informações sobre a internação, como número de registro, data de entrada, enfermidade, saída e observação; estes três últimos itens apresentavam-se em branco nos registros que interessaram (ver ANEXO 6, p. 211)

Consegui arrolar 30 registros de pessoas, classificadas como *pretas* (14 referências), *pardas* (13) ou *morenas* (3), que declararam serem moradoras da Colônia Africana ou das ruas que a formavam. E, ainda que em outros registros apareçam outras qualificações para o item *classe* (como 1ª, 2ª ou 3ª classe), todas essas pessoas selecionadas apareciam classificadas no livro como *pobres*.

[41] *Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1899-1900. CEDOP/SCMPA.

Embora tenha me interessado somente pelos indivíduos que, de algum modo, demonstraram ter uma ascendência africana, tais registros possibilitam formar uma idéia do universo *étnico* da área, já que aparecem pessoas de outras *cores* alegando morarem na Colônia Africana.

Por exemplo, no ano de 1900, em um conjunto de 30 pessoas que declararam morar na Colônia Africana ou nas ruas que a compunham, 9 eram brancas, 5 eram indiáticas e 16 foram qualificadas como *pretas*, *pardas* ou *morenas*.[42] A relação dos habitantes da Colônia Africana atendidos naquele ano pela Santa Casa de Misericórdia mostra então o seguinte percentual quanto ao item cor: 53,33% pretos, pardos e morenos, 30% brancos e 16,67% indiáticos.

Embora seja errôneo estabelecer uma relação direta e mecânica entre os números passíveis de leitura dos registros de pacientes da Santa Casa e o real percentual de brancos, indiáticos e negros que apresentava a Colônia Africana, esse quadro é, aparentemente, uma amostra bastante razoável - obviamente descartando uma equiparação rígida com aquele percentual - daquilo que podemos chamar de *composição étnica* da Colônia Africana.

O mérito de tal arranjo é mostrar que a Colônia Africana não era um local habitado apenas por negros, sendo que um qualificativo mais exato e geral seria colocá-la como uma zona *pobre* da cidade. E vários registros nos dão atestados de pobreza dos habitantes da Colônia Africana.

[42] *Livro de Porta*, *op. cit.*, 1900. CEDOP/SCMPA. Utilizo aqui a análise da mesma fonte feita anteriormente por MAUCH, Cláudia. *Colônia Africana: criminalidade e controle social*. Porto Alegre: Texto inédito, CPG em História/ UFRGS, agosto 1988, p. 18.

São relativamente comuns, por exemplo, os requerimentos de moradores da área junto ao Conselho Municipal, solicitando relevação de impostos em função da falta de condições para pagá-los.[43]

Por exemplo, em 1905, aquele Conselho dá o seguinte parecer sobre o requerimento de uma moradora da Colônia Africana: "Laura Guedes está, *por seu estado de pobreza*, em condições de ser relevada dos impostos atrasados de décimas de sua casa à Colônia Africana, n. 5, e isenta até o futuro exercício de 1906."[44]

Uma tal de Ana Bello (ou Bell) faz, em 1909, constantes requerimentos ao Conselho, solicitando a suspensão de décimas atrasadas e de multas das suas propriedades, que de início tem seus pedidos indeferidos, mas termina por receber o seguinte parecer: "A comissão de Reclamações e Redação é de parecer que o Conselho Municipal atendendo *as precárias condições da peticionária* Ana Bell, proprietária das casas à rua Cabral n. 45 e Liberdade n. 8B, deferir o que a suplicante requer."[45]

Também os próprios dados que temos à disposição no Livro de Portas da Santa Casa permitem incluir, nessa população pobre da Colônia Africana, não só aquele contingente negro, mas boa parte da população branca da área.

À princípio, parece que as condições de vida daqueles brancos não diferiam muito da dos não-brancos, já que eles aparecem, nos registros da Santa Casa, tendo as mesmas profissões subalternas ou pouco qualificadas. Por exemplo, um italiano, o único morador da Colônia Africana que aparece no registro da Santa Casa classificado como pertencente à 2ª

[43] Ver tais solicitações nos *Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre* relativos aos anos de 1906 (p. 16), 1910 (p. 15), 1914 (p. 26) e 1915 (p. 9 e 25), além dos citados abaixo.

[44] Ata da 9ª sessão ordinária, de 11/12/1905. *Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre*. Ano de 1905. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Americana, 1908, p. 33. Grifo meu.

[45] 16ª sessão ordinária, de 12/12/1919. *Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre*. Ano de 1919. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas de "A Federação", 1920, p. 59-61. Grifo meu.

classe (diferente dos outros, que aparecem como *pobres*), era, no entanto, *servente* de profissão, igual a Manoel Henriques Pinheiro, um preto de 60 anos que morava na rua Casemiro de Abreu.[46]

Esses brancos pobres talvez formem aquele grupo que o cônego Wagner chama de "moradores católicos do bairro", com poucas condições financeiras para apressar as obras da pequena capela que resolveram construir, pessoas que, no relato do vigário, se diferenciam daquelas outras envolvidas com *mães* e *pais* de santo e que não aceitaram, de início, a *"farolagem* dos padres".[47]

Mas, tirando aquelas importantes diferenças religiosas, ambos os grupos - negros e brancos - se assemelham pelas mesmas condições de vida, comum aos moradores de periferias como aquela. Nesse sentido, parecem-se com a população dos arrabaldes retratada pelos contos de Athos Damasceno, onde as diferenças de cores e de culturas aparecem misturadas, mas não negadas, pela força de uma mesma posição social e por um modo de agir e sentir *suburbano*.[48]

É pela presença de outras etnias dentro da Colônia Africana que, desde o início deste trabalho, venho considerando aquela área como *essencialmente* negra. Entretanto, o que vai

[46] *Livro de Porta, op. cit.*, 1900. CEDOP/SCMPA.

[47] A entrada da igreja católica na área será discutida mais adiante; por enquanto, interessa reproduzir um trecho onde o padre Wagner, falando das dificuldades da construção da igreja, mostra a situação financeira daquela população católica: "As obras porém progrediam mui lentamente, visto os moradores do bairro quase na sua totalidade serem pobres e paupérrimos e, por isso mesmo, as contribuições pecuniárias eram escassas." WAGNER, *op. cit.*, p. 11-12.

[48] Um conto, que particularmente me chama a atenção, mostra a história de um botequim a partir dos diferentes donos que teve: o português Manoel, amasiado com uma cafuza; o crioulo Nicomedes, de *torva catadura* e antecedentes arrepiantes, amante do baile e da cachaça, e por isso visitado com assiduidade pela polícia; e os alemães Fritz e Frau, que terminam por elitizar o estabelecimento, para a raiva da população do arrabalde. Se tal história representa uma alegoria da colonização sulina, ela surge para mim como um modelo vivo, embora imaginário, daquilo que foi a Colônia Africana, e do *branqueamento de imagem* que ela foi sofrendo com o tempo. O conto se chama "Recreio da Estação" e está em FERREIRA, Athos Damasceno. *Persianas verdes*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967, p. 107-118.

interessar é que, apesar dessa composição étnica, as representações que foram feitas sobre a área tenderam a construí-la como uma zona *totalmente* negra. E a presença branca somente ressalta a força dessas representações em mascarar tal realidade.

Por outro lado, veremos que o sumiço dessas representações - que estão ligadas às imagens negativas, aos estereótipos e aos estigmas que colocaram-se especialmente sobre os negros - vai acompanhar o maior *branqueamento* da população da Colônia Africana ou a *migração* dos seus moradores negros para áreas mais afastadas, no decorrer das décadas.

Mas antes que isso aconteça, é necessário observar de perto a população negra que ali existia. O que nos chama a atenção, em primeiro lugar, são os dados sobre a profissão. Dentro do grupo de 30 pessoas *de cor* levantadas pela pesquisa no Livro de Portas da Santa Casa de Misericórdia, aparecem registradas as seguintes profissões:

TABELA 3

Relação de profissões da população negra da Colônia Africana registrada na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1899-1900):

Nº de registros	Profissões
6	Carroceiro
5	Jornaleiros
4	Criadas
2	*Trabalhadores*
1	Cangueiro
1	Cozinheira
1	Engomadeira
1	Lavadeira
1	Sapateiro
1	Serrador
1	Servente
6	*S/ registro*
Total: 30 registros	

Fonte: *Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1899-1900. CEDOP/SCMPA.

Observa-se, em primeiro lugar, a qualidade de tais profissões, que podem ser classificadas como *subalternas* ou mesmo *subempregos* - na medida em que eram atividades socialmente desqualificadas e financeiramente mal remuneradas - e que são basicamente as mesmas ocupações que tinham os negros libertos e os escravos na cidade antes da abolição.[49]

Se as ocupações permaneciam as mesmas devido ao fato de nos encontrarmos aqui em um período tão próximo aos tempos da escravidão, essa situação tendia a se reproduzir e se perpetuar nas novas gerações e condições apresentadas pelo mercado de trabalho, agora baseado na mão-de-obra livre e disciplinada, que devia louvar o trabalho. Mesmo na situação de "escassez de mão-de-obra", que realmente se seguiu à abolição, dificilmente esses negros - principalmente se ex-escravos ou antigos libertos - eram convocados para trabalharem em outras atividades que não aquelas subalternas.[50]

Não obstante, diferente daquelas alegações que consideravam aquele território negro como um *antro de vagabundos*, observa-se que todos os moradores registrados na Santa Casa declararam profissão, e as seis pessoas que aparecem sem registro nesse item são crianças e velhos.

Não está descartada ainda uma *oscilação* das ocupações, na medida em que alguns trabalhos eram tidos como biscates, sendo que a mesma pessoa poderia declarar mais de uma profissão nos registros. Há ainda pelo menos um caso nesse sentido: Angela Maria Gomes,

[49] Ver, por exemplo, as profissões dos escravos alforriados em Porto Alegre entre 1858 e 1887 - onde constam as mesmas ocupações que os negros da Colônia Africana vão ter - em uma tabela feita por MOREIRA, *op. cit.*, p. 83.

[50] Sobre a escassez de mão-de-obra e a recusa em empregar negros no Rio Grande do Sul, ver PESAVENTO, *A emergência dos subalternos*, *op. cit.*, p. 75: frente a uma fraca presença negra no proletariado industrial, coloca que "no sul a discriminação tendeu, portanto, a ser mais forte. Mesmo em situação de escassez, as indústrias nascentes preferiram optar pela importação de operários estrangeiros do que empregar negros. A argumentação dos empresários era a de que mão-de-obra qualificada só era encontrável entre os operários saídos do meio colonial imigrantes ou vindos do exterior diretamente para o trabalho na fábrica."

uma parda de 28 anos, solteira, natural do Rio Grande do Sul, aparece no seu primeiro registro, datado de 27 de março de 1900, como criada de profissão e moradora do Beco do Jacques, no centro da cidade. Alguns meses depois, no registro de 22 de julho do mesmo ano, aparece como lavadeira, tendo como endereço a Colônia Africana.[51]

Só para finalizarmos a análise do *Livro de Portas*, há ainda uma série de pequenas informações que poderíamos aqui arrolar. Por exemplo, quanto a origem dos moradores registrados, percebe-se que a grande maioria aparece como natural do Rio Grande do Sul. De fora, apenas três africanos idosos, dois mulatos nascidos no exterior (um no Uruguai e o outro em Portugal), e outros dois naturais de outros estados brasileiros (um baiano e um carioca). Mas o restante dos dados falam por si, e tem pouca serventia para os interesses mais imediatos deste trabalho.

O que é necessário é que se encerre o panorama inicial da Colônia Africana proposto aqui com algo que nos permita visualizar a ação daquela população no seu cotidiano, não a partir das imagens *tenebrosas* que nos sobraram da área, mas através de uma descrição que, agregada aos dados vistos aqui, possibilite imaginar as condições concretas de vida dos habitantes daquele lugar.

Nesse sentido, o relato feito pelo padre Matias Wagner sobre a Colônia Africana, que ele conheceu ainda quando ela era uma área pobre e com uma população negra considerável - embora seja possível notar, em seu relato, o início das transformações que se seguiriam - é uma contribuição importante. Tal descrição pode ser localizada no tempo por volta de 1916, e trazem algumas incorreções próprias das lembranças puxadas da memória.

[51] Respectivamente, registros nº 883/100 e 1989/25 do *Livro de Porta*, *op. cit.*, 1899-1901. CEDOP/SCMPA.

Entretanto, ela tem o mérito de mostrar um quadro geral da situação material da área naquela época, que, embora se vá reconhecer alguns pontos do quadro que tracei no início desse capítulo, merece ser reproduzida aqui por inteiro:

> *Que era o bairro*
> O bairro Rio Branco, mais conhecido por *Colônia Africana*, mais ou menos, estava entregue a sua própria sorte, tanto no terreno material como espiritual. Além disso pesava sobre ele a degradante fama como sendo lugar de crimes e de horrores...
> *O centro* deste recanto da cidade, (os terrenos mais baixos), era quase todo alagadiço, propício a focos de insetos de toda espécie, não faltando também os batráquios (sapos) que, em noites chuvosas, entretinham os moradores com o seu clássico coaxar, maravilhosamente combinado e compassado.
> *Os moradores*, avaliados em cerca de 8 mil, ainda que de posição modesta e pobres, eram pacatos e respeitadores, entregue, cada qual a seus afazeres honestos.
> *As ruas*, com exceção da Ramiro Barcelos, todas estavam desprovidas de qualquer calçamento; águas pluviais tinham formado, mais ou menos, profundos valos, de cada lado; estas vias públicas eram, em parte, bem acidentadas, não faltando mesmo atoladores que, por vezes, as tornavam, temporariamente, impraticáveis para qualquer espécie de veículos; igualmente os pedestres que, durante ou após chuva, saíssem à rua, estavam sujeitos a deixarem preso no barro o calçado de seus pés.
> *A água*, elemento indispensável a cada família, todos a deviam conseguir como pudessem: uns a buscavam em alguma *Bica* pública que a Intendência (hoje Prefeitura), em tempos idos, tinha mandado instalar em alguns pontos do bairro - era água do Guaíba, não filtrada -; outros a obtinham de algum poço ou vertente natural; outros ainda adquiriam de algum *pipeiro*, que disso fazia seu ganha-pão.
> *De esgoto cloacal* nem se cogitava, pois não havia água encanada nas habitações; este serviço era feito da maneira mais primitiva.
> Toda vasta área, além das ruas: Cel. Pedro Salgado, Dona Leonor, Protásio Alves (lado esquerdo) e Lucas de Oliveira, até o município de Viamão, ainda não tinha sido arruada; estava coberta de matos e macegas; as poucas moradias, que por lá existiam, estavam dispersas e bem distantes entre si. O Caminho do Meio (hoje Av. Protásio Alves) nada mais era do que uma estrada poeirenta e acidentada em toda sua extensão, desde a rua Ramiro Barcelos até o município de Viamão.
> *A iluminação pública* consistia de raros bicos elétricos, dependurados no alto de trilhos, que faziam às vezes de postes; essa instalação, parece, era mais para constar, pois as lâmpadas tinham luz tão amortecida que um pauzinho de fósforo aceso lhes fazia vitoriosa concorrência.
> *As moradias* algumas poucas eram de alvenaria, porém construções simples e humildes; outras eram chalés de madeira, mais ou menos apresentáveis; as demais eram casebres ou malocas. Algumas destas habitações estavam construídas em terrenos tão úmidos e insalubres que, principalmente em tempos de inverno ou chuva, ficavam rodeadas de água, feitas ilhas; a fim de os moradores alcançarem a rua, era necessário uma ponte (tábua), desde a soleira da moradia até por cima da sarjeta (valo)...
> Como *condução coletiva* a única existente era a do bonde da Independência.[52]

Como se vê, o cônego Wagner não faz qualquer menção à população negra da sua paróquia; todavia, a sua descrição daquele ambiente, agregada aos outros dados que vimos e que veremos em breve, possibilitam visualizar uma imagem da Colônia Africana diferente daquela enxergada pela ótica das representações negativas que construíram a sua *degradante fama*.

[52] WAGNER, *op. cit.*, p. 18-21.

Ela surge como uma área pobre e caracterizada pela dificuldade de sobrevivência - em se obter água potável, em se habitar decentemente, em se locomover por ruas calçadas - da sua população, que estava fora dos planos da modernidade - pelo menos daquela modernidade urbana que se instalou. Veremos que à medida em que a área foi conquistando algumas melhorias materiais e se urbanizando, a população negra inicial foi partindo, dando lugar a outros moradores.

Mas antes que essas transformações concretas ocorressem, assistiu-se à criação de uma série de representações negativas sobre a Colônia Africana e seus moradores, quando a área foi bastante *denegrida* - em todos os sentidos dessa palavra.

5. A CORTE DO CRIME

> Ali na Colônia Africana, na famigerada bacia, uma tarde de sábado, o negro Fumaça, que, ao que estou informado, era pedreiro de profissão, recebeu *as notas* e foi pro *boteco* mais perto espairecer as mágoas e encher a alma de cachaça.
> Lá pelas tantas, entre um trago e outro e principalmente muita prosa, se desentendeu com o parceiro e deitou-lhe a madeira, sem dó nem piedade. E foi rebuliço dos pecados!
> Chamaram a polícia, e em coisa de minutos o mercadinho ficou coalhado de *ratos brancos*.
> O negro Fumaça, moleque habituado a esses entreveros, quando viu a coisa preta passou a mão numa acha de lenha e era um Deus nos acuda!...
> De saída, assim, olhou para a porta e, deparando com três guardiões da ordem, imperturbavelmente fardados de branco, não teve dúvida - quadrou o corpo, entrou rachando e os espalhou de golpe.
> Já se viu um *rato branco* levar a durindana ao chão e, pisando em cima, puxá-la com firmeza para desentortar a lâmina que, ao primeiro tirão, ficara que nem arco de barril velho amassado.
> Enquanto isso, o *rolo* ia aumentando e os *ratos brancos* chegando de montão.
> O negrinho mediu a situação, deu uma olhada, viu um claro, e enveredou pro lado duma obra que existia ali por perto.
> Quando se acercou duma pilha de tijolos, atirou fora a acha de lenha que, nessa altura, mais parecia um graveto esfarpelado, e passou a arremessar tijolos, sem dar a mínima folga aos policiais. De vez em quando, um *rato branco* mais afoito investia decidido e Fumaça só desviava o golpe, quadrando o corpo, e com célebre rasteira fazia o homem amontoar descadeirado prum canto da sarjeta.
> Aquele não voltava mais!
> E por aí a briga se estendeu até ao entardecer, porque enquanto houve tijolo, ninguém chegou perto do Fumaça!
> Chamaram o delegado e de nada adiantou.
> Já noitinha, entre tijolos e impropérios, e inúmeras e inúteis vozes de prisão, todo o mundo cansado, ouviu-se um zunzun desusado e uma mulata baixa, gorda e bexigosa, irrompeu do próprio lado dos guardas e, caminhando rápida em direção ao Fumaça, levantou a mão e deu-lhe tremendo bofetão, que o apanhou assim pelas costas, ombros, pescoço, cabeça e tudo...
> Todo mundo ficou perplexo!
> Então, a dona do valentão berrou:
> - Negro desgraçado, vagabundo, sem-vergonha, desordeiro!...
> O homem se encolheu todo e a recém-chegada deu-lhe mais uma série de trompaços e disse:
> - Não tem mais nada a fazer do que andar brigando?
> Depois, virou-se para o lado dos *ratos brancos*, onde estava a autoridade policial, e disse:
> - Pode deixar, seu delegado, eu vou dar comida pra esse negro cachorro e em seguida já levo ele no Posto.
> E metendo as mãos no Fumaça o foi levando aos trambolhões, abaixo de gritos e desaforos, rua afora...[1]

Esse é o tipo de história que restou da Colônia Africana. Nessa crônica, intitulada *O valentão da zona*, o memorialista Ary Veiga Sanhudo narra um episódio que supostamente ocorreu naquela área. Tal texto surge no seu livro como um exemplo que apresenta alguns elementos para formar o retrato do provável dia-a-dia do lugar: o negro desordeiro, a briga no botequim, a presença ostensiva da polícia, etc. Como a sintetizar tudo isso, a consideração de que a Colônia Africana era um lugar *famigerado*.

[1] SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Volume 2. Porto Alegre: Editora Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 115-116.

A menção de Sanhudo à Colônia Africana é um caso praticamente isolado na historiografia tradicional, se pensarmos nesta como um conjunto de dados, crônicas e rememorações que os historiadores costumam visitar para construir seu conhecimento do passado. Nem Coruja, nem Porto Alegre, nem qualquer outro dos memorialistas conhecidos da história da cidade cita aquele território negro. E mesmo Sanhudo fala a partir de um presente onde a Colônia Africana lembrada não existia mais.

Se os silêncios da historiografia são reveladores de uma invisibilidade ou de um esquecimento da história dos moradores daquela área negra, o pouco que se fala dela também é bastante revelador: a Colônia Africana surge como um lugar de recorrente criminalidade.

Mas se é difícil encontrarmos informações sobre aquela área na historiografia, é, por outro lado, relativamente fácil se achar notícias sobre ela em determinadas fontes da virada do século. Entretanto, é justamente a visão de uma Colônia Africana *criminosa* que aparece, novamente, nessas fontes.

A criminalidade da Colônia Africana, que tendeu a dominar as representações do lugar em boa parte do período aqui analisado, o de 1890-1920, e cuja fama foi repassada pela memória, é, assim, um aspecto que dificilmente pode ser desconsiderado para quem quer tentar escrever algo sobre aquele local - mesmo porque, em grande parte, é a versão que sobrou.

Entretanto, fiel ao projeto que me propus no início deste trabalho, vou procurar verificar essa criminalidade por uma outra ótica, que tente explicá-la como uma representação que foi construída sobre a área e que tinha uma determinada função social.

Nesse sentido, a imagem negativa que se estabeleceu sobre a Colônia Africana é vista aqui como uma representação social excludente, que estigmatizou, isolou e por fim dissolveu aquela comunidade, através de uma reincidente publicidade das ações ali cometidas e classificadas como crimes. Essa classificação, por outro lado, parece reafirmar as considerações da época sobre as ligações intrínsecas entre, de um lado, a ociosidade, a pobreza, o determinismo da raça e o do meio, e, de outro, as razões para a prática do crime.

Não vai interessar aqui se de fato ocorreram tais crimes, se a Colônia Africana era *realmente* um lugar perigoso, assim como também não vai interessar traçar hipóteses sobre as causas daquela criminalidade, ou explicações sociais, culturais e psicológicas para ela.

Há uma possibilidade quase nula de que os fatos relatados nos jornais ou nos registros policiais da virada do século não tenham ocorrido, de que sejam apenas ficções inventadas por uma campanha sórdida sobre aquele lugar. Mas há, entretanto, uma grande distância entre aqueles acontecimentos ocorridos e as interpretações que foram feitas deles nas fontes. E é justamente essa distância que eu quero medir aqui.

Deve-se estabelecer que a ocorrência de crimes semelhantes em outras partes da cidade, inclusive em um Centro que foi sendo progressivamente cantado como *civilizado* e *moderno*, em geral não parece ter descambado para o mesmo estigma que se instalou sobre aquele território negro. E esse tratamento diferenciado deve muito à visão que os setores mais bem estabelecidos da sociedade tinham sobre aquela população pobre e negra, a viver de trabalhos subalternos e a existir de modo diferente daquele tido como *aceitável*.

O que mais interessa a este trabalho, então, não são os acontecimentos em si, mas os juízos que fizeram da Colônia Africana os que a viam de fora, que consideravam a própria

existência de tal lugar como um empecilho para determinados projetos e sonhos de sociedade urbana.

Aliada a necessidade de um controle social sobre os negros urbanos, decorrente da própria prática anterior da escravidão nas cidades e, posteriormente, da situação dos libertos dentro da nova ordem burguesa, os territórios negros receberam uma atenção redobrada das autoridades municipais e dos moralistas de plantão, que vigiaram de perto a ação dos seus habitantes.

Isso possibilitou que, da mais leve discussão até o mais grave crime ocorridos ali, sempre houvesse alguém a apontar para aquele local e a alardear: "vejam como são nocivos ao progresso de nossa cidade essas pessoas e esse lugar!" E, aparentemente, o que é mais importante, também sempre houve alguém que, ao ler ou ouvir tal afirmação, dizia para si mesmo e para os outros: "isso é *verdade*..."

As interpretações sobre a Colônia Africana são vistas aqui como tributárias do desejo de implantação de um determinado modelo de modernidade em Porto Alegre, baseado na idéia de progresso e no ideal de civilização urbana, européia, industrial e burguesa. Entretanto, junto com essa vontade, fez-se necessário que as representações vingassem em uma comunidade que lhes desse sentido, a partir da verificação das valorizações que eram feitas sobre a área com a realidade que ela própria apresentava, da vida de pobreza e privações de seus habitantes, possibilitando que se enxergassem as imagens e discursos criados sobre a Colônia Africana como sendo a *verdade*. Esse novo imaginário teve ainda raízes em um imaginário anterior, aquele que via o negro com a pecha da escravidão, que foi reformulado por novas noções de valorização do trabalho e do trabalhador, que acabaram apenas reafirmando a antiga exclusão social sofrida pela grande parte da população negra.

Todas essas considerações concorreram para o estabelecimento de uma imagem negativa da Colônia Africana junto à opinião pública porto-alegrense, que, desenrolada em suas conseqüências concretas e práticas, no viver das pessoas e no desenvolvimento da cidade, acabou por dificultar a existência dos habitantes naquele local, a ponto de, por volta da década de 1910, seus novos e antigos moradores desejaram para si e para o lugar uma nova imagem, sentindo a necessidade, inclusive, de mudar o nome da área.

E, se aqui neste trabalho temos que analisar as representações construídas sobre aquele território negro, uma das primeiras que se apresenta, nesse sentido - cuja razão de existir podemos *dissecar* - é a própria denominação *Colônia Africana*, o nome que batizou aquela área.

Como vimos, não sabemos *exatamente* quando surgiu, quem criou ou como vingou a denominação *Colônia Africana*. Apenas podemos colocar seu surgimento naquele contexto da abolição. Nenhum texto daquela época indica explicitamente os motivos que levaram a tal denominação, embora isso possa ser imaginado: bastava olhar para aquela concentração de negros naquela parte da cidade.

Mas, por outro lado, a denominação não tem somente essa aparente gratuidade de nomear uma aglomeração urbana de negros. Vou trabalhar aqui com a hipótese de que a própria ação de denominar a área como *Colônia Africana* constituiu-se em uma forma de representação que aponta para a exclusão social dos habitantes negros daquele lugar. Entretanto, essa afirmação não pode ser apreendida de forma direta nas fontes disponíveis, mas a partir da contraleitura das imagens e dos discursos que temos a nossa disposição. Proponho que seja possível comprovar a ligação entre denominação e exclusão através da

análise de alguns sinais sutis, cujo acesso só é conseguido com um esforço de raciocínio, um jogo de corpo do historiador e, porque não, de uma certa dose de imaginação.

Nesse sentido, em um primeiro momento, serão analisadas aqui as palavras que denominam ou que, de algum modo, estão relacionadas com aquela área da cidade, pois esses termos muito dizem sobre o processo de exclusão sofrido por aquela população negra, particularmente engendrado no período de instalação de um desejo de modernidade em Porto Alegre.

E, aqui nesse ponto, veremos que a porta de entrada para o passado é possibilitada por uma chave do presente. Com isso, peço licença para relatar uma particularidade subjetiva, uma reflexão pessoal feita quando eu me achava a colher fontes para esse trabalho - reconheço que há uma certa impropriedade em fazer essa confissão aqui, que estaria melhor reproduzida na introdução desta dissertação; no entanto, registro-a neste momento porque ela é reveladora de algo que quero discutir no presente capítulo.

Desde que me interessei pelo estudo desse território negro que existiu em Porto Alegre, e sempre que fui obrigado a explicar aos outros o meu objeto de pesquisa, me deparei com duas reações diferentes, com dois grupos de pessoas: as que alguma vez na vida já haviam escutado que existira tal lugar e as que o desconheciam completamente. Sobre as primeiras pessoas pouco tenho a falar, a não ser que formam um grupo restrito, dado a falta de um estudo sobre o assunto, ou a sua distância no tempo, que de certa forma apagou pessoas e memórias do lugar. O que interessa aqui é o segundo grupo desinformado, ou melhor, a reação dessas pessoas quando explicava-lhes a temática do meu trabalho. Geralmente comentavam, meia desinteressadas: "Ah, eu não sabia que havia existido uma *colônia africana* em Porto Alegre..."

Frente a recorrência dessa reação, aos poucos fui me dando conta de certas peculiaridades da denominação *Colônia Africana*. Em primeiro lugar, o que talvez sobressaia à cabeça de certos contemporâneos meus seja a primeira palavra (*colônia*) condicionando a outra (*africana*). O que essas pessoas pensam ao ouvir o termo, em outras palavras, é em uma *colônia formada por africanos*, associando a um conhecimento da existência de colônias de imigrantes no interior do Rio Grande do Sul. Não compreendiam a Colônia Africana como uma determinada área de Porto Alegre que abrigou no passado uma comunidade de ex-escravos, sua verdadeira definição.

Esse engano provém, a meu ver, de uma associação semântica que essas pessoas fazem da palavra *colônia*. O termo *colônia*, em um dos significados que tem atualmente, refere-se à reunião de indivíduos de uma mesma nacionalidade que vivem em uma região de outro país ou, mais simplesmente, à povoação fundada por imigrantes.[2] Uma noção presente ainda hoje, mais específica e local, relacionada à experiência histórica da sociedade gaúcha, liga a idéia de *colônia* (e a sua derivada *colono*) basicamente às etnias alemãs e italianas. Ora, essa noção formou-se justamente no decorrer do século XIX, quando o esforço oficial e particular estabeleceu uma série de núcleos de imigrantes europeus no interior do Rio Grande do Sul. Posto isso, sabemos então que a palavra *colônia* designa hoje a mesma coisa que no período passado que está sendo estudado, pois foi justamente nele que o seu significado atual foi consolidado. Ou seja: salvo engano, tudo indica que o termo *colônia* tem hoje o mesmo significado que tinha na época em que a Colônia Africana recebeu seu batismo popular.

[2] É o que consta, por exemplo, no verbete de tal palavra no *Dicionário Aurélio Eletrônico*, versão 1.3 (Nova Fronteira, 1994).

A permanência semântica de uma palavra pode parecer de certa maneira óbvia, mas o historiador deve saber o quanto são escorregadias certas encostas da história, e que palavras nos fazem tropeçar ao mínimo descuido; daí, para o desenvolvimento do raciocínio a que me proponho, ser necessário tal cuidado. Além disso, veremos adiante, para valorizar ainda mais este cuidado, o exemplo de uma palavra que teve seu significado mudado no tempo.

Interessa ainda dizer, como coloquei de início, que o presente, nesse caso, é que está nos dando o indício de uma imagem do passado, possibilitando resgatar o que há por trás de uma poderosa representação criada pelos anônimos que apelidaram a Colônia Africana, o correto sentimento da população onde germinou tal alcunha.

Eu diria ainda que o poder dessa representação tinha como um dos seus sustentáculos a sua própria estranheza, e que mesmo hoje essa estranheza é perceptível: "onde já se viu, uma *colônia de africanos*?". Mas o que não pode ser percebido mais hoje, o que se perdeu no passado, é justamente o que era sua significação principal, a própria razão de ser de tal denominação: a ironia do termo. Acredito que o termo *Colônia Africana*, estranho hoje e ontem, foi criado - ou melhor dizendo, vingou popularmente (socialmente) - como denominação para aquela região de população negra em boa parte pelo que tinha de irônico.

Em uma sociedade acostumada com a presença de colônias de imigrantes, geralmente alemãs ou italianas, devia ser de certa forma engraçada a idéia de que uma reunião de negros urbanos recebesse a alcunha de *Colônia Africana*. Os colonos europeus, loiros e de pele clara, segundo a visão estereotipada, sobre os quais foram criadas representações em torno do trabalho, progresso e prosperidade, contrastavam radicalmente com aquele grupo de negros despejados em uma zona insalubre, tachados de criminosos, vagabundos e desordeiros pelas gazetas da época. Na verdade, a visão de antagonismo entre os dois grupos tem raízes mais

profundas, como sabemos hoje: no pensamento das elites do século XIX - e ainda por algumas décadas do século XX - a imigração européia vinha em resposta aos anseios de que o Brasil pudesse finalmente entrar no rol das nações civilizadas e progressistas, que finalmente largasse sua âncora escravocrata, justificando assim uma política de branqueamento da sociedade na qual o negro era considerado um fator de atraso e mesmo um elemento que inviabilizava, pelo peso populacional e pela própria mistura racial, o Brasil de tornar-se uma nação.

Assim, o sucesso da denominação *Colônia Africana* insere-se no arranjo histórico colocado acima, cumprindo um relevante papel no processo de exclusão social da população que habitava a área designada por ela. Isto é ainda pouco, mas já é mais que uma simples hipótese: procuro basear-me em mais indícios que possibilitem tal afirmação. Um desses indícios foi colocado acima, e tem a ver com a permanência do significado da palavra *colônia* no tempo. Outros dois indícios, que colocarei a seguir, dizem respeito direta e indiretamente à Colônia Africana.

Há sabidamente, na história de Porto Alegre, outra área da cidade que recebeu um grande contingente de negros, pouco antes da criação da Colônia Africana. Chamava-se popularmente (socialmente) *Areal da Baronesa*, e constituiu-se, salvo especificidades locais, em uma área similar à Colônia Africana: era uma região insalubre, fora do centro urbanizado, habitada por uma população pobre, essencialmente negra, estigmatizada pelos órgãos oficiais, pela imprensa e por tudo aquilo que era considerado *sociedade* na época.[3] Essa prima-irmã mais velha da Colônia Africana recebeu, sintomaticamente, também uma alcunha irônica, a

[3] Ver um pequeno histórico do Areal da Baronesa em FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 61-62.

meu ver. Comprova-se isso não pelo caminho utilizado antes, onde a permanência semântica no tempo possibilitou a interpretação de um termo do passado, mas por um subterfúgio diferente. Gostaria, neste ponto, de retomar rapidamente a um assunto já discutido anteriormente, que é a questão dos *arraiais*.

Arraial - de onde provém o termo *Areal* - hoje em dia quer dizer pouco mais que um pequeno lugarejo rural. Nesse caso, inversamente, o presente pouco tem a nos indicar, já que houve, *em parte*, a perda de significado do termo entre o passado e o presente. Digo em parte porque os arraiais de antigamente eram justamente pequenos lugarejos separados dos centros urbanos. Mas, o que parece ter sumido é novamente um sentido local e temporal do termo *arraial*, que na Porto Alegre do final do século XIX indicava as regiões próximas - embora fora - do núcleo central, para onde a cidade iria se desenvolver espacial e economicamente. Como foi dito anteriormente, uma das origens desses territórios está associada as questões étnicas: o arraial do Menino Deus foi criado por açorianos, o de Navegantes e o de São Manoel pelos alemães. Outros lugares, como a Colônia Africana e o Areal da Baronesa, cujas origens estavam ligadas à população negra, "não receberam dos notáveis o estatuto de arraiais."[4] Arraial era outra coisa: era o arrabalde pacato, que está saudosa e melancolicamente presente nas crônicas e na memória dos mais velhos, com a capela no seu centro, com suas procissões, seus afazeres honestos, suas figuras lendárias, sua atmosfera provinciana. Já áreas como a Colônia Africana eram zonas perigosas, *escabrosas regiões*, longe do trajeto dos cortejos religiosos, longe dos bondes, longe de Deus e do progresso, *cortes do crime*, antros de vagabundos e desordeiros, em terrenos insalubres e alagadiços. O

[4] PESAVENTO, Sandra Jatahy (coord.) *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/PMPA, 1991, p. 42; é onde também aparece essa visão étnica da origem dos arraiais.

Areal da Baronesa deve seu nome tanto à baronesa do Gravataí, antiga proprietária da chácara em que se formou, quanto a grande quantidade de areia que o fluxo do Riacho, responsável pelos constantes alagamentos da área, depositava nas proximidades da sua foz com o rio Guaíba. Esse fato deve ter exaltado os gozadores da época, que não conhecemos, pois estão mudos nas fontes usuais, mas que parecem berrar do passado à nossa imaginação: "que *arraial*, que nada, aquilo lá é um *areal*!"

A ironia está presente aqui novamente. As denominações das duas áreas, independente de sabermos quem as criou, parecem ter vingado popularmente (de novo, igual a *socialmente*) por uma mesma verve humorística, a partir de uma imaginação profundamente comprometida com as posturas em relação ao negro na época. E não seria por acaso que as duas principais áreas de população majoritariamente negra da cidade, no final do século passado, tivessem suas denominações ligadas à ironia popular. Considero que estes termos fazem parte de poderosas representações coletivas, que se tornaram hegemônicas no imaginário social da época, que estigmatizaram e possibilitaram a exclusão social dos habitantes destes lugares.

Gostaria de chamar a atenção para um outro indício, mais concreto, onde o sentido evidente é o riso, e por isso mesmo bem mais complexo de ser decifrado. Existe, na revista *Íris* de 1921, um grupo de charges que ocupam uma página inteira, intitulado *Porto Alegre Pitoresca*, que se propõe a fazer uma brincadeira com os nomes de algumas localidades de Porto Alegre ou próximas a ela.[5] A maior parte das figuras peca pela ingenuidade aos olhos de hoje: assim, *Viamão* é representada por um homem nocauteado por um soco no olho (vi-a-mão - rárárá...); *Cascata* e *Riachinho*, respectivamente, por um menino aos prantos e por um

[5] Porto Alegre Pitoresca. *Íris*, Porto Alegre, ano II, nº 6, outubro de 1921. IHGRGS. As charges são de autoria de J. Telles, Rio de Janeiro, 1920. Esta fonte constitui-se em uma folha avulsa dessa revista, que encontra-se no arquivo pessoal de Athos Damasceno Ferreira (material avulso). Não existe, que eu saiba, remanescente inteiro desse número da revista Íris em outros arquivos.

bebê fazendo pipi; *Floresta*, por uma negra com uma vasta cabeleira; e *Tristeza*, por um homem triste.

Duas delas, porém, nos chamam a atenção. A primeira é de mais fácil interpretação do seu significado: a *Independência* aparece retratada pela figura clássica de um burguês, com uma mão no bolso, o charuto na boca, os detalhes - botões, anéis e relógio - reluzentes, indicando tanto o local representado, o dos palacetes burgueses construídos pelo desenvolvimento industrial e comercial das primeiras décadas do século XX, como, indo mais além, indicando a *independência* que o dinheiro deve proporcionar.

FIGURA 6



Caricatura representando a Independência

Fonte: *Íris*. Porto Alegre, ano II, nº 6, outubro de 1921. IHGRGS.

A outra área retratada é justamente a Colônia Africana. Aqui há o problema de se afinar a interpretação, o que acontece comumente com a caricatura. O cômico é tendencialmente diverso no espaço e perecível no tempo: ele varia de país para país, assim como tem dificuldade de manter a sua permanência durante os anos. Uma explicação para isso seria que ele se alimenta do que é próprio do lugar e do tempo em que surge: costumes, sociedade, política, etc. O que parece ser preciso para a interpretação do cômico, quando visto deslocado do contexto que o produziu (por exemplo, quando é analisado por um historiador), é a necessidade de uma chave para a sua compreensão. É preciso ter um certo número de referenciais do passado para que se perceba o objetivo dessas antigas caricaturas: o riso. Porque, se a caricatura é "uma representação abstrata desprovida de *realidade*, (...) o seu referencial é a própria realidade e, como toda a imagem, mede sua força pelos efeitos mobilizadores que produz, e não pela sua veracidade."[6] É nessa sua relação com o real, e mais o seu poder sobre o imaginário social, que podemos buscar elementos para a sua compreensão. Mas, verifiquemos isso na fonte.

A *Colônia Africana* é representada por uma família negra:

[6] PESAVENTO, Sandra Jatahy. O diabo escondido (da arte do cômico). In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.). *Porto Alegre caricata: a imagem conta a história*. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993, p. 12; ainda podemos acrescentar que a pesquisa histórica sobre caricaturas e o próprio humor parecem ter em comum a mesma busca pela compreensão da imagem, como coloca a mesma autora, na mesma página: "se a arte de rir obtém o seu intento - a risada - é porque houve uma epifania, revelação do sentido".

FIGURA 7



Caricatura representando a Colônia Africana

Fonte: *Íris*. Porto Alegre, ano II, nº 6, outubro de 1921. IHGRGS.

As interpretações para essa figura podem ser várias. Todas elas certamente serão mais sisudas do que essa caricatura, aparentemente despretensiosa, mereceria receber. Vou me deter aqui em apenas alguns aspectos, pois, como foi colocado acima, está-se atrás de significados perdidos no tempo.

Uma das leituras possíveis seria entrar no espírito da brincadeira proposta e aproximar-se da provável visão de quem produziu as charges e de quem as consumiu. Nesse caso, parece ter interessado tanto a relação semântica do termo com o objeto que está sendo representado quanto à denominação do local em si, possibilitando a construção de uma

imagem irônica que pode depender ou não da sua veracidade. Ou seja, se por um lado interessa realmente que a Independência seja a zona rica da cidade e a Colônia Africana seja uma região habitada por negros pobres, por outro lado interessa também as associações de imagem a partir da denominação do local com a figura que a representa - Independência igual à grana, Colônia Africana igual ao agrupamento de negros.

As representações colocadas aqui - nome do lugar + charge - são, em certo sentido, mais poderosas do que o próprio real, pois criam associações de imagens de áreas urbanas e das populações destas que levam a construções imaginárias geralmente qualitativas, direcionadas para o bem ou para o mal, para o bom ou para o ruim. Essas representações são poderosas no sentido do seu convencimento e do seu poder de provocar riso, possibilitando aquele tipo de conclusão que as pessoas comumente parecem dizer: "*é engraçado porque é verdade*".

O que a charge pode nos apontar, indo de encontro aos outros indícios que coloquei antes, é que na época deveria se achar engraçada e *verdadeira* a idéia da Colônia Africana ser representada por um grupo de negros, ou mais precisamente por uma família de negros, ou mais exatamente, por um *núcleo familiar "colonial" composto por negros*. Retorna aqui a ironia que destacamos acima, ao se ligar os termos *colônia* e *africano*, utilizando-se uma terceira imagem, muito próxima da idéia de *colônia*, que é a representação de *família*.[7]

Outros tipos de leitura sobre a caricatura são possíveis, mas sempre nos limites que a fonte nos coloca. Poderia, por exemplo, ser feita uma análise do gestual e do próprio modo de como estão retratadas as figuras na charge - como a do garoto negro que, com as mãos no

[7] A imagem de *família* é recorrente no processo de colonização e no imigrantismo brasileiro: os casais açorianos ou os núcleos familiares coloniais alemães e italianos são apenas alguns exemplos do caso histórico do Rio Grande do Sul. É interessante verificar que ainda hoje, nos dados envolvendo a distribuição de terras para a reforma agrária, a quantidade de pessoas assentadas é colocada em termos de número de *famílias*.

bolso e encostado numa parede, parece assemelhar-se muito mais a figura de um malandro do que a de um moleque. Mas uma leitura como esta, embora possível, seria por demais pessoal e muito presa na fonte em si, ficando longe, portanto, do exercício a que me proponho fazer aqui. Prefiro seguir outro caminho.

Uma outra possibilidade, que está além da simples observação direta dessa charge sobre a Colônia Africana, pois necessita de um conhecimento complementar, é a de que a figura fosse engraçada porque retratava uma *realidade* que em parte não existia mais. Representar a Colônia Africana por uma família negra talvez não correspondesse mais a imagem que se estava desejando para o bairro na década de 1920.[8]

De rebarba alagadiça de chácaras, onde negros recém-emancipados se instalaram no final da década de 1880, passando pela imagem de centro da criminalidade da cidade, construída por respeitáveis jornalistas a partir da década de 1890, até a implantação de mecanismos de apropriação da área pelos poderes oficiais, como os melhoramentos urbanos, a inauguração da igreja católica na década de 1910, e, por fim, com a alteração da própria denominação do local para bairro *Rio Branco*, pode-se resumir o desenvolvimento histórico da Colônia Africana, sem resistir a um horroroso trocadilho, da seguinte maneira: em direção a sua versão *Rio Branco*, é a Colônia Africana tornando-se *branca*.

É interessante, nesse sentido, ver o esforço do cônego Matias Wagner, primeiro pároco da igreja católica construída na área em 1916, em estabelecer a imagem de pessoas pacatas e trabalhadoras - embora pobres - ao seu rebanho de ovelhas brancas (observam-se

[8] Aqui deve ser considerada uma outra variante possível: a charge (se levada ao extremo a sua relação com a realidade), por ter sido feita por alguém no Rio de Janeiro, um ano antes de sua publicação, pode estar retratando a Colônia Africana do passado, essencialmente negra e conturbada, e não a que na década de 1920 queria se mostrar como o *saneado* bairro Rio Branco; veremos isso no capítulo seguinte.

poucos negros nas fotografias do seu livro),[9] contrastando com o que alardeavam alguns jornais, anos antes, sobre a Colônia Africana, em colunas que formulavam uma série de imagens negativas do lugar, como *corte do crime*, *tenebroso inferno* ou *antro de vagabundos e desordeiros*. Duas posturas diversas, mas fiéis aos seus desejos de sociedade perfeita: uma apontando para um sonho de modernidade, onde uma Colônia Africana negra estava fora de consideração, e por isso clamavam pela intervenção policial, outra mostrando como o local havia mudado sob os auspícios de Deus e do progresso. Ambas fazendo a apropriação do espaço por meio da construção de imagens e discursos que se propunham hegemônicos, em diferentes períodos, sobre o imaginário social.

Mas por enquanto tratei apenas de denominações que foram criadas ou vingaram popularmente, como no exemplo maior *Colônia Africana*. Entretanto, existe um conjunto mais rico ainda de palavras em torno da área, que podem ser consideradas também dentro do quadro de representações criadas sobre aquela área de população negra, principalmente denominações oficiais surgidas após a abolição dos escravos e a proclamação da República, sintomaticamente ligadas ao processo de implantação da modernidade urbana e da ordem burguesa, e de toda a apropriação do espaço que lhe é peculiar. Alguns nomes de ruas da Colônia Africana apontam para personagens e idéias que gravitaram em torno do abolicionismo: temos a rua Liberdade, assim como temos a rua Castro Alves. Nada mais sensato ligar àquela área negra o ideal de liberdade e o nome do preclaro poeta dos escravos - ambas as ruas aparecem após a abolição, no calor dela. Paralelo a isso, mas no mesmo sentido do abolicionismo, temos, como vimos, os nomes dos antigos proprietários de terras e de

[9] WAGNER, Matias. *Paróquia de N.S. da Piedade de Porto Alegre - 1916-1958*. Porto Alegre s/ editora, s/ data, p. 18.

escravos a nomearem algumas ruas, como lembrança da antiga posse não só da área, como possivelmente de seus moradores: bem no *miolo* do bairro a rua Mariante, mais adiante a rua Dona Laura (Mostardeiros), um pouco mais além a rua Mostardeiros.

Essas denominações representam mais do que simples palavras jogadas a esmo, pois nelas se articulam o não acaso de nomearem um território de população essencialmente negra à história da emancipação dos escravos deste país, vista, pela postura tradicional, como uma concessão dos antigos senhores, que de uma hora para outra foram humanizados pela campanha abolicionista.

A abolição foi um acontecimento que provocou o surgimento de vários nomes de ruas e praças, em sua homenagem e das pessoas nela envolvidas. Nisso, vem se juntar a outras ocasiões em que as homenagens provocaram mudanças nas denominações das ruas de Porto Alegre e das cidades brasileiras em geral. Essa apropriação imaginária do espaço urbano parece ter se iniciado ainda no Brasil Império, por ocasião da Guerra do Paraguai, quando os nomes de seus *heróis* e de suas batalhas substituíram as denominações coloniais das antigas ruas.[10] Após a abolição, a República aparece como uma verdadeira *máquina*, a fabricar novas denominações para as ruas das cidades. Se por um lado se desejava substituir rapidamente as nomes monárquicos dos logradouros, principalmente aqueles que gravitavam em torno da família real, por outro lado essa troca das denominações imperiais por *vultos* republicanos surge como uma forma de tentativa de estabelecer, junto à população, uma maior intimidade

[10] Observa-se essa substituição, no caso das ruas de Porto Alegre, no livro de CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. 2ª edição. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996, que, nesta edição em especial, traz as notas de Sérgio da Costa Franco, onde se pode vislumbrar melhor esse fenômeno: ver, por exemplo, as notas do capítulo 1.

com os personagens republicanos, com o intuito de consolidar o novo regime junto ao imaginário popular.[11]

Nota-se que quanto mais central fosse o logradouro, e quanto maior fosse a posição do antigo homenageado no panteon monárquico, maior o papel do novo personagem celebrado na proclamação da República: assim, por exemplo, a praça Dom Pedro II virou praça Marechal Deodoro.[12]

Logo, em 1896, o regulamento de nomes de ruas e praças ficaria a cargo exclusivo do intendente, centralizando - uma conveniência política - as decisões sobre as denominações dos logradouros urbanos.[13]

No mesmo ano, se estabeleceu que os homenageados deveriam ter falecido para receber tal honraria - obviamente, depois de garantidas as homenagens, em vida, aos principais chefes republicanos, nacionais e estaduais. Tal regulamento talvez tenha surgido para garantir que não houvessem erros na escolha, pois os vivos corriam o risco de desvalorizar seus *bravos* atos por outros atos posteriores menos *dignos*, como foi o caso do

[11] Essa troca nas denominações das ruas deve ser percebida no mesmo sentido da "batalha de símbolos e alegorias", visando a conquista do imaginário popular, que se seguiu à implantação do regime republicano, analisado por CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[12] A pressa com que se deram essas mudanças de nomes indica a consideração da importância destas denominações na implantação do regime republicano, e é demonstrada pelas deliberações dos vereadores de Porto Alegre, menos de um mês após a proclamação da República, na 5ª sessão, de 11/12/1889: "sob propostas dos Srs. vereadores Felicíssimo, Bibiano e Costa, resolveu a câmara substituir os nomes das seguintes praças e ruas pelas denominações que se seguem: praça Pedro II, para praça marechal Deodoro; praça e rua Conde D'Eu, para praça e rua 15 de Novembro; rua Imperatriz para rua Venâncio Aires; rua D. Isabel para rua Demétrio Ribeiro; rua Imperador para rua República; rua Imperial para Benjamin Constant." *Anais da Câmara Municipal da cidade de Porto Alegre de janeiro a dezembro de 1889*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1889, p. 39.

[13] Ato n. 3, de 11/3/1896. *Legislação municipal*, p. 5: "Art. 1° - As ruas e praças abertas por conta da municipalidade ou que lhe forem dadas pelos particulares receberão os nomes que o Intendente indicar."

próprio Deodoro da Fonseca, que teve a sua homenagem como nome de praça substituída temporariamente por ocasião do golpe efetuado por ele contra as instituições republicanas.[14]

Para demonstrar a importância que ganharam essas denominações no regime republicano, vejamos um exemplo de um episódio que diz respeito à área aqui analisada.

Em 1896, o intendente municipal João Luiz de Faria Santos fez desaparecer a duplicata nas denominações de algumas ruas da cidade, incluindo duas que faziam parte da Colônia Africana:

> Considerando que a existência de oito ruas nesta Capital tendo duas o mesmo nome, traz entre outros inconvenientes o de originar dúvidas que podem embaraçar ou perturbar as relações sociais, decreta
> Art. 1° - A rua Boa Vista, na Colônia Africana, se denominará Cabral, em comemoração a Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil; conservando o nome de Boa Vista a de igual nome no arraial de S. Miguel.
> Art. 2° - A rua Venâncio Aires, na mesma Colônia Africana, se denominará Vasco da Gama, em comemoração do descobridor da Índia, digno precursor de Cabral; conservando o nome de Venâncio Aires a de igual nome nesta cidade (...)[15]

Tal ato, aparentemente banal, gerou uma certa indignação por parte de alguns cidadãos porto-alegrenses, como testemunhou Germano Hasslocher, que escreveu um artigo sobre o impacto de tais mudanças:

> Provocou os reparos, senão as censuras da crítica indígena o fato do nosso intendente haver batizado três ruas dos subúrbios com os nomes de Camões, Pombal e Cabral. O chauvinismo não se conteve e estranhou o caso, reclamando antes para as nossas glórias a honra de uma placa que, recordando o seu nome, servisse de indicação para uma rua. Isto de se ir buscar no estrangeiro individualidades para honrá-las entre nós, pareceu à imprensa da terra um grande absurdo, e daí o seu desgosto mal justificado, se é que pode haver justificações más.[16]

[14] O ato municipal que regulou a denominação das ruas e praças determinava, entre outras coisas, que o nome das ruas e praças seria reservada à memória dos *grandes homens* e dos *fatos notáveis*, e que somente 7 anos após o fato ou a morte da personalidade viraria nome de rua: Ato n. 19, de 25/7/1896. *Legislação municipal*, p. 73-74. Em Porto Alegre, o nome da praça marechal Deodoro foi temporariamente mudado para praça Benjamin Constant, permanecendo assim, durante 1892, "enquanto não se restabeleciam as honras do proclamador da República, depois da desastrada dissolução do Congresso": FRANCO, *op. cit.*, p. 135.

[15] Ato n. 6, de 9/4/1896. *Legislação Municipal*. Porto Alegre, 1896. As outras ruas renomeadas são a Luis de Camões (no bairro Partenon) e a Marquês do Pombal (Floresta).

[16] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 13/4/1896. MCSHJC. Coluna *Dia a dia*, assinada por Germano Hasslocher

Se esses protestos mostram a presença de um certo anti-lusitanismo, comum naquele período da primeira república, o que interessa é a importância que o ato de nomear ruas aparentemente ganha junto a alguns cidadãos com voz pública, de quem Hasslocher parece zombar. Entretanto, se ele tenta mostrar a insignificância de tal discussão, os próprios comentários que tece logo após aquele trecho supracitado são, ao contrário, ainda mais reveladores da importância daquela batalha simbólica:

> Protestar contra o batismo de uma rua com o nome de Cabral teria sua razão de ser, se esse protesto fosse pela insignificância da mesma rua assim batizada. Cabral não devia dar o nome a uma rua do subúrbio, nem a uma central, nem a uma praça. Mais do que isso lhe devemos nós. (...) É cruel a injustiça da nossa conduta com o grande navegador português a ponto de estranhar-se até que se dê o seu nome a uma viela.

Há ainda, dentro das denominações de logradouros impostas pela intendência republicana, outro exemplo bastante curioso para este trabalho. Duas ruas na Colônia Africana homenageiam, respectivamente, Francisco Ferrer e Cesar Lombroso, o primeiro, um anarquista espanhol, o segundo, o famoso médico criminalista italiano, idolatrado pelas autoridades médicas da época justamente pelas suas teorias sobre o criminoso nato, que eram, de certa forma, extensivas aos negros. Talvez tenha pesado, nessa última escolha, o desejo de saneamento do local pelas autoridades municipais. [17]

E ainda, para reafirmar a importância dessa apropriação simbólica dos nomes das vias públicas, pelo menos uma dessas citadas acima teve sua denominação criticada pelo pároco da igreja da Colônia Africana, que protestou contra os homenageados de duas ruas do bairro:

> Muito estranhei e continuo a estranhar que duas belas ruas de nosso bairro [Rio Branco] tenham como patrono: uma Francisco Ferrer e a outra Giordano Bruno; pois estes estrangeiros, um era anarquista e outro um padre apóstata e herege, contaminando os incautos. E, por persistirem teimosamente nas suas doutrinas subversivas, foram executados pelas autoridades legais de seus próprios países, respectivamente: Espanha e Itália. E aqui em Porto Alegre foram e continuam homenageados como patronos de vias públicas.[18]

[17] Existe a possibilidade de que a homenagem a Francisco Ferrer tenha decorrido do desejo dos anarquistas de Porto Alegre, mas ela possivelmente foi colocada em conjunto com o segundo homenageado, Cesar Lombroso, que faleceu "na noite de 18 de outubro de 1909 (...) tomado por um mal-estar cardíaco quando soube da execução do anarquista Ferrer": DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 39.

Então, para sintetizar o que vimos, a partir das denominações gerais, que cercam a Colônia Africana - os nomes que batizaram a área e as suas ruas - é possível verificar algo que remete à exclusão e à estigmatização sofrida moradores do lugar, a partir das visões de época sobre o negro presentes nelas, bem como observar o desejo de dominação e controle sobre aquele espaço por parte da administração municipal - que nesse início é simbólico, mas logo se concretizaria no policiamento e na urbanização do local. Entretanto, esses elementos são percebidos de forma sutil, quase escondidos aos olhos do presente, conseguindo-se chegar até eles somente através da contextualização de pequenos indícios.

Mas, em matéria de fontes que nos sobraram da Colônia Africana, e de imagens e discursos nada abonadores daquele território, os dados mais importantes e explícitos não são aqueles que vimos até agora, e sim os jornais da época, ou melhor, *alguns* jornais da virada do século.

Ali, nas páginas amareladas daqueles jornais, é que vai ser possível vislumbrar as representações mais diretas sobre a Colônia Africana, a ponto de se perceber uma espécie de campanha contra ela.

Para o nosso objetivo, temos dois jornais importantes no período escolhido, no sentido que nos trazem uma avalanche de notícias - todas negativas - sobre a Colônia Africana: são eles a *Gazeta da Tarde* e a *Gazetinha*.

Não vou me aprofundar na análise desses jornais e do tipo de jornalismo que faziam, bem como das suas motivações políticas e sociais, preferindo ir direto às notícias que eles nos

[18] WAGNER, *op. cit.*, p. 24.

trazem sobre a área que aqui interessa. Mesmo porque essa análise já foi feita pelos trabalhos da historiadora Cláudia Mauch; vou me limitar a repetir as suas observações sobre esses jornais.

Quando falo em *campanha* contra a Colônia Africana, essa deve ser entendida dentro daquilo que Cláudia Mauch chama de "campanha de *saneamento moral*", as cruzadas ocorridas em jornais desse tipo que visavam denunciar os problemas - materiais, sociais e, principalmente, morais - que seus articulistas viam na cidade.[19]

Nesse *moralismo*, os dois jornais aqui escolhidos se assemelham muito, embora sejam diferentes entre si.[20]

A *Gazeta da Tarde*, que circulou entre 1895 e 1899, embora próxima à política do PRR, se mostrava bastante crítica, principalmente com relação à administração municipal, de quem constantemente cobrava esforços para o saneamento moral da cidade. Por um bom tempo esse jornal teve como diretor e principal articulista o nosso já bastante conhecido Germano Hasslocher, uma verdadeira *metralhadora discursiva*, que atirava contra vários assuntos, de questões políticas até a mínima desordem ocorrida no mais afastado dos arrabaldes, disparando contra a criadagem, os vereadores, as prostitutas, os jogadores, os vadios e os padres - em discursos anticlericais *raivosos*.

A *Gazetinha*, também dos últimos anos do século XIX, era, por outro lado, um jornal identificado como a causa operária e socialista, embora isso não queira dizer que fazia parte daquilo que se conhece como *imprensa operária*. A sua aparição aqui se dá porque ao exaltar

[19] Ver MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia... [et. al.]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 9-24.

[20] As seguintes considerações sobre esses jornais são feitas por MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/ UFRGS, 1992, p. 51-79.

a figura do *bom trabalhador*, essa folha se colocava contra os vadios, os bêbados e os criminosos em geral, aproximando-se, apesar das diferenças, do discurso da *Gazeta da Tarde*. Entretanto, podemos considerar a *Gazetinha* como um jornal mais *popular* do que aquele outro.

Então, o que caracteriza ambos os jornais é um mesmo discurso moralista sobre a cidade. Vou chamá-los aqui, apenas para agilizar o texto, sem qualquer rigor conceitual, de *imprensa moralista* ou mesmo *pequena imprensa*.

Porque o que poderíamos chamar de *grande imprensa* da época, os jornais principais da capital, estavam ou filiados a algum partido, como é o caso de *A Federação* (do PRR) e de *A Reforma* (inicialmente do Partido Liberal, depois identificado com os federalistas), ou corriam independentes de qualquer grupo político, como é o caso do *Correio do Povo*. Mas, de modo geral, todos esses jornais grandes tinham a sua atenção principal voltada para as questões políticas, estaduais e nacionais, principalmente no período conturbado do início da República, e raramente discutiam, com maior fôlego, questões minúsculas, como desordens e crimes nos arrabaldes da cidade, que caracterizava aquela *pequena imprensa*. Veremos que a Colônia Africana só é digna de uma nota maior, em um desses jornais, quando o assunto é de interesse menos popular.

Interessa verificar aqui como aqueles jornais moralistas, ao divulgarem com assiduidade notícias e artigos opinativos sobre a Colônia Africana - que neles *sempre* aparece envolvida com a criminalidade - foram responsáveis pela criação de uma espécie de consenso, junto à população da cidade, da imagem negativa daquele lugar.

Essa busca de consenso sobre determinado assunto parece ser mesmo uma característica própria do jornalismo:

> o jornal é um espaço socialmente reconhecido de criação de verdades e conceitos universais, e neste reconhecimento se baseia sua eficácia. O jornal é eficaz porque trabalha com e cria consensos, repetindo e reiterando idéias e imagens que acabam por transformar-se em pressupostos de uma época.[21]

Entretanto, isso não quer "dizer que *todos* os significados com que um jornal trabalha são comuns para *toda* a sociedade."[22]

Mas, se a opinião de tais jornais refletem apenas a visão de determinados segmentos da sociedade porto-alegrense da época, a este trabalho interessa verificar o que eles compartilham com outros setores da mesma sociedade. E esses jornais parecem dividir uma mesma opinião sobre a Colônia Africana com outras instituições e pessoas: assim, tanto aqueles jornais moralistas, como os registros policiais, passando pelos relatórios da administração pública, e chegando, por fim, ao cronista Sanhudo, parecem compartilhar um mesmo imaginário social sobre a Colônia Africana.

É possível observar uma semelhança nas visões sobre aquela área até mesmo nos termos utilizados: se aqueles jornais consideram a Colônia Africana como a *corte do crime*, as autoridades policiais a consideram como um *antro de desordeiros*, assim como uma publicação próxima à administração pública vai dizer que o lugar é habitado por *gente da pior espécie*, e por aí vai, até chegar a Sanhudo, que a classifica como uma *escabrosa região*.

Criou-se, aparentemente, uma comunidade de sentido, em que a Colônia Africana aparece como um lugar inquestionavelmente perigoso dentro da cidade, sendo que a mesma visão negativa sobre a área é compartilhada e repetida por diferentes grupos da sociedade, acabando por ser preservada pela memória.

Mas vejamos de perto o que esses jornais tem a nos dizer sobre a Colônia Africana.

[21] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 248.
[22] MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890, *op. cit.*, p. 17.

Como foi colocado antes, vista pelos jornais da época a Colônia Africana já surge como uma área *célebre*, ou, em outras palavras, estigmatizada. E um aprofundamento dessa estigmatização é visível nesses jornais.

Uma das primeiras notícias de maior tamanho que temos sobre o lugar foi escrita por Germano Hasslocher em 1895; nela, a Colônia Africana já aparece com a conformação de imagem que lhe seria comum por anos a fio, embora ali divida ainda os *louros negativos* com outra área igualmente *perigosa* da cidade:

> É raro que passe um dia sem que à polícia chegue o conhecimento de mais uma ocorrência desagradável, um atentado qualquer, tendo por teatro a nunca assaz decantada Colônia Africana. Roubos, assassinatos, estupros, facadas, tudo se dá naquele lugar maldito, valhacouto de quanto bandido há por esta cidade, refúgio de quanta baixa meretriz por aí vive. (...)
> Esta colônia não é a única em seu gênero em Porto Alegre. Tem por *pendant* a Vila Rica, outro antro de criminosos e marafonas de última espécie, teatro também de façanhas sem nome, com a sua celebridade já firmada nos anais da polícia.
> Nosso código para a vagabundagem, estabelece um remédio para corrigir os ociosos que passam os dias meditando no mal que hão de fazer à noite. O processo para ferir com o código estes perdidos é muito simples e de alçada policial. No entanto não se tem procurado ainda atingir essa gente com uma medida que venha por cabo aos atentados com que assinalam as suas existências os dois covis.
> É preciso que a inércia policial finde de uma vez. Deixar que prossigam na sua carreira para a celebridade a Colônia Africana e a Vila Rica é trazer em constante perigo os que por ali são forçados a transitar, é manter uma escola de crime.
> Que gente é essa que assim atenta impunemente contra a segurança individual? O cadastro da polícia devia consignar os nomes dos *habitués* de tais espeluncas e trazer os seus donos debaixo de vistas. Uma patrulha bem armada ali devia rondar constantemente e levar à presença das autoridades os que não explicam o seu viver, para que fossem compelidos a tomar ocupação séria.
> O código penal está em vigor com todos os seus artigos e sua ação estende-se a todos os pontos do Brasil. Enquanto a lei de vagabundagem não for revogada deve ter aplicação, pois proceder de forma contrária seria atentar contra a lei e pregar o seu desrespeito com os fatos. (...)
> Por que então tolerar a Colônia Africana e a Vila Rica?
> Não são dois desafios que aí estão à energia policial? Com pouco trabalho com toda a sua fama, todo o terror que espalham poderia acabar e as duas celebridades transformar-se em obscuras vivendas de gente pobre e morigerada. O grito é geral contra elas e eu, tornando-me eco das reclamações da opinião, peço à polícia que, de uma vez para sempre, acabe com estes dois antros que são uma vergonha.[23]

Infelizmente, não foi possível localizar ou descobrir que área era essa, chamada de *Vila Rica* na época. E ali, naquele artigo, já se nota algo que seria constante nas notícias sobre a Colônia Africana: a conclamação para a intervenção policial na área.

[23] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 10/7/1895. MCSHJC.

Mas é a partir do ano de 1896 que encontramos recorrentes menções nos jornais sobre a Colônia Africana, na sua totalidade notícias onde o lugar aparece relacionado com a criminalidade da cidade. Se a atenção das pessoas já vinha sendo chamada para aquela área, onde aparecia citada como um lugar de freqüentes abusos, um acontecimento, naquele ano, viria a dar uma ainda maior publicidade à Colônia Africana.

Na madrugada do dia 25 de janeiro de 1896 foi assassinado, na Colônia Africana, o capitão Jordão Antunes de Almeida, um oficial que seria completamente desconhecido se não tivesse participado da Revolução Federalista de 1893 ao lado das tropas comandadas pelo coronel legalista Salvador Aires Pinheiro Machado.

O crime está registrado nos autos da autoridade policial da seguinte maneira:

> O capitão Jordão Antunes d'Almeida, branco, foi morto na noite de 24 para 25 de janeiro de 1896 por ferimentos produzidos por arma de fogo quando dormia com a esposa na chácara da sua sogra, situada na Colônia Africana.[24]

O auto policial diz ainda que o crime ocorreu aparentemente por motivos passionais, segundo o que se levantou com as testemunhas arroladas: Fiel Cândido, 60 anos presumíveis, preto, casado, morador no Caminho do Meio, lavrador e jornaleiro, analfabeto, e Juvêncio Ignácio dos Santos, 36 anos, casado, morador na rua Boa Vista, carpinteiro, alfabetizado.

Já na manhã do próprio dia do crime, os jornais publicaram notícias sobre o assunto. A *Gazeta da Tarde* comunicou seus leitores em uma breve nota:

> Assassinato.
> Hoje, a 1 hora da madrugada, foi assassinado na rua Bela Vista [sic], perto da Colônia Africana, com dois tiros de revólver, o capitão Jordão Antunes de Almeida, que fez parte das forças comandadas pelo general Pinheiro Machado.
> Ignora-se quem seja o autor ou autores de tão bárbaro assassinato. O delegado de polícia da 1ª circunscrição policial providencia no sentido de descobrir os autores do crime.
> O cadáver do infeliz capitão foi recolhido ao necrotério da Santa Casa e ali autopsiado pelos Drs. Leão e Dioclecio.[25]

[24] *Registro de autos de averiguações policiais procedidas pelas autoridades da capital do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1896, códice 1, livro nº 1. AHRS.
[25] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 25/1/1896. MCSHJC.

Deve-se notar, além dos parcos dados sobre o morto, e das autoridades policiais e médicas envolvidas no caso, a consideração de que o crime ocorreu "perto da Colônia Africana", ainda não estabelecendo, nesta primeira notícia, uma relação mais direta entre o assassinato e aquela área da cidade já conhecida pelos seus delitos.

Mas essa *ponte* logo seria feita - mais precisamente cinco dias após o acontecido - pelas páginas do jornal *Gazetinha*:

> Parece incrível que no meio social em que vivemos ainda se dê quase diariamente um sem número de hediondos crimes, os quais vindo à luz, chegam a bradar o próprio céu e a trazer o desânimo, o pavor, o reboliço ao seio de nossa população.
> Parece incrível que haja em nossa raça apurada, em nossa comum familiarização e desenvolvimento, criaturas tão desnaturadas que chegam a ponto de romper os elos da humanidade matando, impiedosamente, sem temor, sem medo, sem remorso, a um seu patrício, a um seu irmão, a um seu semelhante enfim!
> Parece incrível que em Porto Alegre, na coletividade de nosso meio, na ramificação de nossa espécie e, o que é mais, ao lado das autoridades existentes, se cometam barbarismos repugnantes e só próprios de selvagens, como aquele que teve lugar em a noite de sexta para sábado.
> Queremos nos referir ao assassinato do inditoso capitão Antunes Jordão [sic], na já celebérrima e temida Colônia Africana.[26]

Narra então o acontecido, não diferindo das outras notícias. O que interessa nesse artigo é a ligação que faz entre o crime, a Colônia Africana e o *meio social* da cidade, este último considerado *pacato* mas em franco *desenvolvimento*, abalado pelos constantes crimes praticados naquela área.

Mas observemos um pouco mais o caso do assassinato do capitão Antunes.

Logo se descobriu o autor do homicídio: um tal de Avelino Pedroso de Moraes, o capataz da propriedade em que ocorreu o crime. No mesmo ano de 1896, esse homem foi condenado por tal assassinato, cuja autoria, aliás, sempre se confessou inocente. O nosso já conhecido doutor Sebastião Leão (que acompanhou o caso desde o seu início, participando,

[26] *Gazetinha*. Porto Alegre, 30/1/1896. AHPAMV.

inclusive, da autópsia feita na vítima) fala-nos de Avelino Moraes, a quem teve a oportunidade de estudar mais a fundo nas dependências da Cadeia Civil:

> Este último [Avelino Moraes] mereceu-me especial observação. Acusado do assassinato do capitão Jordão Almeida, na Colônia Africana, comecei a estudá-lo desde o início do processo. O meu distinto amigo tenente-coronel João Leite e Sr. Josino Azevedo são testemunhas das armadilhas, dos subterfúgios que empreguei para obter a sua confissão; tudo foi baldado. Condenado pelo júri, confirmada a sentença pela Relação, voltei à carga, fiz-lhe ver que estava perdido, pois que, tuberculoso como é, não resistiria à prisão; sensibilizei-o; chorou em minha presença; tudo envidei, aproveitando o momento crítico da morte de sua mãe e suas irmãs depois de sua prisão: nada obtive.
> Comprometi-me (e cumpriria a minha palavra) a obter-lhe a revisão do processo, desde que me desse um raio de luz neste processo obscuro: tudo foi em vão, sempre a mesma pertinácia - está inocente!
> E vem a pelo dizer-vos: sem acreditar muito nos protestos de inocência dos nossos criminosos, alguns existem que me parecem vítimas de erros judiciários, e porque disto estou convencido procuro estudar os respectivos processos para evidenciar o que existe de verdade.[27]

O dr. Leão, aparentemente, tinha seus motivos para acreditar na inocência de Avelino Moraes. E o *raio de luz* que ele desejava que aquele apenado esclarecesse era algo bem mais objetivo do que uma simples suposição, algo que ele imaginava e que compartilhava com os outros cidadãos - policiais, doutores e jornalistas - interessados no caso.

Havia a suspeita de que Avelino Moraes não tivesse sido o autor do crime, ou, pelo menos, que não tivesse sido o seu autor exclusivo: teria sido supostamente levado a cometer tal ato pela própria esposa do capitão assassinado, Maria Assunção de Almeida. Daí, provavelmente, a qualificação inicial do crime como passional. Tudo isso, deve-se dizer, surgiu a partir da denúncia feita em um número do *Correio do Povo* de abril de 1896.

O fato do *Correio do Povo* ter se interessado no assunto do assassinato do capitão Antunes demonstra que a curiosidade sobre tal crime já havia ultrapassado as páginas da pequena imprensa moralista - duplamente marrom aos olhos de hoje, na cor e no teor dos seus

[27] *Relatório do Dr. Sebastião Leão, médico da polícia*. Porto Alegre, 1897, p. 240-241. AHRS.

artigos - e ganho a atenção da *grande imprensa*, talvez em função do próprio *status* social da vítima.[28]

Mas continuando, acontece que descobriu-se que a tal Maria Assunção era filha da conhecidíssima e abominada Joana Eiras, uma dentre as tantas criaturas que a imprensa moralista da época vez por outra elegia como inimiga pública preferida, sobre quem recaia uma série de acusações sobre crimes e desvios morais que, se diziam algo sobre as ações daquelas pessoas, certamente essas mesmas ações eram milhares de vezes aumentadas pelas imagens *horrendas* criadas por aqueles jornais.

Entre esses jornais estava a *Gazeta da Tarde*, que transcreve e faz o seguinte comentário à denúncia do *Correio do Povo*:

> O *Correio do Povo* publicando interessantes revelações sobre o assassinato do capitão Jordão, genro da celebérrima Joana Eiras, escreve o seguinte:
> "Parece fora de dúvida que os autores do revoltante assassinato foram Maria Assunção de Almeida, *esposa da vítima*, e Avelino Pedroso de Moraes, capataz ou capanga de Joana Eiras, sogra do capitão Jordão.
> Avelino desde muito está recolhido à casa de correção, e Maria Assunção irá fazer-lhe companhia, desde que seja pronunciada pelo juiz distrital do crime."
> Sempre havia de servir para alguma coisa a *reportagem* do *Correio*; ao menos para dizer aos criminosos: fujam, porque vão ser presos!
> Diante da revelação que faz o colega, Maria Assunção vai esperar mesmo que a cadeia abra-lhe as portas. É caso também de perguntarmos porque não foi ela presa preventivamente, quando é cúmplice de um crime inafiançável.
> Se Avelino o foi, antes da pronúncia, porque não foi também Maria Assunção, não menos criminosa?
> Quanto a nós, nunca nos iludimos: a autora de tudo isso é Joana Eiras. Sua filha e Avelino foram instrumentos em suas mãos. Essa mulher devia há muito tempo estar no fundo de uma cadeia.
> Ninguém ignora nesta cidade que ela capitaneia um grupo de indivíduos suspeitos com os quais tem jogado, para envolver-se em questões domésticas, perturbando famílias, separando casais, favorecendo raptos e constituindo-se em, enfim, o terror de parte da população. Dessas explorações tirava ela os seus recursos, remunerando a sua pandilha. E essa mulher que nunca foi

[28] Se o *Correio do Povo* ainda não era o importante jornal que viria a ser, tendo sido fundado menos de um ano antes da data que aqui nos reportamos, desde o seu início se impôs como um jornal independente do partidarismo que caracterizava a imprensa da época, diferenciando-se também daquele tipo de jornalismo moralista, onde a *Gazeta da Tarde* e a *Gazetinha* surgem como exemplo. Ver *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1896. MCSHJC.

tolhida pela polícia e acaba de revelar-se no hediondo crime que praticou, transformando em assassina sua própria filha, essa, teve infelizmente tempo para fugir...[29]

Assim, através de algumas notícias, se revelam várias facetas do caso do capitão assassinado: a começar, o vitimado era genro da *famosa* Joana Eiras; depois, esta era patroa do capataz Avelino, acusado, julgado e sentenciado como autor do crime; ainda, acusa-se Joana de ter levado a própria filha ao crime; por fim, se juntarmos com as informações noticiadas anteriormente sobre o local do crime, veremos que aquela *celebérrima* mulher era também dona de uma propriedade na Colônia Africana. Aos poucos, vai se fechando a ligação entre aquele crime e as qualidades do meio em que ocorreu, na já então *criminosa* Colônia Africana, embora, por enquanto, os jornalistas estejam muito mais preocupados em fazer com que Joana Eiras apareça como uma espécie de *eminência parda* - mas também central - daquele crime.

Vimos que o artigo da *Gazeta da Tarde*, acima reproduzido, reclama da publicidade do caso, que talvez estivesse facilitando a fuga dos *verdadeiros* assassinos. E observa-se que as notícias seguintes dos jornais parecem querer forçar a interpretação de que Joana Eiras estava realmente fugindo, apesar de não estar sendo legalmente acusada de crime algum:

O *Correio do Povo* transcreve do *Taquariense*, de 25 do corrente, esta notícia:
"Esteve alguns dias nesta cidade, vinda do alto Taquari, a conhecidíssima Joana Eiras, que, segundo o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, está implicada no assassinato do capitão Jordão Antunes de Almeida, fato ocorrido naquela capital em janeiro deste ano.
Em conversa com diversas pessoas desta cidade, essa senhora declarou que deu-se sempre muito bem com o assassinado, sendo para ele não uma *sogra*, porém uma verdadeira mãe.
Joana Eiras, um filho, uma filha (menores) e uma crioula que a acompanham, seguiram quarta-feira, no vapor *Corvo*, com direção ao alto Taquari."
Joana Eiras é cúmplice de um crime monstruoso. A polícia tem nas mãos a prova dessa cumplicidade e, entretanto, vive essa mulher em contínuas excursões, passeando impunemente.
Com certeza ela anda vigiada...[30]

[29] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 13/4/1896. MCSHJC. Eram comuns os comentários feitos sobre notícias publicadas por outros jornais, que na gazeta referida acima apareciam sempre na coluna intitulada *Pelos Jornais*.
[30] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 29/4/1896. MCSHJC.

E mesmo mais adiante, quando a própria Joana Eiras se preocupa em esclarecer sua história junto ao *Correio do Povo*, a imprensa moralista não afrouxa a pressão sobre ela:

Correio do Povo. O colega publica esta notícia.
"Joana Eiras (...) já está de regresso a esta capital.
Esteve ela ontem em nosso escritório, onde nos disse serem falsas e caluniosas todas as imputações que lhe fazem como cúmplice no assassinato de seu genro, o capitão Jordão. (...)"
Santa ingenuidade! ó simplicidade humana! Que mais queria o colega que Joana Eiras dissesse?...
De admirar seria se ela confessasse a sua cumplicidade, aliás, já manifesta, incontroversível no inquérito aberto e procedido pela polícia.
Infelizmente, porém, ainda desta vez, parece que a celebérrima Joana Eiras ficará impune.
Esperemos...[31]

Mas devemos abandonar por aqui o caso do assassinato do capitão Antunes, já que uma análise mais aprofundada de tal acontecimento nos valeria várias páginas ainda dessa dissertação. É mais interessante tentar verificar o que essa história toda tem, afinal, a apresentar a este trabalho.

Para começar, é evidente a publicidade de tal assassinato - publicidade no sentido de que se tornou um fato de conhecimento e de interesse público - ainda mais envolvendo um militar e uma *criminosa célebre* como Joana Eiras.

O fato desse crime, relativamente famoso, ter ocorrido na Colônia Africana - mas que aparentemente nada tinha a ver com a população pobre e negra daquela área - fez com que se aprofundassem as imagens negativas sobre tal lugar. A ponte entre aquele crime e o meio em que se deu é estabelecida por outros artigos.

Um exemplo disso é uma notícia da *Gazetinha* que, para falar de um outro assassinato acontecido na Colônia Africana, faz referência - ainda no calor da hora - ao homicídio do capitão Antunes:

A corte do crime - assim devia chamar-se o sinistramente célebre arrabalde desta cidade e que é conhecido pela denominação de Colônia Africana.
Corte do crime, é o que é verdadeiramente a tal Colônia. Ao princípio, notabilizou-se pelas agressões noturnas que ali sucediam-se às pessoas que por lá incautamente caminhavam; depois essas agressões, que em sua origem não tinham o caráter de tentativas de assassinatos, foram

[31] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 8/5/1896. MCSHJC.

assumindo feição mais grave chegando a fazer daquele bairro um ponto de perigoso trânsito, à noite.
E, há um mês, mais ou menos, a Colônia Africana transformou-se em uma espécie de resumo da Calábria antiga!
Não há muito, deu-se ali, rodeado de circunstâncias misteriosas, o assassinato do capitão Jordão, na própria casa, no próprio leito, deste infeliz servidor da República; a polícia pôs-se em campo, abriu rigoroso inquérito, a respeito, porém em segredo... e parece, consta-nos que anteontem descobriu o criminoso.
Agora, dá-se o assassinato do português José Figueira da Costa morador da dita Colônia no prédio n. 3 da rua Venâncio Aires; circunstâncias tão misteriosas como aquelas em que deu-se aquele crime precedente, envolvem esta nova tragédia. A polícia procedeu as diligências legais e, quem sabe! talvez, mau grado, seu, para evitar a bisbilhotice da reportagem, envolvendo o inquérito respectivo no segredo de justiça envolva-o para sempre na obscuridade das coisas abandonadas.
E isto não deve acontecer; urge, sob todos os pontos de apreciação, fazer-se sentir de modo bem frisante a ação da justiça naquele bairro fatídico, antro onde se acoitem de certo criminosos tão bárbaros, quanto perspicazes, a polícia não deve descansar, seja rigorosa, intolerante porque a justiça pública não pode sob pretexto algum negligenciar quando se trata de punir assassinos e ladrões.
A dois passos da capital, ali do lado de um arrabalde concorridíssimo como é o dos Moinhos de Vento, estabeleceu-se um quartel general de bandidos ao que parece; é pois a inexorabilidade das leis imprescindível neste caso para a abolição completa daquele perigo permanente.
Outrora, mais longe da capital um arraial, como a Colônia Africana, tornou-se célebre pela série de crimes nele praticados - o arraial da Tristeza, a polícia expurgou-o de indivíduos de má nota e ele tornou-se um lugar pacífico.
Suceda pois, caso idêntico em relação a essa terrível Colônia Africana.
Policiem-na convenientemente e o resultado será satisfatório.[32]

Este artigo parece querer indicar um progressivo agravamento dos crimes cometidos na Colônia Africana, a ponto desta se transformar em uma espécie de "*Calábria antiga.*" E, igualmente a outros artigos, convida a polícia para *pacificar* tal lugar.

Esse ato de clamar pela intervenção policial sobre a área é uma constante tão recorrente como as notícias de crimes ocorridos no local:

> Diariamente vai a imprensa registrando os atentados de que é teatro a Colônia Africana, antro de vagabundos e viciosos que por ali se aglomeram, ocasionando lamentáveis conflitos.
> Ontem ainda, João Figueira, português, maior de 60 anos e que ali residia, foi assassinado por ferimento de arma de fogo, segundo verificou-se da autópsia procedida no cadáver.
> Até agora ignora-se quem fosse o autor do crime.
> É necessário que a polícia exerça toda a vigilância na referida Colônia, para reprimir os inúmeros crimes que ali se praticam.[33]

E aquela *celebridade criminosa* do lugar, já notada anteriormente, vai sendo aprofundada nas páginas desses jornais:

[32] *Gazetinha*. Porto Alegre, 1/3/1896. AHPAMV.
[33] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 27/2/1896. MSCHJC.

> Um tenebroso inferno assemelha-se a famosa Colônia Africana, antro de vagabundos e desordeiros, que por ali pintam o caneco.
> Não há dia em que não role o pau por certas tabernas ali situadas, onde se juntam os avinhados heróis do cacete e da faca.
> Agora, quem está ameaçado de ser espancado e de ver sua casa incendiada é um pobre preto velho, maior de 70 anos, de nome Lúcio Baptista.
> É o caso que tendo ele uma pequena horta e sendo esta estragada por algumas aves que nela penetram, pediu aos seus donos que as prendessem, alegando o seu prejuízo.
> Estes, que são um tal de Adão, carpinteiro e sua mulher, em resposta, ameaçaram espancá-lo e incendiar-lhe a casa. Lúcio deu parte do ocorrido à polícia.[34]

E mesmo quando os crimes nas suas proximidades, a Colônia Africana aparecia citada:

> Homicídio:
> Nas proximidades da famigerada Colônia Africana, em um casebre sito à rua Ramiro Barcelos, deu-se no domingo, às 11hs da noite, mais um assassinato.
> Chamava-se Manoel Rosa a vítima; era peão do sr. Trajano Fogaça, de S. Leopoldo, e viera a esta capital assistir uma das corridas efetuadas naquele dia e na qual tomou parte um parelheiro que estava sob meus cuidados profissionais, pois Rosa exercia o mister de preparador de cavalos para esporte.
> A origem do delito foi uma altercação, dizem que motivada por ciúmes, entre a vítima, Camilo de Tal e outros personagens de um *arrasta-pés* onde Rosa, como galanteador barato, conseguia ser mais feliz de que seus rivais.
> Após violenta troca de palavras com eles, desafiado, o preparador de parelheiros saiu da casa do bailéco e, em frente a esta, bateu (?) com o referido Camilo de Tal recebendo uma facada na região esquerda do tórax de que veio a falecer poucos minutos depois.
> Conta-se que o cadáver de Rosa foi, pelo assassino ou algum cúmplice, arrastado para uma cocheira ou pardieiro próximo, de onde no dia seguinte o ativo delegado da 1ª circunscrição judicial (...) com que removessem para o necrotério da Santa Casa afim de proceder às diligências legais necessárias em tais casos. Manoel Rosa era *pardo* e parecia ter de 30 a 35 anos de idade.[35]

Mas nem todos os crimes ocorridos na Colônia Africana, e que foram divulgados pelos jornais, têm como vítimas exclusivas os visitantes ou transeuntes desavisados que por ali passavam. Muitas notícias mostram os próprios habitantes do lugar sofrendo algum tipo de delito, o que poderia valer uma defesa desses moradores por parte dos articulistas, no sentido de mostrar como também eram prejudicados pela criminalidade da área.

Entretanto, as notícias em que os próprios moradores da Colônia Africana são vítimas de roubos, trapaças ou assassinatos geralmente não levam a nenhum discurso mais veemente

[34] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 13/7/1896. MSCHJC.
[35] *Gazetinha*. Porto Alegre, 14/1/1897. AHPAMV.

por parte dos articulistas dos jornais, algo semelhante aos comentários irados que estabeleciam uma classificação geral dos moradores do lugar como delinqüentes. Limitavam-se a relatar o ocorrido, acabando por reafirmar, assim, o fato da Colônia Africana só aparecer nos jornais quando se cometiam delitos nela. Vejamos este apanhado de artigos transcritos abaixo, todos do mesmo jornal e do mesmo ano, com intervalo de poucos meses, propositadamente colocados assim para mostrar a recorrência de notícias que envolviam a Colônia Africana:

> A presença do delegado de polícia do 2° distrito, compareceu ontem pela manhã Clemente Manoel Marinho, com ferimentos na cabeça, declarando que cruzando o Campo da Redenção, às 9 horas da noite de ontem, em direção à Colônia Africana, onde reside, sentiu-se inesperadamente agredido por 3 indivíduos que não pôde reconhecer, os quais derrubando-o a cacetadas, roubara-lhe das algibeiras um relógio de níquel e 30$000 em dinheiro.[36]

> João Dias, morador da Colônia Africana, queixou-se ao subintendente do 3° distrito, de que indo receber o aluguel de uma casa sua nesta cidade, foi espancado pelos seus inquilinos Neca e Manoel, por ter ele intimado-os a mudarem-se visto não pagarem o mesmo aluguel. Livra! com tais inquilinos.[37]

> Estanislau F. dos Santos, carpinteiro, morador da Colônia Africana, queixou-se ao subintendente do 1° distrito de que fora vítima do furto de 80$000, praticado por um indivíduo que dizendo-se encarregado do vapor *Itaituba* procurava empregados para o mesmo navio, oferecendo magníficos ordenados.
> Estanislau aceitou o emprego prometido, dizendo-lhe o indivíduo acima que precisava de 30$000 para arranjar os papéis do embarque o que lhe foi imediatamente entregue. Mais tarde, o mesmo indivíduo voltou à casa da família de Estanislau e pediu mais 50$000, dando o larápio à referida família um papel dizendo ser a nota de embarque.[38]

> O conhecido gatuno Espiridião penetrou há 3 dias em casa de José Antônio da Silva, na Colônia Africana, e furtou uma cuia com bocal e bomba de prata, um relógio desse metal e um chapéu novo, indo em seguida vender esses objetos ao proprietário de uma taverna, sita no prado Boa Vista. Antônio da Silva deu parte do ocorrido à polícia.[39]

As notícias sobre a criminalidade da Colônia Africana vão se repetindo no decorrer dos anos, avançando século XX a dentro, embora, com o tempo e com as transformações ali ocorridas, elas tendessem a desaparecer. Mas na própria década de 1910, quando se dá as

[36] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 18/2/1896. MCSHJC.
[37] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 6/4/1896. MCSHJC.
[38] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 23/6/1896. MCSHJC.
[39] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 8/7/1896. MCSHJC.

primeiras mudanças, ainda se percebe a mesma tendência em se registrar os delitos que ocorriam na área, por menores que eles fossem, como comprova esta nota, datada de 1912:

> *Prisões* - Ontem, às 3 horas da madrugada, por estarem fazendo grande algazarra, em uma casa de jogo, na Colônia Africana, foram pelo inspetor João Cândido de Almeida e mais agentes os seguintes indivíduos: Thomaz Pereira da Costa, Avelino Rosa, Crecencio Silveira Santos, Joaquim de Oliveira Nova, Henrique Castro e Otactavio Ferreira. Em poder destes foram apreendidos muitos baralhos.[40]

Mas, afinal, o que comprovam essas recorrentes notícias negativas da Colônia Africana publicadas nesses jornais? Que reflexos elas tiveram sobre a transformação concreta daquela área?

Tais notícias não teriam o mesmo interesse para este trabalho se não se pudesse observar os reflexos das imagens e discursos, que ali se encontra sobre a Colônia Africana, em outras instâncias da sociedade, inclusive em setores mais envolvidos com a manutenção da ordem urbana, como a polícia e a administração municipal.

Não estou dizendo que os representantes do Estado e de suas forças coercitivas fossem influenciados ou manipulados pelas opiniões dos articulistas daquela imprensa, mas sim que ambos compartilhavam uma noção bastante aproximada do que representava aquele território negro para a cidade. Como observa Claudia Mauch, aqueles jornais tinham como grande interlocutor o Estado, e, nesse sentido, eles surgem tanto com a intenção de produzir e controlar comportamentos, como fazendo o papel de auxiliares da instituição policial na identificação dos suspeitos.[41]

E já foi atestado acima, nos artigos daqueles jornais, a constante conclamação que se fazia para que a polícia tivesse uma atuação mais expressiva sobre a Colônia Africana. Devemos ainda lembrar as amizades que uniam jornalistas e oficiais de polícia, como atesta

[40] *O Independente*. Porto Alegre, 12/1/1912, n° 1059, p. 3. IHGRGS.
[41] MAUCH, Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890, *op. cit.*, p. 17 e 20.

aquele artigo em que Germano Hasslocher relata ter acompanhado o tenente-coronel Leite em uma ronda, reproduzido ainda na primeira parte desta dissertação.

As relações se estreitam ainda mais quando se observa, por exemplo, um delegado de polícia que, em 1908, ao registrar uma morte aparentemente natural, ocorrida naquela área "*célebre por sua criminalidade*", esses termos muito próximos dos que encontramos naqueles jornais.[42]

As atuações da polícia eram acompanhadas de perto por aquela imprensa, principalmente quando abarcavam áreas como a Colônia Africana, registrando-se até as incursões de rotina, como nessa notícia:

> Na noite de ontem, o capitão Travassos, em companhia do alferes Gervasio Antônio da Silva, comandante do 4° Posto Policial, rondou grande parte do 3° distrito, *inclusive a Colônia Africana*, encontrando tudo em completa paz.[43]

Entretanto, a ação policial sempre deixou a desejar, pelo menos para aqueles jornalistas envolvidos na campanha de saneamento da cidade, e a regra geral parece ter sido essa imprensa moralista fiscalizando e criticando aquela atuação da polícia, como nota Cláudia Mauch na sua dissertação.[44]

Mas, se as práticas policiais não harmonizaram inicialmente com os sonhos de polícia imaginada pelas autoridades públicas e por aqueles jornais, o próprio desenvolvimento da cidade e a própria racionalização do controle urbano terminaria por aumentar a pressão sobre os moradores da área.

[42] Ver os registros da Delegacia de Polícia do 3° Distrito em *Partes*. Fundo Polícia. Maço 22. 1908. AHRS. Infelizmente, esses registros policiais - que seriam de grande ajuda para este trabalho - encontram-se bastante fragmentados e dispersos, o que impossibilitou um acompanhamento da Colônia Africana neles.

[43] *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 1/4/1896. MCSHJC.

[44] MAUCH, *Ordem pública e moralidade*, *op. cit.*

Somente no final do nosso período se implantaria um policiamento ostensivo ou mesmo um posto policial naquela área.[45] Demoraria um pouco mais para que a Colônia Africana fosse o território do *temível* capitão Pascoal Parula, ainda lembrado por antigos moradores e descendentes destes, que prendia os negros desordeiros e só os liberava após cumprirem uma determinada metragem do calçamento de alguma rua da área.[46]

Mas essa história já parece apontar para as transformações que terminariam por desfigurar completamente aquela área de população negra da cidade, e que decorreriam de uma maior atenção da municipalidade sobre tal local a partir das reiteradas representações negativas aqui analisadas.

E é aquilo que se vê nos jornais, que é igualmente dito pelas autoridades públicas e policiais, que eu considero como as representações que alimentaram o processo de exclusão dos negros da Colônia Africana, que terminariam por perpetuar uma determinada imagem do local, visualizada mesmo na memorialística da cidade, quando, por exemplo, Sanhudo fala que o lugar é atualmente, "um bairro moderno e urbanizado, mas ainda até bem pouco tempo era um lugar perigoso e infestado de desordeiros."[47]

É essa constante, essa criminalidade várias vezes reiterada, que possibilita a inscrição feita aqui da Colônia Africana dentro de um imaginário social que a estigmatizou.

[45] O posto policial do bairro Rio Branco aparece somente em 1919 na relação de próprios municipais: ver *Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1920*, apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de "A Federação", 1919, p. 30-31.

[46] O capitão Parula, "responsável pela manutenção da ordem naquele bairro negro", é lembrado pelos depoimentos colhidos por MORAES, Paulo Ricardo. Colônia Africana: a história esquecida. *Zero Hora*, Caderno D, Porto Alegre, 25 jun. 1989, p. 2: segundo ele, "alguns moradores mais antigos da Colônia [Africana] lembram que a ação repressiva da polícia no bairro era grande e que neste sistema foi realizada a maioria dos calçamentos das ruas daquela região." Os antigos moradores, referidos nesta reportagem, parecem ter morado na Colônia Africana por volta da década de 1930, aparentemente já estabelecida somente na parte alta daquela área.

[47] SANHUDO, *op. cit.*, p. 114.

6. ONDE FICOU A COLÔNIA AFRICANA?

Passear pelas ruas do atual bairro Rio Branco é conhecer a cidade moderna. Por amplas avenidas circulam carros, caminhões e ônibus barulhentos, cuspidos e engolidos pelo viaduto Tiradentes, bufando impacientes por não serem tão velozes quanto sonham, detidos pelos constantes engarrafamentos dos finais de tarde. Na mesma hora, grupos de crianças e adolescentes descem dos colégios da parte alta, rumando para casa, entre alaridos e risadas, desviando dos jacarandás e cinamomos das calçadas daquelas ladeiras. Enquanto isso, vão se baixando as grades de ferro dos armazéns das esquinas, onde logo se instalam as caminhonetes de cachorro-quente, cujos donos, ansiosos pelo final do expediente nos escritórios, vão vendo fechar as lojas, os bazares, os consultórios, e tudo que é espécie de estabelecimento comercial.

Por poucas horas, então, um silêncio duvidoso se instala, incomodado apenas pela conversa e pelas gargalhadas de um grupo de amigos, reunido nas mesas instaladas nas calçadas por um bar, tilintando garrafas e copos, de onde se assiste passar o zunido apressado da motocicleta de algum tele-entrega.

Logo essa calma efêmera vai dando lugar à movimentação alegre e nervosa dos veículos potentes, com seus faróis e suas luzes coloridas, se exibindo para as filas das boates movimentadas, que, pelas portas, vão suspirando o bafo quente, o gelo seco e o bate-estaca das músicas eletrônicas, manobradas por *djs*, em pistas de dança histericamente iluminadas. E por esses bares noturnos circulam as mesmas moças e os mesmos rapazes que, de dia, correm no Parcão, que aparecem malhando, nas academias, o mesmo corpo que envenenaram durante a noite, que passeiam nos automóveis de celular grudado ao ouvido, que se alimentam em

fast-foods de eficiente rapidez, onde vão sugando a Coca Light dos copos de papelão saturados de gelo, enquanto comentam algum programa de televisão assistido no sofá da sala dos seus condomínios de classe média.

Ali, naquele mundo, é raro se pensar no passado, no *antanho*, nas coisas findas, e mesmo de onde veio todo aquele ambiente e todas aquelas coisas que saturam os sentidos. E é realmente com dificuldade que se consegue relembrar, no meio do alarido e da correria, as antigas histórias do mesmo lugar, de cem anos atrás, quando negros parrudos por ali circulavam, quando os batuques e as reviras ali varavam as noites. Como disse um antigo poeta sentimental da cidade, "decerto ninguém vai falar de pandeiros, de flautas, violões, cavaquinhos..."[1]

Onde ficou a Colônia Africana?

Essa pergunta, já velha em sua origem, tem um significado especial e extremamente atualizado para quem enxerga aquela antiga área por trás das persianas do bairro moderno de hoje, tentando entender como tudo aquilo passou, tentando buscar o que sobrou de tal lugar. E, mesmo que um atabaque - que ainda se ouve lá, na sua parte alta - tente responder aquela pergunta, é mesmo difícil, para qualquer orixá ou santo, apagar a poderosa imagem do local que a cidade moderna acabou por gravar na memória.

É conhecida a existência de outros territórios negros em Porto Alegre, antes, depois e bem depois da área analisada aqui, mas talvez nenhuma outra tenha sido tão famosa e tão

[1] FERREIRA, Athos Damasceno. Ilhota. In: *Poemas da minha cidade*. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944, p. 89.

decantada como foi a Colônia Africana em sua época, e que, por isso mesmo, quem sabe, teve que sofrer a mudança mais profunda entre todas elas.[2]

A história da transformação da Colônia Africana começa - onde devemos terminar este trabalho - por volta da década de 1910, mas herda a vontade e o sonho das pessoas que, alguns decênios antes disso, clamavam pela extinção daquele *célebre* lugar.

E se, por um bom tempo após a década de 1920, aquele lugar continuou sendo chamado de *Colônia Africana*, principalmente pelos cada vez mais velhos, acompanhando a comunidade negra que subia o morro, as transformações bem mais recentes - as largas avenidas, os altos edifícios, os bares e os centros comerciais - terminariam por asfaltar de vez todo aquele passado sob a imagem de um bairro de classe média bem estabelecida que é o Rio Branco, praticamente extinguindo a memória do lugar.

Essa transformação inicia-se, então, no início do século XX. E, como toda a epopéia tem o seu aedo, guardada as proporções, esta história também tem a sua fonte privilegiada, o seu relato específico, que nos conta *como era o lugar* a partir do passado que aqui estamos reportando.

O opúsculo escrito pelo cônego Matias Wagner sobre a vida de sua paróquia parece ser um bom ponto de entrada para entendermos aquela época, porque ele surge na Colônia Africana justamente quando essa está prestes a iniciar sua transformação, já com uma

[2] A sobrevivência ou os resquícios dos antigos territórios negros da cidade ainda hoje torna possível essa afirmação, principalmente na área e nas adjacências da antiga cidade baixa de Porto Alegre - embora todos esses lugares, de uma maneira geral, tenham sofrido com a modernização da cidade. O maior peso da Colônia Africana no imaginário de sua época é partilhado por outros historiadores: "no final do século dezenove, o mais famoso e temido território negro de Porto Alegre era a *famigerada* Colônia Africana." PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/ Porto Alegre, 1995, p. 85. Talvez a história da Colônia Africana possa ser melhor comparada, pela fama e pela transformação ocorrida, com a da *Ilhota*, essa já mais próxima no tempo; ver, sobre essa, o livro de BARBOSA, Zeli de Oliveira. *Ilhota: testemunho de uma vida*. Porto Alegre: UE, 1993.

incipiente urbanização em alguns pontos, já com um grupo de moradores católicos prestativos, já com alguns judeus estabelecendo moradias e negócios ali, mas ainda com uma população bastante pobre, em boa parte negra, em condições poucos saudáveis de vida, e, sobretudo, ainda com uma imagem bastante *denegrida*.

Firme e determinado em lutar contra a precária situação material e *espiritual* do lugar, e contra a fama degradante que pesava sobre o seu rebanho, o cônego Wagner assume, assim que chega, as rédeas das reivindicações:

> Em vista desta situação tão penosa quão alarmante, eu pessoalmente, por diversas vezes, estive na Intendência (Prefeitura) em conferência com o bondoso intendente Dr. José Montauri de Aguiar Leitão, pleiteando urgentes providências... obtendo sempre a resposta: *Não há verba*... Insistindo entretanto, nestas reivindicações tão urgentes e justas - reconheço, que alguma vez, até me tornei importuno...
> Entretanto o bom sr. Dr. Montauri, convenceu-me [sic] da justeza da reclamação, e ordenou fossem tomadas as medidas cabíveis e imediatas, confiando a direção destes melhoramentos ao sr. Henrique Pünder. Assim a nossa Colônia Africana, dentro de relativo curto prazo de tempo, foi completamente transformada em um belo e ameno recanto da nossa metrópole.
> Pessoas que, antes destes melhoramentos, se tinham retirado para outra parte, voltando agora, estaciadas perguntavam: *Onde ficou a Colônia Africana*?[3]

Vê-se, então, que a pergunta que intitula este capítulo é antiga, datando do final da década de 1910, que é o período reportado pelo cônego nesse trecho. Ali, demonstra-se a estranheza e as surpresas iniciais que causaram as mudanças efetuadas pela intendência na Colônia Africana por aquela época, sendo que o *importuno* Matias Wagner se autoproclama um importante estimulador daqueles melhoramentos. Mas, se aquele pároco está aumentando ou não a sua participação na transformação da área, é preciso acompanhar a sua história e a daquela paróquia.

Em 1889, um pequeno grupo de moradores católicos da Colônia Africana obteve a permissão do Vigário Capitular da diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul para construir

[3] WAGNER, Matias. *Paróquia de N.S. da Piedade de Porto Alegre: 1916-1958*. Porto Alegre: s/ ed., s/ d., p. 21-22. Lembrar também da descrição feita pelo cônego da situação em que encontrou a área, transcrita no final do capítulo que inicia a segunda parte desta dissertação.

uma capela, com invocação a Nossa Senhora da Piedade, sobre o terreno que havia sido doado à Igreja católica, em 1888, por Polidório Mariante, localizado na rua Boa Vista, futura rua Cabral. Em 1905, as obras da capela ainda estavam nos alicerces e, devido as condições financeiras dos católicos daquela área, só foi possível concluí-la e inaugurá-la em 1913.[4]

Três anos depois, com a criação de novas paróquias em Porto Alegre, efetuada pela provisão do arcebispo Dom João Becker, em 22 de janeiro de 1916, a agora Igreja de Nossa Senhora da Piedade necessitava de um cura, cargo para o qual foi designado Matias Wagner.[5]

No próprio dia seguinte àquela provisão, tratou-se logo de dar posse aos novos párocos, formando-se, para isso, uma comitiva, encabeçada pelo arcebispo de Porto Alegre, que se encarregaria de fazer tais empossamentos. A importância de tal ritual, misturada à ansiedade e ao nervosismo do primeiro cargo, foi aparentemente aumentada pela imaginação do jovem pároco, que seguia a comitiva impressionado com todo o aparato que o cercava, registrando, inclusive, que foi naquela ocasião em que, pela primeira vez, embarcou em um automóvel. A sua expectativa era enorme:

> A julgar pelo aparato com que eu era conduzido, imaginei-me [sic] que uma grandiosa recepção deveria estar preparada; não tanto para mim, porém, no mínimo, ao Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo e sua distinta comitiva.
> Com esta imaginação ia-me, preocupando durante o trajeto, que aliás foi curto...

E curto também foi o seu entusiasmo, frente ao que encontrou:

[4] WAGNER, *op. cit.*, p. 10-12. Em LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*. Cachoeira: 11/11/1891, p. 161 (IHGRGS), há uma versão que diverge um pouco nas datas iniciais: "num terreno doado por Polidoro José de Souza Mariante e sua mulher Dona Alexandrina de Souza Mariante, sito na rua Bôa Vista território da Freguesia de N.S. da Conceição, por Provisão do Vigário Capitular Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro de 28 de outubro de 1888 foi dada licença para irigir-se uma Capela a N.S. da Piedade, cuja pedra fundamental foi lançada no dia 10 de fevereiro de 1889, e benta pelo Cônego José Joaquim da Purificação Teixeira."

[5] Além da paróquia da Piedade, foram criadas, pela mesma provisão, as paróquias da Glória e de Teresópolis. WAGNER, *op. cit.*, p. 15.

> Mas que decepção!... À porta da igrejinha estava postado, à nossa espera, tão somente o sacristão da igreja de São Manoel, que murmurou duas ou três palavras (que eu não compreendi) e entregou a Sua Excia. Revma. a chave da igrejinha... e foi só.
> Ingressando no minúsculo templo, deparei com a presença de cerca de vinte pessoas.[6]

Terminada a pequena cerimônia, a comitiva saiu, apressada em dar posse aos outros párocos. O cônego Wagner, já empossado e com a chave da igreja da rua Cabral, entregou-se então a uma desilusão íntima, que logo se transformou em uma espécie de sentimento de martírio heróico, comum aos santos:

> Estando eu agora a sós, entregue a mim mesmo, senti de vivo a responsabilidade que começou a pesar sobre mim. Pouco faltou para desanimar de entrada, nessa desolação. Ao olhar porém, o Crucifixo sobre o altar, reagi, cobrei ânimo e abafei os sentimentos de fraqueza.[7]

Porém, logo um episódio viria dar um maior alento a esse quase desesperançado pároco:

> À tarde do mesmo dia, tive a primeira consolação: regular número de crianças chegou-se à igrejinha para me cumprimentar e conhecer; se os seus lábios não sabiam dizer os sentimentos de seus puros corações, diziam-no os seus inocentes olhinhos e alegres rostinhos...
> Juntos rezamos, cantamos e brincamos... Só à tardinha, quando o sol já se inclinava para despedir-se do dia, é que estas crianças voltavam para as suas casas para, por certo, contar ao papai e à mamãe como junto à igrejinha se tinham entretido.[8]

É até pecado imaginar uma história dessas caindo nos ouvidos de, por exemplo, uma pessoa como Germano Hasslocher - um ardoroso rival da igreja católica - que, se estivesse vivo, e se fosse informado daquela *cena angelical*, certamente iria bradar pela imprensa a impropriedade de tal aliciamento de menores feito por um padre, como tantas vezes o fez.

Mas as agruras e as esperanças enfrentadas por Wagner no seu primeiro dia de trabalho estão aqui registradas com o propósito de mostrar as restrições e as dificuldades materiais e, principalmente, *espirituais* (aqui vistas não exatamente como o cônego as enxergou, mas no sentido de um verdadeiro choque de culturas) que se colocaram, de início,

[6] *Idem*, p. 14.
[7] *Ibidem*, p. 15.
[8] *Ibidem*, p. 16.

para a implantação de um credo católico institucionalizado na Colônia Africana, que obviamente traz no seu bojo não apenas uma série de horário de missas ou rituais de batizados e casamentos, mas toda uma regularização e um controle sobre a vida paroquiana.

O relato do cônego corrobora bastante o que diz a conhecida crônica que Ary Veiga Sanhudo fez sobre a Colônia Africana, onde faz, em um trecho, a seguinte constatação:

> É um lugar que fugiu à tradição.
> Porque, enquanto a maioria dos arrabaldes, de um modo geral, desenvolveu-se ao redor do templo religioso local e invariavelmente dele tirou o nome, esse, não obstante, discrepou. E discrepou, estranhamente!
> Basta lembrar, tão somente, que a capela de Nossa Senhora da Piedade aí existe desde 1890, na antiga rua Boa Vista, atualmente rua Cabral, naquele tempo evidentemente desconhecido beco da rua Mariante.
> Talvez pela razão de que nenhuma festa particular aí se realizasse, a igrejinha foi permanecendo esquecida e nunca conseguiu absorver a escabrosa região que, mais habitada por pretos, foi ficando com o pitoresco e significativo nome de Colônia Africana.[9]

Nesse sentido, tais características da relação entre os moradores da área e a Igreja católica, mostram, antes que uma recusa dos preceitos religiosos propostos pelo cônego, muito mais a resistência daquela população em manter seus antigos referenciais culturais. Se a Colônia Africana *discrepou* ou *fugiu à tradição* do arrabalde centralizado em uma igrejinha com invocação homônima, parece que "a força dos cultos afro-brasileiros", praticados naquela área, teve um peso decisivo nessa peculiaridade local.[10]

E o testemunho do cônego Wagner, muito mais que as considerações que estão presentes nele, apontam para a presença desses cultos e para o fraco número inicial de católicos realmente fiéis. O relato que faz dos seus primeiros anos na Colônia Africana o aproxima da figura de um missionário, que se viu em uma cruzada, em uma terra esquecida pelas autoridades e por Deus, a catequizar uma *barbárie*.

[9] SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Volume 2. Porto Alegre: Editora Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 113.
[10] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992, p. 119.

De início, ao descrever as condições que encontrou a Colônia Africana, quando diz que o local estava "entregue a sua própria sorte, tanto no terreno material como espiritual", ele parece indicar a existência de um vazio religioso e cultural naquela área, interpretação, aliás, bastante comum nas considerações feitas pela mentalidade católica da época sobre outras manifestações espirituais que não fossem a apostólica romana.

Mas, se de início, ele aponta para aquele vazio, quando analisa mais de perto a situação religiosa que encontrou na área, a coisa muda de figura. Vejamos o que ele diz:

> Se a assistência, aos moradores, deste bairro, quanto ao material, era grandemente deficiente, a assistência, quanto a sua vida religiosa, era verdadeiramente lamentável.
> Ainda que os habitantes, quase na sua totalidade, se dissessem católicos, apostólicos e romanos, contudo, muitos deles, estavam apegados a crendices e toda espécie de superstições, principalmente ao espiritismo, sob suas várias modalidades; entendiam que estas coisas em nada prejudicaria a sua fé católica. (...)
> Considerando, porém melhor, esta situação deplorável não deveria causar muita estranheza, por quanto o bom povo simples, com formação deficiente, dotado de natural sentimento religioso, e não havendo quem o conduzisse pelo caminho da verdade, facilmente deixou-se desviar por doutrinas falsas, perigosas e perversas.[11]

Então, há um preenchimento daquele vazio espiritual, inicialmente observado, por uma série de *crendices* e *superstições*, sendo que, na visão do cônego, ocorreu uma absorção passiva disso tudo por aquela pobre população abandonada, por aquele *bom povo simples*. Resta saber a origem de tais *doutrinas falsas* a que se refere o vigário, e poucas linhas mais adiante do seu livro bastam para descobrirmos isso.

Em pequenos episódios narrados por Wagner, chamados por ele de *Ilustrações* - "fatos reais [que] servem para ilustrar o que ficou dito sobre a situação religiosa no bairro"[12] - surge claramente o tipo de *espiritismo* que se praticava naquela área, e, se fica explícito que ali se praticava a umbanda, nunca, nem nesta parte, nem em outro lugar do seu livro, o cônego

[11] WAGNER, *op. cit.*, p. 25.
[12] *Idem*, p. 26.

Wagner vai dizer diretamente que tais manifestações religiosas se tratavam - como dizem nossos vizinhos platinos - de *coisas de negros*.

Um daqueles episódios narrados pelo pároco mostra claramente a presença de cultos afro-brasileiros na área, a começar pelo título:

> *Pai Santo*
> Encontrei certa vez um homem que, dizendo-se muito católico, apostólico e romano, era também dono e *Pai santo* de uma casa de batuque...
> Explicando-lhe a incoerência e a incompatibilidade, o homem, sorridente, olhou-me e protestou: - Ora, seu vigário, eu sou e serei católico, mas, o senhor sabe, o meu salário não chega para o sustento dos meus e, por isso, eu tenho que ter este biscate.[13]

Essa pequena história não só revela a prática de cultos afro-brasileiros na Colônia Africana, mas também demonstra que ela está certamente sendo feita pela população negra daquela área, já que, por essa época, é rara a participação de brancos naquele tipo de culto, e quase impossível a presença desses nos quadros dos agentes religiosos dos terreiros, ainda mais como pai-de-santo.[14]

Além disso, mostra a convivência pacífica do culto de origem africana com a fé católica e outras religiosidades, em um sincretismo religioso que é o próprio cerne da umbanda, uma mistura de credos, na mesma pessoa, que o vigário prefere explicar como uma conveniência não religiosa.[15]

[13] *Ibidem*, p. 26-27.

[14] A afirmação de que os cultos afro-brasileiros nessa época eram essencialmente compostos por negros, diferente da situação que se vê na atualidade, está baseada nas considerações feitas por Ari Oro, que coloca, entre outras coisas, que no Rio Grande do Sul somente "a partir da segunda guerra mundial [é] que os brancos são vistos com certa assiduidade nos terreiros": ORO, Ari Pedro. Negros e os cultos afro-brasileiros no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 154.

[15] Sobre o sincretismo, a história geral e as diferenças entre os cultos conhecidos pela designação genérica de *religiões afro-brasileiras*, ver pelo menos dois livros: o clássico de BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: USP/Pioneira, 1971; e, específico sobre o Rio Grande do Sul, os artigos compilados em ORO, Ari Pedro (Org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. É interessante conferir também, para uma *visão de dentro*, VERARDI, Jorge. *Axés dos orixás no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Jan Dept° Editorial, 1990.

É com horror e indignação que o cônego vê essas manifestações religiosas conviverem com o seu credo, essa fé católica *de boca*, que, para ele, os seus paroquianos demonstravam ter. Essa convivência é por várias vezes referida no relato do pároco, que não conseguia entender esse desvio naquelas pessoas, nem, obviamente, suportar a idéia de um sincretismo religioso.

Vejamos uma descrição que lhe faz uma paroquiana de um desses cultos de umbanda, que o cônego registra com detalhes em seu livro:

> *Mãe Santa*
> Uma senhora, católica praticante, contou-me o seguinte caso:
> - Fui convidada por uma *mãe santa*, vizinha minha, para nos anos dela, ir a sua casa a fim de *comer um doce*. Por ser vizinha, atendi ao convite e, acompanhada de meu filho pequeno, no dia e hora determinados foi até lá. Chegando, fui conduzido a uma sala completamente desprovida de qualquer mobilha.
> Não muito após chegaram diversas outras senhoras, desconhecidas para mim, mas todas de semblante e olhar sinistros. À certa hora a *mãe santa* determinou que todas as presentes se assentassem no chão ao derredor da sala, junto às paredes...
> Em seguida ela, pessoalmente, serviu o doce, uma após outra, não por ordem; quando uma tinha terminado de comer, só então era servida a outra...
> Concluída esta parte, a *mãe santa*, fechando as portas e janelas, declarou que para a *festa* ser completa, ainda era preciso *fazer baixar o espírito*.
> Todas, de pé, ficamos na expectativa...
> A *mãe santa*, de acordo com seu *ritual*, proferiu a evocação do espírito... e nada...
> Ela estranhando o insucesso, fez segunda evocação com maior ênfase... e novamente... nada...
> Muito admirada e contrariada do insucesso, disse:
> - Alguém das presentes, por certo, tem consigo algum objeto religioso...
> Todas negaram...
> Nisso a *mãe santa*, examinando meu filho, encontrou nele uma medalha de Nossa Senhora, presa numa correntinha e enfiada no pescoço... Ela, então, vitoriosa, exclamou: Aqui está porque o espírito não pôde *baixar*, e, arrancando a correntinha com a medalha, atirou-a para fora... Pôs-se ela então novamente a fazer a evocação... Em seguida todas as demais presentes puseram-se a torcer e retorcer... a gemer e a uivar... Eu, imóvel, enojada do que presenciava, rezava o Creio em Deus Pai...
> Terminada esta cena horrível e, abertas as portas, eu, nervosa retirei-me e dizia comigo mesma: - Se a simples presença de uma medalha da Virgem tem o poder de impedir que se apresente o demônio, porque então esta gente vai atrás destas coisas de umbanda?[16]

Esse era o tipo de história que assustava o cônego Wagner, o que, entretanto, fazia com que tivesse uma maior convicção da força de sua doutrina. Em outro ponto, ele nos fala que, por várias vezes, foi alvo dos *despachos* daquela *gente de umbanda*, o que pode

[16] WAGNER, *op. cit.*, p. 28-29.

demonstrar a reação dos negros da área frente as opiniões e as investidas do vigário contra a sua religião. Mas, nesse ponto, o pároco pode estar aumentando novamente a sua importância, mesmo porque ele próprio disse que a quase totalidade dos habitantes do lugar se diziam católicos, embora praticassem a umbanda. De qualquer forma, neste trecho que vai ser reproduzido, interessa também observar a postura assumida pelo vigário, de franca hostilidade àquelas manifestações religiosas, chegando ao cúmulo da mais completa agressão ou desrespeito ao culto dos outros:

> Eu mesmo, já, por diversas vezes, fui contemplado com despachos... Sem me impressionar, examinava o seu conteúdo, recolhia o que era aproveitável e ao mais dava um chute.
> Por vezes o despacho, além de outras coisas, consistia de um galo vivo, todo ensebado, tonto, amarrado ou enfeitado de fitas multicores. O pobre animal, tão maltratado, que dava dó, eu o recolhia e, depois de algumas semanas de bom trato, completamente restabelecido e gordo, acabava numa saborosa canja. Comi eu e todos de casa e ninguém sentiu algo de anormal.[17]

Mas a resistência direta que se fazia ao padre e à sua religião (ou, mais correto, à forma como esse a entendia) está referida em outros episódios por ele narrado, que, no entanto, não fazem referência a outros tipos de cultos. Mas é possível a essas pessoas aqueles ou outros credos, já que não se mostravam interessadas no pastoreio do vigário e na sua visão de catolicismo, resistindo, assim, à sua "*farolagem*" - que significava *fanfarrice*, na linguagem mais popular, mas que também podia fazer uma alusão mais evidente às sinalizações dos faróis, como serviço de guia (no caso, espiritual).

Esse trecho mostra bem a recusa que se fazia às intromissões do cônego:

> *Farolagem dos padres*
> Durante o longo período de pároco de Nossa Senhora da Piedade, vários milhares de enfermos tenho visitado e lhes administrado o conforto da nossa santa Religião. Todos recebiam a minha visita com viva satisfação; apenas uma única pessoa rejeitou a minha presença: uma senhora dominada pelo espiritismo...
> Procurei esta enferma por minha própria iniciativa. A empregada, católica praticante, avisando à doente, esta mandou dizer-me que estranhava a minha presença em sua casa, pois que ela não tinha mandado chamar-me e, que em absoluto, nada desejava da Igreja Católica.

[17] *Idem*, p. 31-32.

> Insistindo eu que apenas desejava fazer-lhe uma visita social, sem tocar em assunto religioso, retorquiu a enferma, pela mesma empregada: que isso era nada mais do que *farolagem* dos padres; que eu me desiludisse e retirasse de sua casa...
> Vendo frustrados os meus esforços, certifiquei que voltaria a toda hora se a doente o desejasse.
> Decepcionado, retirei-me, convencendo-me mais uma vez que a prática do espiritismo é anzol de grande poder do infernal pescador.
> Quinze dias após, alguns senhores, comunicando-me o falecimento desta mesma senhora, pediram que fizesse a encomendação...
> Certificado de que a falecida tinha ficado firme na sua obstinada atitude, recomendei a estes bons senhores, por certo bem intencionados, que respeitassem a vontade da defunta e que não quisessem obrigá-la, agora morta, a uma cerimônia da religião que ela, em vida, renegou e repudiou... Que respeitassem o testamento que a falecida tinha deixado quanto a sua alma.[18]

Mas nem tudo deu errado nas investidas do pároco contra a resistência de alguns moradores, e contra as *crendices* que encontrou naquele local. A regra geral foi a de conciliação - diga-se de passagem, basicamente da parte dos habitantes do lugar - às exigências da fé católica pregada pelo cônego e à sua vontade de *tomar conta* dos seus paroquianos.

Nesse sentido, uma outra passagem parece ser bastante ilustrativa:

> *Acha de lenha*
> Uma pessoa avisou-me de uma senhora católica, gravemente enferma, prevenindo-me, porém, que o marido da mesma, não católico, já dissera: *O padre que pisar aqui, levará uma acha de lenha na cabeça...*
> Indo para atender a doente dizia eu comigo mesmo:
> - Então vou experimentar a acha de lenha deste homem...
> - Chegando à casa dele, deparei realmente com um grande monte de achas de lenha...
> Bati à porta, que, imediatamente foi aberta pelo *tal*...
> O homem surpreso, deu um passo para trás, tornou-se afável e disse: *Entre sr. vigário,... por certo vem atender minha senhora doente... atenda conforme achar necessário...* e conduziu-me ao quarto da doente... ele voltou para a sala.
> Ao retirar-me palestrei afavelmente com este senhor ainda por alguns momentos, tornando-nos amigos sinceros...
> Indo de volta para a igreja, pensei com meus botões:
> - Que acha de lenha mais suave...

Esse trecho, onde o vigário se gaba de uma vitória cotidiana, é exemplar porque simboliza, de certa forma, o triunfo final dos esforços do cônego em catequizar a Colônia Africana. Mas simboliza apenas aquela realização pessoal, porque a transformação do local não se deve aos esforços do pároco, nem, provavelmente, a uma vitória sua sobre os cultos

[18] *Ibidem*, p. 27-28.

afro-brasileiros, mas sim à própria descaracterização da área como território negro. E é isso que fez com que o cônego pudesse, posteriormente, sentir as agruras do seu dia-a-dia espiritual na paróquia como apenas uma *acha de lenha suave*.

O livro do primeiro pároco da Igreja de Nossa Senhora da Piedade já seria de extrema utilidade para este trabalho se trouxesse apenas esses testemunhos sobre a presença de cultos afro-brasileiros naquela área. Contudo, há algo bem mais complexo, sobre a história da Colônia Africana, presente naquelas páginas.

(Pode-se observar que eu procuro tirar o máximo de proveito do opúsculo do vigário, tentando espremer o máximo de *suco* que ele pode nos dar. Entretanto, para o que nos interessa - e reafirmando a imagem da frase anterior - apenas *descascamos*, até o momento, o seu relato).

Porque o interesse mais profundo deste trabalho está no próprio livro de Matias Wagner, no livro em si, no que ele representa, e não só pelo que ele mostra. Diria ainda que o interesse aqui deve recair justamente sobre o que ele *não* mostra. Como falar da Colônia Africana, cuja composição étnica era evidenciada até mesmo pelo nome, sem, em momento algum, mostrar ou citar explicitamente a população negra que havia naquela área?

Como já foi comentado, naquele livro, *nunca* (!), em parte alguma daquele relato, aparecem citadas quaisquer palavras que façam referência direta à cor daquela população: nada de *negro*, nem *preto*, nem *pardo*, nem *mulato*, muito menos *africano*. No entanto, como vimos, seu testemunho está recheado de *mães* e *pais santos*, de casas de *batuque* e *umbanda*, e de *despachos* que ele viu e entendeu como se fossem a ele endereçados.

As fotografias reproduzidas no livro - que é fartamente ilustrado - apenas confirmam o texto. Mas, já naquela época, as fotografias tinham, como sempre tiveram, uma possibilidade

de uso que elas têm mesmo hoje: retratar apenas o que se *quer mostrar*. E ali, naquelas ilustrações de pessoas, grupos, paisagens e prédios, é raríssimo ver uma pessoa que possa ser considerada negra.

Um exemplo disso são as fotografias que retratam as alunas do Colégio Nossa Senhora da Piedade, em 1922: nelas aparecem, no máximo, umas três meninas negras ou pardas, em um grupo de dezenas de colegiais.

Não que o opúsculo do cônego seja uma obra que exalte o *branqueamento* daquele lugar - na verdade, celebra os *progressos* da sua paróquia. Nem que ali se dê, estritamente, aquilo que os historiadores tem chamado de *o silêncio da cor*, a estratégia dos registros oficiais republicanos em não distinguir a cor da pele, nos anos posteriores à abolição, procurando assim ocultar as marcas da escravidão e a própria presença negra na população - embora isso esteja mais próximo do que eu vou considerar adiante. Nem é o caso de se alegar que, aos olhos do pároco, todas as suas ovelhas eram *brancas* - o que já seria, em si, uma forma de mascarar a realidade, senão outra coisa.

Não. O que acontece ali é, ao mesmo tempo, mais sutil e mais grave que tudo isso. Sabemos da existência de uma população negra naquela área e naquela época, seja através de outras fontes, seja pela própria leitura atenta do relato do cônego; entretanto, os negros simplesmente *não aparecem* naquele livro.

Essa invisibilidade provavelmente deve muito ao que está acontecendo na época em que se situa tal relato, quando se inicia um processo de transformação da Colônia Africana visando principalmente acabar com a antiga imagem negativa que pesava sobre o local e os seus moradores. Nesse sentido, é importante salientar o envolvimento do pároco com essa

campanha, sendo que, como vimos, ele próprio registra a sua preocupação, desde o início, em acabar com a "*degradante fama*" que existia sobre aquela área e população.

E a busca por uma nova imagem representou uma transformação radical nas antigas características do lugar, implicando na total reformulação da sua população, da sua aparência física e, inclusive, da sua denominação.

A designação de bairro *Rio Branco* para aquela área teve origem provavelmente por volta de 1912, por ocasião da comoção nacional que se seguiu à morte de José Maria da Silva Paranhos Filho, mais conhecido como Barão do Rio Branco.

Já em 1915, o jornal católico *Actualidade* publica uma notícia sobre a inauguração do Colégio de N. S. da Piedade, já considerando que esse se localizava "no bairro Rio Branco (Colônia Africana)."[19]

E essa inscrição vai aparecer em praticamente todas as referências sobre a área feitas a partir dessa data, tendo logo se estabelecido uma pequena variação, com a inclusão do prefixo *ex*, indicando que a denominação anterior havia sido substituída: *bairro Rio Branco (ex-Colônia Africana)*. É essa fórmula que vai valer a partir de então, até que a designação *Colônia Africana* suma para sempre dos registros municipais e, posteriormente, da conversa e da memória dos porto-alegrenses em geral.

O historiador Sérgio da Costa Franco fala em uma "censura social" sobre o antigo nome, visando extinguir a imagem negativa que o cercava.[20]

[19] *Actualidade*. Porto Alegre, 17/4/1915, n. 5, p. 2. IHGRGS.

[20] O historiador comenta um trecho do relatório de 1918 do intendente Montaury (que aqui será logo reproduzido), onde fala do "bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana)". Segundo Franco, isso "dá a entender que a primitiva denominação já estivesse sob censura social, tendente a melhorar sua antiga imagem." FRANCO, *op. cit.*, p. 118.

Mas, se a troca da denominação é um forte indício de que se estava tentando estabelecer uma nova representação do lugar sobre o imaginário social, ela não deve ser vista aqui como uma manifestação em si - não só como uma vontade súbita de algum morador, cansado dos comentários ou ironias que ouvia quando tinha que declarar domicílio - mas sim como um *sintoma* de que algo mais estava ocorrendo. E esse algo mais era a própria transformação material do lugar.

Em 1918, o intendente José Montaury dizia ao Conselho Municipal:

> Grandes foram os melhoramentos executados no bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana) e que vieram dar as ruas que as receberam um aspecto agradável com a retificação dos seus alinhamentos, modificação de seus perfis, facilitando-lhe o trânsito, colocação de cordões, construção de calhas e de passeios.
> Ainda restam algumas ruas, que precisam de idênticos trabalhos e que já foram iniciados.
> Muito concorreram para a rápida transformação desse bairro a boa vontade dos seus proprietários e os esforços do condutor encarregado dos respectivos trabalhos, procurando e conseguindo despertar o interesse por esses melhoramentos.[21]

Um ano depois, em 1919, o entusiasmo sobre as transformações do local era ainda o mesmo, o que demonstra, de certa forma, o novo e crescente interesse da administração municipal sobre aquela área:

> Com os trabalhos que continuaram a serem executados no bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana), os quais datam do vosso período administrativo, outro aspecto bem diferente de outrora apresenta essa aprazível localidade, com os seus novos alinhamentos e nivelamentos, cordões, calhas e passeios de suas ruas.[22]

Essas considerações parecem dar crédito e muitos pontos àquela versão do *importuno* cônego Matias Wagner de que, por seu intermédio e pressão pessoal junto ao "bom sr. Dr. Montaury", conseguiu que a Intendência fizesse uma série de melhoramentos urbanos na área, ao ponto de torná-la irreconhecível.

[21] *Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1919*, apresentado ao Conselho Municipal de Porto Alegre pelo intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1918. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de "A Federação", 1919, p. 5

[22] *Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1920*, apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de "A Federação", 1919, p. 6.

Entretanto, isso não quer dizer que as mudanças se devam exclusivamente à atuação particular daquele vigário, antes pelo contrário: elas só foram possíveis porque já existia uma população que já se achava bastante forte e com o direito de exigir mudanças da administração municipal, sendo que o cônego teve, provavelmente, um papel imprescindível como um porta-voz privilegiado e insistente das reivindicações daqueles moradores junto à Intendência.

Mesmo porque as mudanças iniciaram um pouco antes da chegada do vigário àquela paróquia, em 1916. As primeiras referências que temos do local sendo chamado como *bairro Rio Branco*, cabe lembrar, datam de 1915. E as modificações urbanas são um pouco anteriores.

Entre 1906 e 1907, a Castro Alves já aparece entre as ruas que receberam melhoramentos materiais. A mesma rua tem o seu leito regularizado com cascalho em 1909 e 1911, neste último ano juntamente com a Casemiro de Abreu (ambas, de longe, sempre as ruas mais populosas daquela área).[23]

Em 1911 a Colônia Africana aparece entre as áreas que receberam iluminação elétrica.[24] Um ano depois, em 1912, a Liberdade e a Vasco da Gama aparecem na lista das "ruas afastadas do centro" em que se previa a construção de uma rede de esgotos.[25]

E várias vezes depois aparecem, nos relatórios do intendente, as ruas da Colônia Africana recebendo algum tipo de melhoria.[26] A novidade mais importante teria sido a

[23] Ver, respectivamente, os *Relatórios e projetos de orçamento* para os anos de 1908 (p. 26), 1910 (p. 28) e 1912 (p. 39).
[24] *Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1912*, *op. cit.*, p. 66.
[25] *Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1913*, apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1912. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas de "A Federação", 1912, p. 99.
[26] Ver os *Relatórios e projetos de orçamento* para os anos de 1917 (p. 65 e 79), 1919 (p. 35 e 47), 1920 (p. 5 e 42-43) e 1921 (p. 41, 43 e 44).

construção de uma hidráulica sobre um enorme terreno entre as ruas Dona Laura e Cabral, na parte alta daquela área, que não saiu do papel.[27]

Já a parte baixa da Colônia Africana aparece como uma das áreas visadas pelo *Plano Geral de Melhoramentos* de João Moreira Maciel, de 1914:

> Comunicamos a rua Henrique Dias com a rua Cabral, e prolongamos a rua Francisco Lombroso [sic].
> Por fim, cortamos o ângulo da rua Castro Alves e Esperança, atualmente obstruído por construções de pouca monta. [28]

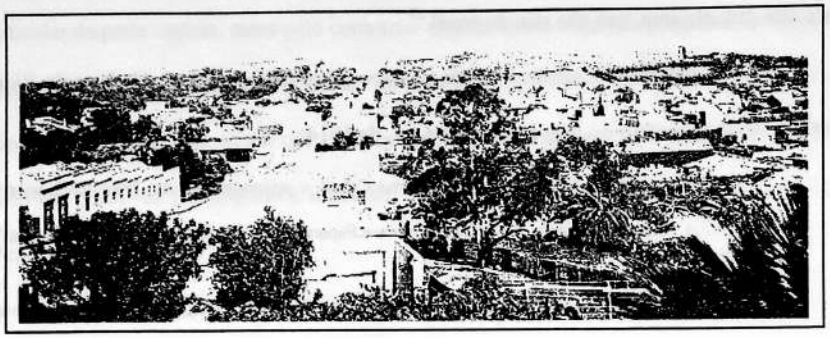
É interessante observar a visão que tem do local um interventor do espaço como Maciel, que considera os casebres da Colônia Africana ("construções de pouca monta") apenas como estorvos a obstruírem a cidade de seu sonho.

Por volta desses anos, a Colônia Africana também surge como área de atividade da Cia. Territorial Riograndense, uma das empresas de loteamentos que atuavam nos subúrbios de Porto Alegre.[29]

Assim, a Colônia Africana vai sendo urbanizada e descaracterizada como área essencialmente negra, até se transformar no bairro *saneado* que se vê em 1922.

[27] Ver os *Relatórios e projetos de orçamento* para os anos de 1908 (p. 42), 1909 (p. 39) e 1913 (p. 89); no para 1920, o terreno da hidráulica aparece pela primeira vez na relação de próprios municipais.
[28] MACIEL, João Moreira. *Relatório do projeto de melhoramentos e orçamentos apresentados ao Intendente Municipal Dr. José Montaury de Aguiar Leitão*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1914, p. 7. É preciso lembrar que as alterações, que no texto aparecem no passado (*comunicamos*, *prolongamos*, *cortamos*) dizem respeito as intenções que aparecem no Plano Geral de Melhoramentos, não necessariamente postas em prática. Em um resumo que faz de seu plano, comenta outra alteração dentro da Colônia Africana: "a rua Vasco da Gama, que será alargada na quadra entre as ruas Esperança e Ramiro Barcelos." MACIEL, João Moreira. Melhoramentos de Porto Alegre. In: *Egatea*. vol. I, nº 3, nov.-dez. de 1914, p. 127.
[29] Citado por BARCELOS, Adair. *O governo José Montaury e a modernização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 1995, p. 127.

FIGURA 8



"O populoso bairro *Rio Branco*, antiga *Colônia Africana*, situado entre o Caminho do Meio e os Moinhos de Vento" - 1922

Fonte: COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo do Estado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1922, p. 242.

Mas, como foi dito, a transformação da agora *ex-Colônia Africana* em bairro Rio Branco ocorreu em função do aparecimento de uma população no mínimo mais heterogênea do que aquela que encontramos na área até, mais ou menos, a primeira década do século XX. A presença de uma população branca na Colônia Africana já foi anteriormente atestada, mas essa possuía uma condição de vida bem próxima daquela dos moradores negros. Já essa que, na década de 1910, começa a entrar na área a partir da sua parte baixa, era uma população branca em bem melhor situação financeira.

Esse fenômeno é demonstrado, por exemplo, por uma planta para a construção, datada de 1914, de uma casa de negócio e moradia, na rua Giordano Bruno, para o sr. Bernardo Ruffini, que assina uma nota declarando que, para os devidos efeitos, aquela edificação - uma

ampla casa com o frontão neoclássico característico das melhores habitações da época - respeitaria o código sobre construções.[30]

Nesse mesmo sentido, temos uma outra planta, de 1911, mostrando um grande retângulo, formado pelas ruas Cabral, Esperança, Ramiro Barcelos e Caminho do Meio, onde a firma Bartel & Zwick Engenheiros edificaria casas nas propriedades dos senhores Gaspar José Cortese e José Pilla.[31]

Mas nenhuma outra etnia - tirando a negra, obviamente - presente na Colônia Africana é mais importante e mais bem documentada do que a dos judeus, que apareceram por ali também na década de 1910. Em geral comerciantes, fixaram moradia e negócios no local, transformando a parte baixa daquela área em uma espécie de continuação do bairro Bom Fim, o seu reduto mais tradicional (ver ANEXO 7, p. 212).

O conhecido livreiro Maurício Rosenblat, por exemplo, relata que morou na Colônia Africana a partir de 1917, onde o "padrasto tinha um armazém na Mariante esquina com Caminho do Meio."[32]

E a presença judaica na área é interessante também pelo imaginário específico que criou sobre a Colônia Africana. A começar pela sua consideração geográfica, que difere daquela visão que considera o território negro apenas na parte alta daquela região: a Colônia Africana é vista pelos judeus como sendo também a área por eles ocupada, ou seja, a sua parte baixa, "da Ramiro até a Mariante."[33] Mesmo na literatura esse imaginário é perceptível.

---

[30] "Planta para a construção de uma casa de negócio e moradia sita rua Jordano Bruno esquina ao Caminho do Meio para o sr. Bernardo Ruffini. Porto Alegre, 6 de junho de 1914." AHPAMV. Mapoteca nº 2.
[31] "Planta da propriedade dos senhores Gaspar João Cortese e José Pilla. Porto Alegre, 11 de agosto de 1911." AHPAMV. Estante 07, nº 19.1.
[32] EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre / Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 150.
[33] EIZIRIK, *op. cit.*, p. 141.

Moacyr Scliar, escritor porto-alegrense de origem judaica, no seu livro *A guerra no Bom Fim* - onde retrata aquele reduto judeu da cidade na década de 1940 - faz várias referências à Colônia Africana. A área negra surge na sua ficção como uma nação vizinha ao Bom Fim, quando considera aquele bairro israelita como um pequeno país que se limita "ao oeste com a Colônia Africana."[34]

Esse imaginário demonstra uma variação na percepção da imagem do mesmo local, de acordo com a experiência de cada grupo: para os judeus, a Colônia Africana era uma área vizinha mas integrada a sua comunidade, uma continuação do seu mais antigo reduto na cidade, o bairro Bom Fim; para outros porto-alegrenses, a partir da década de 1920, a Colônia Africana era a parte alta, aquele morro de onde os negros desciam *para farrear*.

Percebe-se que a tendência foi considerar a Colônia Africana cada vez mais *morro acima* com o passar do tempo. A hipótese que eu tenho considerado aqui desde o início é que os negros da antiga Colônia Africana foram sendo expulsos para as parte alta até chegarem na área seguinte, chamada de *Mont Serrat*.

É preciso vislumbrar como se deu essa expulsão. Certamente, a própria celebridade negativa que o lugar obteve frente à opinião pública porto-alegrense terminou por valer uma atenção mais acurada da administração municipal, o que fez com que se tornassem mais constantes e freqüentes ali as investidas da polícia e, na medida em que essa última foi sendo melhor estruturada, fez com que aqueles indivíduos mais visados fossem buscar moradia em zonas menos concorridas ou procuradas.

[34] SCLIAR, Moacyr. A guerra no Bom Fim. In: *Porto Alegre ontem e hoje*. Porto Alegre: Movimento, 1971, p. 60.

Mas essa expulsão não deve ser entendida só como algo que foi feito de modo brusco ou sob coerção direta, e sim como fruto da própria modernidade excludente que analisamos aqui: pela própria expansão da cidade e por um processo constante de privatização do solo e de racionalização do regime de propriedade urbana (com suas exigências sanitárias e seus códigos de construções), que implicou em um maior investimento local por parte da municipalidade, forçado, em parte, pelos interesses dos novos moradores e proprietários, que, por conseguinte, implicou em aumento de impostos, o que acabaria por valorizar a área e torná-la impossível para os moradores e as moradias mais populares, que foram obrigados - ou optaram, dada a situação - a se mudarem dali.

É essa *migração* que se percebe nas fontes mais recentes. E a sua percepção é tributária de um outro trecho da crônica que Ary Veiga Sanhudo escreveu sobre a Colônia Africana, onde descreve o bairro já *saneado*, mas recebendo cotidianamente uma *horda* vinda pelo morro diretamente do Mont Serrat:

> Atualmente [o Rio Branco] é um bairro moderno e urbanizado, mas ainda até bem pouco tempo era um lugar perigoso e infestado de desordeiros.
> Eu o conheci no tempo dos largos valos e das vicejantes macegas. Era um lugar de meter medo! De dia, muito pouca gente se atrevia a percorrer essa urbanizada rua Liberdade, porque, de noite, a região era domínio indiscutido da alta malandragem que vinha da bacia do Mont Serrat, do outro lado, e sitiava a praça para melhor farrear. E quem ia lá? [35]

Essa ligação entre a antiga Colônia Africana e o Mont Serrat é melhor percebida por uma publicação de 1922, um álbum *de luxo*, feito pela Livraria do Globo, fartamente ilustrado, que mostra a situação geral do Rio Grande do Sul e do desenvolvimento de cada um dos municípios do Estado. Na parte em que é retratada a capital, em meio as fotografias dos representantes da *fina-flor* da sociedade porto-alegrense e dos ambientes modernos e pitorescos da cidade, aparece o seguinte comentário:

[35] SANHUDO, *op. cit.*, p. 113-114.

> O bairro Rio Branco, antes denominado *Colônia Africana*, habitado por gente da pior espécie, transformou-se completamente. Formou-se o bairro Monte Serrat, local que há poucos anos era mato.[36]

Esse trecho tem o mérito de captar o momento exato em que se transforma a Colônia Africana e em que surge o Mont Serrat, fazendo pensar em uma ligação quase *umbilical* entre as mudanças ocorridas na primeira e o nascimento do bairro vizinho, ligação que antes era apenas referida, de modo incerto, pela crônica de Sanhudo.

E aquela ligação é muito mais forte do que uma simples coincidência de datas, do sumiço de uma área e do aparecimento de outra, porque há uma evidente presença negra no bairro Mont Serrat, inclusive nos dias de hoje.[37]

Assim, existem alguns indícios importantes que ligam os negros da antiga Colônia Africana com aquela população do Mont Serrat, indicando uma possível subida do morro por parte dos antigos moradores daquela área. E quando digo que a Colônia Africana *subiu o morro*, é porque algumas fontes mais recentes, inversamente, falam de negros *descendo* daquela parte alta e vindo para a cidade. Um artigo do *Correio do Povo*, datado de 27/01/1940, fala que notava-se a proximidade do carnaval porque "os morenos desceram o morro, desembocaram da *Colônia Africana*" para pedir dinheiro, no centro da cidade, para as suas folias.[38]

[36] COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo do Estado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1922, p. 211.

[37] Um trabalho interessante, que observa uma casa de batuque no atual bairro Mont Serrat, é o texto de PÓLVORA, Jacqueline Britto. Na encruzilhada: impressões da socialidade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre/RS. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 159-175. Na página 164, coloca que "atualmente, o Mont Serrat, bem como os arredores que compunham a Colônia Africana, é um misto de populações divididas entre carros importados e casas velhas de madeira, comidas por cupins"; na página seguinte, diz que "o Mont Serrat passa a ser território importante para os batuqueiros quando estes se referem ao bairro *como lugar de batuqueiro forte*, uma menção às antigas casas de Religião que por lá existiram."

[38] Citado em PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. *Carnavais de Porto Alegre*. Textos de Flávio Krawczyk, Iris Germano e Zita Possamai. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 26. Este mesmo livro, várias vezes, mostra a Colônia Africana sendo considerada, por depoimentos colhidos, como um dos lugares importantes para o carnaval da cidade.

Mas, aos poucos, mesmo essas referências sobre a Colônia Africana foram sumindo. Na década de 1950, o termo *Colônia Africana* ainda é lembrado, mas, aparentemente, já se observa que o seu antigo significado vai sendo esvaziado. O exemplo mais impressionante é uma série de notícias, que ocupam algumas páginas dos jornais em 1954 (principalmente no *Correio do Povo* do mês de junho daquele ano), sobre um xadrez de menores existente, nessa época, na rua Casemiro de Abreu, que era chamado de *Colônia Africana*.[39]

Se a denominação foi sobrevivendo por algumas décadas após o primeiro impacto de urbanização testemunhado pelo cônego Wagner, com o tempo, parece que o nome e a imagem do bairro Rio Branco foi lhe substituindo e se consolidando na cabeça das pessoas - mesmo porque, com a profunda transformação sofrida pelo lugar nesses anos todos, aquele antigo nome já não tinha mais razão de existir.

Assim, a Colônia Africana foi sendo esquecida pela grande maioria da população da cidade, que foi morrendo e nascendo vendo aquele lugar ser moldado por avenidas, viadutos e arranha-céus, enquanto as antigas lembranças eram guardadas nas casas de batuque.

Por fim, para que não fique em branco, deve-se responder aquela questão formulada no início do século e do capítulo, quando se perguntou *onde ficou a Colônia Africana*: foi sendo expulsa para a periferia - da cidade e da história.

[39] As notícias dos jornais parecem indicar uma confusão entre o nome do lugar e a denominação de tal xadrez de menores, que herdou a antiga denominação da área; esses artigos são citados e alisados por ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Colônia Africana: vergonha de uma cidade - miséria, abandono e exclusão no universo dos rejeitados de Porto Alegre na década de 50*. Porto Nacional: UNITINS, 1997 (mimeo). Tal texto, que me causou enorme surpresa em um simpósio em Belo Horizonte (ANPUH/97) pela peculiaridade da abordagem, revelou-se uma interessante contribuição para a minha dissertação, principalmente porque trabalha com a mesma área em um período tão próximo, não abarcado pela minha pesquisa. A autora - que gentilmente me cedeu uma cópia do texto - é gaúcha, e lecionava, na época, na Universidade de Tocantins.

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

CONCLUSÃO

Procurou-se verificar aqui a história da Colônia Africana, ou parte desta, através da análise da modernidade urbana, que no período aqui trabalhado - 1890-1920 - se esboçava na cidade de Porto Alegre.

Para essa verificação, foi necessário dividir a dissertação em duas partes: na primeira, procurou-se discutir, contextualizar e mostrar a lógica da modernidade excludente; na segunda, observou-se os reflexos dessa modernidade sobre a Colônia Africana.

No confronto das duas partes, verificou-se a criação de representações sobre os negros e sobre a área que habitavam, que acabaram por vingar no imaginário social, através de uma série de imagens e discursos, que alimentariam as práticas de exclusão e expulsão dos moradores da Colônia Africana cada vez mais para a periferia da cidade.

A história da Colônia Africana, vista pela ótica da modernidade urbana, é então uma história da exclusão da população negra na sociedade brasileira, um capítulo da discriminação sofrida por essa população durante o tempo. Nesse sentido, deve-se observar como, no período aqui analisado, se rearticulam as antigas imagens e práticas de exclusão social do negro, provindas do tempo da escravidão, a partir da sua renovação feita durante a implantação da ordem burguesa nas cidades.

Obviamente, um maior aprofundamento da história da Colônia Africana é possível, na medida em que aqui se analisou apenas uma parte dela, optando-se em deixar para outra oportunidade um estudo que observe mais de perto a situação daqueles moradores negros após a década de 1920, já século XX adentro.

Certamente, uma análise mais atenta desse período recente da história daquela área negra mostraria o desenvolvimento, até as últimas conseqüências, das forças excludentes engendradas entre 1890 e 1920. As notícias e os depoimentos de antigos moradores, colhidos por Paulo Ricardo Moraes, por exemplo, possibilitam fazer essa afirmação.

Isso torna também mais próxima de nós a Colônia Africana, ainda mais quando se observa que aqueles mesmos mecanismos de exclusão ainda estão presentes, hoje em dia, na nossa sociedade.

Entretanto, se a Colônia Africana desapareceu do mapa da cidade, do mesmo modo aquele *centro civilizado* da virada do século - aqui tratado como o contraponto burguês daquela área negra - terminaria por fenecer no processo de metropolização da cidade, sofrendo os mesmos prejuízos proporcionados pelo tido de modernidade urbana que aqui se instalou, e que torna cada vez mais impossível uma vida saudável dentro das cidades por ela construídas.

E é até irônico, depois desse trabalho, perceber o abandono que sofreu o centro da cidade no nosso final de século, o que, de certa forma, chama a atenção para os reflexos finais do processo de exclusão engendrado pela modernidade urbana, que, aparentemente, ao tentar separar aquele centro para o desfrute das camadas aburguesadas da sociedade, acabou por esvaziá-lo de qualquer significado.

Algo que me faz lembrar o refrão de uma música de um certo grupo dos nossos dias, que diz o seguinte: "não espere nada do centro, se a periferia está morta..."

ANEXO 1 - A modernidade urbana na Rua da Praia, antes e depois da República.



Rua da Praia na década de 1880

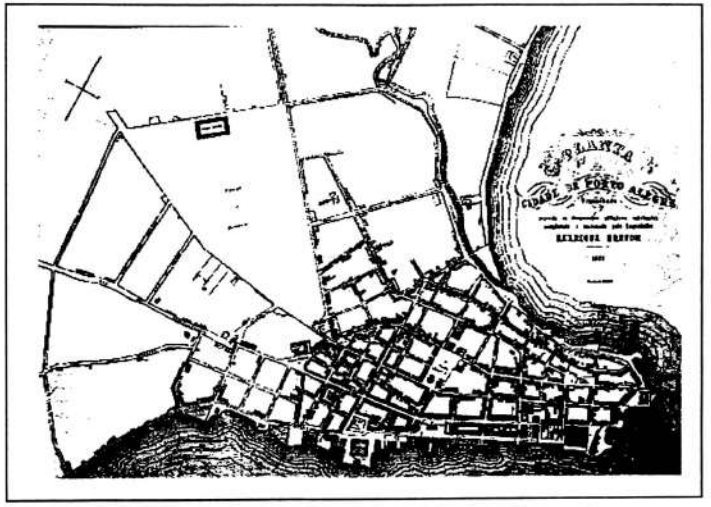


Rua da Praia no final do século XIX

Perceber a convivência do novo e do antigo (trilhos de bondes e postes de telégrafos com a irregularidade do calçamento e os sobrados coloniais) nesta última fotografia, comparando com a fotografia da mesma rua, uma década antes.

Fonte: OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Ed. Norma, 1985, p. 109 e 140.

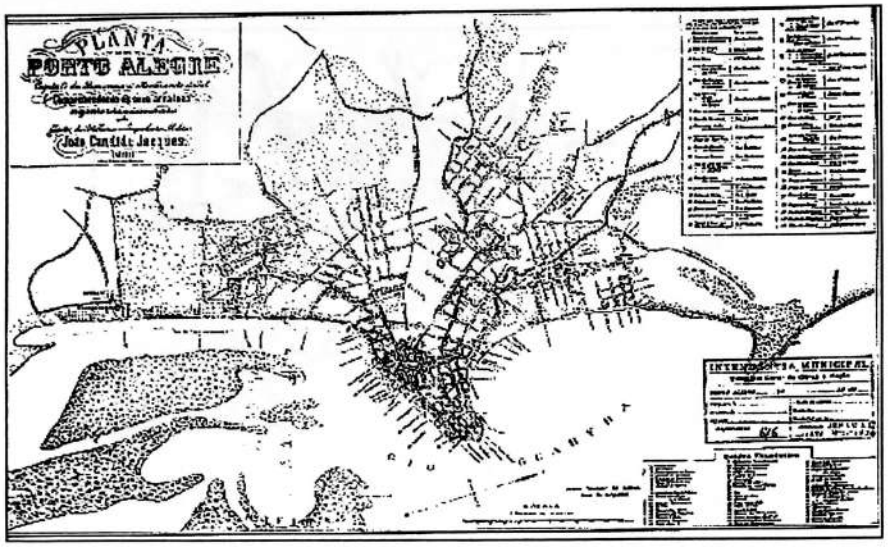
ANEXO 2 - Mapa de Porto Alegre anterior a 1888



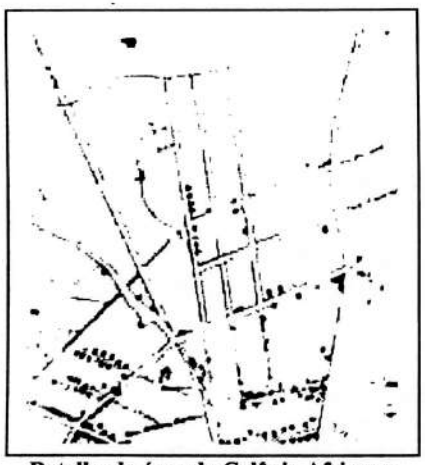
Planta de Porto Alegre, por Henrique Breton - 1881

Fonte: SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, anexo 3.

ANEXO 3 - Mapa de Porto Alegre de João Candido Jacques, de 1888



Mapa de Porto Alegre de 1888,
organizado e desenhado por João Cândido Jacques.



Detalhe da área da Colônia Africana
no mapa de João Cândido Jacques, de 1888.

Fonte: JACQUES, João Cândido. *Planta de Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul, compreendendo os seus arraiais*. AHPAMV (Mapoteca 07, gav. 02, amarela 16).

ANEXO 4 - Dados sobre os cortiços registrados nos três distritos urbanos de Porto Alegre (1906-1914)

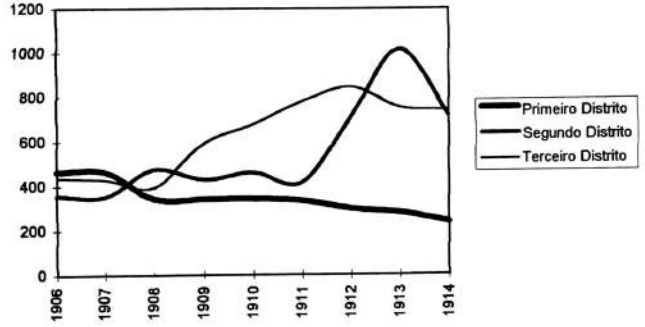
A) Número de cortiços registrados por distritos* (1906-1914):

Distritos	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
1°	463	463	341	339	342	332	295	278	235
2°	356	352	475	428	460	415	706	1015	717
3°	437	429	394	593	678	780	846	754	742
Total	1256	1244	1210	1360	1480	1532	1853	2047	1694
Diferença do ano anterior	+6	-12	-34	+150	+120	+52	+321	+194	-353

B) Percentual de cortiços registrados por distritos* (1906-1914):

Distritos	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
1°	*36,86*	*37,22*	28,18	24,93	23,11	21,67	15,92	13,58	13,87
2°	28,34	28,29	*39,25*	31,47	31,08	27,09	38,10	*49,58*	42,32
3°	34,79	34,48	32,56	*43,60*	*45,81*	*50,91*	*45,65*	36,83	*43,80*

C) Gráfico da evolução do número de cortiços registrados por distritos* (1906-1914):



Fonte: *Relatórios e projetos de orçamento* do intendente para os anos de 1907 a 1915.
* Só foram considerados os distritos urbanos do municipio, já que os suburbanos não trazem discriminados os cortiços. Também foi excluído das tabelas o 4° distrito da cidade, dado a inexistência ou o baixo número de cortiços registrados nessa zona (5 em 1911, 6 em 1912, não aparecendo nos outros anos).

ANEXO 5 - Recenseamentos das ruas da Colônia Africana em 1910, 1912 e 1917

A) Ruas da Colônia Africana recenseadas em 1910:*

RUAS	PRÉDIOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Zona Urbana				
Casemiro de Abreu	39	194	199	393
Liberdade	49	175	181	356
Cabral	20	71	84	155
Mariante	78	194	197	391
Esperança	70	201	205	406
Castro Alves	88	284	297	581
Total urbano	344	1119	1163	2282
Zona Suburbana				
Casemiro de Abreu	52	156	181	337
Castro Alves	35	95	98	193
Vasco da Gama	37	120	131	251
Cabral	13	48	51	99
Travessa Mariante	10	35	44	79
Francisco Ferrer	36	75	81	156
Dona Leonor	10	28	35	63
Total suburbano	193	557	621	1178
TOTAL	537	1676	1784	3460

Fonte: LIMA, Olimpio de Azevedo. *Recenseamento da população do município de Porto Alegre efetuado pela Intendência Municipal no dia 31 de dezembro de 1910*. Porto Alegre: s/ ed., 1910, p. 8 e 13.

* Não foram incluídas as ruas Ramiro Barcelos, São Manuel e o Caminho do Meio por terem apenas um trecho dentro da área da Colônia Africana. Pelo mesmo motivo, da rua Vasco da Gama foi incluída apenas a parte que fica na zona suburbana.

ANEXO 5 - Recenseamentos das ruas da Colônia Africana em 1910, 1912 e 1917

B) Ruas da Colônia Africana recenseadas em 1912:*

RUAS	PRÉDIOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Zona Urbana				
Casemiro de Abreu	36	251	231	482
Liberdade	50	191	201	392
Cabral	25	101	121	222
Mariante	80	295	298	593
Esperança	75	254	261	515
Castro Alves	89	295	301	596
Total urbano	355	1387	1413	2800
Zona Suburbana				
Casemiro de Abreu	56	201	195	396
Castro Alves	41	150	125	275
Vasco da Gama	40	145	161	306
Cabral	18	61	84	145
Travessa Mariante	15	50	49	99
Francisco Ferrer	40	104	121	225
Dona Leonor	11	25	28	53
Total suburbano	221	736	763	1499
TOTAL	576	2123	2176	4299

Fonte: LIMA, Olimpio de Azevedo. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre organisados em 1912*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912, p. 33 e 39-40.

* Não foram incluídas as ruas Ramiro Barcelos, São Manuel e o Caminho do Meio por terem apenas um trecho dentro da área da Colônia Africana. Pelo mesmo motivo, da rua Vasco da Gama foi incluída apenas a parte que fica na zona suburbana.

ANEXO 5 - Recenseamentos das ruas da Colônia Africana em 1910, 1912 e 1917

C) Ruas da Colônia Africana recenseadas em 1917:*

RUAS	PRÉDIOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Zona Urbana				
Jordão Bruno	45	165	178	343
Casemiro de Abreu	45	270	290	560
Liberdade	58	245	266	511
Cabral	38	260	271	531
Mariante	70	208	210	418
Esperança	95	231	280	511
Castro Alves	95	281	310	591
Total urbano	446	1660	1805	3465
Zona Suburbana				
Casemiro de Abreu	60	269	280	549
Castro Alves	45	180	185	365
Vasco da Gama	46	191	196	387
Cabral	21	89	96	185
Travessa Mariante				
Francisco Ferrer	45	158	171	329
Dona Leonor	15	45	48	93
Cesar Lombroso	16	130	133	263
Total suburbano	248	1062	1109	2171
TOTAL	694	2722	2914	5636

Fonte: LIMA, Olimpio de Azevedo. *Resultado do recenseamento da população e outros apontamentos do municipio de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1917, p. 9 e 14-15.

* Não foram incluídas as ruas Ramiro Barcelos, São Manuel e o Caminho do Meio por terem apenas um trecho dentro da área da Colônia Africana. Pelo mesmo motivo, da rua Vasco da Gama foi incluída apenas a parte que fica na zona suburbana.

ANEXO 6 - Moradores negros da Colônia Africana registrados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1899-1900)

N	ENTRA	NOME	ID	C	NAT	FILIACAO	PROFISSAO	E	ENDERECO
507/12	27/02/99	Matias, Jose	23	Pr	RS	Costa, Silvao da	Carroceiro	S	Mariante
722/17	20/03/99	Martins, Joao	42	M	RJ	Siqueira, Antonio	Jornaleiro	S	CA
805/18	30/03/99	Santos, Pedro Silveira dos	18	Pa	RS	Santos, Crescencio Silveira dos	Jornaleiro	S	CA
806/18	30/03/99	Lopes, Joao Inacio	30	Pr	RS	Adao dos Santos e Jacinta Rosa	Carroceiro	S	CA
856/20	04/04/99	Souza, Joana Alves de (18 meses)	0	Pa	RS	Maria Felicia		S	CA
884/20	06/04/99	Joao Congo	100	Pr	Afr	Ignora		S	CA
991/23	17/04/99	Ribeiro, Olimpio	24	Pa	RS	Ribeiro, Leandro	Jornaleiro	C	CA
1150/26	04/05/99	Ribeiro, Olimpio	28	Pa	RS	Ribeiro, Leandro	Jornaleiro	C	CA
1386/31	29/05/99	Joao Congo	110	Pr	Afr			S	CA
1410/32	31/05/99	Espirito Santo, Maria Jacinta do	32	M	Por	Cruz, Antonio Delfe da	Engomadeira	V	CA
2428/54	10/09/99	Ribeiro, Manuel Olimpio	25	Pa	RS	Silva, Leandro Ribeiro da	Jornaleiro	S	Caminho do Meio
2804/63	17/10/99	Souza, Justina de	23	Pa	RS	Ferreira, Vicente	Criada	S	CA
2835/63	20/10/99	Felipe Geraldo	23	M	Uru	Pedro Geraldo	Trabalhador	S	CA
3192/71	22/11/99	Congo, Manuel Jose	90	Pr	Afr	Ignorado		C	CA
0019/81	02/01/00	Itaperuna, Luiz	38	Pr	RS	Joao Congo	Carroceiro	S	CA
0444/90	12/02/00	Conceicao, Saara Maria de	24	Pa	RS	Teixeira, Sabino	Criada	S	Castro Alves, 92
0457/91	12/02/00	Barcelos, Bonifacio Fortes de	45	Pa	RS	Barcelos, Eufrasia Fortes de	Carroceiro	C	CA
0461/91	13/02/00	Jacinto, Manuel Jose	55	Pr	RS	Manuel Jose	Sapateiro	C	CA, 2
0462/91	13/02/00	Santos, Maria da Gloria dos	12	Pa	RS	Santos, Antonio Hilario dos		S	CA/R. Pasqual, 7
883/100	27/03/00	Gomes, Angela Maria	28	Pa	RS	Gomes, Jose	Criada	S	Beco do Jaques, 3
925/001	31/03/00	Manuel Joaquim	75	Pr	RS	Merenciana	Cangueiro	S	CA
1510/14	25/05/00	Ribeiro, Manuel Sampaio	68	Pr	Afr		Trabalhador	S	Casemiro de Abreu, 15
1657/17	13/06/00	Pitanga, Oniversina da Costa	22	Pa	RS	Ignorada	Criada	C	Esperanca, 24
1767/20	24/06/00	Araujo, Inocencio	89	Pr	BA	Araujo, Manuel de		C	Liberdade, r. (CA)
1989/25	22/07/00	Gomes, Angela Maria	28	Pa	RS	Jose Maria	Lavadeira	S	CA
2837/44	23/10/00	Marques, Maria Luiza	35	Pr	RS	Camilo e Marcelina Francisca	Cozinheira	S	CA / Liberdade, 1
3321/54	11/12/00	Marques, Antero Sebastiao	40	Pa	RS	Marques, Jose	Carroceiro	C	Esperanca, r.
3337/55	13/12/00	Pinheiro, Manuel Henriques	60	Pr	RS	Conceicao, Eva Maria da	Servente	C	CA (Casemiro de Abreu)
3417/56	20/12/00	Souza, Antonio Manuel de	50 .	Pr	RS	Bento, Joana Maria	Serrador	S	CA
3472/58	26/12/00	Branco, Antonio da Costa	43	Pr	RS	Costa, Albino Jacinto da	Carroceiro	S	CA

Observação: a tabela apresenta-se na ordem de entrada dos pacientes na Santa Casa de Misericórdia. Ela está discriminada, respectivamente, pelo NÚMERO (do registro da Santa Casa), ENTRADA (data), NOME, IDADE, COR (Pr: Preta, Pa: Parda, M: Morena), NATURALIDADE, FILIAÇÃO, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL (Solteiro, Casado ou Viúvo) e ENDEREÇO (CA: Colônia Africana). Ainda estão descriminados pelo item CLASSES (Pobre, 1ª, 2ª ou 3ª classe), que não aparece na tabela por estarem todos classificados como Pobres. Outros dados foram retirados por nada constarem: Enfermidade, Saída e Observação.

Fonte: *Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1899-1900. CEDOP/SCMPA.

ANEXO 7 - A presença judaica na Colônia Africana

COLÔNIA AFRICANA
Da Ramiro até a Mariante

Informes prestados por Valdemar Canterji e Bernardo Golbert.
Na esquina da Ramiro Barcelos com o Caminho do Meio, atual Protásio Alves, havia a Casa Miguel de Móveis, de Miguel Kelbert, onde hoje está a Farmácia Progresso.
No Caminho do Meio esquina com Francisco Ferrer, uma lojinha de Luiz Derman, que era o ecarregado do Cemitério da União Israelita.
Na Francisco Ferrer, as casas de Isaac e Maurício Siminovich.
Na esquina com César Lombroso, a fábrica de móveis de Velvel Gotlib.
Perto da Cabral, a fábrica de acolchoados do Sholem Nhuch. O Sr. Nhuch teve participação ativa no Centro Israelita. Era um líder.
Um pouco adiante morou o Sr. Begun, um homem muito religioso e íntegro. Ele construiu nos fundos de sua casa uma Mikvé (lugar para banho ritual), que é a única existente em Porto Alegre.
Lá também morava o Salomão Libel, genro do Sr. Nhuch.
Na Cesar Lombroso havia uma cocheira do Jacob Fixman, onde quase todos os *klienteltchiques*[*] guardavam o cavalo e o carrinho.
Na Giordano, perto do Caminho do Meio, onde está o Depósito dos Unicowsky, havia uma avenida com seis casas, onde moravam Isaac Volkind, o velho Kosminski, Nudelman, Miguel Lerman e Abrão Chan.
Na década de 40, funcionou, perto desta Avenida uma Sinagoga, por poucos anos. O presidente era o Sr. Bernardo Cantergi e lá funcionou o Zintigdiker Bank (banco dos domingos), que fazia pequenos empréstimos aos imigrantes. Quando a Sinagoga fechou, o Sefer Torá foi doado ao Centro Israelita.
O Sr. Valdemar Canterji conta que, em 1940, por pouco não foi agredido pelos moleques da zona num sábado de aleluia. Ao regressar para casa do Ginásio Rosário, foi atacado mas conseguiu safar-se graças ao cinto do uniforme que usava.
Na Giordano Bruno, moravam Bernardo Igor, Azik Kvitko, que tinha ferraria no Caminho do Meio, Abrão Rotfeld, Luiz Lederman, Bernardo Cantergi, Herman Unicovski, Fishel Kirchenbaum, Boris Seligman, Marcos Javets e o Sr. Baum.
Perto da Cabral morava o Sr. Sharkanski, que fabricava Matzes. O primeiro lugar onde os matzes foram feitos foi no forno que havia na União Israelita; quem cuidava era Leão Diskin.
Ao lado do Sharkanski, morava o Shoichet David Kuperstein.
No Caminho do Meio, perto da Mariante, havia um armazém, que foi do pai do Maurício Rosenblat, depois em 1919 foi de meu pai, aliás foi ali que nasci, e mais tarde foi do Sr. Isaac Meinfeld. Um pouco adiante era a loja do Jaime Blank.
Na rua Esperança (hoje Miguel Tostes) moravam Mayer Bronover, Abrão Leiderman, Chaim Iosl Filchtiner e lá funcionou a SIBRA [Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficiência].

Fonte: EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre / Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 141-142

[*] *Klientelshik* "consistia em ter uma clientela para quem se vendia a prestações" (p.133); o pai do autor do livro trabalhou como *klientelshik*, cuja caracteritica era possuir um carrinho de roda de borrachas: "esse tipo de locomoção era sinal de que estava muito bem de vida" (p.133) [esta nota não existe no texto transcrito: é minha].

FONTES PRIMÁRIAS

JORNAIS

Actualidade. Porto Alegre. 1911 e 1915. IHGRGS.
Correio do Povo. Porto Alegre. 1896. MCSHJC.
Gazeta da Tarde. Porto Alegre. 1895-1899. MCSHJC.
Gazetinha. Porto Alegre. 1895-1898. AHPAMV.
O Independente. Porto Alegre. 1912. IHGRGS.

REVISTA

Íris, Porto Alegre, ano II, nº 6, outubro de 1921. IHGRGS.

FONTES PRIMÁRIAS

DOCUMENTOS

Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 1889-1920.

Legislação Municipal. Porto Alegre, 1892-1924. IHGRGS.

Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porto Alegre, 1899-1900. CEDOP/SCMPA.

Partes. Fundo Polícia.AHRS.

Registro de autos de averiguações policiais procedidas pelas autoridades da capital do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1896, códice 1, livro nº 1. AHRS.

Relatório do dr. Sebastião Leão, médico da polícia. Porto Alegre, 1897. AHRS.

Relatórios e projetos de orçamento do Intendentes. Porto Alegre, 1892-1921.

Requerimentos. AHPAMV.

MAPAS E PLANTAS

AHRONS, Alexandre. *Planta da cidade de Porto Alegre*. 1896. AHPAMV (Mapoteca 07 horizontal, Gaveta 02, Amarela nº 16).

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. *Planta da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1916. AHPAMV (Mapoteca, estante 03, nº 02.1).

JACQUES, João Cândido. *Planta de Porto Alegre, capital da Província ao Rio Grande do Sul, compreendendo os seus arraiais*. AHPAMV (Mapoteca 07, gav. 02, amarela 16).

TREBBI, A. A. *Planta da capital do Estado do Rio Grande do Sul*. 1906. AHPAMV (Mapoteca 07 horizontal - Gaveta 02 Cor amarela 16).

Planta da propriedade dos senhores Gaspar João Cortese e José Pilla. Porto Alegre, 11 de agosto de 1911. AHPAMV. Estante 07, nº 19.1.

Planta para a construção de uma casa de negócio e moradia sita rua Jordano Bruno esquina ao Caminho do Meio para o sr. Bernardo Ruffini. Porto Alegre, 6 de junho de 1914. AHPAMV. Mapoteca nº 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, 14 (1986): 2-15.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Felicíssimo de. *Cousas municipais*. Porto Alegre: s/ ed., 1884. IHGRGS.

BACZKO, Bronislau. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

---. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, CPG em História/UFRGS, nº 1, nov. 1988.

---. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia [et alli]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 144-154.

BALZAC, Honoré de. *A menina dos olhos de ouro*. Rio de Janeiro: Newton Compton, 1996.

BARBOSA, Zeli de Oliveira. *Ilhota: testemunho de uma vida*. Porto Alegre: UE, 1993.

BARCELOS, Adair. *O governo José Montaury e a modernização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 1995.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: USP/Pioneira, 1971.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

---. Sinais pela rua. *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1987, p. 26-27.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BORGES, Jorge Luis. *Elogio da sombra: poemas*. Porto Alegre: Globo, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (Org.). *Cidade e História*. Salvador: UFBA/ANPUR, 1992, p. 11-26.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASULLO, Nicolas (Org.). *El debate modernidad-posmodernidad*. Buenos Aires: Puntosur, 1989.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul - período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

---. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. USP, São Paulo, 5 (11) jan/abr 1991, p. 173-191.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Hachette, 1984.

CORUJA FILHO (Sebastião Leão). *Datas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Divisão de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura/Livraria do Globo, 1962.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. 2ª edição. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1996.

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo do Estado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1922.

COSTA, Emília Viotti da. *A crise do escravismo e a grande migração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CRUZ, Cláudio. *Literatura e cidade moderna: Porto Alegre, 1935*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre / Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Colônia Africana: vergonha de uma cidade - miséria, abandono e exclusão no universo dos rejeitados de Porto Alegre na década de 50*. Porto Nacional: UNITINS, 1997 (mimeo).

ESCOSTEGUY, Luiz Felipe Alencastre. *Produção e uso dos espaços centrais à beira-rio em Porto Alegre (1809-1860)*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/PUCRS, 1993.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5ª edição. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imagens sentimentais da cidade*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

---. *Poemas da minha cidade*. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

---. *Persianas verdes*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

---. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOFFMAN, Irving. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu Ed., 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HIDALGO, Cecília e TAMAGNO, Liliana (Comp.). *Etnicidad e identidad*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KOTHE, Flávio (Org.). *Walter Benjamin. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMARQUE, Gilles. *L'exclusion*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

LARA, Silvia Hunold. "Blowin' in the wind": E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, (12), out. 1995, p. 43-56.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Olimpio de Azevedo. *Recenseamento da população do município de Porto Alegre efetuado pela Intendência Municipal no dia 31 de dezembro de 1910.* Porto Alegre: s/ ed., 1910.

---. *Dados estatísticos do município de Porto Alegre organizados em 1912.* Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912.

---. *Resultado do recenseamento da população e outros apontamentos do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1917.

---. *Recenseamento da população do município de Porto Alegre mandado executar em Novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo Município.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1922.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737.* Cachoeira, 11/11/1891. IHGRGS.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento.* Porto Alegre: Sulina, 1968.

MACIEL, João Moreira. *Relatório do projeto de melhoramentos e orçamentos apresentados ao Intendente Municipal Dr. José Montaury de Aguiar Leitão.* Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1914.

---. Melhoramentos de Porto Alegre. *Egatea*, vol. 1, Porto Alegre, jul./ago. 1914.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. *Almanak da vila de Porto Alegre.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908.

MARTINI, Maria Luiza. *Corredor çultural - Rua da Praia.* Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997.

MAUCH, Cláudia. *Colônia Africana: criminalidade e controle social.* Porto Alegre: Texto inédito, CPG em História/UFRGS, agosto 1988.

---. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890.* Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/ UFRGS, 1992.

---. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia [et alli]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade.* Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS /Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 9-24.

---. O policial e a cidade: um olhar vigilante (Porto Alegre, final do século XIX). In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 69-78.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade - a construção social do espaço urbano.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORAES, Paulo Ricardo. Colônia Africana: a história esquecida. *Zero Hora*, Caderno D, Porto Alegre, 25 jun. 1989, p. 1-3.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais de criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888).* Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/UFRGS, 1993.

---. *Faces da liberdade, máscaras do cativeiro: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858-1888).* Porto Alegre: Arquivo Público do Estado/ EDIPUCRS, 1996.

MORSE, Richard. As cidades "periféricas" como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 205-225.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *A fundação de Porto Alegre: dados oficiais.* Porto Alegre: Norma, 1987.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 13-32.

ORO, Ari Pedro (Org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

---. Negros e os cultos afro-brasileiros no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 147-157.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.* Porto Alegre: Dissertação (mestrado), CPG em História/UFRGS, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: as elites e o povo na virada do século.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

---. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/FAPERGS, 1989.

---. (Coord.). *O espetáculo da rua.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992.

---. (Coord.). *Memória Porto Alegre: espaços e vivências.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal, 1991.

---. (Coord.). *Porto Alegre caricata: a imagem conta a história.* Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

---. Imagens da violência: o discurso criminalista na Porto Alegre do fim do século. *Humanas*: revista do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1993.

---. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

---. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. In: *Cultura Vozes*, nº 5, v. 89, set/out 1995, p. 34-44.

---. O imaginário da cidade: os caminhos cruzados da representação urbana. In: *Representações literárias da cidade: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS (no prelo).

---. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, p. 80-89.

---. *Os industriais da república*. Porto Alegre: IEL, 1991.

---. *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PICCOLO, Helga I. L. Historiografia Gaúcha. *Anos 90*, Porto Alegre, n.3, junho 1995, p. 43-59.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Porto Alegre*. Volume II. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. Na encruzilhada: impressões da socialidade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre/RS. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 159-175.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Paisagens*. Porto Alegre: IEL, 1987.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

---. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. *Carnavais de Porto Alegre*. Textos de Flávio Krawczyk, Iris Germano e Zita Possamai. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RACAULT, Jean-Michel. De la ville-organisme à la ville-machine: les modèles scientifiques de la dynamique urbaine dans le prologue de *La Fille aux yeux d'or*. In: VEYSSIÈRE, Gérard (Org.). *Kaleidoscopolis ou miroirs fragmentés de la ville*. Paris: L'Harmattan, 1996, p. 15-30.

REIS, Carlos. *Album do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s/ed., 1905.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

---. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul/Faculdade de Filosofia, 1961.

ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades e las ideas*. 3ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986.

RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (século XVIII)*. Porto Alegre: IEL, 1965.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1974.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Volume 2. Porto Alegre: Editora Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

---. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCLIAR, Moacyr. A guerra no Bom Fim. In: *Porto Alegre ontem e hoje*. Porto Alegre: Movimento, 1971.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

THOMPSON, Edward P. *Miséria de la teoria*. Barcelona: Crítica, 1981.

VARGAS, Anderson Zalewski. A cidade como artifício corruptor. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 83-92.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERARDI, Jorge. *Axés dos orixás no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Jan Deptº Editorial, 1990.

WAGNER, Matias. *Paróquia de N.S. da Piedade de Porto Alegre: 1916-1958*. Porto Alegre: s/ ed., s/ d.

WIDHOLZER, Janeska. *Da projeção do espaço urbano à racionalização da vida: o novo retrato da cidade*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado), Curso de Pós-Graduação em História/PUCRS, 1997.

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades